**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIENCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**AS REPRESENTAÇÕES DA ESCRAVIDÃO NA IMPRENSA
JORNALÍSTICA DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1880.**

JOSENILDO DE JESUS PEREIRA

**SÃO PAULO/SP
NOVEMBRO - 2006**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIENCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**As representações da escravidão na imprensa jornalística
do Maranhão na década de 1880.**

JOSENILDO DE JESUS PEREIRA

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Prof^a. Dr Leila Leite Hernandez.

**São Paulo/SP
Novembro - 2006**

Dedico este trabalho à minha família de origem.

Mas, em especial para estas mulheres de luta que me permitiram chegar até aqui: Inácia Silva Pereira, a minha mãe querida; Juliana Pereira, minha avó e guru (In memoriam); Catarina Rosa Pereira, minha bisavó (In memoriam).

Ao meu pai, Domingos Rodrigues (In memoriam)

Aos meus filhos Ana Catarina e João Pedro

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas às quais manifesto minha gratidão e de forma particular:

À Rosana pelo seu apoio e o paciente trabalho de transcrição de artigos de jornais necessários para a pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público, especialmente, a Isa, Ironildes e Vilma - Seção de documentos avulsos. Na Biblioteca Pública do Estado, à Fátima, Maria Tereza, Ivanildes e Maria Rita do setor de Materiais Especiais, e a Roseli do setor de xérox.

Aos meus ex-alunos e colaboradores: Heider, Ynaê, Luana, Otavio, Pedro (in memoriam) e Rodolfo.

A professora Regina Farias pelas sugestões de leitura e empréstimos de livros, os quais foram valiosos para a construção deste trabalho.

Ao professor Wagner Cabral pela leitura do projeto que resultou neste trabalho.

Ao professor Flávio Soares por ter-me disponibilizado seus textos acerca do tema relativo à decadência do sistema agro-exportador no Maranhão.

Aos demais professores e amigos do Departamento de História da UFMA, pelo apoio dado ao longo da elaboração deste trabalho.

À Zulene pelo apoio e o companheirismo incondicional.

À Marly pelo valioso apoio;

À Márcia e ao Profº Lyndon pelo generoso apoio.

Ao Petrônio por me ajudado a sobreviver na “Selva de Pedra”.

À Luzinete pela força e o carinho de sempre.

Aos Lisboa de Sousa, a minha família paulista, pela amizade, o carinho e a atenção dispensada.

À família Ferreira Muniz (Luiz, Raimunda, Rodrigo e Felipe) pelo aconchego de sua casa, fundamental nestes últimos momentos...

À Máritas e ao Profº Alexandre do Departamento de Geociências da UFMA por sua valiosa contribuição com os seus conhecimentos em “cartas geográficas”.

À Profª Paula Francinetti pela revisão do texto.

Ao Profº Julio Pimentel do Depto. de História da USP.

Aos professores Antonio Sérgio Alberto Guimarães e Marina de Mello e Souza com os quais aprendi muito.

Aos professores Wilson Barbosa e Ana Maria Camargo pela competente e generosa arguição no exame de exame de qualificação. A eles o meu muito obrigado.

À minha orientadora, a Prof^a. Dr^a. Leila Leite Hernandez pela segura orientação e o seu precioso apoio e estímulo, muito importantes, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, mas, sobretudo, no seu momento mais difícil que foi a sua finalização. Sinceramente, muito obrigado.

Agradeço a CAPES, a qual por meio do programa PICDT/UFMA, possibilitou desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

No Maranhão, a partir da década de 1870, a agricultura mercantil de exportação escravista aprofundou o seu processo de decadência promovendo uma ruptura entre a racionalidade ideológica e a base sócio-política em que se fundamentavam as relações de dominação de classe. Nesse contexto, setores das classes dominantes, como estratégia ideológica, utilizaram-se do discurso baseado na idéia de uma crise com o objetivo ocultar esse processo e recompor o equilíbrio. A escravidão foi apresentada como o seu fator estrutural. A imprensa jornalística desempenhou uma ação significativa uma vez que os articulistas de periódicos, a partir de seus vínculos ideológicos com as classes sociais maranhenses, não só divulgaram bem como discutiram a respeito da escravidão no contexto da crise e apontaram as eventuais soluções para a mesma.

Palavras chaves: Século XIX, Maranhão, decadência, agricultura mercantil, crise, escravidão, imprensa e ideologia.

ABSTRACT

In Maranhão, from the 1870's, the commercial agriculture with slaving base started to ruin, promoting the break between the ideological rationaliy and the social and political base that were the roots of the relations based on domination. In order to recompose the balance, sectors of the dominant classes used "the image of the crisis" as an ideological strategy. Slavery was presented as the structural factor. In the process of construction and dissemination of the arguments that were elaborated to persuade the other social classes about the "crisis", the journalistic press had a significant action because, due to their ideological links with social classes from Maranhão, the news writers not only disseminated the news but also started a discussion about slavery in the context of crisis and showed some solutions for it.

Key words: 19th century, Maranhão, ruin, commercial agriculture, crisis, slavery, press, and ideology.

INTRODUÇÃO

A escravidão é uma das mais relevantes categorias explicativas da especificidade do processo histórico brasileiro, mas também, em igual medida as idéias que orientaram a sua abolição porque imprimiram marcas até hoje presentes nas relações sociais, econômicas e culturais do país, sobretudo, no que se refere à experiência de vida da população negra.

No Brasil, a escravidão chegou ao fim por meio da “Lei Áurea” decretada em 13 de maio de 1888. No contexto da pré-abolição, as condições sócio-econômicas de províncias brasileiras sustentadas pelo trabalho escravo não eram comuns entre si. Em linhas gerais, o que se verificou foi o deslocamento do eixo dinâmico da economia brasileira da área que corresponde hoje ao Nordeste para o Centro-Sul do país. Esse fato se deveu à decadência econômica de províncias do “Nordeste” baseadas em lavouras tradicionais de cana-de-açúcar, de algodão e tabaco, e à expansão paralela da produção de café em províncias do Centro-Sul, sobretudo na de São Paulo.¹

A província do Maranhão integrava o conjunto de províncias do “Nordeste” decadente. As interpretações desse estado de decadência apontam como seus fatores geradores a contínua diminuição da mão-de-obra escrava provocada pelo fim do tráfico internacional de escravos e do refluxo de seus produtos exportáveis: algodão e açúcar, no mercado externo, dada à concorrência estrangeira.² Nessas circunstâncias, parte dos grandes proprietários rurais via a sua fortuna entrar em franco declínio, levando-os a venderem escravos e terras para pagarem dívidas contraídas com os donos do “capital mercantil-escravista”, isto é, os ricos comerciantes, os quais, por meio de empréstimos financiavam a produção. Em face da decadência da agricultura mercantil de exportação e escravista, alguns comerciantes e proprietários rurais instalaram fábricas têxteis nas cidades de Caxias, Codó e São Luís, a capital da província, e um Engenho Central no vale rio Pindaré com a perspectiva de industrializarem a área de

¹ PRADO JUNIOR. Caio. *História Econômica do Brasil*. 14ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1971.

² MESQUITA, Francisco de Assis Leal. *Vida e morte da economia algodoeira no Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão (1850 – 1890)*. São Luís: Editora da UFMA, 1987.

grande lavoura.³ Nesse contexto, verifica-se uma densa migração de cearenses fugindo da seca para a província. Essas características indicam o quanto era diferente as condições sociais e econômicas do Maranhão em relação às províncias do centro-sul do Brasil na década de 1880, sobretudo, a de São Paulo, na qual, em decorrência da lavoura do café, se desenvolviam processos de urbanização e industrialização permeados por um denso fluxo de imigrantes europeus.⁴

A necessidade de qualificar a estrutura social maranhense impõe algumas considerações a respeito do sentido de como se compreende os ricos comerciantes, os proprietários rurais e os escravos. Primeiro, que foram constituídos historicamente no âmbito do processo de expansão da colonização portuguesa pelo norte do Brasil. Portanto, um fenômeno histórico, e como tal, construíram, desconstruíram e vivenciaram múltiplas relações sociais urdidas pela agricultura mercantil de exportação sustentada pelo trabalho escravo. A partir desse pressuposto e com o objetivo de compreender, de modo dialético, os sentidos e as perspectivas das suas idéias e das diversas práticas sociais, se utiliza os conceitos, classe social e ideologia, formulados no campo teórico marxista. Contudo, se esclarece que o conceito de classe social é usado na acepção formulada, por Edward P. Thompson, para o qual, classe é *“um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. [...] Algo que ocorre nas relações humanas”*.⁵ Nesse sentido, lê-se os ricos comerciantes, os proprietários rurais e os escravos, como classes sociais que se construíam no âmbito de sua experiência social e histórica, a partir de sua articulação na luta por seus interesses. Conforme Thompson,

[...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em

³ CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. *Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense – 1875/1895: estudo micro-sociológico da instalação de um parque fabril em região do Nordeste Brasileiro no final do século XIX*. Mimeo. Tese de doutorado, São Paulo: USP, 1988.

⁴ PRADO JUNIOR. Caio. op. cit. 1971.

⁵ THOMPSON, Edward P. *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 1: A árvore da liberdade. p. 09.

*grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.*⁶

Como se sabe, ideologia é um conceito complexo permeado por paradoxos, arbitrariedades, ambigüidades, equívocos e mal-entendidos.⁷ Por isso, esclarece-se que se utiliza na perspectiva esboçada por Marx, para o qual:

*[...] A produção de idéias, de representações, da consciência, está, diretamente, entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas.*⁸

Desse modo, compreende-se que as representações da escravidão, no contexto da decadência da agricultura mercantil de exportação, não podem ser lidas como simples idéias, uma mentira ou ilusão, uma vez que se tratava de um conjunto de convicções, de orientações cognitivas orientadas por uma perspectiva social de classe. Assim, o conceito de ideologia usado neste trabalho não se refere a um sentido singular como um pensamento único de uma classe por excelência; mas, enquanto visão social de mundo referente às relações sociais em sua multiplicidade, orientando a luta em torno do poder, seja ele político, econômico ou de outra natureza entre as classes, segmentos de classes ou grupos sociais. Em outras palavras, conforme Eagleton, ideologia “é uma função da relação de uma elocução com o seu contexto social”.⁹ Nesse sentido, vale sublinhar de acordo com Chauí que ideologia:

[...] Não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico no qual as idéias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A ideologia, [...] é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o

⁶ Ibid. p. 10

⁷ LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista*. 2ª ed., São Paulo: Cortez editora, 1985.

⁸ MARX, Karl. *A ideologia Alemã*, São Paulo: Hucitec, 1985, p. 26

⁹ EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Tradução Luis C. Borges, Silvana Vieira. São Paulo: Boitempo/UNESP. 1997. p. 22.

*modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do processo histórico.*¹⁰

De acordo com Eagleton, “a força do termo *ideologia* reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são”.¹¹ Enfim, “dizer que um enunciado é ideológico significa, portanto, afirmar que está carregado de um motivo ulterior estreitamente relacionado com a legitimação de certo interesse em uma luta de poder”.¹²

No contexto da decadência da agricultura mercantil, o comerciante Martinus Hoyer, dada a sua influente reputação entre os ricos comerciantes e os proprietários rurais, as classes dominantes maranhenses, manifestou-se a favor do fim gradual da escravidão sublinhando, em suas considerações, a respeito da lei do Ventre Livre o quanto era “*magnífico o espetáculo de não nascerem mais, no país de liberdade, uma só criatura humana condenada à escravidão*”. De modo persuasivo ele advertia:

*[...] Cada cidadão devia contribuir direta ou indiretamente para a gradual extinção da dolorosa enfermidade que afligia a nação desde os tempos coloniais, e que havia entorpecido o progresso moral e material. Afinal, todos deviam trazer o seu quinhão, grande ou pequeno, para extirpar esse cancro social, e dentro em poucos anos levar avante a grande obra civilizadora. Assim, acabariam com a escravidão no Brasil, e isto sem violência, sem revolução política e quase sem abalos e sofrimentos.*¹³

Essa formulação requer um exame, pois quais os sentidos subjacentes ao ato de representar a escravidão como uma “*dolorosa enfermidade que afligia a nação desde os tempos coloniais*”, um “*cancro social*” se, no Maranhão por quase dois séculos a escravidão foi a base de produção da riqueza dos ricos comerciantes e dos proprietários rurais?

Com o propósito de investigar esta questão, escolheu-se a imprensa jornalística por ser, no século XIX, o *locus* de discussão e de circulação de idéias dada a ausência de instituições capazes de viabilizar, de modo o mais amplo possível, o debate em

¹⁰ CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, 7^a ed., São Paulo: Cortez, 1997, p. 3.

¹¹ Ibid. p. 21

¹² Ibid. p. 28

¹³ Apud. VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão: 1612 – 1895*, vol. 2. Reedição fac-similar, São Luís: Associação Comercial do Maranhão/LITHOGRAF, 1992. p. 500. HOYER, Martinus (1829-1881), era filho de dinamarqueses e destacado comerciante de São Luís: MA.

torno do que consideravam urgente e necessário. Nesse sentido, se reconhece que a imprensa jornalística cumpria a função de um “circuito de interatividade”, no qual se produzia, discutia-se e se divulgava as “*representações da consciência entrelaçadas com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens*”.¹⁴ A partir desse pressuposto, os artigos apresentados nos jornais, *O Diário do Maranhão*, *O Paiz* e *Pacotilha*, relativos à escravidão foram analisados com o objetivo de responder à seguinte questão: Como as classes dominantes se organizaram no contexto do processo de decadência da agricultura mercantil, tendo como aliada a imprensa maranhense?

Vale lembrar que os jornais têm múltiplas funções. Entre elas, a de ser um repositório de crônicas, de registros de eventos da vida diária e, sobretudo, um órgão de política que promove a livre discussão de uma diversidade de assuntos. Desse modo, eles são considerados documentos para os pesquisadores do campo das ciências humanas por ser um relevante material de pesquisa na medida em que fornece um conjunto de informações que possibilitam novas interpretações a respeito de temas tradicionais.¹⁵ Em seus gêneros: político, religioso, literário ou pasquim, o jornalismo periódico capta, produz e faz circular idéias e sistemas de valores referentes a uma formação social, constituindo um espaço público de representação simbólica e, por isso, um circuito de interatividade imerso no jogo de forças sociais constituintes da experiência histórico-social de seus sujeitos.¹⁶

Na década de 1880, a crítica moral da escravidão era o ponto central do debate na imprensa maranhense. O exame mais acurado dessa crítica pode evocar significados de alcance mais profundo para além da defesa da natureza humana dos escravos. Ao se considerar os resultados sociais das contradições de classes de uma sociedade escravista em decadência, e a subsequente quebra entre a sua racionalidade ideológica e a sua base social e política, compreende-se os argumentos utilizados no debate como formulações ideológicas com um duplo objetivo. Por um lado,

¹⁴ MARX, Karl. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1985. p. 26

¹⁵ JONES, Alison. The many uses of Newspaper. University of Richmond – Reports. <http://www.oncampus.richmond.edu/academics/library/digital/Documents>, consultado em agosto de 2005.

¹⁶ MOSCA, Lineide do L. Salvador. Subjetividade e formação de opinião na mídia impressa. In: GHILARDI, Maria Inês & BARZOTTO, Valdir Heitor (Org.) *Nas telas da mídia*, Campinas, SP: Editora Alínea, 2002. pp. 7 – 22.

para promover o ocultamento da perda da vitalidade e do sentido dos nexos econômicos que asseguravam a reprodução das relações de dominação de que se beneficiavam os ricos comerciantes e, sobretudo, os proprietários rurais. Por outro lado, para adequar as classes dominantes às exigências em decorrência das mobilizações escravas, do abolicionismo e do movimento do capital industrial impulsionado a partir da Europa Ocidental, bem como para a recomposição das relações de dominação em novas bases.

Nesse sentido, parte-se da premissa de que os articulistas (proprietários de jornais, jornalistas e editores) de periódicos maranhenses a partir de suas relações com os comerciantes, os proprietários rurais e os escravos foram os protagonistas de estratégias apresentadas para solucionar o problema da quebra da relação entre a racionalidade ideológica escravista e a base social e política decorrente da decadência da agricultura mercantil. Não é demais reiterar que nenhum discurso apresentado acerca de determinados temas é neutro em relação às condições históricas vividas por seus sujeitos, uma vez que os mesmos se orientam por um filtro ideológico. Esse é um aspecto central de qualquer discurso. Desse modo, lida-se com o jornal baseado na aceção de que não há um documento verdade, objetivo, inócuo, pois

[...] O documento é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver esquecido ou manipulado. Esse produto resulta de relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem da sociedade.¹⁷

Por isso, compreende-se que as representações da escravidão foram a expressão de emoções, de idéias e de propósitos orientados pelas injunções da realidade social, histórica e cultural constituídas no âmbito do processo de decadência da agricultura mercantil de exportação. Ao tomar os jornais como documento, objetiva-se analisar e compreender a função exercida por eles nesse contexto em relação aos ricos comerciantes, mas, sobretudo aos proprietários rurais e aos escravos. A realização desse propósito exige que se analise as condições históricas e por quem os

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena R.. *Imprensa e História do Brasil*, Coleção Repensando a História, São Paulo: Contexto/Edusp, 2ª ed., 1994. p. 24

jornais foram fundados, para que, como, e quando? Afinal, a imprensa jornalística é um espaço de representação de momentos particulares da realidade, na qual estão implícitas relações sócio-políticas a serem desvendadas.

Enfim, a imprensa é importante como aporte documental para estudos históricos por ser um *lócus*, no qual a experiência sócio-histórica é filtrada e discutida com base na ideologia de quem escreve. Pois, de acordo com Bakhtin:

*[...] O discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Qualquer enunciação por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc).*¹⁸

No Maranhão da década de 1880, circulavam 30 jornais com diferentes propósitos quanto aos seus objetivos. Tal como em décadas anteriores havia jornais que se definiam como “noticiosos”, “políticos”, “religiosos” e “literários”, ao lado de outros que se especializavam em criticar os costumes e, por isso, eram chamados de “imprensa baixa”. Muitos desses jornais não eram publicados todos os dias. Alguns tiveram uma curta duração e outros a edição fragmentada. Além do mais, nem todos discutiam a respeito da escravidão. Em vista dessa circunstância, a escolha recaiu em pesquisar em jornais diários e editados por empresas particulares, ou seja, periódicos não oficiais, ao se considerar que podiam apresentar um debate mais abrangente acerca do tema, naquele contexto de decadência econômica. Com base nesses critérios foram escolhidos três jornais diários: O “*Diário do Maranhão*”, “O *Paíz*” e o “*Pacotilha*”.

O “*Diário do Maranhão*” foi fundado em 1855, por empresários, logo após o fim do tráfico internacional de escravos. O seu subtítulo informa que se tratava de um jornal do comércio, lavoura e indústria. A sua publicação era diária, exceto nos dias santos e feriados. Era composto por três folhas. Na primeira apresentava o Editorial e as notícias provinciais e nacionais. Na segunda folha se encontra a coluna Secção Geral, na qual eram feitos os anúncios referentes à vida social e econômica da província, ou seja, o

¹⁸ BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. São Paulo: Hucitec/Anablume, 2002. p. 123.

movimento de entrada e saída de navios do porto, a propaganda comercial, eventos sociais (festas, casamentos e óbitos), bem como os anúncios de venda, de compra e aluguel de escravos, de fugas, de homicídios praticados por escravos e de notícias a respeito de quilombos. Na terceira folha eram publicados os anúncios gerais referentes à administração pública provincial.¹⁹

O jornal “O Paiz” foi fundado em 1863 pelo professor Themístocles Aranha, jornalista e seu editor por vinte anos. Até o número dezoito esse periódico circulava três vezes por semana, com o subtítulo de jornal católico, literário, comercial e noticioso. Depois passou a ser diário e editado com o subtítulo de “*Órgão Especial do Comércio: órgão de Classe*”.²⁰

O jornal “Pacotilha” foi fundado pelo jornalista Victor Lobato, em outubro de 1880, no contexto do movimento abolicionista. Foi por algum tempo dirigido por Agostinho dos Reis. A princípio, tinha como proposta ser um periódico popular e sem filiação político-partidária. Apresentava-se como um jornal abolicionista e republicano. Em janeiro de 1881 parou de circular para reiniciar em abril do mesmo ano, reformulado e de tamanho igual aos demais jornais diários. Em 1930, deixaram de editá-lo, para retomar em 1934 até o ano de 1938, quando deixou de circular em definitivo. Entre os seus redatores-chefes se destacam Antonio Lobo e João da Mata de Moraes Rego, filhos de famílias tradicionais de proprietários rurais, que se apresentavam como liberais.²¹

Na década de 1980 foram, no Brasil, escritos dois trabalhos a respeito da escravidão com base na análise de discursos apresentados em jornais.²² Lília Schwarcz analisa representações de escravos e cidadãos em jornais paulistas do final do século XIX, salientando a força ideológica do pensamento racial utilizado como base teórica para a construção do ser “escravo negro” na conjuntura da abolição.²³ Célia Marinho de Azevedo, por sua vez, analisa as memórias e o discurso apresentado em jornais paulistas a respeito de escravos por setores da elite paulista, ressaltando que as

¹⁹ IGNOTUS, Joaquim Serra, *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão*, 3ª edição, São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

²⁰ Ibid.

²¹ Ibid.

²² SCHWARCZ, Lília M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²³ SCHWARCZ, Lília M. op. cit. 1987.

representações desqualificantes de escravos tinham por base o medo de senhores de escravos em relação aos escravos. Por isso, na conjuntura do processo abolicionista, setores dessa elite defendiam a construção da nacionalidade brasileira baseada num povo com referenciais brancos.²⁴

Na corrente dessa reflexão, a proposta deste trabalho de pesquisa procura compreender as funções de representações da escravidão num contexto histórico caracterizado pela decadência da agricultura mercantil de exportação numa província distante do centro do poder no Brasil imperial. No processo de leitura e análise das matérias apresentadas nos jornais, considera-se que as palavras articuladas sob a forma de discursos incorporam e expressam visões sociais de mundo de pessoas concretas e, por isso, sempre carregadas “*de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.*”²⁵ Com base nesse pressuposto, pergunta-se qual era a função desempenhada pelas idéias e os valores apresentados na imprensa jornalística acerca da escravidão, em um contexto histórico, no qual as classes dominantes maranhenses se encontravam em processo de decadência, uma vez que o declínio da agricultura mercantil de exportação promovia a quebra entre a racionalidade ideológica escravista e a sua base social e política?

Para responder essa questão, parte-se da hipótese de que as representações a respeito da escravidão foram fios de uma trama assentada na tese de uma crise moral, urdida como uma estratégia. Conforme Certeau, estratégia significa “*o cálculo (ou manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado.*”²⁶ Nesse sentido, a idéia de uma crise moral decorrente da permanência da escravidão, além de neutralizar e isolar a luta dos escravos, em prol de sua liberdade e autonomia, em relação aos proprietários de escravos, ocultaria por um lado o processo de decadência em que se encontravam as classes dominantes em uma conjuntura em que a luta dos escravos, o abolicionismo e o desenvolvimento do capital industrial exigiam a configuração de outras condições históricas e sociais. Uma vez que

²⁴ AZEVEDO, Célia M. Marinho de. op. cit, 1987.

²⁵ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem, 6ª ed., São Paulo: Hucitec, 1992. p. 95.

²⁶ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Petrópolis, RJ, 1996. p. 99.

essa proposição fosse aceita, com ou sem questionamentos, a solução da crise contribuiria para a recomposição das relações de dominação na perspectiva das classes dominantes, as quais, por meio de seus articuladores, capitalizariam as vantagens já implícitas, ou seja, o controle da história no futuro.

Nessa perspectiva, infere-se que os articulistas dos jornais analisados, como porta-vozes de posições político-ideológicas dessas classes, envolveram-se no debate desempenhando, cada um a seu modo, uma campanha pedagógica, procurando influenciar a opinião de leitores por meio da publicação de artigos que discutiam a escravidão.

Esta investigação se situa no campo da concepção materialista da história. De acordo com Marx,

[...] Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica, política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política, e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.²⁷

Nessa perspectiva de análise definiu-se o método dialético para que se viabilize o objeto e os objetivos deste trabalho, uma vez que o mesmo possibilita transcender a aparência das palavras articuladas sob a forma de discurso no âmbito das condições materiais da formação social na qual são elaboradas. Desse modo, as representações da escravidão adquirem maior inteligibilidade ao serem compreendidas a partir das relações sociais vivenciadas, sobretudo entre proprietários rurais e os escravos em sua totalidade e, em particular, no contexto da decadência da agricultura mercantil de exportação. Não é demais sublinhar que os trezentos anos de escravidão criaram, no Brasil, uma experiência de vida, na qual, comerciantes e proprietários rurais enriqueceram e, por isso, construíram uma “consciência moral e afetiva” da qual não seria fácil prescindir a não ser quando a própria sobrevivência estivesse em jogo.

²⁷ MARX, K. & ENGELS, F. Obras escolhidas: prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”, vol. 1. São Paulo: Editora ALFA-OMEGA, 1961. p. 301.

Assim, no final do século XIX, em meio ao processo de decadência da agricultura de exportação, muito se debateu acerca desse tema.

As representações relativas a escravidão, pelo já exposto, são analisadas como formulações ideológicas elaboradas com propósitos muito precisos que carecem ser investigados e compreendidos. Quanto aos artigos de jornal analisados neste trabalho, vale esclarecer que os mesmos foram selecionados considerando-se a periodização constituída pelas leis abolicionistas promulgadas pelo governo brasileiro nas décadas de 1870 e de 1880.

O texto desta tese de doutoramento está dividido em duas partes articuladas pelo tema escravidão. A parte I, “A gênese da agricultura mercantil e escravista no Maranhão”, é composta de dois capítulos. No primeiro capítulo, “A estrutura econômica e social do Maranhão”, é apresentado um cenário de contradições, colocando em discussão a estrutura social escravista maranhense estabelecida com a agricultura mercantil de exportação. No segundo, são tratadas as diferentes formas de luta organizadas pelos escravos no que se refere aos seus modos e perspectivas.

A parte II, “A imprensa e decadência da agricultura mercantil no Maranhão”, dividi-se em dois capítulos, tendo como objetivo compreender a função de representações construídas a respeito da escravidão e apresentadas por meio da imprensa jornalística no contexto da decadência da agricultura mercantil. Nessa perspectiva, no terceiro capítulo, “A imprensa periódica no Maranhão”, faz-se uma breve análise acerca do processo de instalação da imprensa periódica salientando, sobretudo, a sua inserção no âmbito das relações sociais da província na primeira metade do século XIX. Já no quarto capítulo, “A imprensa e a decadência da agricultura mercantil”, objetiva-se compreender, por meio da análise do perfil ideológico dos jornais investigados e de seus leitores, a função de representações da escravidão e de propostas apresentadas para superar a decadência da agricultura mercantil de exportação.

Por fim, espera-se oferecer algumas pistas que ajudem a se compreender, um pouco mais, significados ainda obscurecidos no que se refere ao fim da escravidão no Brasil, mais especificamente quanto à experiência do Maranhão, à época, uma província decadente em termos econômicos e fora do eixo do poder político no segundo

Império. Assim, no limite, apontar alguns elementos que ajudem a esclarecer o porquê da pobreza, do preconceito e da discriminação racial enquanto características do processo de sociabilidade da população negra no Brasil e, em particular, no Maranhão. Em suma, espera-se que a reflexão acerca da experiência maranhense possa contribuir para que se relativize a tese da inadequação do negro à sociedade competitiva e se compreenda essa realidade de exclusão social da população negra como o resultado de um encaminhamento político e ideológico articulado num contexto de luta de classes polarizado pelos proprietários rurais, defendendo a permanência da concentração da riqueza e da terra e por escravos em permanente luta pela liberdade para disporem, plenamente, de si e para si.

PARTE I
A GÊNESE DA AGRICULTURA MERCANTIL E ESCRAVISTA NO
MARANHÃO

1 A ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL DO MARANHÃO: um cenário de contradições.

“A escravidão desonra o trabalho”

Alex Tocqueville¹

A gênese da formação histórica do Maranhão está inserida no contexto da expansão do império colonial português, na América, no século XVII. Por isso, a sua estrutura econômica foi baseada na agricultura mercantil de exportação e no trabalho escravo, tendo como função histórica gerar riquezas para a metrópole produzindo artigos primários exportáveis. Primeiro algodão e arroz, depois açúcar. Desse modo, de acordo com Caio Prado Jr.:

[...] A colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos”.²

Nesse sentido, afirmar-se que à capitania do Maranhão foi integrada a economia colonial, cuja dinâmica estava assentada no capital escravista mercantil, ou seja, o capital aplicado na produção de mercadorias por meio do uso do trabalho escravo, com vistas a produzir mais-valia. Como destacou Marx:

[...] Nos Estados norte-americanos do Sul o trabalho dos negros conservou certo suave caráter patriarcal enquanto a produção se circunscrevia substancialmente às próprias necessidades. Porém, tão logo a exportação de algodão passou a ser uma mola vital para aqueles Estados, a exploração intensiva do negro se converteu em fator de um sistema calculado e calculador, chegando a dar-se casos de esgotar-se em sete anos de trabalho a vida do trabalhador. Agora, já não se tratava de obter dele uma certa quantidade de produtos úteis. Agora, tudo girava em torno da produção da mais-valia pela mais valia.³

¹ PACOTILHA, São Luís, 29 de maio de 1883, p. 3

² PRADO JUNIOR. Caio. *A formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1942. p. 310.

³ MARX, Karl, *El Capital: Crítica de la Economía Política*. México-Bueno Aires, Fondo de Cultura Económica, v. I e II, v. III, 1965. p. 321. Apud, PIRES, Julio Manuel & COSTA, Iraci Del Nero da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação, In: *Estudos Avançados: Liberalismo e escravidão: desafios I*, Vol. 14, nº 38, São Paulo: IEA/USP, 2000. p. 87 – 120. p. 88

No âmbito da agricultura mercantil, a escravidão se realizava com base nessa determinação econômica, ou seja, gerar mais-valia para os escravagistas, os quais como capitalistas personificavam o capital mercantil escravista. A produção interna girava em sua órbita, porque influía na produção de mercadorias (exportáveis ou não) de valores de uso e de serviços, além de abarcar, também, a alocação de fatores e recursos se espalhando pela esfera da circulação. Desse modo, afetava a geração e distribuição da renda, a escala da produção, o tamanho das plantas instaladas, as técnicas utilizadas e os elementos afeitos à qualificação da mão-de-obra. Enfim, sua presença condicionava toda a economia colonial, tendo como eixo, as relações estabelecidas no processo de produção.⁴ A partir desses pressupostos, torna-se possível considerar que o Maranhão foi uma criação do capital mercantil escravista.

Até a primeira metade do século XVIII, o Estado do Grão-Pará e Maranhão não estava bem integrado ao mercado internacional de trocas, embora desde o século XVII fizesse parte do império colonial português. Devido aos fatores como a influência do Marquês de Pombal na estrutura de poder da Corte portuguesa, associado a uma conjuntura favorável a novos produtos de exportação, a agricultura mercantil e escravista foi constituída, em definitivo, condicionando a forma de ocupação, o povoamento e a exploração econômica no Estado. A atividade econômica deveria contribuir, em particular, tanto para a recuperação da cidade de Lisboa atingida por um terremoto, como para pôr um fim à dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra.⁵

Celso Furtado sublinhou que, observada no seu conjunto, a economia do Brasil colonial, no último cartel do século XVIII, apresentava-se como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam isolados, como por exemplo, a capitania do Pará. Dos três principais centros econômicos do Brasil colonial: a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão – foi este último, o único que conheceu uma efetiva prosperidade nos últimos decênios do século XVIII.⁶

⁴ PIRES, Julio Manuel & COSTA, Iraci Del Nero da. op. cit. p. 87 – 120.

⁵ BOXER, Charles. *O Império marítimo português (1415 – 1825)*, Trad. Anna Olga de Barros Barreto, São Paulo: Companhia das Letras, 2002; DIAS, Manuel N. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1775-1778)*. Pará: UFPA, 1970.

⁶ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 24ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

No Maranhão, a agricultura mercantil e escravista de início, foi baseada nas culturas do algodão e do arroz devido à modificação no mercado mundial de produtos tropicais provocada pela guerra de independência das treze colônias inglesas da América do norte e a contínua demanda de matéria-prima gerada pela revolução industrial. Acrescente-se a esses fatores, a situação de crise em que se encontravam a cana-de-açúcar e a mineração; o solo fértil para as culturas de algodão e arroz; e a influência da Companhia Geral de Comércio do Estado Grão-Pará e Maranhão criada para capitalizar proprietários rurais e abastecê-los de trabalhadores escravos. Como bem salientou Furtado:

[...] A produção maranhense encontrou, assim, condições altamente propícias para desenvolver-se e capitalizar-se adequadamente. A pequena colônia, em cujo porto entrava um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de algum índio escravo para sobreviver, conheceu excepcional prosperidade no fim da época colonial, recebendo em seu porto de cem a cento cinquenta navios por ano e chegando a exportar um milhão de libras.⁷

A articulação desses elementos fez da capitania do Maranhão um núcleo produtor e exportador de produtos primários para cumprir com as determinações do processo de acumulação capitalista baseado na circulação de mercadorias. Nestes termos, a respeito do *boom* da economia maranhense, na segunda metade do século XVIII, não é absurdo inferir que se tratou de uma prosperidade determinada de fora para dentro, cujos resultados negativos não demoraram em se manifestar, uma vez que ao longo do século XIX, o padrão de renda e de riqueza das classes dominantes, oscilava em decorrência da variação de preços e do consumo de seus produtos exportáveis no mercado internacional. A despeito dessas implicações, não é demais sublinhar que a agricultura mercantil e escravista transformou a paisagem natural dos vales dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré, Pericumã e da faixa litorânea ocidental. Nestas regiões foram instaladas fazendas de algodão e arroz e, depois, engenhos de cana-de-açúcar. Do mesmo modo, também, influiu na composição social da população dado o fluxo de africanos para o Maranhão por meio do tráfico internacional de escravos. Vale salientar que a escravidão de diversos povos africanos com diferentes práticas culturais, a partir da segunda metade do século XVIII no Maranhão, passou a ser a relação de trabalho dominante, na produção de mercadorias e serviços.

⁷ Ibid. p. 91

Fonte: CARREIRA, A. Companhia geral do Grão-Pará e Maranhão. São Paulo: Nacional. 1988. Adaptado por PEREIRA, J. de J. 2006

MAPA 01 - ROTAS DOS NAVIOS DA COMPANHIA DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO

Entre os anos de 1756 e 1789, os mercados de São Luís e de Belém foram abastecidos com 20.339 escravos transportados pela Companhia Geral de Comércio do Estado Grão-Pará e Maranhão de diferentes lugares da África: Bissau, Cacheu, Angola, Serra Leoa. Dos 20.339 escravos, 8.937 eram homens adultos (43.9%), 5.332 mulheres (26.2%), 2.213 rapazes (10.8%), 1.754 mulheres jovens (8.6%), 40 crianças (0.19%) e 2.063 sem uma indicação específica (10.1%).⁸ Por outro lado, carece-se de informações que contribuam para um conhecimento mais aprofundado a respeito de africanos transportados para a América no que se refere aos critérios como a idade, o sexo e grupos etnoculturais. Conforme Carreira, a simples indicação

⁸ CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo: Editora Nacional, 1988; HERNANDEZ, Leila L. *Os filhos do sol: a formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002.

do porto de embarque não conduz a nenhuma conclusão, sobretudo, no que se refere à origem étnica de africanos escravizados.⁹

Até a primeira metade do século XIX, a capitania do Maranhão estava dividida em comarcas, municípios, vilas e freguesias distribuídas em uma área física de 16.000 léguas quadradas (cf. mapa 02, p. 29). Estendendo-se desde a margem do Oceano Atlântico até a Nova Vila de Caxias na latitude meridional de seis graus, comportava uma população que, em 1819, não chegava a trinta mil almas livres.¹⁰ Era a área mais vantajosa para a realização dos objetivos econômicos da colonização portuguesa, uma vez que estava situada na faixa litorânea do Atlântico e possuía uma rica vegetação com densas matas, um clima tropical com temperatura média de 28 graus e duas estações: a de chuvas (o inverno) que ocorre entre os meses de dezembro a junho, e a de seca (o verão) que ocorre entre os meses de julho a novembro de cada ano.¹¹ As estações de chuva e verão foram importantes para a organização do tempo de produção e da colheita de safra, mas também, para a luta dos escravos, pois as fugas, por exemplo, ocorriam, em geral, no tempo de chuvas por se tratar de um tempo que dificultava a perseguição e a captura dos escravos que fugiam.

As terras eram adquiridas pelos proprietários rurais por meio de sesmarias e garantidas por cartas de datas. Em média, a área física das propriedades era delimitada por três léguas de largura e três de comprimento.¹² A agricultura mercantil de exportação, sustentada à base do trabalho escravo, determinou a forma e o conteúdo das relações sociais, econômicas, políticas, bem como a visão de mundo dos agentes sociais do processo histórico-social maranhense com grande intensidade, até ao final do século XIX.

Como já referido, nesse trabalho, os ricos comerciantes, os proprietários rurais e os escravos são compreendidos como classes sociais, tendo-se por base as formulações de Thompson. Para este, a classe acontece *“quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos*

⁹ CARREIRA, Antonio, op. cit. p.113

¹⁰ RIBEIRO, Major F. de Paula. *Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão*. 1849. IN: *Revista do IHGB*, 1849.

¹¹ REGO, Fabio Hostilio de Moraes. *Breve notícia sobre a província do Maranhão*. 1875.

¹² SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*, volume I, Tradução Lucia F. Lahmeyer, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 477.

interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus".¹³ A partir dessas considerações, compreende-se que os ricos comerciantes e os proprietários rurais constituíam as classes dominantes do Maranhão, contra as quais lutaram os escravos. Nesse sentido, ressalta-se que as fugas, os quilombos e as insurreições de escravos são indícios de lutas de classes ocorridas no Maranhão.

Fonte: REIS, J. J.; e GOMES, F. dos S.; São Paulo: Companhia das Letras, 1996/ Adaptado por PEREIRA, J. de J. 2006

MAPA 02 - NORTE DO MARANHÃO/Século XIX

¹³ THOMPSON, Edward P., *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 3 volumes, vol. 1: A árvore da liberdade, p. 10.

As classes dominantes possuíam os recursos econômicos necessários à produção de artigos primários para exportação: algodão, arroz e açúcar, isto é, a terra, as ferramentas, os equipamentos e a força de trabalho escrava. Na luta pela concentração da propriedade da terra e do controle dos meios de produção, os proprietários rurais faziam-se como classes procurando garantir os seus interesses em detrimento dos interesses de trabalhadores escravos e livres pobres submetidos à sua exploração econômica, dominação social e política de forma direta ou por intermédio de seus interlocutores, investidos de poder institucional, na condição de autoridades públicas como vereadores, deputados, juízes e delegados de polícia, entre outras funções.

Contudo, convém esclarecer que se utiliza o conceito de classe dominante numa acepção limitada, segundo a qual essa categoria não significa uma classe social toda poderosa, ou que possa realizar os próprios interesses sem encontrar resistências e sofrer ocasionais derrotas mais ou menos severas. Pois, de acordo com Marx, *“para se poder oprimir uma classe, têm de lhe ser assegurada as condições em que possa pelo menos ir arrastando a sua existência servil”*.¹⁴

Em outras palavras, que o domínio de uma classe social em relação a sua oponente é uma procura contínua que requer adaptações, inovações de comportamento, bem como modificações táticas e estratégicas da própria ação, permitidas pelas circunstâncias históricas em que age. Desse modo, consegue que *“as decisões de maior incidência política ou econômica, bem como no campo cultural ou educativo, tomadas pela burocracia ou por outras organizações ou coletividades, sejam, ao longo do tempo, mais convenientes aos seus próprios interesses do que aos de outras classes”*.¹⁵ Nesse sentido, compreende-se que a concessão por proprietários rurais de um dia por semana para os escravos trabalharem na produção de alimentos para si e a doação de carta de alforria a escravos, eram indícios significativos de readaptações dos proprietários rurais em face das fugas, dos quilombos e das insurreições escravas que colocavam em cheque a condição dos proprietários rurais como classe dominante.

¹⁴ MARX, K. & ENGELS, Manifesto do partido Comunista. p. 93. In: CARONE, Edgar. *A trajetória do partido Comunista no Brasil*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

¹⁵ GALLINO, Luciano (Diretor). *Dicionário de Sociologia*. Classe dominante (verbetes). Traduzido por José Maria de Almeida, São Paulo: Paulus, 2005, p. 105.

1.1. As Classes Dominantes do Maranhão

No cotidiano da estrutura social escravista maranhense, os ricos comerciantes e os proprietários rurais: fazendeiros de algodão e donos de engenhos de açúcar se comportavam baseados no desejo de serem reverenciados. O prestígio e a visibilidade social dessas classes estavam assentados na riqueza gerada pela agricultura mercantil de exportação, na posse de muitos escravos e no suntuoso estilo de morar, em casarões coloniais nas cidades de São Luís e Alcântara, ou em vivendas (Casas-grande) no interior da província. Acrescente-se ainda o hábito de enviar os filhos homens para estudarem na Europa, sobretudo em Portugal, França ou Inglaterra, por distingui-los das classes trabalhadoras.

Nas numerosas fazendas, dispostas pelo interior da província, a extensa casaria indicava a opulência de seus donos. A casa de morada, chamada de vivenda era construída à base de pedra, cal e coberta de telha. Esta, além de uma ampla varanda na fachada de frente, ainda possuía numerosos aposentos em sua parte interior. Nela, o seu proprietário vivia em relativo conforto por ser possuidor de uma larga escravaria. Além da casa-grande, nas fazendas ou engenhos, existiam outras edificações: as casas de forno para fazer farinha, os alambiques e todo o aparato de ferramentas e equipamentos necessários para o trabalho de lavoura. Algumas possuíam bois, cavalos e canoas para as pequenas viagens. O viajante inglês Henry Koster, em 1811, observou a respeito do Maranhão:

*[...] A proporção das pessoas livres é pequena. Os escravos têm muita preponderância, mas essa classe necessita de pouca coisa, no tocante aos gastos, quando o clima dispensa o luxo. (...) As principais riquezas da região estão nas mãos de poucos homens, possuidores de propriedades prosperas, com extensões notáveis, grupos de escravos e ainda são comerciantes (...) A fortuna dessas pessoas e o caráter de alguns indivíduos fundamentaram seu grande poder e importância.*¹⁶

No Maranhão, as principais riquezas estavam nas mãos de uma minoria, ou seja, os “*possuidores de propriedades prósperas, com extensões notáveis, grupos de escravos, e ainda eram comerciantes*”, cuja fortuna fundamentava seu “*poder e importância*”. Por essa razão, no início do século XIX, a abertura dos portos brasileiros ao comércio com outros países possibilitou uma nova ocasião de gastos,

¹⁶ KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução Luiz da Câmara Cascudo São Paulo: Companhia Editora nacional, 1942. p. 24.

dada á facilidade de obter artigos de roupa e mobília em face de fortuna acumulada pelos prósperos homens de negócios envolvidos com o tráfico internacional de escravos, o comércio exportador/importador e a agricultura mercantil de exportação. Cabe destacar que parte dessa fortuna foi investida na construção de suntuosos casarões coloniais de dois ou três pavimentos, revestidos com uma rica azulejaria portuguesa e ornados com seus belos e diversificados gradis dispostos em suas várias portas e janelas.

Nas cidades de São Luís e Alcântara, a arquitetura urbana ficou caracterizada pelo casario de estilo colonial, símbolo de ostentação dessa fase de euforia, de luxo e de riqueza.

Em 1832, Alcides d' Orbigny, a partir de sua estada em São Luís descreveu o estilo de viver de setores das classes dominantes do Maranhão nos seguintes termos:

*[...] A população branca do Maranhão é, verdadeiramente, notável, pela sua elegância, de seus modos e de sua educação esmerada. Não só a riqueza da região, o desejo de imitar os costumes europeus (...) mas também, e principalmente, a liberdade, a boa educação, a polidez e doçura dos maranhenses, contribuíram para tornar aquela cidade um dos lugares do Brasil onde é mais agradável a permanência. Quase todas educadas em Portugal, as jovens maranhenses levam consigo, o gosto pelo trabalho e pela ordem e hábitos de reserva e discrição.*¹⁷

A despeito de eventuais exageros do referido viajante, é oportuno destacar que do interior dessas classes sociais saíam os indivíduos que compunham a elite política, ou seja, *“os indivíduos que efetivamente exercem o poder político em uma sociedade em qualquer epoca”*.¹⁸ Em outras palavras, uma *“camada social muito pequena, composta por frações de uma ou mais classes sociais, que exercia diretamente, por meio das estruturas governamentais, ou indiretamente, por meio de vários mecanismos de dominação, o poder político”*.¹⁹ Nesse sentido, a elite política maranhense era uma fração restrita da população total que, entre outros atributos, exercia funções públicas ocupando cargos da burocracia pública local como Vereadores, Deputados Provinciais, Desembargadores, Juízes, Delegados e

¹⁷ ORBIGNY, A. d'. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Ed. Itatiaia. Trad. David Landim. 1976. p. 85.

¹⁸ BOTTOMORE, T. B. *As elites políticas e a sociedade*. Tradução Otávio Guilherme Velho. 2ª ed., Rio de Janeiro, 1974. p. 16

¹⁹ GALLINO, Luciano (Diretor). *Dicionário de Sociologia*. Elite (verbete). Traduzido por José Maria de Almeida, São Paulo: Paulus, 2005, p. 256.

Subdelegados de polícia, e na Corte como Deputados Gerais, Senadores, Conselheiros ou Ministros de Estado. O resultado de suas ações era assegurar as prerrogativas do poder econômico, social e político das classes dominantes em detrimento das classes que lhe eram contrapostas.

A título de exemplo, faz-se necessário expor o percurso político de Joaquim Vieira da Silva e Sousa (1800 – 1869), filho de rica família de fazendeiros de algodão de Rosário. Os seus dados biográficos são bastante significativos para se compreender os meandros do processo de formação da elite política maranhense. Aos vinte e dois anos, bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e logo se tornou membro da primeira Câmara Independente do Maranhão. Em 1824, foi empossado como Juiz de Direito e de Ausentes de São Luís e, em 1829, alçado ao cargo de Juiz de Fora, em Fortaleza, província do Ceará. Em 1831, foi nomeado Presidente de Província do Rio Grande do Norte. Ainda quando exercia o cargo de Magistrado do Maranhão foi nomeado, em 1832, Presidente da Província para o período de 1832 a 1834. Ao término de seu governo se elegeu Deputado Geral para a legislatura de 1834/37. Por integrar o gabinete imperial, elegeu-se Senador pelo Espírito Santo. Aos 40 anos foi nomeado Desembargador e depois presidente do Tribunal da Relação do Maranhão. Em 1859 foi eleito Senador do Império pelo Maranhão. Depois, ele foi ministro do Império da Marinha e do Exército, e em 1864, do Supremo Tribunal de Justiça, cargo que deixou quando de sua aposentadoria.²⁰

A despeito dos méritos pessoais de Joaquim Vieira da Silva e Sousa, cumpre esclarecer que os cargos, por ele exercidos em sua vida de homem público, resultavam de uma prática em que o poder privado se confundia com o poder público. Os ricos comerciantes e os proprietários rurais, isto é, prósperos lavradores de algodão, para garantirem a realização de seus interesses de classe, influíam na política local elegendo vereadores, deputados e senadores, intervindo no resultado de eleições, indicando pessoas para ocuparem cargos da burocracia pública local ou na Corte. Essa engenharia política se sustentava por meio de uma complexa rede de compromisso permeada por laços de amizade e matrimoniais constituídos entre as famílias ricas, tal como ocorria em outras províncias brasileiras.

Por meio dessa engenharia política, as classes dominantes controlavam as instâncias de poder local em benefício próprio. Para tanto, também utilizavam seus

²⁰ COUTINHO, Milson. *Apostamentos para a história judiciária do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1979. pp.116-117.

filhos “doutores” formados na Europa ou nas Faculdades de Direito do Recife ou de São Paulo, transformando-os em políticos a seu serviço. Com este comportamento, essas classes reforçavam a concepção de que a visibilidade e o prestígio social eram conquistados por meio da integração ao “mundo civilizado europeu”, estudando-se Medicina ou Direito, áreas de saber científico com a autoridade para sistematizar, julgar e explicar os acontecimentos ocorridos na vida cotidiana e, na mesma medida, propor as soluções necessárias e relativas à ordem pública e a promoção do progresso. Nessa perspectiva, sobretudo os “doutores advogados” como Desembargadores, Juízes e Delegados, desempenharam uma função estratégica importante, pois nos meandros do processo de aplicação da justiça determinavam em nome da ordem pública a prisão e a condenação de escravos quando estes ousavam se rebelar contra a escravidão e os seus exploradores.

1.2. As Classes Trabalhadoras: escravos e livres pobres

Na formação histórico-social do Maranhão, a presença de escravos foi marcante não só por sua condição de trabalhadores, mas porque possuí-los para servir era um elemento de distinção social, bem como um dos critérios de acesso ao mercado de capitais da época. O fazendeiro maranhense que desejasse demonstrar opulência e desfrutar de alto prestígio social tinha que ser possuidor de numerosa escravaria, ainda que para tanto se endividasse junto aos vendedores de escravos, pois como sublinhou Gayoso:

*[...] O preço dos escravos no Maranhão é horroroso, e muito mais sobido do que em qualquer parte da América, é um fato de que ninguém duvidar pode. Que este tem sido, se não o único, ao menos um dos principais motivos que tem diminuído a riqueza dos lavradores.*²¹

Os trabalhadores escravos, em sua maioria, trabalhavam nas diferentes etapas que caracterizavam o processo de produção de mercadorias como o algodão, o arroz e o açúcar, em estado bruto, para exportação, bem como numa variedade de serviços, tais como a construção civil, as atividades domésticas, portuárias e o comércio informal de alimentos, entre outros.

²¹ GAYOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Paris: Officina d P. N. Pogeron, 1818. p. 208

A partir do perfil das atividades praticadas pelos escravos, pode-se caracterizá-los em: escravos do eito e escravos urbanos. Estes, por sua vez, ainda podem ser divididos em escravos de ganho e de aluguel.

1.2.1. Os escravos do eito

Os escravos do eito eram aqueles envolvidos na faina agrícola. Para se produzir o algodão enquanto mercadoria era, em média, exigido um plantel de cinquenta (50) escravos.²² Nesse processo, o tempo de trabalho variava de 16 a 20 horas de trabalho/dia durante uma semana de seis dias e meio (6,5), o que equivalia 4.992 a 6.240 horas de trabalho em um ano de 312 dias.²³ Sob essas circunstâncias, não é exagerada a observação feita por Magalhães a respeito do tratamento dispensado aos escravos, sublinhando que eram:

[...] Tratados com tão bárbaro rigor, que até o necessário sustento lhes negam: uma espiga de milho é o seu almoço, arroz e farinha o jantar, do mais lhes fornecem a rapina e a caça; andam nus ou cingidos com uma pequena tanga, salvas as poucas exceções; e por isso procuram os escravos subtrair-se ao jugo do senhorio.²⁴

A precariedade da condição de vida e de trabalho de escravos no Maranhão era notória. Segundo Brandão Jr., nas fazendas maranhenses, a lei era a vontade do senhor transmitida pelo feitor, de ordinário, um escravo de confiança, verdadeiro transmissor do mando do senhor. Em poucas palavras,

[...] O que bem mandava o senhor melhor executava o escravo (o feitor) na excessiva exigência do pesado trabalho da lavoura: às seis horas da manhã, o feitor faz levantar da sua rude cama ao pobre escravo fatigado dos trabalhos de véspera: este dirige-se ao serviço; começa a roçar o mato para a plantação do ano seguinte, isto é, a cortar com foice as árvores menores. Este trabalho dura de ordinário dois meses, conforme o mato que roçam e as roças dos escravos. Depois segue-se a derribar a machado as grandes árvores, e tanto este como o primeiro trabalho dura doze horas por dia. A noite volta o escravo a casa onde o espera um serão de duas ou mais horas; conforme a rispidez ou bondade do senhor. Deitam, depois fogo à derribada, e encoivaram-na, isto é, cortando e arrumando em montes aqueles ramos e troncos menores das árvores que escaparam ao incêndio.²⁵

²² Ibid. p. 263

²³ MESQUITA, F. de Assis Leal. op. cit. p. 145.

²⁴ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão: desde 1839 até 1840*. 6ª ed., São Paulo: Siciliano, 2001. pp. 19-20.

²⁵ BRANDÃO JUNIOR. *A escravatura no Brasil: precedida de um artigo sobre agricultura e colonização no Maranhão*, Bruxelles: Typ. H. Thary-Van Buggenhoudt, 1865. p.30

Os escravos, sob a disciplina do chicote de feitores, preparavam a terra para a produção de produtos exportáveis como o algodão, o arroz e depois o açúcar. O calendário agrícola, no que se refere à cultura do algodão, caracterizava-se pelas seguintes atividades: em novembro, após a queimada, seguia-se a coivara, isto é, a limpeza da terra para deixá-la pronta para o plantio. No mês de dezembro, os escravos faziam o plantio empregando uma pequena enxada para plantarem a semente de algodão, e, em consórcio, o arroz, a mandioca e o milho. Nos meses de janeiro e fevereiro, os escravos faziam a limpeza do algodão com um sacho por meio de capina. Em março, quebrava-se o algodão, quando necessário. Nos meses de abril e maio, batiam-se as capoeiras de algodão. O mês de junho era dedicado a outras atividades como o corte de arroz e o fabrico de farinha. Em julho, principiava-se a roçar novas terras para o algodão. No mês de agosto, começava-se a colheita.

Nesse processo, os escravos eram distribuídos entre os pés de algodão em grupos e, sob a vigilância do feitor, colhiam os capuchos de algodão, armazenando-os em um côfo: cesto tecido de palha que traziam atado à cintura. Nos meses de setembro e outubro, prosseguiram as atividades de colheita e de roçado. Depois, o algodão era empacotado em sacos de tecido grosseiro de algodão fabricado em larga escala por servir, também, para fazer roupas de escravos e, por isso mesmo exportado para outras províncias vizinhas, entre elas o Pará.²⁶ Após o ensacamento o algodão era transportado até as embarcações no rio Itapecuru para ser levado ao porto de São Luís e, de lá, para mercados europeus como Roterdã, Hamburgo, Amsterdã, Gênova, Ruão, Marselha e, em particular, Londres dado o crescimento do setor de fiação e tecelagem.

Convém esclarecer que, após duas safras de algodão, a roça era abandonada em proveito de novas terras, uma vez que esse sistema não estava assentado em nenhum princípio de rotação e descanso do solo, mas à disponibilidade de terras férteis e à perspectiva imediata de obtenção de lucros por comerciantes e proprietários rurais enquanto o produto estivesse em alta no mercado. Em decorrência disso, ao longo do tempo em que durou a agricultura mercantil e escravista, não se verificou nenhuma preocupação relativa à necessidade de se preservar o meio ambiente, haja vista, a própria abundância de terras com suas riquezas naturais pouco exploradas.

²⁶ MATTOS, B. de. *Almanack administrativo, mercantil e industrial*. São Luiz: Typografia do Progresso, 1868. pp. 50-51; SALES, Vicente. *O negro no Pará*. UFPA, 1970.

Como se sabe, o trabalho escravo, enquanto uma relação social de produção existia para gerar riquezas acumuláveis por comerciantes do setor exportador e por proprietários rurais. Por isso, impunha-se aos trabalhadores escravos que sua manutenção, como força de trabalho, fosse baseada na satisfação de casa, alimentos e roupas. Estes itens tinham para os proprietários rurais, um custo muito baixo ou quase nulo, pois as casas onde os escravos moravam e, em geral, chamadas de ranchos, de palhoças, de choças ou de taperas, eram construídas pelos próprios escravos. As roupas que usavam eram confeccionadas pelos próprios escravos ou por pessoas livres que tivessem habilidades com costura, utilizando-se de pano grosseiro, fabricado na região e comprado a baixo preço pelos donos de escravos.

Do mesmo modo, os alimentos que os escravos consumiam eram, também, por eles plantados e cultivados, a princípio, nas áreas isoladas em relação ao algodão. No entanto, devido à exigência de lucros pretendidos pelos proprietários rurais, os trabalhadores escravos não podiam despender tempo fazendo um deslocamento para a roça de algodão e outro para as culturas de subsistência. Por isso, essa atividade passou a ser consorciada com a lavoura de algodão para proverem parte de seu sustento e alimentação à base de arroz, feijão com carne seca do Rio Grande do Sul ou preparada em fazendas no vale do rio Mearim. Essa alimentação era complementada com peixes, salgados e secos, uma das fontes de nutrição de escravos e demais trabalhadores livres e pobres.²⁷ Nessas condições, o trabalho escravo realizava a fortuna de proprietários rurais, como sublinhou Fabio Alexandrino de Carvalho Reis:

*[...] Quando o lavrador podia comprar escravos boçais às dezenas e centenas, a crédito e a juros de 5% ao ano, a razão de 200\$ por cabeça, e vendia o algodão que eles produziam a razão de 6\$ a 10\$ por arroba, tudo corria às mil maravilhas. O homem probo e laborioso tinha a fortuna feita em pouco tempo, e estabelecia com facilidade os filhos à medida que iam tocando a maioridade.*²⁸

O arroz, até primeira metade do século XIX, foi o segundo produto de exportação maranhense. A produção anual era, em média, de 560.000, 580.000 e até 600.000 alqueires, dos quais um terço era exportado e o restante utilizado na

²⁷ SPIX e MARTHIUS, op. cit. p. 548-549.

²⁸ REIS, Fabio A. de Carvalho. *Cartas a um velho amigo: ligeiro estudo sobre o estado econômico e industrial do Maranhão*. Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luiz dos Santos, 1877. p. 10.

alimentação de escravos.²⁹ O plantio era feito entre os meses de janeiro e maio. Os escravos usavam uma ponta de ferro para abrirem covas, as quais deviam ficar separadas por um e meio até dois palmos entre si. Em cada uma delas eram depositados três grãos. Após cinco meses estava madura a colheita, a qual era feita de modo diferente do sul da Europa. No Maranhão, com o auxílio de uma pequena faca, os escravos colhiam o arroz, cortando os cachos um a um, tomando-os na mão esquerda e, depois, pisavam o pé de arroz, enterrando-o no solo para que de novo criasse raiz e, dois meses depois de fazerem a soca, fosse realizada uma abundante colheita. Na seqüência do trabalho, à noite, batiam os cachos com uma vara para que se desprendessem os grãos. Por dia, um escravo colhia cerca de três alqueires. O arroz era cultivado junto com o algodão, porque a palha apodrecida servia para estrumar a terra.³⁰

1.2.2. Os escravos urbanos

A respeito do trabalho escravo em área urbana, vale salientar que foi mais dinâmico na cidade de São Luís, a capital da Província, e um grande entreposto comercial e portuário. Nela, os inúmeros trabalhadores escravos, na condição de ganhadores ou de aluguel, praticavam as mais diversas atividades. Os homens, entre outras, as de marinheiros, carregadores, estivadores, oficiais da construção civil, de marcenaria, de barbearia. As mulheres, por sua vez, ocupavam-se de serviços domésticos (como cozinhar, lavar e passar), do comércio informal de alimentos (peixes, vísceras de gado, frutas, doces) e de outros artigos. Cabe observar que ainda eram parteiras e amas-de-leite, sobretudo de filhos dos que constituíam as classes dominantes.

A cidade de São Luís se situa na parte norte da Ilha de mesmo nome, a qual está localizada na embocadura do rio Itapecuru, o qual deságua no Oceano Atlântico. A cidade é cercada por duas baías: a de São Marcos e a de São José. Ao sul, separa-se do continente pelo canal chamado de Estreito dos Mosquitos. Dentre os muitos rios e igarapés que possui a Ilha, os mais notáveis são o rio Bacanga e o rio Anil. O primeiro banhando a cidade em seu lado ocidental se lança na baía de São Marcos, entre as Pontas d' areia e da Guia. O rio Anil, nascendo pouco mais de

²⁹ SPIX e MARTHIUS, op. cit. p. 547

³⁰ Ibid. p. 534-36

uma légua, ao oriente da cidade, lança-se no rio Bacanga.³¹ Dada a sua localização geográfica à margem do Oceano Atlântico e às condições próprias da agricultura mercantil e escravista, essa cidade, em sua formação histórica, foi um entreposto portuário e comercial, por meio do qual se fazia a articulação da província com o mercado internacional, comercializando-se algodão, arroz, açúcar, escravos, ferramentas e equipamentos para a lavoura, bem como outros artigos.

No início do século XIX, a cidade de São Luís se compunha de dois bairros: a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Praia Grande) e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. No primeiro, embora menos extenso que o segundo, residia a maior parte dos 30 mil habitantes da cidade. Nele, encontrava-se a Praça do Comércio e os edifícios públicos como o Palácio do Governo, a Contadoria da Fazenda, a Cadeia Pública, a Câmara Municipal e a Casa do Bispo, antigo Colégio dos Jesuítas, contígua à catedral. A topografia dessa área era bastante acidentada devido às suas elevações e depressões, as quais exigiam que os construtores de ruas adotassem o sistema de degraus em algumas delas. O segundo bairro, a Freguesia Nova de Nossa Senhora da Conceição, era mais extenso, mas com reduzido número de moradores e, por isso, com muito terreno ainda por povoar. Nele foi construído o Quartel Militar, chamado de Campo do Ourique.

Um pouco mais de dez ruas configuravam esse núcleo urbano da cidade. Da Praia Grande até a Rua da Palma existiam três ruas paralelas ao mar: a Rua do Giz, a da Estrela e a Rua da Palma, e sete perpendiculares, desde o Colégio dos Jesuítas hoje Catedral da Sé, até o Desterro.³² Depois surgiram as Ruas do Sol, da Paz e a Rua Grande. Essas ruas eram, quase sempre, originárias de caminhos e, por isso, estreitas. Desse modo, só podiam transitar por elas a cadeirinha, a rede – acolhedora, sensual, leito de prazer ou de dor, o carro, a esquife, a serpentina e o palanque. Enfim, os meios de transporte que dispensavam rodas e que eram conduzidos nos ombros de escravos.³³ Essas ruas eram mal calçadas com pedras do tipo roxo-terra, chamadas de cabeça-de-negro, bem como mal iluminadas, por isso usá-las à noite era uma empreita bastante perigosa.³⁴ Um pouco mais afastado desse perímetro urbano da cidade estavam localizados os vários sítios frutíferos, de

³¹ REGO, Fabio Hostílio de Moraes. *Breve notícia sobre a província do Maranhão: exposição nacional*. Rio de Janeiro: Typografia da Reforma, 1875.

³² MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fon Fon e Seleta, 1970. p. 445.

³³ FILHO, Domingos Vieira. *Breve histórico das ruas de São Luís. Maranhão*, 1962. p. 8

³⁴ GAYOSO, José Raimundo de Sousa, op. cit., p. 113.

recreio e descanso de ricos comerciantes, fazendeiros de algodão, e de alguns altos funcionários públicos.³⁵

Fonte: RODRIGUES, Z. M./;2004; Adaptado por PEREIRA, J. de J./2006

MAPA 03 - CIDADE DE SÃO LUÍS EM 1844

³⁵ REGO, Fabio Hostílio de Moraes. op. cit., p. 114.

Com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, a cidade experimentou uma relativa prosperidade material verificada na exuberância da arquitetura de sobrados e casarões enriquecidos com os azulejos portugueses. Em igual medida, o melhoramento de suas ruas, as quais passaram a ser calçadas por determinação pela Câmara Municipal.

Até a construção do Cais da Sagração, em 1841, a cidade era banhada e servida por várias praias: do Caju, Pequena, Grande, Desterro, do Portinho e das Mercês. Essas praias constituíam a orla marítima no sentido leste-oeste, desde a Ermida dos Remédios, elevação onde se encontra, hoje, a Praça Gonçalves Dias e a Igreja dos Remédios. A vida social e econômica se desenvolvia, sobretudo no perímetro demarcado pelas praias Grande, Desterro e a Fonte do Ribeirão, território no qual se encontrava o bairro comercial Praia Grande. Nele, moravam os segmentos das classes dominantes em seus sobrados e casarões e, também, os segmentos das classes trabalhadoras, isto é, escravos, forros e livres, em senzalas e cortiços. Era esse o bairro onde se desenvolviam as atividades financeiras, comerciais e portuárias. Em meio à circulação de mercadorias, por muito tempo, perdurou a atividade de escravos carregando os tigres e os cabungos, isto é, recipientes contendo a vasa das casas para serem despejadas nas praias que circundavam a cidade.³⁶

Na agricultura mercantil e escravista, os escravos eram a um só tempo - força de trabalho e mercadoria. Desse modo, eles integravam o universo de transações comerciais de compra, venda e aluguel. Em razão disso o tráfico internacional foi por muito tempo um negócio rentável, como atestam os inúmeros anúncios de jornais tratando de compra, aluguel e venda de escravos, dado ao seu valor de uso e de troca.

Joaquim Coelho Fragozo, precisava comprar dois escravos, um oficial de ferreiro e outro de carpina e paga bem agradando.

Na Rua do Giz, nº. 35, alugava-se uma preta de meia idade para qualquer serviço e mesmo de roça na Ilha [...] alugava-se mais um preto de idade para da mesma roça acima.

Aluga-se um escravo fiel e apto para a condução d'água e pescaria do Bacanga.

Precisa-se de um preto escravo fiel, para tomar conta de uma rede de pescaria entre o Bacanga e a cidade.

³⁶ FILHO, Domingos Vieira. op. cit. p. 8.

*O procurador da Câmara Municipal desta cidade precisava alugar serventes livres ou escravos para fazer limpeza de praias, praças e fontes públicas, pagando 1400 réis diários.*³⁷

Estes anúncios ressaltam o quanto a escravidão foi importante na vida social da cidade. Por isso, o comércio local de escravos era um dinâmico setor de negócio para os proprietários de escravos, uma vez que além de mão-de-obra, podiam alugá-los ou vendê-los. Daí decorre o fato de que, em linhas gerais, a historiografia a respeito da escravidão urbana tenha destacado práticas difundidas nos centros urbanos, como o sistema de ganho e de aluguel; a mobilidade social dos escravos nesse território, além de mecanismos refinados na consecução do domínio escravista, diante da inexistência de um regime de vigilância estrita aos trabalhadores.³⁸

Os escravos de ganho eram aqueles que, por não terem uma profissão especializada, faziam qualquer tipo de serviço, dependendo da demanda. Esses escravos dispunham de uma relativa autonomia sobre a sua própria força de trabalho, em comparação com os escravos de ganho, pois dependiam do que conseguissem em termos de renda, para pagarem as diárias que lhes eram impostas por seus senhores. Nessas condições, os escravos, homens em geral, trabalhavam no porto como marinheiros, condutores de pequenas embarcações usadas no transporte de pessoas ou de mercadorias, no processo de embarque e de desembarque de navios aportados, como estivadores e carregadores, bem como condutores de meios de transporte. As mulheres desempenhavam inúmeras atividades, entre outras, as de amas-de-leite, cozinheiras, engomadeiras, quitandeiras, vendedoras de peixe, de vísceras de gado, de aves, de doces e frutas em bancas e tabuleiros.

Os escravos de aluguel eram aqueles que possuíam ofício especializado e, por isso, eram requisitados com frequência para os trabalhos em obras públicas como na construção de canais, iluminação pública, limpeza de praias, de praças e fontes. Por se tratar de um trabalhador, cuja rentabilidade era satisfatória, os proprietários investiam, instruindo-os em algum ofício. Do mesmo modo, engajava-os no mercado de trabalho por meio de petições à repartição de obras públicas, tal como se infere do anúncio abaixo.

³⁷ Apud. SOUSA, Irisbela M. *Escravidão urbana em São Luís*. São Luís: UFMA, 1996.

³⁸ ALGRANTI, Leila, *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

*O Sr. Victorino José Rodrigues, pretende empregar os seus escravos no serviço de escavação do Canal de Arapahy pelas mesmas condições já celebradas entre o Tenente Coronel Francisco Mariano Ribeiro, e o Dr. Administrador geral.*³⁹

Os escravos de aluguel rendiam aos seus donos, uma diária entre 200 a 1.400 réis, dependendo do nível de sua especialização. No processo de trabalho ficavam submetidos ao controle e à fiscalização do encarregado de serviço, o qual era autorizado pela Câmara a fazer os descontos, em se tratando da falta dos mesmos ao trabalho, nestes termos:

*A Câmara Municipal desta cidade deferindo sua representação sobre os escravos serventes dessa repartição que faltam as suas obrigações, ou se apresentam tarde, tem determinado que V. S. lhes faça descontos nos seus jornais proporcionados, a maior ou a menor falta, fazendo os assentos necessários, com indicação e clareza dando parte de tudo logo que ocorra para poder-se fazer legalmente a conferência da folha. No caso, além disso, de que alguns serventes falem ao respeito ao encarregado da repartição que os despeça, imediatamente, dando conta e clamando outrem, para que o serviço não padeça.*⁴⁰

Entre esses trabalhadores escravos havia algumas diferenças importantes. Uma delas era a especialização em algum ofício. A diferença fundamental, entre ambos, refere-se à questão do controle do tempo e do valor da força de trabalho. O escravo de ganho, sem uma especialização específica, tendo que gerar alguma renda para o seu senhor, passava parte de seu tempo longe das vistas do mesmo, movimentando-se pela cidade em busca de algo para fazer, o que não era difícil, dada a desvalorização do trabalho manual. Nessas condições, podia usufruir, de forma mais livre, de seu tempo e força de trabalho. O trabalhador escravo de aluguel, ao contrário, ficava sob o controle mais direto de alguém: um fiscal de uma obra pública ou de uma senhora dona de casa. Portanto, nestas condições não podia controlar o tempo e valor de sua força de trabalho que era mais bem remunerada do que a do escravo de ganho.

No entanto, a vida desses trabalhadores escravos, em geral, estava sob vigilância. No que se refere aos modos de viver suas tradições religiosas, bem como as formas de diversão eram submetidas à censura de autoridades públicas e de particulares, afinal, a linha do horizonte que lhes orientava o olhar e a postura era a cultural européia. Entre os elementos dessa tradição o que exercia mais pressão

³⁹ Apud. SOUSA, Irisbela M., op. cit. p. 39

⁴⁰ Ibid. p. 39

ideológica era a religião católica, porque não admitia, por exemplo, as práticas de curas assentadas em uso de ervas naturais consideradas práticas de feitiçaria. Por isso, os seus praticantes eram repreendidos e detidos por autoridades públicas.

Por fim, cabe destacar que os escravos urbanos, em termos comparativos aos escravos do eito, isto é, os trabalhadores da lavoura, viviam de modo menos rígido as relações escravistas, devido à ausência de um feitor. Porém, isso não significava que não estivessem sob vigilância e controle. Por isso mesmo, desenvolveram táticas e estratégias diferentes no que se refere às suas formas de lutas contra a escravidão.

No século XIX, na cidade de São Luis, as ruas, as esquinas e os becos eram lugares para muitas coisas. Os trabalhadores escravos os constituíam como território para as suas experiências de trabalho, intriga, vingança, mas também, para viverem a paixão e o lazer. Com esse propósito, reuniam-se em lugares que consideravam apropriados para tocarem tambor e dançarem, reproduzindo folguedos que trouxeram de sua terra nativa: a África. Do ponto de vista de autoridades públicas municipais e de donos de escravos, esses encontros eram uma “algazarra infernal” que perturbava o sossego público. Por isso, certa vez, alguém expressou, por meio da imprensa jornalística, o seu desconforto a respeito da folgança de escravos argumentando que:

“Fazem certa brincadeira ao costume de suas nações, concorrendo para semelhante fim todas pretas que podem escapar ao serviço doméstico de seus senhores, de maneira tal que com este entretenimento faltam ao seu dever”.⁴¹

Na Rua Afonso Pena, chamada de Formosa, esquina com a Rua José Augusto Correia, situava-se o famoso Canto-Pequeno - um dos locais preferidos dos escravos de canga ou de ganho, no qual esperavam com suas latas e rodilhas, em dias de semana, quem deles quisesse para que abastecessem de água as suas casas. Nesse local, alguns domingos antes do carnaval, ruidosamente, costumavam se reunir em atordoada medonha. Tal alarido fez com que um morador reclamasse às autoridades policiais nos seguintes termos:

“Entrudo: - Sobre este inocente brinquedo, pede-nos um nosso assinante, que chamemos a atenção da polícia para a grande algazarra e ajuntamento

⁴¹ ECO do Norte, edição de 06 de junho de 1853. Apud FILHO, Domingos Vieira, op. cit., p. 24.

*de pretos, que todos os domingos fazem no canto-pequeno, a ponto de impedirem o trânsito das famílias”.*⁴²

Os termos dessas reclamações são indícios de nuances que permeavam a vida dos trabalhadores escravos. Uma primeira questão que aflora se refere ao fato de que a escravidão não conseguiu desumanizar os africanos arrancados de seu lugar de origem pelo tráfico internacional de escravos, nem tão pouco apagar neles lembranças de sua terra natal. Afinal, reuniam-se para dançar “*ao costume de suas nações*”. Esta prática, além de expressar o acima aludido, demonstra que no processo de ressocialização, os africanos, como escravos desenvolviam táticas de boicote à exploração que estavam submetidos, pois “*concorriam para semelhante fim todas pretas que podiam escapar ao serviço doméstico de seus senhores, de maneira tal que com este entretenimento faltavam ao seu dever*”. Desse modo, alguma tarefa deixava de ser feita enquanto dançavam tambor, flertavam ou namoravam; enfim, alegravam-se movidos por “bebidas espirituosas”, bem como ocorria no tempo da festa do carnaval, exigindo a atenção da polícia para “*a grande algazarra e ajuntamento de pretos*”.

A releitura crítica dessas práticas contribui para que se valorize a participação dos escravos na construção/desconstrução das relações sociais baseadas na escravidão. Portanto, numa perspectiva contrária à interpretação de que os escravos incorporaram essa desumanização.⁴³

A partir da década de 1840, a Câmara Municipal e a Assembléia Legislativa elaboraram e votaram os Códigos de Postura de 1842 e de 1866, com o propósito de melhorar o perfil urbano da cidade e disciplinar as relações de seus habitantes com a cidade. Em particular, quanto a formatação de logradouros públicos, de calçadas e testadas, de edificações, de atividades comerciais, e do uso de ruas, largos e praças no que se referia ao lazer.⁴⁴

A edição desses códigos, sobretudo o de 1842, foi feita na conjuntura constituída após o fim da Balaiada. Considerando-se a ampla participação de escravos no cotidiano da cidade, infere-se que esses códigos tinham outros

⁴² PUBLICADOR Maranhense, São Luís, 09 de janeiro de 1863. p. 3. Biblioteca: Arquivo Público do Estado, São Luís: MA.

⁴³ CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁴⁴ MARANHÃO, Edital à Câmara Municipal referente às posturas aprovadas pelo Conselho Geral da Província. São Luís: Tipografia da Temperança, 1842; _____. Coleção de Leis, decretos e resoluções do Maranhão. Volume (1865 – 1866), São Luís: Tipografia do Frias, 1866.

objetivos, cujo alcance se definia para além dos três recortes neles estabelecidos, quais sejam: regularidade e aformoseamento; cômodo e segurança, e salubridade da cidade. Nesse sentido, por um lado, a proposição destes recortes refletia uma política de adequação da cidade às exigências estéticas das classes dominantes, ou seja, um estilo de morar correspondente à riqueza auferida com base na agricultura mercantil e escravista. Com esse propósito não era conveniente manter os escravos dispersos pela cidade. O aformoseamento exigia, em contrapartida, a disciplina e o seu controle social de modo a afastar a possibilidade de eclosão de um movimento de escravos com características comuns ao da Balaiada.⁴⁵ Afinal, as contradições sociais eram visíveis e causavam o temor das classes dominantes quanto às eventuais ações desses trabalhadores.

1.2.3. Os livres pobres

Segundo Caio Prado Jr., dada a relevância do trabalho escravo nas atividades produtivas e nos serviços, a população livre e pobre ficou, de certo modo, à margem da agricultura mercantil e escravista. Para o autor *“quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor era um elemento desajustado que não podia se entrosar, normalmente, no organismo econômico e social do país”*.⁴⁶ Trata-se de uma interpretação permeada pelo exagero, uma vez que os homens livres pobres estavam integrados à estrutura escravista, embora a sua situação social e econômica fosse precária.⁴⁷

Portanto, não é demais sublinhar uma vez mais que a economia maranhense estava condicionada à presença do capital escravista-mercantil e, por isso mesmo, de acordo com Pires:

*[...] Os segmentos sociais e econômicos não vinculados, imediatamente, ao escravismo, também, se viam influenciados e, em larga medida, determinados, sobretudo no que tange à definição dos limites do espaço econômico em que lhes era dado atuar pelo capital escravista-mercantil.*⁴⁸

⁴⁵ ASSUNÇÃO, Mathias R. História de balaies: historiografia, memória oral e as origens da Balaiada, In: *ANAIIS do IV Encontro Nacional de História Oral*. Recife, 11 a 14 de Novembro de 1997. p. 67. SANTOS, Maria J. V. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática. 1983.

⁴⁶ PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 198.

⁴⁷ FRANCO, M^a Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3^a ed., São Paulo: Káiros, 1983; KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2^a ed. 1994.

⁴⁸ PIRES, Julio Manuel & COSTA, Iraci Del Nero da. op. it, p. 92

Na área de grande lavoura, os trabalhadores livres sobreviviam da pequena lavoura, da caça e da pesca. Em decorrência da situação de pobreza, muitos deles se submetiam à condição de agregados nas fazendas, reforçando as relações de compadrio, além do clientelismo alimentado pela política do favor. Uma pequena parcela desenvolvia tarefas subsidiárias na grande lavoura escravista na condição de feitores, de capitães do mato e de milícia particular. É importante destacar que, no sul da província, a região de Pastos Bons, o trabalho livre foi a forma de trabalho dominante de sua principal atividade econômica, a pecuária, a qual em relação a grande lavoura de exportação desempenhou uma função subsidiária.⁴⁹

No final dos anos de 1830, dada à precariedade das condições sociais e econômicas de boa parte da população livre e de escravos, foi deflagrado um amplo movimento social contra as classes dominantes no Maranhão. O episódio eclodiu no contexto de uma crise política gerada por conflitos entre as classes dominantes em luta pelo controle de instâncias do poder local. João Francisco Lisboa, ao se referir a esses trabalhadores livres e pobres, chamava-os de “*classes inferiores embrutecidas pela miséria e ignorância e de reconhecida força numérica na província*”.⁵⁰

As contradições de classes constituídas na sociedade escravista maranhense eram visíveis. De acordo com Lacroix:

*[...] Ao lado dos solares, com suas sacadas de ferro, magníficos portais trabalhados em pedra de cantaria, maçanetas de cristal colorido em portas de madeira almofadadas, iluminados por lampiões ou candeieiros de porcelana, guarnecidos com mobílias austríacas ou francesas em dourado, ricas alfaias estrangeiras, tais como porcelana de limoge, baixelas de prata portuguesa, cristais da Baviera, decorados com cortina de “voile” suíço, enfileiravam-se, em ruínas tortuosas, humildes casebres, alumiados por lamparinas, com seus bancos toscos, um jirau, algumas redes e utensílios de barro. Isto sem falar nas senzalas, moradias coletivas dos escravos sem o mínimo de conforto.*⁵¹

Na cidade de São Luís, o dinamismo das atividades econômicas, como já foi mencionado fazia conviver, no bairro da Praia Grande (área de grande fluxo comercial) pessoas ricas e pobres; escravos e livres; brancos, mulatos e pretos. Essa convivência era permeada por múltiplas relações, comerciais, afetivas,

⁴⁹ CABRAL, M^a do Socorro Coelho. *Os caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*, São Luís: SIOGE, 1992.

⁵⁰ LISBOA, João Francisco, *Crônica Maranhense: artigos de João Francisco Lisboa, estudos e documentos* (2^a parte) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Departamento de Imprensa Nacional, 1969. p. 5.

⁵¹ LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A educação na baixada maranhense: 1828 – 1889*. São Luís: SECMA, 1983. p. 65-66.

amorosas, carregadas ou não de conflitos. Dada essa flexibilidade, o fazendeiro de algodão, Gayoso, criticava os brancos que preferiam a *“amizade ilícita com uma mulata, negra ou índia ao mais ajustado casamento”*.⁵²

Pode-se considerar que uma análise crítica dessa estrutura social permite identificar o quanto as contradições de classes, em seus múltiplos aspectos, faziam da área norte da província do Maranhão, ao longo do século XIX, um território permeado por tensões e instabilidades sociais.

Essas contradições constituíam o pivô de contínuas lutas de escravos contra a precária condição de vida e de trabalho a que eles estavam submetidos. Desse modo, foram determinantes para a constituição das inúmeras fugas, dos quilombos e das insurreições escravas, entre outras práticas de resistência não menos importantes.

⁵² GAYOSO, op. cit. p. 122.

2. AS LUTAS ESCRAVAS: formas e perspectivas

No Maranhão, as relações escravistas de produção geraram um conjunto de lutas sociais entre os proprietários rurais e os escravos. As lutas empreendidas pelos trabalhadores escravos demonstram que não ficaram passivos em face da exploração econômica de sua força de trabalho reduzida à condição de mercadoria nas transações comerciais no mercado. Nesse sentido, compreende-se que os homicídios, as fugas, os quilombos e as insurreições, mas também os furtos, a embriaguês, o entrudo e o suicídio de escravos são expressões da insubordinação desenvolvida por esses trabalhadores, em diversos graus, para não se deixarem subsumir no âmbito da escravidão, impulsionando relações de confrontação com as classes dominantes.

Dada às contradições das relações escravistas de produção, a área norte da província do Maranhão era um território que oferecia múltiplas possibilidades às mais diversas formas de conflitos entre os proprietários rurais e os trabalhadores escravos. Isto porque as relações escravistas de produção, ressalvadas as diferenças entre o “campo” e a “cidade”, as condições sociais, o tempo e o ritmo de trabalho de homens e mulheres escravas se caracterizavam pela violência de senhores contra seus escravos e vice-versa.

A vida de escravo na área de grande lavoura, sobretudo dos homens era extenuante, salvo nos momentos de lazer propiciado, entre outros fatores, pela dança e pelo toque de tambor, pois como foi sublinhado, os trabalhadores escravos eram submetidos a uma longa jornada de trabalho que variava de 16 a 20 horas sob a vigilância e o rigor do chicote de um feitor, de ordinário, um escravo do senhor.

Para um esboço das práticas de insubordinação escrava, considera-se como local de trabalho do escravo, a cidade e o campo; o gênero (masculino e feminino) e o perfil do trabalhador escravo (do eito, de aluguel e o de ganho). Estes critérios não são considerados em conjunto nas pesquisas históricas. Os trabalhos pioneiros a respeito das lutas escravas, ao destacarem a rebeldia escrava por meio de fugas, de quilombos e de insurreições, deixaram de lado outras práticas não menos importantes. Eugene Genovese, comparando as diferentes possibilidades de lutas escravas no Sul dos EUA, nas Antilhas e no Brasil, ressalta que se fosse

apresentada uma lista das condições propícias para as lutas escravas, elas ocorreriam onde:

- “1) o relacionamento entre o senhor e o escravo, se tivesse desenvolvido no contexto do absenteísmo e da despersonalização, bem como, no de um grande distanciamento cultural entre brancos e negros;
- 2) ocorriam reveses econômicos e fome;
- 3) as propriedades apresentavam, em média, de cem a duzentos escravos, como nos engenhos de açúcar, em vez de vinte ou um pouco mais, como no Velho Sul;
- 4) a classe dirigente, via-se freqüentemente dividida, participando de guerras entre países escravocratas ou travando lutas sérias em determinado país escravocrata;
- 5) os negros sobrepujavam numericamente os brancos;
- 6) os escravos nascidos na África sobrepujavam os nascidos, no contexto da escravidão americana (os crioulos);
- 7) a estrutura social do regime escravagista permitia a emergência de uma liderança negra autônoma;
- 8) a situação geográfica, social e política fornecia meios e oportunidades para a formação de núcleos de escravos fugidos, suficientemente fortes para ameaçar o regime das fazendas”.⁵³

Com base nessas considerações, durante algum tempo, na historiografia era corrente a noção de que a escravidão existiu, por excelência, nas fazendas de grande lavoura para exportação, nas quais as relações sociais eram sustentadas pelo binômio senhor /escravo. O senhor, em geral violento, gerava um outro, o rebelde que reagia à ordem escravista por meio de homicídios, de fugas, de quilombos e de insurreições. A partir de mudanças teóricas e metodológicas na historiografia contemporânea, novas pesquisas foram sendo desenvolvidas a respeito da escravidão, sobretudo acerca da condição social dos escravos e de suas formas de luta.⁵⁴ Desde a década de 1980, trabalhos como, *Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil escravista*, de João J. Reis e Eduardo Silva, *Visões de Liberdade*, de Sidney Shaloub, e *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850* de Marcus J. M. de Carvalho entre outros, têm enriquecido a historiografia brasileira da escravidão, revolucionando a análise e a interpretação da condição social do escravo.

⁵³ GENOVESE, E. D. *Da rebelião à revolução: as revoltas negras nas Américas*. São Paulo: Global, 1983, p. 33

⁵⁴ REIS, J.J & SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SHALOUB, S. *Visões de liberdade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990 CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária/UFPE. 1998. BELLINI, Lúcia. Por amor e interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria, In: REIS, J.J (Org.) *Escravidão & invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1988. pp. 73 – 86.

Esses novos trabalhos apresentam os escravos não como vítima ou simplesmente rebelde, mas procuram realçar suas estratégias de luta, permeadas por negociações, conflitos e redes de solidariedades construídas pelos escravos para sobreviverem no complexo mundo da escravidão.

Como é sabido, no Brasil, ao longo do século XIX, ocorreu uma série de revoltas sociais em províncias onde o trabalho escravo era a relação de trabalho fundamental, sobretudo nas áreas de grande lavoura. Na província do Maranhão, algumas especificidades condicionaram as lutas dos escravos; tais como: a violência física a que estavam submetidos; a superioridade numérica da população escrava em relação à população livre; o trabalho de escravos por entre ruas e becos da cidade sem um controle ostensivo; o plantel de cinquenta escravos, em média, das propriedades rurais; os conflitos políticos entre setores das classes dominantes pelo controle do poder local; a sensibilidade de líderes escravos em perceberem as conjunturas favoráveis à mobilização (tal como ocorreu no contexto do movimento social “Balaíada” (1839/1841) e da “Guerra do Paraguai” (1865/1870)), no qual escravos, a partir do quilombo São Benedito do Céu, desencadearam uma insurreição, atemorizando proprietários rurais de toda a Baixada Maranhense. Esse tipo de manifestação evidenciava, também, a incapacidade do serviço policial de inibir fugas de escravos, de destruir quilombos e de conter insurreições. Acrescenta-se ainda a densa floresta que cercava as propriedades rurais. Estes elementos articulados em face das contradições sociais deram ensejo a um número considerável de fugas de escravos, além da formação de quilombos e de insurreições na área de grande lavoura.

2.1. As Fugas Escravas: perspectivas e sentidos

As fugas de escravos ocorridas na região de grande lavoura da província do Maranhão não eram definidas por idade e muito menos pelo sexo. Dependendo das circunstâncias fugiam crianças, jovens e adultos, homens ou mulheres, individualmente ou em grupo. Para os escravos, as fugas eram uma das formas de se contraporem à precariedade de suas condições de trabalho e de garantirem a própria vida. Por outro lado, para os proprietários rurais significavam uma ameaça à sua segurança pessoal e familiar. Por isso, cobravam proteção do governo, uma vez que muitos escravos fugitivos permaneciam armados nos arredores das fazendas

com o propósito de promoverem a fuga de outros escravos. Tomados pelo pânico, fazendeiros da Baixada Ocidental maranhense se dirigiram ao presidente da província, o senhor Joaquim Vieira da Silva Souza, e ao Juiz de Paz de Santa Helena, Faustino Mariano Lopes, nos seguintes termos:

*[...] Os lavradores do Pericumã, distrito de São José de Guimarães abaixo assinados, receosos pelas suas vidas e bens vão levar a presença de Vossas Excelências a causa dos seus bens fundados receios, para que Vossas Excelências tomando-a na consideração que merece, ajam de dar as providencias necessárias, e que os mesmos requerem para sua total extinção, e por esse modo restituir aos referidos lavradores o seu estado de sossego e segurança tanto individual, como de propriedade tão recomendado e garantido pela sagrada Constituição q. nos rege e do qual presentemente os mesmos, se acham privados.
Deus guarde a Vossas Excelências.
Alcântara, 16 de junho de 1832..⁵⁵*

Assinavam esse documento, proprietários rurais pertencentes às famílias, Franco de Sá, Costa Moraes, Almeida e Silva. Tais famílias eram expressões concretas do mandonismo local. A carta-denúncia traz à tona as contradições entre proprietários rurais e trabalhadores escravos. De um lado, indica que os escravos se mobilizavam em torno da construção de seus próprios territórios de sociabilidade e, por outro lado, a reação de proprietários rurais com o propósito de impedirem os escravos de quebrarem a racionalidade que regulava a ordem liberal escravista alicerçada na exploração máxima da força de trabalho escrava.

Para garantirem a ordem vigente, os poderes público e privado se uniam. Ao governo, cabia organizar expedições militares para capturar escravos fugitivos, destruir quilombos e reprimir qualquer tipo de insurreição. Os proprietários rurais, por sua vez, forneciam “prêmios” a quem capturasse escravos fugitivos e destruíssem quilombos.

As fugas escravas tinham inúmeras motivações. A mais comum era a reação imediata do escravo ao regime de trabalho e aos castigos físicos.⁵⁶ Os escravos fugiam para as densas matas que circunvizinhavam fazendas de algodão e engenhos de cana-de-açúcar ou para São Luís, cidade onde podiam passar por forros. Supõe-se que, este foi o caso de Matheus, escravo mulato, idade de 16 anos,

⁵⁵ ABAIXO-ASSINADO de lavradores do Pericumã, baixada ocidental maranhense, ao presidente da província e o juiz de paz. Secção de documentos avulsos: Arquivo Público do Estado do Maranhão. São Luís: MA.

⁵⁶ BRANDÃO JUNIOR. F. op. cit. p. 89

que fugiu da fazenda de José Maria Viana, em Caxias, para São Luís.⁵⁷ O relato de sinais de castigos nas nádegas, um dedo torto em uma das mãos indica que apesar da pouca idade, ele já conhecia os rigores da escravidão, bem como as vantagens de fugir para a cidade que, sendo portuária e um labirinto tecido por diversos caminhos e veredas, era um mercado com inúmeras oportunidades de trabalho, bem como um território no qual ele podia se proteger de seu senhor. Com essas características, a cidade de São Luís possibilitava aos escravos fugitivos viverem no anonimato, na condição de trabalhadores de ganho entre outras, nas atividades portuárias.

É importante lembrar que ao fugirem, alguns escravos levavam consigo seus poucos pertences. Os homens, seus artefatos como calças, camisas, chapéus e bonés que tanto podiam ser “presentes” como resultado de pequeno furto para atizar, ainda mais, a ira de seu senhor. A estratégia da fuga ainda podia se constituir no último recurso do escravo em face do autoritarismo do senhor. Neste sentido, sugere-se que Euzébio Praiano, solteiro, trinta e cinco anos de idade, escravo de Marcellino Rodrigues Esteves, fugiu da casa de seu senhor em consequência de maus tratos que recebia mas, sobretudo, pela recusa de seu proprietário em vendê-lo para o Tenente João Ribeiro da Silva, a quem já havia procurado para que o comprasse.⁵⁸

A intransigência de certos proprietários rurais fazia com que os escravos radicalizassem suas estratégias de luta recorrendo à fuga individual ou em grupo, aos homicídios, os assaltos em beiras de estradas, à constituição de quilombos e às insurreições. Cabe destacar que os escravos em fuga contavam com a solidariedade de outros escravos e de pessoas livres, as quais lhes ofereciam alojamento e alimentação, além de boicotarem a perseguição deles pela polícia. Em consequência desses atos, Raphael, escravo de Dona Olímpia Francisca Correa Borralho, foi preso e autuado pela justiça por crime de resistência, pois às 23:00 horas do dia 04 de junho de 1866, o mesmo, armado com um facão se opôs à entrada de uma diligência na fazenda “Santa Bárbara” com o objetivo de prender dois escravos que lá estavam escondidos.⁵⁹

⁵⁷ PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís, 20 de janeiro de 1844, Repartição de polícia, p. 3.

⁵⁸ INQUÉRITO *policia*, delegacia de Icatu, 07 de Junho de 1874. Seção de documentos avulsos. APEM, São Luís: MA.

⁵⁹ LIVRO *de fatos notáveis*. Livro I. 1866. p. 228. Seção de Códices. APEM, São Luís: MA.

As fugas, por suas características e objetivos foram, como uma das práticas de insubordinação escrava, muito mais um ajuste de contas pessoal e localizado do que uma tentativa de acabar com o poder de proprietários rurais muito embora tenham contribuído para fragilizá-lo. Como se sabe, as fugas contribuíram para a formação de quilombos e de insurreições, como práticas mais arrojadas de insubordinação como bem demonstram os diversos quilombos que se espalharam no Maranhão, a participação escrava na “Balaiada”, a insurreição escrava em Viana, além de outros movimentos que ainda não foram investigados. Portanto, a despeito de eventuais críticas, vale sublinhar que essas formas de luta dos escravos podem ser compreendidas como nuances do processo do fazer escravo como classe, considerando-se conforme Thompson, que *“a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qual quer outra relação, é algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num determinado e dissecar a sua estrutura”*.⁶⁰

2.2. De Quilombo à Insurreição Escrava

A palavra *quilombo*, deriva das palavras africanas *lumbu* e *kilumbu*. Nas línguas africanas *quimbundo*, *quicongo* e *umbundo*, a palavra *lumbu* significa muro, paliçada. A palavra *kilumbu* significa um recinto murado, campo de guerra, povoação. Na língua *umbundo*, a palavra significa uma associação guerreira. No Brasil escravista, a palavra *quilombo* era empregada para se referir a esconderijo, aldeia, cidade ou conjunto de povoações em que se abrigavam escravos fugidos.⁶¹ Pois, as autoridades públicas se referiam aos quilombos como sendo *“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”*.⁶² Portanto, do ponto de vista das classes dominantes e de seus interlocutores, os quilombos eram lugares de indivíduos nocivos à segurança individual e da propriedade. No entanto, uma análise crítica da sociedade escravista brasileira permite uma outra interpretação, tal como a fez Clóvis Moura, argumentando que,

⁶⁰ Thompson. E. P. op. cit. p. 9-10.

⁶¹ FERREIRA, Hollanda, Aurélio B. de. *O Novo Aurélio: dicionário da Língua Portuguesa, Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 1686.

⁶² Resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740. apud. MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.op. cit. p. 87.

*[...] O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. [...] Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituiu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.*⁶³

Portanto, considerando-se as contradições que existiam entre proprietários rurais e os trabalhadores escravos, emprega-se neste trabalho, a palavra quilombo na acepção de um elemento de desgaste das relações escravistas de produção na medida em que os quilombos eram constituídos pelos escravos como territórios próprios de sua sociabilidade e de resistência à dominação dos proprietários rurais. Nesse sentido, concorda-se com a análise de Genovese, sublinhando que a experiência de quilombos, sendo uma constante em toda a América escravista, fez os senhores de escravos enfrentarem o desafio militar de cativos que escapavam de fazendas e se agrupavam em comunidades alternativas.⁶⁴ Na sociedade escravista brasileira, os modos de reagir dos escravos eram, via de regra, justificados de forma preconceituosa por proprietários rurais e autoridades políticas, judiciais, policiais e mesmo por jornalistas que os classificavam como “malfeitores”, “vadios” e “fujões”. Não é demais lembrar que a palavra quilombo, na acepção usada por pessoas das classes dominantes, tem uma conotação pejorativa. Trata-se de um recurso discursivo para escamotear o sentido da luta organizada pelos escravos. Desse modo, ocultavam-se os resultados decorrentes da luta dos escravos em confronto com os proprietários rurais, fragilizando as relações de dominação.

No se refere a quilombos no Maranhão, os estudos apontam para o fato de já existirem desde o século XVIII.⁶⁵ A esse respeito, Assunção destaca que os quilombos constituíam um fenômeno endêmico que conseguiu sobreviver graças à geografia e também à relativa fraqueza e ineficiência do aparelho repressivo,

⁶³ MOURA, Clóvis, op. cit, p. 87.

⁶⁴ GENOVESE, E. op. cit, 1983.

⁶⁵ VIVEIROS, J. de. *História do Comércio do Maranhão*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, vol. 1, 1994. p. 88.

durante parte do Império.⁶⁶ Nessas circunstâncias, ao longo do século XIX, a insubordinação escrava deixou muitos proprietários rurais em pânico, fazendo-os solicitar repetidas vezes, ao governo provincial, reforço policial e a construção ou reparos de cadeias, como sugere o seguinte abaixo-assinado:

*[...] Um grande numero de escravos pretos fugidos que se achavam espalhado por todo o Pericumã formando diferentes hordas ou mocambos. Alguns compostos de mais de trinta escravos, os quais armados e bem municiados, constantemente, andavam a roubar e a fazer insultos e ameaças a todos os lavadores daquele distrito, saindo os mesmos armados a vinte e mais pelas fazendas levando consigo mesmo, de público, os furtos por eles feitos de modo que são diferentes quadrilhas de ladrões que ali estão constantemente a ameaçar os bens, fazendas e vida de todos os lavadores daquele distrito.*⁶⁷

Em outras palavras, pode-se dizer que se tratava de uma forte “*onda negra e do medo branco*”.⁶⁸ Nesta perspectiva, os proprietários rurais afirmavam:

[...] A impunidade senhores, mais do que todos os crimes, não pouco, tem concorrido para a criação e aumento daqueles malvados. Sim senhores se não tivessem ficado impunes roubos, assassinios e mortes tão escandalosas e, publicamente, por aqueles malvados perpetradas por aqueles lugares, de certo [?] não se teria aumentado e chegado ao ponto de hoje fazer recear aos lavadores daquele distrito pelas vidas e bens. Face pois, de um estado tão desgraçado geral, o que vem [?] perante Vossas Excelências aqueles lavadores [...]: juntando-se a facilitar com que os outros escravos se podem reunir aos malvados e assim ameaçar aquele distrito e a Província de uma insurreição geral, esperam e requerem os mesmos lavadores a Vossas Excelências que ajam de mandar estacionar em Santa Elena, debaixo da direção do respectivo Juiz de Paz, um destacamento de tropa de primeira linha de vinte homens que se conservará ali pelo tempo necessário para destruição daqueles quilombos: coadjuvando assim a força que o referido Juiz de Paz deve de novo esforçar [...] reunir: obrigando-se os mesmos lavadores a [...] por cada escravo seu fugido que lhe for trazido prezo, a gratificar que segundo o [?] se acha estabelecido pelos regulamentos dos capitães do mato ate aqui existentes.

Deus guarde a Vossas Excelências.

*Alcântara, 16 de junho de 1832.*⁶⁹

⁶⁶ ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig, “Quilombos maranhenses”, In: REIS, J.J & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 433 – 466.

⁶⁷ ABAIXO-assinado de lavradores do Pericumã da baixada ocidental maranhense, ao presidente da província e o Juiz de Paz. Alcântara, 16 de junho de 1832. Secção de documentos avulsos: Arquivo Público do Estado do Maranhão. São Luís: MA.

⁶⁸ AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites paulistas no século XIX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Nesta obra, a autora, a parti da análise de livros de memória realça o medo manifesto em intelectuais a respeito da ameaça dos escravos às condições das classes dominantes. No âmbito dessa reflexão sublinha que as representações inferiorizando os negros, em fins do século XIX, foram decorrentes de posturas racistas de setores da elite paulista em face da convivência com negros livres a partir da abolição da escravidão. Nesse contexto, tornou-se necessário o imigrante europeu e branco para a construção do povo brasileiro com base em referências estéticas das elites.

⁶⁹ Abaixo-assinado, op. cit.

A despeito de eventuais exageros que essa carta-denúncia contém, fica demonstrado que os escravos exerciam uma pressão política sobre os proprietários rurais, desgastando as forças produtivas ao promoverem a fuga de outros escravos, uma vez que *“armados e bem municiados, andavam a roubar e a fazer insultos e ameaças a todos os lavradores daquele distrito, saindo os mesmo armados a vinte e mais pelas fazendas levando consigo mesmo, de público, os furtos por eles feitos”* deixando numa situação instável a “vida de todos os lavradores”.⁷⁰

A situação de instabilidade das classes dominantes atingiu o seu ponto crítico entre os anos de 1838 e 1841. Entre esses anos, os trabalhadores escravos e livres pobres movidos por interesses distintos, mas articulados por sua condição de explorados promoveram uma ampla mobilização social, no vale do rio Itapecuru, aproveitando-se da conjuntura de crise política que se verificava entre as classes dominantes em luta pelo controle do poder político local. Esse movimento chamado na historiografia de Balaiada, na interpretação de Caio Prado Jr., foi um dos mais notáveis movimentos ocorridos à época da Menoridade, cuja determinação se encontra no âmbito das demais insurreições da época, ou seja

[...] a luta das classes médias, especialmente urbana, contra a política aristocrática e oligárquica das classes abastadas, grandes proprietários rurais, senhores de engenho e fazendeiros, que se implantara no país”.⁷¹

Segundo Caio Prado, este movimento não tem uma única configuração estratégica, porque se caracterizou por sucessivos e ininterruptos levantes protagonizados pela massa sertaneja, organizada sob a forma de bandos armados e liderados por chefes caudilhos. Por isso, o resultado da revolta foi a dissolução gradual dos bandos até a sua redução a pequenas colunas que apenas se aproveitavam da enormidade do sertão para fugirem às armas legais.⁷² Acerca da participação escrava nesse movimento, Caio Pardo Jr. sublinhou que os escravos apenas se aproveitaram da agitação reinante. Eles, cujo número não ultrapassava de três mil, sob a direção grosseira de um antigo escravo de nome Cosme, dada a sua organização desconexa, em nada contribuíram para fortalecer o movimento.⁷³

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e Império*. 14ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 79

⁷² Ibid. p. 79

⁷³ Ibid. p. 80

Para Maria Januária, esse movimento resultou das próprias contradições da estrutura social escravista ao sublinhar que *“o Maranhão enfrentou conflitos coloniais oriundos dos choques entre os interesses do amplo setor da pecuária sertaneja, vinculada ao mercado interprovincial, e as novas necessidades da grande lavoura de exportação”*. Segundo a autora, *“a introdução do escravo africano como mão-de-obra exclusiva na lavoura infiltrando-se em todos os setores da vida maranhense, representou a perda de oportunidades de trabalho para milhares de pessoas”*, reduzindo, desta forma, *“as possibilidades de ascensão em uma sociedade, onde o trabalho constituía, não apenas, uma forma de subsistência, mas, principalmente, um fator de participação social para a numerosa população pobre ligada ao trabalho livre”*.⁷⁴ Nessa perspectiva de análise, destacou que a deflagração do movimento, em si, deveu-se ao estado de crise da economia maranhense, já manifesto, desde o final do século XVIII, atingindo o setor agrícola e a pecuária. A perda do mercado interprovincial da pecuária promoveu desdobramentos sociais ao gerar a mobilização de sertanejos, a qual em alguns momentos se articulou à estratégia dos escravos, pois suas condições de vida se aproximavam cada vez mais. A respeito da participação escrava destacou:

*[...] Ao lado da recessão agrícola, a generalização da revolta de escravos recebeu incentivos gerados pelo próprio escravismo – as grandes concentrações da população escrava, a sua infiltração nas atividades artesanais onde convivia com homens livres assalariados, bem como o desenvolvimento de comportamentos sociais que extrapolavam os restritos limites jurídicos da escravidão, abalaram as relações entre senhores e escravos.*⁷⁵

Com base nesses pressupostos concluiu:

*[...] Na dinâmica da luta durante a Balaiada, a possibilidade de aproximação entre os setores escravo e livre progrediu no sentido de uma junção de forças e de objetivos entre balaaios e negros insurreccionados. Se a resistência à escravidão era anterior e sobreviveu aos balaaios foi a Balaiada que propiciou a superação dos quilombos para o confronto direto e para a arregimentação armada dos escravos.*⁷⁶

A autora, ao salientar que a “Balaiada” propiciou a superação dos quilombos para o confronto direto e para a arregimentação armada dos escravos reafirma a

⁷⁴ SANTOS, Maria J. Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983. p. 103

⁷⁵ Ibid. p. 104

⁷⁶ Ibid. p. 105.

perspectiva de análise, a qual se filia a esta pesquisa de doutoramento, que compreende os escravos como sujeitos do processo de construção e desconstrução da escravidão. Por fim, não é demais destacar que a “Balaiada”, como tema de pesquisa, a despeito de diferentes interpretações quanto às suas determinações e o modo como se comportaram as classes sociais nesse movimento, desperta grande interesse, sobretudo no que se refere à participação de escravos, embora seja reconhecido que “a insurreição de escravos causou maior pânico que a própria Balaiada porque que ameaçava as bases do sistema escravista”.⁷⁷ Por essa razão, foi necessário arregimentar forças repressivas para dar cabo desse movimento tal como o fizera Luís Alves de Lima e Silva, utilizando-se, entre outras práticas, da violência física e de suborno de líderes.⁷⁸

Entre os anos de 1839 e 1841, João Francisco Lisboa defendendo em seu jornal *Crônica Maranhense*, o interesse de proprietários rurais, caracterizava os trabalhadores escravos e livres pobres como “rebeldes” e “desordeiros” e liderados por “caudilhos”. Por isso advertia que os mesmos precisavam ser reprimidos com os rigores da lei.⁷⁹

Após o movimento ter sido sufocado, o que se verificava era o “silêncio” da imprensa acerca da formação de quilombos e de insurreições no Maranhão. Nos jornais, encontram-se notícias relativas aos últimos estilos de moda na Europa, anúncios de venda de perfumes, de tecidos de seda, de chapéus e bengalas inglesas, de chás importados de Portugal e, entre outras coisas, de anúncios de compra, venda, aluguel e prisão de escravos. No entanto, não se pode dizer o mesmo em relação às correspondências que autoridades públicas trocavam entre si.

A “Balaiada” foi reprimida e as classes dominantes do Maranhão se protegeram ainda mais com base num aparato militar, ou seja, O Corpo de Polícia Rural, a Guarda Nacional e a Guarda Campestre. Com esse propósito, ampliaram para toda a província a função do capitão do mato. Ainda assim, as fugas e os quilombos se multiplicaram por toda a área norte do Maranhão. Mesmo assim, é oportuno destacar que a insubordinação escrava continuou, na área de grande lavoura, na segunda metade do século XIX, como bem demonstram as denúncias de

⁷⁷ Ibid. p. 107.

⁷⁸ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentadas da Revolução da Província do Maranhão: desde 1839 até 1840*. 6ª ed., São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

⁷⁹ LISBOA, João Francisco, *Crônica Maranhense: artigos de João Francisco Lisboa, estudos e documentos* (2ª parte). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

fugas de escravos, de quilombos e de insurreições, a exemplo da organizada na comarca de Viana, em 1867, cuja mobilização se iniciou a partir do quilombo São Benedito do Céu. Por isso, as solicitações de reforço policial pelas diversas autoridades públicas de comarcas, vilas e cidades ao presidente da província, eram constantes, bem como sublinha o Sr. Joaquim Antonio Pinto, Juiz de Paz da Vila do Coroatá ao reclamar da falta de condições de segurança pública do município:

*[...] Se não fosse socorrido com 20 ou 30 praças de 1ª linha da Guarda Nacional teria, talvez, os lavradores de passar pela crise do tempo do Cosme (A Balaiada), pois, a segurança individual e de propriedade era quase nula por causa das continuas fugas de escravos das fazendas, os quais transitavam e se aquilombavam certos da falta de meios das autoridades locais para os capturar e, também, por serem protegidos por alguns indivíduos que acoitavam e inutilizavam qualquer diligência por bem intencionada que fosse.*⁸⁰

Os quilombos integrados à dinâmica da sociedade escravista eram territórios que atraíam a simpatia daqueles escravos que ainda se encontravam no cativeiro. Os escravos aquilombados contavam com a solidariedade de outros escravos que se fazia por meio de diversas maneiras, entre elas o fornecimento de informações, de alimentos e de apoio às deserções e revoltas de escravos. Com esses atos, os escravos mostravam reconhecer sua condição social de explorados. Nesse sentido, concorda-se com Genovese que “o sucesso de escravos quilombolas ao derrotarem expedições militares chamava mais a atenção dos escravos das fazendas e das suas qualidades de guerreiras do que qualquer panfleto abolicionista”.⁸¹ No entanto, vale ressaltar que essa solidariedade dos escravos que fugiam com outros escravos, bem como com os libertos, livres pobres ou até com algum proprietário rural, algumas vezes, implicou em prisão, processo e condenação, tal como aconteceu com os escravos do quilombo São Benedito do Céu, de Viana, em 1868.

Na segunda metade do século XIX, a “insubordinação” escrava se processava no contexto da crise da agricultura de exportação em decorrência da retração da demanda de preços dos produtos de exportação no mercado externo. Esses acontecimentos, por gerarem a descapitalização de proprietários rurais, obrigaram-nos a comercializarem parte de seus escravos para pagarem dívidas contraídas com ricos comerciantes, donos do capital escravista-mercantil, os quais

⁸⁰ OFÍCIO do Juiz de Paz da Vila do Coroatá, Joaquim Antonio Pinto ao presidente da província. 1867. Secção de documentos avulsos: Arquivo Público do Estado do Maranhão. São Luís: MA.

⁸¹ GENOVESE, E. *Da rebelião a revolução: as revoltas negras nas Américas*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 64.

financiavam a produção. No entanto, a venda de escravos para as lavouras de café não inviabilizou a mobilização de escravos, pelo contrário, reforçou-a ainda mais, sobretudo no período da “Guerra do Paraguai”, devido ao recrutamento forçado para compor quadros do corpo de voluntários da pátria. O senhor Paes Barreto chamava a atenção do presidente da província, ao destacar:

*[...] O número de escravos que existiam nos diversos quilombos do Tury-assú é avaliado em 500. A extinção desses quilombos que trazem os lavradores daquela comarca e das vizinhanças em permanente sobressalto, e lhes causam avultados prejuízos, não será seguramente obra de um dia e nem de fácil execução; mas cumpre não perdê-la de vista e empregar para levá-la a efeito constantes esforços.”*⁸²

Com esse propósito, o presidente ordenou ao delegado do Tury-assú que fizesse marchar uma força de pedestres e da Guarda Nacional sob o comando do Alferes Antônio Gonçalves Teixeira para destruir os quilombos existentes nas matas daquela Comarca. Após muitos dias de uma viagem cheia de incômodos e perigos, o “Quilombo São Benedito” foi descoberto. De um contingente populacional de 120 pessoas que residiam no quilombo, somente 17 foram capturadas, uma vez que os demais se evadiram mata adentro sem que os alferes pudessem persegui-los, devido ao pequeno número de praças da expedição. Além do mais, o inverno havia começado e, nessa estação, a demora nas matas expunha os poucos soldados às graves moléstias.

Era um sábado, mês de maio do ano de 1859, caía uma copiosa chuva, típica do rigoroso inverno maranhense. Após servir o jantar, às seis e meia da tarde, e sabedora das dificuldades que as entradas de caça a escravos fugidos enfrentavam quando chovia, a preta Pulcheria, escrava de Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, junto com outros escravos, decidiu fugir, enfrentando as intempéries de uma noite chuvosa. Por meio da fuga, esses escravos expressaram seu descontentamento em relação aos diversos castigos físicos e à insegurança que eram submetidos. Do mesmo modo, reforçavam os quilombos, prática há muito existente no Maranhão, dirigindo-se para o “Quilombo São Benedito do Céu”, localizado na área de mata da Comarca de Viana, situada na baixada maranhense, ou seja, a região formada, em parte, por grandes lagos e campos, e por isso, sujeita a inundações no período do inverno. No século XIX, a baixada era composta pelas comarcas de Turiaçu

⁸²RELATÓRIO do Presidente da Província, Dr. Francisco Paes Barreto apresentado ao Vice-presidente Dr. João Pedro Dias Vieira, 13 de abril de 1858. p. 13. Biblioteca: APEM. São Luís: MA.

integrada à área física da província do Maranhão desde o ano de 1852, de São Bento e de Viana.

A província do Maranhão tinha por divisão civil, no século XIX, oito cidades: São Luís, Alcântara, Turiaçu, Viana, Itapecuru-mirim, Brejo, Caxias e Carolina; e vinte vilas: São Bento, Guimarães, Cururupu, Tutóia, São Bernardo, Vargem Grande, Anajatuba, Mearim, São Luis Gonzaga, Rosário, Icatu, Codó, Coroatá, São José dos Matões, Mirador, Picos, São Francisco, Chapada, Barra do Corda e Riachão. A divisão eleitoral se formava por dois distritos subdivididos em freguesias, os quais elegiam três deputados gerais e quinze deputados provinciais. A divisão judiciária se formava por quatorze comarcas, vinte sete termos e setenta e quatro distritos de paz. A divisão administrativa se compunha de trinta e seis municípios.⁸³

Na década de 1860, a Baixada Ocidental possuía uma população de 31.200 habitantes. Desses, 22.867 (74%) eram livres e 8.333 (26%) escravos. A Comarca de Viana era formada por dois municípios: Viana e Mearim. O primeiro tinha três freguesias: N. S. da Conceição da Cidade de Vianna (cabeça de Comarca), São José de Penalva, São Francisco Xavier de Monção. O segundo se formava pelas freguesias de N. S. de Nazareth do Mearim e N. S. da Graça do Arary.⁸⁴

As atividades econômicas praticadas na região eram, em linhas gerais, as culturas do algodão e arroz, a produção de farinha de mandioca e a criação de gado. Até a década de 1860, a cultura de cana-de-açúcar não era muito desenvolvida, embora as terras fossem de boa qualidade. Nos poucos engenhos se fabricavam açúcar e aguardente, produtos consumidos nas povoações e suas vizinhanças. O Município de Viana possuía 27% da população da Baixada maranhense, ou seja, 9.463 habitantes. Desses, 2.902 (31%) eram escravos, e 6.561 livres, equivalendo a 69% do total.⁸⁵ Existiam no Município, 65 fazendeiros de algodão, com roça de arroz e mandioca; 61 criadores, divididos em médios e pequenos, de gado vacum e cavalar, e 27 engenhos de açúcar. A colheita de cada um dos gêneros agrícolas se dava de acordo com a tabela abaixo.

⁸³ MARQUES, César A.. op. cit. p. 248 – 249.

⁸⁴ MATTOS, B. de, op. cit. p. 58.

⁸⁵ A população indígena, aqui, não é levada em consideração por falta de dados.

TABELA n. 01. GÊNEROS PRODUZIDOS NA BAIXADA MARANHENSE

Gêneros	Quantidade
Algodão	16. 080 arrobas
Arroz	22. 270 alqueires
Farinha de mandioca	24. 900 alqueires
Milho	10. 396 alqueires
Feijão	996 alqueires
Carrapato (Mamona)	1. 597 alqueires
Gergelim	380 alqueires
Açúcar	17. 520 arrobas
Aguardente	446 pipas

Fonte: MATTOS, B. de *Almanack do Maranhão*, 1869. pp. 66-69

A população livre se compunha, em geral, de pessoas sem posses vivendo à beira dos campos ou agregadas em fazendas de algodão e nos poucos engenhos de açúcar que existiam. Esse contingente se alimentava, sobretudo de caças feitas nas matas virgens e de peixe pescado no Rio Pindaré ou nos grandes lagos que se formavam na época do inverno.

Qual é a relação que existe entre essa população livre e pobre com a formação do Quilombo São Benedito do Céu e os seus quase vinte anos de duração? Não é demais lembrar que esse contingente não estava, diretamente, integrado à produção escravista. Vivia em sobressalto, devido ao recrutamento forçado pelo governo provincial a compor quadros do “Exército dos Voluntários da Pátria”, para fazer frente ao exército paraguaio. Sob essas circunstâncias, era natural que a população livre e pobre apoiasse os escravos em sua luta contra a escravidão, uma vez que as suas condições de vida pouco diferiam da dos escravos. Desse modo, a eclosão de um movimento insurrecional era só uma questão de tempo, até porque a força policial existente para conter os escravos era bastante diminuta.

O Quilombo São Benedito do Céu foi construído em um terreno de 300 braças quadradas localizado nas cabeceiras do rio Bonito.⁸⁶ Nele, foram edificadas oitenta casas dispostas em fileiras até o limite da mata. Sua população se compunha de entre 600 a 800 pessoas.

⁸⁶ LUZ, Joaquim Vieira da. *Fran Paxeco e as figuras maranhenses*, Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1957. p. 239.

A vida material do quilombo estava assentada na agricultura, na exploração de ouro e no comércio. Produzia-se algodão, farinha de mandioca e arroz. Criavam galinhas e porcos para a alimentação. Esta era complementada com caça e pesca. O algodão servia para tecer panos com o qual confeccionavam as roupas que vestiam. Com o ouro extraído das minas, os quilombolas praticavam o escambo, trocando-o por tecidos, pólvora, chumbo e armas para comporem o arsenal de defesa do quilombo.

Não é demais destacar que no quilombo São Benedito do Céu eram utilizados equipamentos e ferramentas, bem como a mesma técnica de produção usada para o trabalho em fazendas e engenhos. A farinha era produzida em cinco casas de forno. Para produzir aguardente, utilizava-se três enghocas de mão para moer cana e de três alambiques de barro. Os consertos de ferramentas, equipamentos e fabricação de armas de fogo eram feitos na tenda do ferreiro. A tecelagem de panos para o fabrico de roupas usadas pela população do quilombo era feita em dois teares. Portanto, no que se refere à alimentação e ao vestuário, a população do quilombo provinha a si própria de grande parte do que necessitava.

No quilombo, a economia se baseava na divisão sexual do trabalho. Aos homens, cabiam as tarefas de defesa do quilombo, de extração de ouro nas minas, o rapto de mulheres e o abastecimento do quilombo de outros alimentos, como o peixe e a carne obtidos por meio da caça e do furto de gado. Às mulheres adultas, eram reservadas as tarefas de roça, isto é, o plantio e a colheita de mandioca e de arroz, bem como a produção de farinha. Por fim, as lides domésticas de tecer panos, fazer roupas, cozinhar, cuidar de crianças e criar galinhas e porcos. Na execução de tais tarefas, as mulheres contavam com a colaboração de alguns homens nas atividades que requeriam maior esforço físico, a exemplo do transporte da mandioca para a casa de farinha.

A organização do quilombo “São Benedito do Céu” se caracterizava, também, pela existência de um chefe, José Crioulo, o qual dividia a autoridade com três capitães, Daniel, Bruno, Feliciano Corta-Mato. A defesa do território era feita por meio de vigias, dispostos a algumas braças da entrada do quilombo e por cinco pelotões compostos por vinte homens cada um. Vale ressaltar que utilizavam armas de fogo, lanças e terçados (facões). Por entenderem que a defesa militar do quilombo era o único modo de garantirem sua sobrevivência em liberdade, os líderes desenvolveram a tática de trocar dias de serviços de homens, de mulheres e de

crianças por chumbo e pólvora, além do furto de algodão que era vendido aos comerciantes regatões por 2\$000 réis a arroba.

Como mencionado, ao final dos anos de 1860, a agricultura mercantil e escravista maranhense se encontrava em crise, devido à retração da demanda de seus artigos de exportação no mercado internacional. Por esta razão, os fazendeiros de algodão se viam privados de exercerem de modo efetivo a dominação e exploração econômica dos trabalhadores escravos. A própria crise obrigou, como condição de sobrevivência, alguns proprietários rurais a negociar com os escravos para assegurarem que suas propriedades não fossem invadidas e assim pudessem dispor de seus produtos no mercado. Apesar de tudo, não conseguiram evitar que eclodisse uma insurreição de escravos.

2.2.1. A insurreição escrava em Viana no ano de 1867

Numa estrutura social baseada em contradições de classes, os poderes público e privado se articulam em torno de interesses das classes dominantes. Nesse sentido, o que se verificou no Maranhão, no que se referia às lutas organizadas pelos escravos, foi o empenho de presidentes de província, delegados de polícia, subdelegados e juízes em reprimi-las por meio de captura, prisão, julgamento e condenação de escravos.

É importante destacar que, dois anos antes que a insurreição escrava em Viana ocorresse, o conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo já suspeitava dessa possibilidade, baseado em informações de uma carta enviada ao senhor Lafayette Rodrigues Pereira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, em setembro de 1865.⁸⁷ De acordo com esse documento, a população escrava da província do Maranhão era superior à livre e na cidade de São Luís existiam pretos livres a favor da emancipação de escravos. Tais idéias se propagavam de maneira vaga e confusa por entre os escravos da capital e do interior, pois, “*essa pobre gente acreditava que Guerra do Paraguai tinha alguma afinidade com a causa de sua liberdade*”. Esse quadro de preocupação e temor se completava com as queixas de proprietários rurais acerca do espírito de insubordinação manifestado por

⁸⁷ CARTA enviada ao senhor Lafayette Rodrigues Pereira, ministro e secretário de Estado dos negócios da justiça, 1865. In: Arquivo do Projeto Vida de Negro/Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. São Luís/MA.

escravos e expresso na evasão de todos os escravos de duas fazendas na Vila do Codó e Alto-mearim, assim como na fuga de dez escravos de outra, na Vila do Rosário.

Em meio a essas circunstâncias, o referido Conselheiro, temendo uma insurreição, uma vez que a maior parte da população escrava se concentrava no vale do rio Itapecuru, tomou algumas medidas para prevenir e reprimir qualquer tentativa nesse sentido. Assim, distribuiu armas e cartuchos aos poucos delegados daquela região, recomendando-lhes toda vigilância e prudência. Do mesmo modo, ordenou aos comandantes dos distritos militares e da Guarda Nacional que prestassem os auxílios que lhes fossem solicitados. Dada a notícia de uma eventual insurreição escrava em Codó, fez marchar cinquenta praças da Guarda Nacional para tranqüilizar os proprietários rurais e demonstrar que o governo tinha condições para conter qualquer movimento. Essas precauções, porém, não foram suficientes para impedir a mobilização escrava, pois a experiência de liberdade vivida nos quase vinte anos de existência do quilombo *São Benedito do Céu* estimulou os líderes desse quilombo a quererem libertar outros escravos do cativeiro por meio de uma insurreição.

Com esse propósito, os líderes José Crioulo, Daniel, Feliciano Corta-Mato e Joaquim Calixto partiram do quilombo com seu “exército”. Entre os dias sete e dez do mês de julho de 1867 ocuparam, por meio da tática de assalto, as fazendas mais próximas, exceto a fazenda Santo Inácio, porque nela um escravo havia morrido. Na manhã do dia oito, ocuparam a Fazenda Santa Bárbara, transformando-a em quartel-general. No dia nove, chegando ao engenho Timbó, pegaram armas, munições e invadiram a Vila Nova de Anadia, aquartelando-se na Fazenda São José. Nessa beligerância, saqueavam os artigos necessários para a manutenção da tropa, nas pequenas casas comerciais existentes.

A notícia da insurreição escrava ultrapassou as fronteiras da Comarca de Viana (cf. figura nº 03, p. 65). Logo chegou nos municípios de São Vicente de Ferrer, São Bento, Pinheiro, Santa Helena, Guimarães Alcântara, Turiaçu, Cururupu, Rosário, Coroatá e Codó, deixando os proprietários rurais com medo.

Os mais temerosos se refugiaram em vilas junto às autoridades municipais, as quais passaram a informar ao presidente da província, o Sr. Franklin Américo de Menezes Doria, dos acontecimentos e solicitar apoio militar, armas e munições para reprimirem a insurreição.

Fonte: REIS, J. J.; e GOMES, F. dos S.; São Paulo: Companhia das Letras, 1996/Adaptado por PEREIRA, J. de J. 2006

MAPA 04 - INSURREIÇÃO DE ESCRAVOS EM VIANA/MA - 1867

Desse modo, com o apoio dos próprios proprietários rurais, as autoridades dos municípios organizaram expedições para destruir o quilombo São Benedito do Céu e a insurreição escrava.

Em uma das invasões do quilombo “São Benedito do Céu” pelas forças policiais, o Major João Francisco Regis da Silva prendeu Pulcheria, escrava de Francisco Mariano Ferreira, solteira e de idade ignorada. A prisão ocorreu quando a escrava se encontrava à beira do roçado do mocambo. De acordo com o estabelecido no Código Criminal a respeito do processo de aplicação da justiça, o Capitão Carlos Guilherme Lobato (delegado de polícia, na Vila de São Bento, Comarca de Alcântara) em sua casa e na presença do escrivão Antonio Augusto Correia de Castro, instaurou o inquérito para apurar informações que possibilitassem ao poder público destruir o quilombo e conter a insurreição. Com esse objetivo, o delegado perguntou a Pulcheria qual era o desígnio que tinham os líderes do quilombo quando se dirigiram às fazendas de Viana. Pulcheria respondeu que os seus companheiros saíram do Quilombo São Benedito do Céu *“para guerrear com os brancos por causa da lei dos pretos”*, isto é, *“para serem esses considerados livres”*.⁸⁸

Essa resposta, a despeito de qualquer manipulação que lhe tenha dado o escrevente, é bastante significativa. Os escravos compreendiam por meio de seus próprios corpos submetidos à violência física, os meandros da dinâmica das relações escravistas de produção. Nesse sentido, as fugas, os quilombos e as insurreições escravas, bem como outras práticas sociais se apresentam como nuances do resultado das contradições que permeavam as relações entre os proprietários rurais e os escravos. Em outras palavras, são práticas sociais que expressam quanto os escravos conheciam a respeito de suas condições de vida e de trabalho, bem como dos recursos utilizados por autoridades públicas e proprietários rurais para garantir a disciplina e o controle social dos mesmos. Por isso, não é exagero se admitir que a escrava Pulcheria tenha, de fato, respondido ao delegado que os seus companheiros foram *“guerrear como os brancos por causa da lei dos pretos”*.

⁸⁸ AUTOS de perguntas do inquérito da escrava Pulcheria. Secretaria de Polícia do Maranhão, 24 de setembro de 1867. In: Arquivo do Projeto Vida de Negro/Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. São Luís/MA.

Nesse sentido, vale dizer que as relações escravistas foram dinamizadas pelos próprios embates decorrentes, sobretudo de confrontos entre os proprietários rurais e os trabalhadores escravos. Isto posto, sustenta-se o argumento que a escravidão não se enquadra na explicação que a apresenta sob a forma de uma via de mão única por meio da metáfora: “os escravos eram as mãos e os pés do senhor”. Nessa perspectiva, compreende-se a insurreição de escravos de 1867, em Viana, como um dos aspectos indicadores da luta de classes verificadas no interior da sociedade maranhense no século XIX.

A maioria dos escravos não sabia ler e nem escrever. Em razão disso, Daniel e João Mulato, líderes do movimento, ao ocuparem a fazenda Santa Bárbara, após cinco dias de viagem a pé, obrigaram seu administrador, o capitão Placídio Mello dos Santos, a escrever uma carta às autoridades do município de Viana, exigindo a liberdade:

*“Ilmos. Senhor Delegado e Comandante do Destacamento de Viana.
Santa Bárbara, 10 de julho de 1867.
Comunico a V^{as}. S^{as}. que nos achamos
Em campo a tratar da liberdade dos cativos,
Por enquanto esperamos por ella, e como o
Nosso desejo é para com todos e não fazer mal
A ninguém esperamos por ela em Santo Ignacio
e quando não apareça até o dia 15 do mês
vindouro não teremos remédio senão
lançarmos mão das armas e lá irmos, podendo
V^{as}. S^{as}. contarem que temos 1000 armas de fogo e
Contamos com todos os arcos dos gentios em nossa
Defesa e da liberdade, e espero que não tomem
este aviso por graça é muito seria esta nossa
deliberação e assim se previnam, e esperamos
pela resposta amanhã por todo dia.
Somos de V^{as}. S^{as}.
Daniel Ant^o de Araújo
João Antonio de Araújo”.*⁸⁹

O conteúdo desse documento não deixa dúvidas a respeito do fato de que os líderes da insurreição tinham clareza a respeito da violência e da opressão sofridas pelos escravos. Por isso, afirmavam querer “tratar da liberdade dos cativos”, ainda que a princípio, sua prática de contestação tenha sido de forma pacífica, pois não queriam “fazer mal a ninguém”. Entretanto, caso suas reivindicações não fossem atendidas de acordo com os termos propostos e no prazo estabelecido, a liberdade seria conquistada a todo custo. Nesse caso, utilizar-se-iam das “1000 armas de

⁸⁹CARTA de quilombolas ao delegado e comandante do destacamento de Viana. Viana, 10 de julho de 1867. In: ARAÚJO, M. op. cit. p. 33-34.

fogo” que possuíam, bem como de “*todos os arcos dos gentios*” disponíveis em apoio à causa da liberdade dos escravos. Ainda a esse respeito, vale analisar o fato descrito pela proprietária do engenho Timbó, Dona Thereza Ignácio de Moraes Borges, quando foi ocupado o seu engenho. Em seu depoimento, entre outros fatos, referiu-se a um escravo que quis cortar o braço de uma de suas netas para ver se o seu sangue era, ou não, da mesma cor que o do escravo.⁹⁰

Naquela conjuntura, esse não era um ato de violência, mas uma tentativa radical de pôr à prova aquilo que era muito comum ouvir-se: o sangue do senhor era melhor do que o sangue do escravo. Tal discurso foi utilizado para justificar o trabalho escravo, isto é, o direito de proprietários rurais explorarem e viverem a custa do trabalho escravo. Do mesmo modo, compreende-se os “maus-tratos” aplicados em algumas pessoas nas fazendas ocupadas, como táticas, no propósito de fazer com que sentissem, em igual medida, os constrangimentos de castigos impostos aos escravos.

Como se aludiu anteriormente, era por meio do corpo que os escravos aprendiam a respeito do mundo da escravidão e, na mesma medida manifestavam a sua insubordinação. Com base nesse entendimento não é difícil compreender, porque a família de D. Thereza Ignácia de Moraes Borges foi colocada sob a mira de armas de fogo, deixando-a temerosa e com medo de perder a vida, pois:

*[...] Debaixo de vozerias e insultos passaram a se formar do lado de fora da casa como que para descarregar suas armas sobre as vítimas, mas como se ajoelhassem todas as suas filhas, netas, ela, e, mais pessoas de sua família, rogando-lhes que não lhes tirassem a vida.*⁹¹

O uso da imposição do medo por parte dos escravos foi uma tática eficiente para fragilizar, intimidando os proprietários rurais, e conseguir alimentos, armas e munições. Segundo D. Ignácia, os quilombolas afirmavam: “*quem os mandava não os autorizou a matar, mas que lhes entregassem toda a pólvora e chumbo, roupa e fazenda e armamento que tivessem em seu poder*”.

As circunstâncias pareciam favorecer os líderes da insurreição em seu propósito de conseguirem libertar os demais escravos. Mas, assim que essa mobilização passou ao domínio público, as autoridades municipais e os proprietários

⁹⁰ AUTO de perguntas de D. Tereza Ignácia de Moraes Borges, proprietária do Engenho Timbó. Viana, 16 de julho de 1867. In: ARAÚJO, M. op. cit. p.154.

⁹¹ Ibid. p. 154

rurais de Viana se organizaram para reprimir o movimento por meio de voluntários e forças policiais que vieram de outros municípios. Com esse objetivo, no dia 09 de julho de 1867, partiu para a Fazenda Santa Bárbara (local onde estavam aquartelados os escravos) o delegado de polícia de Viana, José Gregório Pinheiro, com cerca de cinquenta homens, chegando às 10:00 horas da manhã do dia seguinte. Não a invadiu, por reconhecer que o número de escravos era superior ao número do contingente à sua disposição. Por cautela, resolveu se retirar para a estrada que conduzia ao porto de Maracaçumé (o de Viana), onde chegaria o reforço de setenta homens vindos dos municípios limítrofes. Esse delegado, ao se sentir fortalecido, dirigiu-se à fazenda Santa Bárbara. Ao chegar às 4 horas do dia 10 de julho com a sua tropa de 120 homens, ele foi recebido a bala pelos insurgentes até 6 horas da tarde.⁹² O combate seguiu noite adentro, forçando os escravos a se retirarem, deixando alguns mortos e prisioneiros. Os feridos foram levados para o interior da mata de onde reagiram, no dia 11, à força de Viana que havia recebido reforços, por meio da tática de guerrilha e emboscada.⁹³

Daí por diante, as autoridades de Viana e das comarcas limítrofes continuaram a reprimir e dar cabo dessa insurreição de escravos. No dia 12 de julho, o comandante Antônio Caetano Travassos formou três forças de combate. A primeira foi enviada para a Fazenda Santo Inácio, a segunda para a Vila Nova de Anadia e a terceira para bater os arredores da Fazenda Santa Bárbara. No entanto, esse procedimento só fez fortalecer a mobilização de escravos, deixando autoridades e proprietários rurais temerosos. Conforme o delegado de polícia de OGuimarães, o Sr. Joaquim Raimundo da Cunha, ao advertir o subdelegado de Pinheiro de uma provável expansão do movimento insurreto de Viana:

[...] Os fatos aterradores e sobremaneira graves que se davam em Viana, a insurreição que levantou o grito criminoso atentando não só contra as nossa instituições como ainda contra o direito de propriedade (...), urgem da autoridade muita atenção e enérgicas providências para sufocar qualquer tentativa, cujos resultados serão sempre prejudiciais, qualquer que seja a força dela (...) Assim pois V. As,. Tomando na devida consideração os acontecimentos de que lhe tenho dado ciência, tenha de baixo de vista a

⁹²RELATÓRIO do delegado de polícia de Viana José Gregório Pinheiro ao Presidente da província, Sr. Franklin Américo de Meneses Doria. Viana. Viana, 14 de julho de 1867. In: ARAÚJO, M. op. it. pp. 35-36

⁹³ OFÍCIO do comandante da Força Expedicionária Antônio Caetano Travassos ao Juiz de Direito da comarca de Viana. 1867. In: ARAÚJO, M. op. it. pp. 36-37

*escravatura do termo de sua jurisdição (...) a fim de que a insurreição ai não ganhe partidários e os insurgido não achem abrigo.*⁹⁴

Os termos dessa carta evidenciam a tênue fronteira que existia entre os poderes público e privado. O delegado de polícia de Guimarães, na tácita defesa de interesses de proprietários rurais, advertindo o subdelegado de Pinheiro, dizia-lhe que “a insurreição levantou o grito criminoso atentando não só contra as nossas instituições como ainda contra o direito de propriedade”. Em razão disso, sublinhava que urgia da “autoridade muita atenção e enérgicas providencias para sufocar qualquer tentativa, cujos resultados seriam sempre prejudiciais”.⁹⁵

Essas preocupações indicam que as lutas escravas desgastavam as relações escravistas de produção como base da agricultura mercantil de exportação. Em razão disso, e com vistas a tranquilizar proprietários rurais e autoridades locais, o Presidente Menezes Doria, por meio de ofício de 13 de julho de 1867, comunicou ao juiz de direito de Viana que faria partir, às 11 horas do dia, um vapor extraordinário com um reforço de praças de polícia, armadas, municadas para se reunirem ao destacamento comandado pelo capitão Antônio Caetano Travassos. Do mesmo modo, ao delegado de Viana, o presidente informou que estava mandando setenta armas, mil cartuchos, quatro barris de pólvora e 12 arrobas de chumbo para armar a força policial.⁹⁶ Apesar de toda a mobilização de autoridades locais e do empenho do próprio presidente da província, a insurreição não foi reprimida com a eficácia desejada. Ao contrário, continuou inquietando autoridades e proprietários rurais de outros municípios. Em 15 de julho de 1867, o delegado de São Bento, Ignacio Antônio Corrêa, informou ao presidente da província que os insurreccionados não só resistiam como se apresentavam em número cada vez maior.⁹⁷

A partir de um documento enviado pela Câmara Municipal da Vila de Pinheiro para o presidente da província, Menezes Doria, deduz-se que, do ponto de vista das autoridades municipais, as condições sociais do lugar eram caracterizadas por um estado de intranquilidade, pois:

⁹⁴ OFÍCIO do delegado de polícia de Guimarães Joaquim Raimundo da Cunha ao subdelegado de Pinheiro. Guimarães. 1867. In: ARAÚJO, M. op. cit. pp. 37-38

⁹⁵ Ibid . p. 38

⁹⁶ OFÍCIO do presidente da província Franklin Américo de Meneses Doria ao Juiz de Direito da comarca de Viana. São Luís, 13 de julho de 1867. In: ARAÚJO, M. op. cit. pp. 40-41

⁹⁷ OFÍCIO de delegado de polícia Ignacio Antônio Corrêa ao presidente da província Franklin Américo de Meneses Doria. São Bento, 15 de julho de 1867. In: ARAÚJO, M. op. cit.p. 45

*[...] As desagradáveis ocorrências, que nele se estão dando atualmente, as quais põem em perigo a segurança pública, individual, e de propriedade se prontamente não forem dadas enérgicas providências em ordem á fazer desaparecer os sustos, temores, que trazem em sobressalto os pacíficos habitantes da Vila. É conhecido, assim na Província como fora dela, o fato da escandalosa fuga de um avultado número de escravos das Fazendas situadas nos municípios de S. Bento e S. Vicente Ferrer a ponto de fugirem de uma delas em um só dia todos os escravos, ficando apenas uma preta velha, que por decrépita não pode acompanhar seus parceiros.*⁹⁸

Em Guimarães, a situação não era diferente. O subdelegado de polícia relatava ao presidente da província que os proprietários rurais, ao saberem do ocorrido em Viana, mantiveram-se sobressaltados porque havia diversas fazendas no município com numerosos escravos que poderiam ser influenciados pela divulgação dessa notícia gerando uma insurreição.⁹⁹ Na mesma medida, as informações enviadas ao presidente da província pelo delegado de polícia de Guimarães, o Sr. Joaquim Raimundo da Cunha, sugerem que a insurreição dos escravos de Viana ganhava terreno e a adesão de escravos de Guimarães que também acreditavam na conquista de sua liberdade por meio de um movimento daquele perfil. De acordo com o delegado:

*[...] Os fatos ocorridos em Viana tem criado vulto aqui, a ponto de ir sentindo-se a insubordinação em algumas fazendas, que esperam talvez momento asado para fazer causa comum com os revoltosos que não demoram muito distante deste termo, visto que ameaçado Pinheiro e ali declarada a insubordinação como está, Guimarães não está isento d'esse mal.*¹⁰⁰

Essas declarações, bastante significativas, permitem afirmar que os escravos tinham consciência da precariedade que caracterizava a sua condição de vida e de trabalho, bem como a percepção de que poderiam, a partir de determinadas circunstâncias, insubordinarem-se com o propósito de conquistarem a sua liberdade, promovendo “os sustos”, “os temores” e “os sobressaltos” às classes dominantes.

A continuidade da insurreição levou as autoridades a destruírem do quilombo. Com esse propósito, organizaram uma entrada composta de 250 homens oriundos de forças policiais dos municípios de São Bento, São Vicente de Ferrer e Viana. No cerco à fazenda Santa Bárbara, alguns quilombolas foram presos dentre os quais o

⁹⁸ REPRESENTAÇÃO da Câmara Municipal de Pinheiro ao presidente da província Franklin Menezes Doria. Pinheiro, 15 de julho de 1867. In: ARAÚJO, M. op. cit. p. 46

⁹⁹ OFÍCIO de subdelegado de polícia de Guimarães ao presidente da província Franklin Américo Menezes Doria. Guimarães, 15 de julho de 1867. In: ARAÚJO, M. op. cit. pp. 47-48.

¹⁰⁰ OFÍCIO do delegado de Guimarães ao presidente da província, Franklin Américo Menezes Doria. Guimarães, 20 de julho de 1867. In: ARAÚJO, M. op. cit. p. 55.

líder Feliciano Corta-Mato, assim, conhecido por ser muito habilidoso no manejo de facção, na arte de abrir veredas e caminhos na mata. Dada essa habilidade, as autoridades negociaram a sua liberdade ou o obrigaram a servir-lhes de guia na expedição organizada para destruir o quilombo. Assim, entre os dias 17 e 20 de julho de 1867, a expedição tentou destruir o Quilombo São Benedito do Céu. As forças policiais de repressão se reuniram na Vila Nova de Anadia e de lá se dirigiram para a Fazenda Santo Inácio por ficar próxima ao quilombo. Os líderes da insurreição, ao serem avisados de que se aproximava uma expedição para destruí-los, utilizaram-se da tática de “terra arrasada” e embrenharam-se na densa mata que circundava a área do quilombo para guardar víveres e organizar a resistência.

No dia 17 de julho, após dois dias de exaustiva caminhada, lá pelas três horas da tarde, sob um sol escaldante, a expedição dirigida pelo Comandante da força de Viana, o Capitão Travassos, chegou aos arredores do quilombo e, para surpresa dos “conquistadores”, o quilombo estava quase vazio. A expedição encontrou apenas cinco escravos, mas, ainda assim atiraram por medo de perderem suas vidas. Mas, sobretudo, por estarem em cumprimento do dever, isto é, pôr um termo a rebeldia escrava que ameaçava a segurança pública, individual e de propriedade. O resultado foi que a vida de um deles foi ceifada e os outros correram mata adentro. Logo depois, o Capitão Travassos ordenou uma batida nos arredores encontrando apenas “um pretinho” de dois anos chorando por entre as folhagens.

Dado aos problemas internos da força policial e a própria resistência dos escravos por meio das táticas: “terra arrasada”, guerrilha e emboscada essa primeira expedição não logrou o êxito desejado.¹⁰¹ No entanto, a versão do delegado de polícia de São Bento, Carlos Guilherme Lobato, as providências tomadas não foram profícuas devido:

*[...] A desinteligências havidas entre o Alferes Luiz Antônio Corrêa e o Capitão Travassos, da força de Vianna, que marchou no mesmo sentido, sendo que elas só produzem o grave inconveniente de se acoroçoarem os escravos habilitando-os a fortificarem-se em ordem á acometer de novo as fazendas com melhor sucesso.*¹⁰²

¹⁰¹ RELATÓRIO dos comandantes das forças de São Bento e São Vicente de Ferrer, enviados ao delegado de polícia. RELATÓRIO do delegado de Viana ao presidente da província Franklin Meneses Dória. Viana, 28 de julho de 1867. In: ARAÚJO, M. op. cit. pp 62-67

¹⁰² OFÍCIO de delegado de polícia de São Bento ao presidente da província, Franklin Menezes Dória. São Bento, 26 de julho de 1867. In: ARAÚJO, M. op. cit. p. 68

Nessas circunstâncias, o governo provincial interveio no processo repressivo, organizando uma nova expedição composta de forças de várias partes da província e conseguiu destruir o quilombo. O resultado da nova investida foi a morte de muitos homens, tanto do lado dos escravos, quanto do lado das forças do governo. Em relação ao quilombo, vale destacar que além de mortes, também foram destruídas parte de suas edificações, além de efetuada a prisão de alguns escravos e de homens livres que foram condenados e sentenciados pelo Tribunal do Júri por crime de insurreição, de acordo com o Artigo n.º 113 do Código Criminal do Império.

Após a prisão de líderes e escravos que sobreviveram ao ataque do quilombo se instauraram os inquéritos para apurar as causas da insurreição. No ano seguinte, em 1868, o Juiz de Direito da Comarca de Viana, Antônio de Sousa Mendes Junior, presidente do Tribunal do Júri, pronunciou a prisão e livramento pela Justiça Pública, trinta e cinco insurretos. Desses, três eram livres e trinta e dois eram escravos. Os escravos réus eram Feliciano Corta-mato, Daniel, Bruno, João Mulato, Pedro, Justino, Manoel Carlos, Roberto, Sebastião, Valerio, Bruno, Vitorino, Rodolfo, Honório, Marcelino, Martinho Coelho, Sabino, Gabriel, Thomaz, Cypriano, Benedito, Vicente, Martiniano, Amandio, Gonzaga, Fabricio, Lourenço, Faustino, Antônio Suruá, Manoel Carlos, Matheus. Os livres eram: Manoel Joaquim Ferreira, Joaquim Calisto e José Feliciano de Campos.

Joaquim Calixto, o Tenente José Feliciano de Campos e o cafuzo Manoel Joaquim Ferreira foram pronunciados e incursos nas penas do Artigo 115 do Código Criminal, o qual previa como crime de insurreição: ajudar, excitar, ou aconselhar escravos a se insurgir, fornecer-lhes armas, munições ou outros meios para o mesmo fim. O Tenente José Feliciano de Campos foi pronunciado, porque aceitava que Daniel conduzisse os escravos fugidos para roçar e trabalhar para ele. O cafuzo, Manoel Joaquim Ferreira, porque negociava com mocambeiros, fornecendo-lhes armas, pólvora, chumbo e fazendas (panos). Além do mais, ele ia ao quilombo fazer festa e levar escravos apadrinhados, bem como avisar aos escravos quando iam tropas para batê-los. Para complicá-lo ainda mais, a entrada para o referido quilombo era uma picada feita atrás da casa de forno de sua fazenda.¹⁰³ As penas impostas aos réus variavam segundo a interpretação pela autoridade jurídica do

¹⁰³ AUTOS CRIMES de execução e cumprimento de sentença dos escravos Lourenço, Gonzaga. Viana, 1868. In: Arquivo do Projeto Vida de Negro/Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, São Luís: MA.

grau de participação no movimento. Desse modo, as penas para os escravos iam do açoite ao uso de ferro no pescoço por alguns anos e as galés, enquanto para os livres, a pena foi só a prisão com trabalho. Os escravos ousaram de diferentes formas, tentando desgastar a escravidão. Por isso, o seu controle social e disciplina era uma exigência contínua, praticada de inúmeras formas, desde o encarceramento até o suplício do corpo. Nesse sentido, o Código Criminal do Império (1831), foi a base jurídica da aplicação da justiça, no âmbito das contradições da estrutura social escravista. Em outras palavras, o aparato jurídico elaborado para manter a ordem pública na perspectiva dos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, infere-se que a condenação dos quilombolas de São Benedito do Céu foi determinada para servir de exemplo para outros escravos do Maranhão, bem como de outros lugares do Brasil.

2.3. As lutas urbanas

No início do século XIX, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas promoveu a instalação em São Luís, de diversos negociantes, lojistas e quitandeiro: portugueses, ingleses e franceses. Por isso, São Luís se tornou uma “cidade comercial” e a quarta cidade brasileira em importância econômica do Império. Nessa condição, por volta de 1861, possuía trinta e seis negociantes com escritórios distribuídos por entre as ruas do Trapiche, do Egito, Formosa, dos Barbeiros, da Estrela, do Giz e no Largo do Carmo. Quatro armazéns de madeira de construção civil e naval; cinco mercadores de lojas livres; três agentes de leilões; 158 quitandas; 59 armazéns de mantimentos secos de todas as qualidades, frutas e aves.¹⁰⁴ Os segmentos médios e ricos da cidade ainda contavam com uma larga oferta de serviços de modistas, retratistas, relojoeiros, arquitetos, ourives e outros praticados por franceses, italianos ou portugueses. Nesse território, os escravos com a sua herança africana manifestada em batuques e corpos seminus, por exemplo, faziam e refaziam a vida permeada pela violência física, mas também por sonhos, amores, festas e práticas religiosas, constituindo redes de comunicação e solidariedade. Em vista disso, autoridades públicas e comerciantes reiteradas vezes quiseram expurgá-los de seu mundo. Com esse propósito, proibiam aos escravos vender hortaliças,

¹⁰⁴ MATTOS, B. de op. cit. Pp. 144-157

frutas, aves e peixes em barracas, bem como formarem grupos nos cantos e largos da cidade.

Os escravos urbanos, sobretudo os de ganho, por não estarem sob os olhos vigilantes de seus senhores ou de um feitor, em relação aos escravos do eito, criavam de modo diferente, um tempo autônomo de vida expresso de várias maneiras. Entre elas, os batuques regados por bebidas, os “furtos” e o descumprimento das regras estabelecidas pela Câmara Municipal para o uso do espaço público. Trata-se da rebeldia escrava contra os seus proprietários e comerciantes por conceberem-nos, na maioria das vezes, apenas como “coisa” passível de ser comprada, vendida ou alugada. Nesse sentido, os anúncios em jornais definiam um tipo ideal de escravo com base numa variedade de adjetivos segundo as condições físicas e morais como: bons costumes, boa figura, fiel, morigerado. No entanto, vale dizer que essas qualificações não significavam, apenas, requisitos anunciados para apresentar uma mercadoria de excelente qualidade. Nos escravos, estavam inscritas experiências de luta e de resistência à escravidão.

Do contrário, vale perguntar o que significava para quem vivia do trabalho escravo, ter um escravo fiel, morigerado, de bons costumes e ser boa figura? No limite: escravos obedientes. Em outras palavras, em meio às contradições sociais, que os escravos não fugissem, não respondessem aos maus tratos e aos abusos que sofriam, não furtassem, não bebessem, não brigassem na rua com pessoas livres, outros escravos ou libertos para resolverem seus problemas pessoais, não andassem fora de horário permitido, não portassem armas sem a devida autorização e, além do mais, não falassem com o tom de voz alterado com os filhos pequenos de donos de escravos. No entanto, os escravos, não se comportavam assim.

Na cidade de São Luís, por entre largos, ruas, becos e o porto de São Luís, os escravos recriavam a sua condição social se encontrando para tocar e dançar tambor; namorar; beber; brigar; e até para furtar. Nesse sentido, as histórias dos escravos João e Martinho, José e Regina, Joanna e Benedicta, são fragmentos de uma prática social mais ampla vivida por escravos na cidade.

Na Rua da Estrela, bairro da Praia Grande, os pretos João e Martinho, escravos do Capitão José Aniceto de Sousa foram presos por serem encontrados a desembarcar de um casco uma porção de madeira furtada de Alexandre de Moraes

Rego.¹⁰⁵ É provável que se trate de dois escravos de ganho. No dia 03 de novembro de 1844, o delegado José Mariani, chefe de polícia da província foi informado que José, escravo da Santa Casa de Misericórdia, no dia anterior, estava espancando a preta forra de nome Regina. Nesse mesmo dia foram presas, Joanna e Benedicta, pretas forras, por “invadirem” a quitanda de Antonio Pereira de Sousa e ido até sua varanda para dizer-lhe insultos, dar-lhe pancadas e, também, por não “respeitarem” a autoridade pública, no caso, o inspetor de quarteirão.¹⁰⁶

Entre os fatores que geravam esses acontecimentos, destaca-se a percepção pelo escravo de sua condição social de explorado e sujeito à violência física e simbólica. No que diz respeito às brigas de escravos entre si ou com libertos, supõe-se que se tratava de rixa amorosa motivada por ciúmes por um ou outro ter sido preterido por alguma mulher escrava ou forra. Foi o que aconteceu com Laurindo, escravo do Capitão Joaquim José da Serra, preso na Rua dos Afogados, por estar brigando com o escravo de D. Rita Serra. Nessa mesma perspectiva, compreende-se a prisão do Albano, escravo de Antonio Francisco de Sá, por correr atrás de uma escrava com uma faca na mão, com a qual havia riscado seu peito movido pela embriaguez em que se achava.¹⁰⁷

Entre outros significados, esses comportamentos de escravos indicam que a bebida, a paixão e a violência se entrecruzavam, demonstrando que a escravidão não impediu escravos de amarem, terem prazer, praticarem atos que poderiam ser bons ou ruins, dependendo das circunstâncias e perspectiva de quem os considerava. No entanto, essa “resistência miúda” os colocava numa tênue instabilidade quanto à segurança pessoal, por serem vistos enquanto uma ameaça e, por isso, reprimidos. Desse modo, em 28 de novembro de 1851, Alexandre, escravo do Padre Maurício Fernandes Alves, sendo encontrado com uma faca de ponta foi castigado em público com seis dúzias de palmatórias e cinquenta chibatadas pelo subdelegado do 2º distrito de São Luís, o Sr. Antonio Bernadino

¹⁰⁵ PUBLICADOR Maranhense, São Luís, 03 de fevereiro de 1844. p. 03. Repartição de polícia. APEM: Biblioteca. Nessa secção encontram-se inúmeros anúncios de prisão de escravos por práticas de fuga, furtos, brigas em público, embriaguez e por andarem armados e fora de horários permitidos.

¹⁰⁶ OFÍCIO de Subdelegado de polícia ao Chefe de polícia da província. São Luís, 03 de novembro de 1844. Secção de documentos avulsos: APEM, São Luís: MA.

¹⁰⁷ PUBLICADOR Maranhense, São Luís, Repartição de polícia, 06 de janeiro de 1844. p. 3. APEM: Biblioteca.

Jorge Sobrinho, com o apoio de seu senhor, por entender que, desse modo, o escravo era mais bem disciplinado do que com um processo.¹⁰⁸

Do mesmo modo, as escravas vendedoras de tabuleiros eram presas por não respeitarem o que estava estabelecido nas posturas municipais no que se referia ao uso de barracas em logradouros públicos. De acordo com a regra de número 13, do Código de Postura da cidade de São Luís, hortaliças, aves, peixes, frutas e outros provimentos deveriam ser vendidos pelas ruas da cidade como a cada um conviesse, mas apenas nos lugares designados pela Câmara, nos quais não poderiam erigir telheiro ou barracas sem autorização e licença da mesma. Do contrário, os vendedores estariam sujeitos à pena de quatro mil réis, a demolir tudo a sua custa e a multa de mil réis para os que estivessem assentados fora dos lugares definidos.¹⁰⁹ A Câmara designou as praias do Caju, Pequena, Santo Antônio, Desterro e Madre Deus para a venda de peixe. O Largo das Mercês, de Santo Antônio e a Praça do Açougue foram designados para a venda de aves, ovos, frutas e hortaliças.¹¹⁰ No entanto, na prática da vida diária, essas regras não eram cumpridas como atestam os inúmeros anúncios de prisão de escravos que constam na Secção de Polícia do Jornal *Publicador Maranhense*.

2.4. Os suicídios de escravos: um direito sobre a vida

O suicídio é uma prática cujo resultado é presumível.¹¹¹ Nesse sentido, embora um ato mais individual do que coletivo, os suicídios de escravos foram, no âmbito do complexo e contraditório mundo da escravidão, uma importante forma de luta de escravos ainda que aos olhos de autoridades públicas e de seus proprietários não passassem de atos de indivíduos “*com mentes fracas*” ou de “*índole perversa*”. O suicídio era, em linhas gerais, praticado por meio do estrangulamento. Mas, o que faria um escravo cometê-lo? Responder a esta questão não é uma tarefa fácil e por isso mesmo um esforço bastante desafiador. O presidente da província, Francisco Xavier Paes Barreto, ao comentar a respeito dos suicídios, sublinhava não ser difícil explicá-lo, pois “*esses infelizes sujeitos a duros e*

¹⁰⁸ OFÍCIO de subdelegado suplente ao chefe de Polícia da província. São Luís, 28 de novembro de 1851. Secção de documentos avulsos: APEM, São Luís: MA.

¹⁰⁹ SÃO LUÍS. Edital Câmara de São Luís, Postura nº 13, 1842. APEM, São Luís: MA.

¹¹⁰ Ibid. Postura nº 14. APEM, São Luís: MA.

¹¹¹ RODRIGUES, José Albertino (Org.) *Émile Durkheim, Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

constantes trabalhos, e muitas vezes seviciados horrivelmente por senhores poucos humanos procuram com a morte pôr termo a seus sofrimentos". ¹¹²

No entanto, convém destacar que além dos castigos, existiam outros elementos que podem explicar essa prática. Pode-se destacar a recusa do escravo às transações comerciais que separavam casais com ou sem filhos e a captura do escravo após uma fuga. Nessa perspectiva, os momentos finais da trágica história de Luiza, escrava de José Francisco Nogueira Brandão, são significativos. Por volta do dia 15 de agosto de 1873, na fazenda de José Francisco Nogueira Brandão, localizada no Termo do Coroatá, ribeira do rio Itapecuru, Luiza, escrava do referido fazendeiro, depois de desaparecida por dois dias foi "*achada no poço da dita fazenda, onde se suicidou*". Luiza, ainda moça, antes de cometer seu suicídio, precipitando-se de cabeça no poço da fazenda do senhor "matou" o seu filho que ainda amamentava, pois, encontraram "*com o cadáver da vítima uma corda e uma faca ensangüentada no rancho da desnaturada mãe*". Do ponto de vista das autoridades, Luiza cometeu esse ato por causa de sua "*índole perversa*" e ser "*desnaturada*", uma vez que "*não lhe foram encontrados no corpo sinais de sevícias, feitas por seu senhor*". ¹¹³ A conclusão do perito confirma, entre outras coisas, que essa e outras mulheres escravas viviam sob instabilidade quanto à segurança pessoal, porque podiam ser seviciadas por senhores, pelos filhos desses ou por feitores. O suicídio praticado por aquela mãe escrava demonstra que não queria ser mais escrava e nem compartilhar do sofrimento de seu filho na condição de escravo.

O enforcamento era outra modalidade de suicídio. Ele podia acontecer quando os escravos se viam ameaçados por autoridades ou por seus proprietários após terem cometido algum ato grave aos olhos desses. Por isso, com uma corda se suicidou na cadeia de Coroatá, em 24 de fevereiro de 1874, Pedro gago, escravo de Dona Antonia Mendes. Ele foi recolhido à cadeia da Vila de Coroatá por ter ferido com faca a Antonio dos Santos Ferreira e assassinado a mulher do mesmo: D. Filomena. Como é sabido, um escravo ao cometer atos desse perfil não deixaria de ser condenado. Em razão disso, supõe-se que Pedro Gago por saber o que lhe aguardava, tratou de abreviar-lhe inevitáveis sofrimentos dando cabo de sua vida. ¹¹⁴

¹¹² RELATÓRIO do presidente da província, Francisco Xavier Paes Barreto. 13 de abril de 1858, p. 13, Secção Códices: APEM, São Luís: MA.

¹¹³ LIVRO dos crimes fatos notáveis, Livro 02, p. 13. 1873. Secção de Códices: APEM, São Luís: MA.

¹¹⁴ Ibid. Livro. II, p. 47. 1874. Secção de Códices: APEM, São Luís: MA.

Na noite de 25 de outubro de 1875, a cafuza Raimunda se enforcou na casa de Manoel Joaquim Fernandes para quem foi enviada de Turiaçu para ser vendida. No exame de corpo delito não foi encontrado no cadáver nenhum vestígio de sevícias.¹¹⁵ Por esse tempo, os proprietários rurais vendiam seus escravos para as lavouras de café do Rio de Janeiro e São Paulo desestabilizando as uniões escravas, das quais algumas chegaram a constituir famílias.¹¹⁶ Por isso, a escrava Raimunda encontrou no suicídio a solução para seu infortúnio, decorrente da separação forçada de seu companheiro e filhos por motivo de venda dos mesmos pelo seu senhor.

Os suicídios praticados por escravos sugerem que essa prática não significava um ato de insanidade segundo a explicação de autoridades e de proprietários de escravos. Mas, uma forma radical de resistência, um ato político, ainda que pessoal e muitas vezes “isolado” e silencioso de dizer não à violência física e simbólica a qual os escravos eram submetidos. Enfim, os suicídios de escravos trazem à tona a contradição da escravidão, isto é, em última instância, que os escravos eram os efetivos donos de seu próprio corpo. No que se refere às mulheres, também, quanto ao fruto de seu ventre, a despeito de gerarem prejuízos financeiros para os seus proprietários.

Em suma, as fugas, os quilombos, as insurreições, os furtos, a “vadiagem”, os homicídios e os suicídios enquanto resultados das contradições da estrutura social escravista, no longo prazo, estabeleceram o medo e o pânico nas classes dominantes, sobretudo entre os proprietários rurais. Essas práticas de resistência dos escravos ficaram gravadas na memória de sucessivas gerações das classes dominantes. Por isso foram, no contexto da decadência da agricultura mercantil de exportação, os pressupostos básicos que ensejaram o debate na imprensa jornalística, acerca do sentido da escravidão.

¹¹⁵ Ibid. Livro. II, p. 149. 1875. Secção de Códices: APEM, São Luís: MA.

¹¹⁶ FERNANDES, Cláudia Emmanoella Guimarães. *A flor e a lei do ventre livre no Maranhão*, São Luís: MA, 2005. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão.

PARTE II:
A IMPRENSA PERIÓDICA E A DECADÊNCIA DA AGRICULTURA MERCANTIL NO
MARANHÃO

3. A IMPRENSA PERIÓDICA NO MARANHÃO

“A imprensa é a vista da nação”.
Rui Barbosa.¹

A arte tipográfica foi instalada no Brasil somente no século XIX. No Maranhão, apenas treze anos depois do Rio de Janeiro, em 1821, por iniciativa do poder público, após ter sido proclamada a Constituição portuguesa na província.² A imprensa tardia se deveu às determinações históricas criadas pela colonização portuguesa. Como é sabido, entre os séculos XV e XVIII, a vida colonial brasileira se concentrou em torno de engenhos de açúcar, de fazendas de gado e de plantações de algodão organizadas com base na grande propriedade agrícola, na monocultura e no trabalho escravo. Por isso, Sergio Buarque sublinhou: “*Se [...] não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais*”.³ A imprensa, por ser um tipo de atividade citadina, encontrou pequena ressonância no panorama colonial brasileiro.⁴ A administração da colônia, sendo feita à distância pelo Conselho Ultramarino instalado em Lisboa, não exigia serviços tipográficos para viabilizar a máquina burocrática e outras necessidades. Além do mais, os poucos habitantes letrados que moravam nos núcleos urbanos se satisfaziam com os canais de comunicação informal disponíveis, prescindindo de uma imprensa local ou suprimindo essa necessidade com a leitura de gazetas portuguesas que aqui chegavam.⁵

¹ BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. Coleção Clássicos do Jornalismo Brasileiro. São Paulo: com-arte/Edusp. 1990.

² FRIAS, J. M. C. de. *Memória sobre a tipografia maranhense*: apresentada à Comissão Diretora da Exposição Provincial do Maranhão de 1866, 2ª edição, São Luís: SIOGE/FUNC, 1978.; MARQUES, César Augusto, Imprensa Periódica, In: ***Dicionário Histórico-geográfico da Província do Maranhão***, Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970, pp. 390 – 393.

³ HOLANDA, S. Buarque . de, *Raízes do Brasil*, 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 73

⁴ MELO, Jose Marques de. *A Sociologia da imprensa brasileira: a implantação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973. p. 130

⁵ COSTA, Licurgo & BARROS, Vidal. *História e evolução da Imprensa Brasileira*. Rio, Comissão Organizadora da Representação Brasileira à Exposição dos Centenários de Portugal, 1940, p. 15. Apud. Melo, Jose Marques de, op. cit., p. 130.

O marasmo administrativo, quando não a incompetência mais alarmante ou, o que era pior, a corrupção mais escandalosa era o que caracterizava a administração da colônia, pois:

*[...] Os governantes mandados para a América não traziam nenhuma planificação administrativa. Raramente surgia o brilho de um administrador competente e interessado em solucionar os problemas mais graves e imediatos da colônia, o que prevalecia era a mediocridade ou a incompetência.*⁶

No contexto da economia colonial as atividades comerciais e industriais eram incipientes e limitadas, uma vez que o Brasil devia produzir riquezas para a metrópole. Por isso, não eram necessários os usuais expedientes burocrático-mercantis, isto é, as letras de câmbio, as notas fiscais e os formulários. Em face de métodos comerciais simples, da precária atuação da máquina estatal, da inexistência de um comércio interno dinâmico e de unidades manufatureiras que produzissem artigos para o consumo local, em regime de competição, a imprensa periódica se viu impedida de funcionar no Brasil, pois como poderiam se manter as tipografias e os jornais sem suporte financeiro proporcionado, sobretudo, pela propaganda comercial?

O Brasil, como parte integrante do império ultramarino português, em todo o largo período colonial, vivenciou os problemas e os mecanismos de conjunto que agitavam a política imperial lusitana. A esse respeito, Ribeiro salienta:

*[...] O Brasil, como colônia submetido ao mais estrito monopólio, cresceu isolado do mundo, apenas convivendo com aquele Portugal pobre e retrógrado que não permitiu a criação de um sistema popular de ensino do Brasil e, menos ainda, de escolas superiores, ao mesmo tempo em que a Espanha mantinha cerca de duas dezenas de universidades em suas colônias. Assim, o Brasil emerge para a independência sem nenhuma universidade, com sua população analfabeta, e iletradas também suas classes dominantes.*⁷

A imprensa no Brasil começou por iniciativa da Corte portuguesa após se instalar no Rio de Janeiro em 1808. O rei, D. João VI, ao saber que o material gráfico comprado para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra foi trazido para o Brasil, o requisitou e por meio do “ato real de maio” criou a Imprensa Régia:

⁶ GUEDES, João Alfredo Libânio, Da Restauração a D. João V, In: História Administrativa do Brasil, vol. IV, Rio: DASP, 1962., pp. 19/53. Apud. MELO, Jose Marques de. op. cit. p. 32.

⁷ RIBEIRO, Darcy. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. pp. 114/115. Apud. MELO, Jose Marques de., op. cit., p. 139.

“Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta capital eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e atendendo à necessidade que há de oficina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde eles se estabeleceram sirva inteiramente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço, ficando inteiramente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da oficina a maior extensão e lhe dará todas as instruções e ordens necessárias e participará a esse respeito a todas as estações o que mais convier ao meu Real Serviço. Palácio do Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1808”.⁸

Uma vez que a Corte estava no Brasil, tornava-se necessário uma tipografia para a impressão de documentos úteis ao funcionamento da máquina burocrática portuguesa e à integração de súditos brasileiros nos meandros do exercício do poder institucional no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade. A despeito da dúvida acerca de qual foi o primeiro jornal brasileiro, se o *Correio Brasiliense* ou a *Gazeta do Rio de Janeiro*, vale dizer que na imprensa régia, em 10 de setembro de 1808, foi impresso o primeiro número do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, a princípio, com quatro páginas, editado uma vez por semana e depois trisemanal. O custo de sua assinatura semestral era de 3\$800 réis. O jornal avulso podia ser comprado na loja de Paul Martin Filho ao preço de 80 réis. Dada às condições em que esse periódico foi fundado, pode-se dizer que o mesmo era um jornal oficial, por meio do qual só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias, natalícios, odes e panegíricos da família reinante.

No Maranhão, a arte tipográfica foi instalada por iniciativa do Governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca com a inauguração, em 31 de outubro de 1821, da Tipografia Nacional Maranhense, na qual foi impresso o primeiro jornal da província: *O Conciliador do Maranhão*.⁹ Esse periódico, manuscrito, circulou de 15 de abril de 1821 até o começo do mês de novembro desse ano, quando, a partir do dia 10, passou

⁸ SODRÉ, N. Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1966, p. 22

⁹ LOPES, Antonio. *História da Imprensa no maranhão: 1821 - 1925*, Rio de Janeiro: DASP, 1959, p. 6.

a circular impresso até o dia 16 de julho de 1823.¹⁰ O seu formato era o de uma folha de papel almaço comum, impresso em duas colunas e circulava duas vezes por semana com a tiragem de trezentos exemplares.¹¹

De acordo com Sodré a história da imprensa brasileira pode ser dividida em artesanal e industrial.¹² Nesse sentido, no Maranhão, a imprensa por suas características técnicas e empresariais se integra à artesanal, pois os jornais ainda não eram meios de comunicação de massa e os proprietários viviam dos próprios recursos ou subvencionados pelo poder público. Além do mais, ainda dependiam do que soubessem a respeito de melhoramentos técnicos desenvolvidos e usados em outros países.¹³

A respeito da imprensa periódica maranhense, pouco se escreveu, desde o século XIX. Porém, destacam-se dois trabalhos por servirem de base para estudos ulteriores: *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820 – 1880)* e *História da Imprensa no Maranhão: 1821 – 1925*.¹⁴

O primeiro deles, *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820 – 1880)* foi escrito pelo jornalista, liberal e abolicionista, Joaquim Maria Sobrinho Serra (Ignotus). Esse ensaio, tal como o caracteriza seu autor, foi redigido na França e publicado no Rio de Janeiro, em 1883, pela Editora Faro e Lino, em plena efervescência do movimento abolicionista no Brasil.

O texto está dividido em quatro capítulos. No primeiro, esclarece os objetivos da obra. O autor, tendo por pressuposto que a imprensa da província do Maranhão era uma das mais notáveis do Império, quer pela importância política que exerceu, quer pelo valor literário dos que nela militaram, propôs-se destacar sua relevância no contexto brasileiro, apresentando os considerados principais jornalistas, sobretudo aqueles de seu campo político e ideológico. No segundo capítulo, sumaria as

¹⁰ Ibid. p. 27-30.

¹¹ JORGE, Sebastião Barros. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão: 1821 – 1841*, São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987, p. 28.

¹² SODRÉ, N. Werneck. op. cit., 1966. p. 7. O autor não esclarece o sentido em que usa as palavras “artesanal” e “industrial”. Contudo supõe-se que a imprensa artesanal compreende os jornais do século XIX, políticos e noticiosos, mas ainda não caracterizados como meios de comunicação de massa.

¹³ FRIAS, J. M. C. de. op. cit.

¹⁴ IGNOTUS, Joaquim Serra. *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820 – 1880)*. São Paulo: Siciliano, 2001; LOPES, Antonio. *História da imprensa no Maranhão (1821 – 1925)*. 1ª edição, Rio de Janeiro: DASP, 1959.

transformações que sofreram os partidos políticos brasileiros na província, sua relação com o jornalismo, e cita alguns jornais no interior. No terceiro capítulo, apresenta uma biografia dos jornalistas considerados mais importantes: Sotero do Reis, João Lisboa, Odorico Mendes, José Candido de Moraes e Silva, Gentil Braga, Marques Rodrigues, Celso de Magalhães, além de alguns outros. O quarto capítulo é uma nota relativa ao movimento abolicionista na imprensa: “*nos é grato comemorar o fato de haver sido a imprensa do Maranhão uma das mais ardentes e antecipadas na propaganda abolicionista*”. Com este propósito, destaca o jornalista João Lisboa, por suas críticas aos tráficos internacional e interprovincial de escravos e pela proposta de extinção da escravidão no Brasil. Entretanto, não esclarece os termos, segundo os quais, fez suas proposições acerca desse tema. Contudo, Joaquim Serra deixa uma pista de que João Lisboa simpatizava com a política de branqueamento do Brasil por defender a imigração européia, bem como, a eliminação de leis que asseguravam a permanência da “*negra nódoa do cativo no Brasil*”.¹⁵

Anos depois, em face do “esquecimento”, no contexto brasileiro, de tempos imemoriais e áureos, da “Athenas Brasileira”, ou seja, a cidade de São Luís com seus intelectuais de renome nacional e internacional, o jornalista Antônio Lopes trouxe a lume a obra não menos instigante: *História da imprensa no Maranhão (1821 – 1925)*.¹⁶ Trata-se de um texto escrito na década de 1940, na qual o Maranhão ainda se caracterizava pelas “marcas” da decadência da agricultura mercantil de exportação e escravista, pois a pobreza e o analfabetismo crônico de grande parte dos trabalhadores, sobretudo dos rurais, eram alguns de seus sinais. Esse quadro fez o autor argumentar que a cidade de São Luís, a capital do Estado, não era mais digna de ser chamada de “Athenas Brasileira”.

A respeito da “Athenas Brasileira” vale ressaltar que se trata de um mito como alusão a um período áureo da cultura maranhense, na qual se destacaram, entre outros, Gonçalves Dias na poesia, Odorico Mendes na filologia, Sotero dos Reis e João Lisboa na prosa e no jornalismo, mas sustentados pelo trabalho escravo. Por isso, Corrêa sublinha que a escravidão possibilitou a manifestação de um “*Belletrismo*”, isto

¹⁵ Ibid. p. 105.

¹⁶ LOPES, Antonio. *História da imprensa no Maranhão (1821 – 1925)*. 1ª edição, Rio de Janeiro: DASP, 1959.

é, uma “atividade literária comprometida, por definição, com amenidades por se caracterizar pela ausência da crítica no tratamento de seu objeto”.¹⁷ Contudo, no contexto da decadência da agricultura mercantil de base escravista, esse mito ganhou força, pois à medida que a riqueza proveniente da lavoura começou a aparecer não mais retornar, foi consolidada a ideologia do regresso a um imaginário período de ouro, parecido, nessa imagem acrítica, com o paraíso perdido a ser recuperado. Nessas circunstâncias, conforme Correa, a cidade de São Luís foi inventada como a Atenas Brasileira, sob a forma de:

[...] Um auto-retrato dourado da sociedade senhorial gongalvina, por meio da dimensão literária da intelectualidade maranhense [...] com base no ideal de formação do homem grego [...] trazido para os trópicos, em nível de arquétipo, em espaço figurativo e retórico.¹⁸

Dado o caráter messiânico dessas obras, caracterizado pela exaltação de “heróis” que criaram o “passado de glória” do Maranhão, infere-se que seus autores lutaram contra a fúnebre perspectiva de esquecimento desse passado pelas novas gerações da “Atenas” decaída. Com esse propósito, o autor de *História da Imprensa no Maranhão*, na segunda seção, faz minuciosas biografias, sobretudo de “grandes jornalistas” buscando demarcar o “lugar” dos mesmos no contexto cultural brasileiro do século XIX. Com esse procedimento reafirma que o Maranhão tem um “passado virtuoso” no qual se destacaram excelentes jornalistas ao estilo de Garcia de Abranches, Manuel Odorico Mendes, João Francisco Lisboa e Estevão Rafael de Carvalho entre tantos outros.

Acerca de estudos contemporâneos referentes à imprensa jornalística no Maranhão, destacam-se os trabalhos de Sebastião Barros Jorge, nos quais o autor discute a respeito de jornais e jornalistas da primeira metade do século XIX, articulando-os às condições históricas vigentes, esmerando-se em descortinar os vínculos ideológicos existentes entre os mesmos e as classes sociais da época.¹⁹ Nessa

¹⁷ CORRÊA, Rossini. *Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional*. Brasília: Thesaurus, Corrêa e Corrêa, 2001. p. 29

¹⁸ Ibid. p. 30.

¹⁹ JORGE, Sebastião Barros. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão: 1821 – 1841*. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987; _____. *A Linguagem dos Pasquins*. São Luís: Lithograf, 1998. _____. *Política movida a paixão: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes*. São Luís: Departamento de Comunicação Social da UFMA, 2000.

perspectiva, trata-se a imprensa jornalística como um circuito de interatividade, isto é, um fórum de debate, de produção e de circulação de ideologias, ou seja, idéias e valores referentes às questões de poder e de dominação que permeiam as relações sociais em sua multiplicidade.²⁰ Não é demais salientar, conforme Marx que “*o representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem como emanção direta de seu comportamento material*”.²¹ Portanto, os discursos apresentados nos jornais *Diário do Maranhão*, *O País* e o *Pacotilha*, no contexto da decadência da agricultura mercantil de exportação, acerca da escravidão significam proposições ideológicas elaboradas para contribuírem no processo de reorganização das relações de dominação na perspectiva das classes dominantes maranhenses em face das lutas dos escravos, das pressões do movimento abolicionista a partir da corte, e do capital Industrial desde a Europa. Pois, conforme Bakhtin,

*[...] O discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Qualquer enunciação por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc).*²²

Os jornais do século XIX podem ser divididos em quatro aspectos: político, religioso, literário e jocoso. Ao conjunto de jornais noticiosos e político-partidários, atribui-se o perfil político. O religioso se fazia presente em jornais católicos. Os literários tinham como objetivo divulgar a produção literária de grêmios estudantis. Os jornais jocosos, chamados de imprensa baixa por seus contemporâneos, eram aqueles que tratavam de temas públicos e privados a partir dos subterrâneos da vida cotidiana da província. Por isso, um de seus críticos sublinhou:

[...] Depois de 1840 a imprensa periódica decaiu da altura a que se havia elevado nas discussões políticas para chafurdar-se nos mais imundo e fétido lodo de corrupção, esquecendo inteiramente o nobre fim para que foi instituída,

²⁰ EAGLETON, Terry, *Ideologia*, São Paulo: Ed. UNESP; Editora Boitempo, 1997.

²¹ MARX, Karl. *A ideologia Alemã*, São Paulo: Hucitec, 1985, p. 26

²² BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. São Paulo: Hucitec/Anablume, 2002. p. 123.

*ou a sua missão civilizadora. Não havia nem consciência e nem pudor nos autores de tão vergonhosos escritos.*²³

Um outro destacou:

*[...] Ao lado da imprensa de alto coturno, tão distante pelas nobrezas de atitudes, medrou a flora dos jornalecos onde a infâmia e a calúnia campeavam de mãos dadas. Assim no seio da floresta de árvores majestosas vegetavam os espinheiros, os cogumelos mortíferos, a urtiga, a tiririca e todo o ervaçal daninho e rasteiro sob o qual desliza a áspide traiçoeira.*²⁴

A despeito de qualificações atribuídas aos jornais, não é demais sublinhar que o jornalismo periódico da primeira metade do século XIX era “mais uma aventura política e cultural do que um meio de se organizar como empresa”, pois os jornais “sobreviviam com receita oriunda da venda da assinatura ou de pequenos anúncios para cobrir as despesas de composição, impressão e papel, exceto aqueles financiados pelo governo e compromissados com o poder”.²⁵ Os jornais, com o formato de um livro pequeno, surgiam para o combate, a exemplo do que foi constituído pelo jovem jornalista Odorico Mendes, fundador do *O Argos da Lei*, e o experiente jornalista português João Garcia de Abranches, fundador do *O Censor*.

Na década de 1820, a experiência do jornalismo periódico, no Maranhão se inseriu num contexto político conturbado e tenso, decorrente da luta em torno da Independência do Brasil. Os editores do jornal *O Conciliador do Maranhão*, no seu primeiro número destacavam:

*[...] Os grandes acontecimentos políticos das nações, devendo algum dia entrar nas páginas da História, precisam ser minutados por testemunhas contemporâneas, e desinteressadas, afim de que a posteridade possa avaliar o mérito, ou demérito dos seus cooperadores: aproveitando de uns lições de virtude e heroísmo para imitá-los, e conhecendo os crimes, e vilezas de outros para detestá-los. Eis o fim a que se dirige o trabalho dos historiadores; porém, como estes, ainda mesmo sendo contemporâneos dos fatos, não podem presenciá-los em todo o território da nação, cuja história escrevem, carecem de documentos mais verídicos do que os de uma tradição, quase sempre suspeita; e eis um dos fins úteis dos jornais.*²⁶

²³ MARQUES, César. op. cit. p. 392. O autor cita como exemplos os jornais *O Guajajara*, *O Caboclo*, *O Picapau*, *A Malagueta*, *O Caruru*, *o Patusco*, *o Azorrague*, *a Matraca*, *o Arre-irra*, *a Voz do Bacanga*; JORGE, Sebastião. *A linguagem dos Pasquins*. São Luís: Lithograf, 1998.

²⁴ LOPES, Antonio. op. cit. 1959. p. 34-35.

²⁵ JORGE. Sebastião Barros. op. cit. 1987, p. 109.

²⁶ Apud. JORGE. Sebastião Barros. op. cit. p. 20.

Na prática, por serem favoráveis à Constituição Portuguesa, contrariavam o próprio título do jornal ao publicarem, sobretudo, matérias de interesse do governo.²⁷ Essa tendência havia sido estabelecida pelo governador à Câmara, ao determinar que *“todos os atos da administração pública continuariam a ser exercidos em nome de El-Rei, mantendo-se a obediência e o respeito devidos às autoridades constituídas e às leis existentes, para não se perturbar a tranquilidade publica”*.²⁸

Nesse contexto, as relações políticas, econômicas e culturais entre o Maranhão e Portugal eram muito mais acentuadas do que com o Estado do Brasil. Por isso, os portugueses na luta pelo controle de cargos na burocracia pública local, do comércio exportador e varejista, faziam-se contrários à independência. O *Conciliador do Maranhão*, um jornal fiel ao governo se manteve partidário da permanência do Maranhão sob domínio de Portugal. Com esse propósito o Pe. José Antonio Ferreira Tezinho exaltava:

*[...] É o que tenho dito e repetido no Conciliador: O Maranhão, graças a Deus, está bem longe do Rio de Janeiro, nada tem a ver com o seu governicho caricato; não entretemos quase relações com a praça do Sul; a navegação faz-se toda com Portugal; com Portugal mantemos as famílias e boa parte dos haveres, e para lá mandamos educar nossos filhos; e, portanto, com Portugal ficaremos se o resto da colônia ousar um dia separar-se de nossa metrópole, e por Portugal iremos à morte! Nasci com essas idéias; com essas idéias irei à cova!*²⁹

Nesta perspectiva outro redator reafirmava:

*[...] A conservação do Sistema Constitucional, a observância da Constituição com Portugal serão os primeiros objetos: lembrarei e pugnarei por tudo quanto seja bem-público, e combaterei a prepotência, o despotismo, os erros, e abusos, em qualquer autoridade, ou homem público onde existirem, sem parcialidade odiosa, nem contemplação servil.*³⁰

Esses argumentos esclarecem que os articulistas do referido jornal eram a favor da permanência dos portugueses no controle de instâncias do poder público local e do comércio exportador e varejista, pois por meio de tais atividades, os liames coloniais

²⁷ IGNOTUS, Joaquim serra. op. cit. p. 23.

²⁸ SILVA, Luís Antonio Vieira da. *História da Independência da província do Maranhão: 1822 – 1828*. Rio de Janeiro: Americana, 1972, p. 39.

²⁹ ABRANCHES, Dunshee de. *A Setembrada: a revolução liberal de 1831 em Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora JB, 1970. Apud. JORGE. Sebastião. op. cit. Prefácio: p. 10.

³⁰ Apud. JORGE, Sebastião Barros. op. cit. p. 31-32.

realizar-se-iam em benefício dos mesmos. Por isso, desenvolveram uma campanha contra os opositores, na perspectiva de conservarem “o Sistema Constitucional e a observância da Constituição com Portugal”. Sotero dos Reis sublinhou: “o Conciliador logo se desmanchou em excessos contra personalidades e políticos opositores; assim principiamos a conhecer esta bela instituição só pelo abuso que dela se fez”.³¹ E, um de seus críticos afirmou, “essa folha foi o facho da discórdia que para logo dividiu brasileiros e portugueses em dois campos inimigos, não poupando sarcasmos e injúrias contra aqueles que presumiam afetos à causa da Independência”.³²

Como se pode notar, a experiência do jornalismo periódico no Maranhão foi, em sua gênese, constituída num contexto político e ideológico tenso, no qual os jornais, como circuitos de interatividade foram urdidos e urdidores daquele contexto. Afinal, o ato de cometer “excessos contra personalidades e políticos opositores”, não foi algo aleatório ou insano, da mesma forma que, a leitura de jornal sob a designação de “facho de discórdia” não poupando “sarcasmos” e “injúrias”. Nesse sentido, sublinha-se que o debate entre Odorico Mendes e João García de Abranches foi o desdobramento, dos conflitos entre os ricos comerciantes portugueses e os proprietários rurais brasileiros em decorrência de seus diferentes interesses relativos ao Maranhão.

O jornalista Odorico Mendes, articulado aos interesses de proprietários rurais, defendia a separação do Maranhão de Portugal para que a exploração econômica a que estavam submetidos fosse superada. Ele, cômico de sua perspectiva ideológica sublinhou “Há muito que ardo por oferecer ao Brasil em honroso sacrifício a vida, que me será inútil, se a houver de viver em um país de escravos, que aos portugueses entreguem vergonhosamente os pulsos”.³³ Por outro lado, o português João Garcia de Abranches, era a favor da permanência de relações entre o Maranhão e Portugal, pois dessa forma os portugueses manteriam o controle do comércio exportador e varejista, além dos cargos da burocracia pública local.

³¹ PUBLICADOR Maranhense. Resenha sobre a história da Imprensa no Maranhão, 1856. Apud. Jorge, Sebastião Barros. op. cit. p. 21.

³² SILVA, Luís Antonio Vieira da. op. cit.. p. 73.

³³ Apud. JORGE, Sebastião. op. cit., 2000. p. 12.

O *Argos da Lei* foi impresso na Tipografia Nacional e publicado entre os dias 07 de janeiro de 1825 e 10 de julho de 1825, perfazendo um total de 45 números.³⁴ O seu formato era o de um livro com 31 centímetros de altura e composto em quatro colunas, quatro páginas sem numeração de uma edição para outra. Circulava duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras. A sua manutenção era feita por meio de subscrição pública e o seu preço avulso era de cem réis. Em geral, publicava matérias oficiais e anúncios de fuga, compra e venda de escravos, informações a respeito do movimento do porto de São Luís, e da cotação do algodão, arroz, couro, milho e farinha, à época, os produtos mais comercializados.

O *Censor*, com a altura menor de 23.5 centímetros, era composto em três colunas com numeração seqüenciada de suas páginas. Circulou desde 24 de janeiro de 1825 até o mês de maio de 1830, somando ao todo 382 páginas. O preço do número avulso era de 160,00 réis. A partir do nº 8, de 29 de dezembro de 1825, passou a se chamar *O Censor Maranhense*. Nele, transcreviam-se matérias de jornais da Corte com despachos do governo e trechos de obras de poetas, de historiadores, de filósofos e de escritores europeus, entre outros: Camões, Virgílio, Cervantes, Montesquieu. Esse jornal não se mantinha à base de subscrição pública e nem recebia anúncios, por querer o seu proprietário conservar a liberdade de expor suas idéias e não submeter a sua doutrina “*a vis contemplações da parcialidade nefaria, odiosa e repugnante qualidade essencialmente oposta a quem deseja escrever, e manifestar sempre verdades puras*”.³⁵ Naquela conjuntura de tensão política essa postura lhe custou a deportação para Portugal, sobretudo, após fazer duras críticas ao Lord Cochrane e ao governo de Manuel Jansen Teles da Silva Lobo por tratarem com violência os portugueses residentes no Maranhão.³⁶

Esses jornalistas, cada um ao seu modo, esboçavam naquela conjuntura um debate em torno dos temas: nação e nacionalismo. Odorico Mendes defendia uma nação brasileira independente, pois há muito que ardia por oferecer ao Brasil um “*honroso sacrifício a vida*”, a qual lhe seria “*inútil*”, se houvesse “*de viver em um país de*

³⁴ IGNOTUS, Joaquim Serra. op. cit. 2001. Nota 6, p. 111. Jorge. Sebastião. op. cit. 2000. p. 31.

³⁵ Apud. JORGE. Sebastião Barros. op. cit. 1987. p. 54.

³⁶ JORGE. Sebastião Barros. op. cit. 1987. p. 58; LOPES, Antonio. op. cit. 1959, pp.45-56.

escravos, que aos portugueses entregam vergonhosamente os pulsos".³⁷ Portanto, na primeira metade do século XIX, *"os jornalistas se caracterizavam pela ideologia e posição assumidas na política, daí o surgimento de uma imprensa doutrinária e combativa"*.³⁸

Na segunda metade do século XIX essa tendência se manteve sob as novas condições sócio-econômicas e políticas. As classes dominantes do Maranhão, ou seja, os ricos comerciantes e os proprietários rurais, divididos em conservadores e liberais, sobretudo após a desarticulação do movimento social de sertanejos e de escravos, isto é, a Balaiada, passaram a lutar, entre si, pelo controle do poder político local e a impor seus interesses aos trabalhadores escravos e aos livres pobres. Nesse novo contexto, o jornalismo periódico foi de suma importância na produção e circulação de proposições a respeito do que se concebia como fundamental para o desenvolvimento econômico e social da província baseada na agricultura mercantil de exportação e de base escravista. No entanto, de acordo com Cabral, os conflitos entre as classes dominantes *"nunca tiveram por base uma consistência ideológica profunda. Em geral, opunham-se quanto a aspectos político-institucionais e quanto a maior ou menor intervenção da administração pública na economia"*.³⁹

³⁷ Apud. Prefácio, Jorge, Sebastião. op. cit., 2000. p. 12.

³⁸ JORGE. Sebastião Barros. op. cit. 1987. p. 110.

³⁹ CABRAL, M^a do Socorro Coelho. op. cit. 1984. p. 121

4. A IMPRENSA PERIÓDICA E A DECADÊNCIA DA AGRICULTURA MERCANTIL

4.1. Os Jornais e os Seus Leitores

A decadência da agricultura mercantil aumentou na década de 1880, comprometendo a reprodução das relações de dominação das classes dominantes, isto é, de ricos comerciantes e proprietários rurais, sobretudo, desses últimos. Por esse tempo circulavam, na província, 30 jornais de diferentes perfis. Eram diários, somente o *Diário do Maranhão*, *O Paíz* e o *Pacotilha*. Nas colunas desses periódicos se discutia, entre outros temas, a decadência da agricultura mercantil de exportação, suas causas e soluções possíveis. Por considerarem a escravidão a causa principal desse processo, ela se constituiu no tema-chave do debate entre os articulistas e os colaboradores desses periódicos.

O jornal *Diário do Maranhão*, fundado em 1855, insere-se na conjuntura criada pelo fim do tráfico internacional de escravos. Infere-se, a partir do subtítulo: *Jornal do comércio, lavoura e indústria*, que os proprietários desse periódico compartilhavam da mesma visão de mundo das classes dominantes locais. O seu formato era grande, com quatro páginas divididas, cada uma, em três colunas, e composto de quatro partes: Oficial, Folhetim, Marítima e Notícias. Não era publicado às segundas-feiras, em dias santificados e nos feriados. Na *Parte Oficial*, publicavam-se matérias referentes ao expediente do governo da província. No *Folhetim*, romances ou novelas francesas. Na *Parte Marítima*, as informações a respeito do movimento de entrada e saída de embarcações do porto de São Luís. Por sua vez, a *Secção de Notícias* se compunha por diversos anúncios relativos aos acontecimentos do cotidiano como festas, nascimentos, óbitos e fugas de escravos; a propaganda de mercadorias e serviços; o comércio de escravos: compra, venda e aluguel; de bebidas e leilões.⁴⁰

⁴⁰ Na Biblioteca Pública do Estado, “Benedito Leite”, no que se refere à década de 1850 só há jornais até o ano de 1857. Em relação à década de 1860 não se encontra nenhum jornal. E à década de 1870, só a partir de 1874.

Na década de 1870, o referido jornal manteve a mesma estrutura com algumas modificações. Cada página passou a ser dividida em cinco colunas, nas quais a propaganda comercial ocupava a maior parte do espaço, demonstrando ser por meio dela que os proprietários do jornal acumulavam parte de seu capital. Na *Secção Geral*, discutia-se a respeito de vários temas, entre eles a escravidão. Os articulistas do periódico, compartilhando a visão de mundo das classes dominantes, publicavam artigos criticando as diferentes formas de luta dos escravos (festas, fugas, quilombos e insurreições) e nos editoriais cobravam às autoridades públicas medidas que reprimissem essa insubordinação. Por isso destacavam:

[...] Chamamos a atenção das autoridades superiores para o que nos escreve de Vianna o nosso correspondente e que hoje damos publicidade. Está ainda na memória de todos os sustos e trabalhos porque passaram as comarcas de Vianna, sustos que em maior ou menor escala se repetem todos os anos sem que se tome uma medida, que, extirpando o mal, leve a tranqüilidade aquelas populações. Dizimada como está a população do interior da província, na comarca de Viana há muitas fazendas distantes de 5, 8 e 10 léguas dos centros populosos, inteiramente à mercê dos quilombolas, que. Viana devia ter constantemente forte destacamento de soldados comandados por um oficial enérgico e experimentado; isso seria suficiente para conter em respeito os quilombolas, pois, sabem muito bem que o povo está sempre pronto a auxiliar a tropa para atacá-los. Tão forte e respeitável se torna então a força assim organizada, quão débil sendo o povo só por si que se arme para o mesmo fim. É preciso que o governo olhe para isto com muita atenção; esperamos que dos senhores presidente da província e chefe de polícia partam medidas que ponham termo a este estado de coisas.⁴¹

A partir desse fragmento, nota-se que eram reconhecidas a importância econômica da escravidão e a necessidade de controle social dos escravos. Do contrário, não esperariam do presidente da província e do chefe de polícia as medidas que pusessem termo àquele estado de coisas, isto é, à mobilização de escravos a partir de seus quilombos, em torno de fazendas deixando intranquilos os proprietários rurais.

A *Secção de Notícias* foi subdividida em duas secções, a Comercial e de Anúncios, adequando o jornal às exigências do processo de produção e circulação de mercadorias. Na primeira, tratavam de assuntos referentes ao movimento da alfândega, do tesouro provincial e do setor financeiro. Na *Secção de Anúncios*, fazia-se a propaganda comercial de serviços (dentistas; vapores); de escolas; de trabalho escravo

⁴¹ DIÁRIO do Maranhão, São Luis, 05 de setembro de 1875. Editorial, p. 1.

em fazendas, na construção civil, das amas de leite e para os serviços de casa (lavar, engomar e cozinhar); e de mercadorias, fossem produtos de uso doméstico (louças, porcelanas e outros utensílios), de uso pessoal (vestuário, calçados e higiene), de alimentos, de bebidas e de remédios ou mesmo de alguns equipamentos e ferramentas de lavoura, além de escravos.

Na década de 1880, o jornal continuou com o mesmo perfil noticioso e comercial. No contexto da decadência da agricultura mercantil de exportação esse periódico declarava: “*À causa pública, pugnar pelos direitos dos oprimidos, fazer conhecidos os desvarios e, em nome dos ofendidos protestar contra os abusos cometidos em nome da lei que nos rege*”.⁴²

O que significava protestar contra os abusos cometidos em nome da lei que os regia? Uma vez que se tratava de um jornal do comércio, lavoura e indústria, os articulistas desse periódico defendiam a propriedade privada da terra e de escravos, sobretudo, uma vez que era um direito assegurado na Constituição. Em outras palavras, eles eram contra a abolição imediata da escravidão e a favor da indenização de antigos fazendeiros de algodão no que se referia à emancipação de escravos. Não é demais destacar que esse setor se apresentou o mais refratário a qualquer proposta de mudança radical da estrutura social e econômica da província, o que significava manter a escravidão, a concentração fundiária e o controle de instâncias do poder público por meio da ocupação de cargos da burocracia na província e na Corte.

Em 1863, o jornalista Themístocles da S. Aranha, dada a sua larga experiência no jornalismo maranhense fundou o jornal *O Paiz: católico, literário, comercial e noticioso*. A princípio, ele era publicado duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras. O valor da assinatura anual era de nove mil réis, a semestral cinco mil réis e a folha avulsa duzentos réis. Foi impresso na Tipografia de Berlamino de Matos.⁴³ De formato grande, com quatro folhas divididas em três colunas cada, esse periódico possuía sete secções: Oficial, Religiosa, Transcrições, Publicações Gerais, Noticiário, Anúncios e Movimento do comércio.

⁴² Ibid. 01 de janeiro de 1880. p. 1

⁴³ FRIAS, J. M. C. de. op. cit. 1978.

Na secção *Oficial*, publicavam-se documentos referentes ao expediente burocrático da administração provincial. Na secção *Religiosa*, os temas relativos ao culto católico nos âmbitos local, nacional e internacional. Na secção *Transcrições*, as matérias de jornais de outras províncias. Já a secção *Publicações Gerais*, era o canal de participação de leitores por meio da publicação de matérias que discutiam acerca de temas, polêmicos ou não. Na secção *Noticiário*, publicavam-se debates entre os deputados da Assembléia Provincial e acontecimentos do cotidiano como assaltos, roubos, fugas de escravos, festas religiosas católicas, publicações de livros e notícias do exterior. Por sua vez, na secção de *Anúncios*, a maior de todas, fazia-se a propaganda comercial de serviços como trabalho, educação e odontologia; do movimento do mercado financeiro: o valor de ações de bancos, a oferta de bilhete de loteria; e de diversos bens de consumo duráveis e não duráveis. Também publicavam as solicitações de repressão de escravos por conta de suas festas, fugas e quilombos. Por fim, na secção *Movimento do Comércio* eram publicados os preços e os mercados de produtos exportados e importados pela província. No que se refere ao comércio interno da província, a modalidade mais explorada era a compra, venda e aluguel de escravos.

A partir do número 32 de 06 de outubro de 1863, o jornal passou a ser, *O Paiz: Órgão Especial do Comércio* e a sua publicação três vezes por semana, às terças, quintas e sábado. O valor da assinatura aumentou para doze mil réis por ano; seis mil réis por semestre e três mil réis por trimestre. As colunas foram reduzidas para quatro.

O Presidente da Diretoria da Comissão da Praça, José Moreira da Silva, expressando os vínculos ideológicos existentes entre esse jornal e os ricos comerciantes do Maranhão, destacou:

*[...] Chamo a atenção do comércio para o jornal "O Paiz", que sempre vemos ao nosso lado em defesa dos nossos interesses cuja dedicação cresce à proporção que ele dobra de importância e aceitação. Cumpro declarar-vos que nem uma só vez pedi ao seu redator que sobre assunto de reconhecido interesse comercial esclarecesse a opinião pública, que não fosse solicitamente atendido, sendo que em muitos desses negócios foi da redação a iniciativa.*⁴⁴

⁴⁴ Apud. VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit. 1992. p. 356-357.

Desse modo, é possível considerar que naquela conjuntura de decadência econômica havia um público leitor constituído por ricos comerciantes e proprietários rurais. Por isso, os articulistas propugnavam por seus interesses, pois como bem disse o presidente da Diretoria da Comissão da Praça, todas as vezes que solicitou ao redator esclarecimentos à opinião pública acerca de assuntos de reconhecido interesse comercial, ele foi “*solicitamente atendido*” embora, “*muitos desses negócios foi da redação a iniciativa*”.

A partir desses vínculos sociais, os articulistas desse periódico se inseriram no debate em torno da escravidão. Na coluna *Noticiário*, publicou-se o artigo: *Elemento servil*. Por meio desse artigo, foram apresentados aos leitores dos jornais alguns fragmentos da memória escrita pelo marechal de campo Henrique Beaurapaire Rohan, a respeito da abolição do trabalho escravo. Segundo o autor, no prazo de dez anos, a escravidão seria extinta no Brasil e para que o país se preparasse para esse acontecimento sugeria que:

1. Os escravos deviam ser convertidos em colonos e as fazendas em colônias agrícolas;
2. As fazendas deviam ser divididas e cada parte doada a uma família de escravos porque, desse modo, seria garantido o cultivo e a eterna ocupação da terra pelos colonos enquanto vivos, e depois deles por sua prole;
3. A criação de escolas agrícolas para os filhos dos colonos.⁴⁵

Essas medidas trariam inúmeras vantagens aos fazendeiros, pois deixariam de ter obrigações com um grande número de escravos, já que esses seriam responsáveis por si e pelos seus “ingênuos”. No caso de morte de algum colono (ex-escravo), o fazendeiro, ao invés de gastar dinheiro na compra de outro escravo, contrataria outro colono sem nenhum ônus. Desse modo, não haveria prejuízos ao mesmo, pois receberia o que lhes cabia pelo acordo feito com os colonos.

Considerando-se os vínculos sociais e a visão de mundo de Themístocles Aranha, pode-se inferir que, naquela conjuntura de incertezas quanto ao futuro econômico da província e à inexorabilidade do fim da escravidão, o jornal defendia a substituição do trabalho escravo, mas sem traumas e rupturas. Afinal, *O Paiz*, era o “*órgão das classes conservadoras por cujos interesses pugnava*” e o seu redator e

⁴⁵ ROHAN, Henrique Beaurapaire, *Elemento Servil*. *O Paiz*, São Luís, 05 de junho de 1879, Coluna Noticiário, p. 3

proprietário um “*militante do partido Conservador*” e o “*centro animador da atividade intelectual e econômica do Maranhão*”, pois segundo Viveiros:

*[...] Passava-lhe, pelas salas de aulas e pela redação de seu jornal, a vida maranhense daqueles tempos: o estudante, sequioso de ensinamentos; o comerciante, que carecia de conselhos sobre os fatos econômicos da terra; o político que com ele ia discutir as crises da administração da província.*⁴⁶

O jornalista Themístocles Aranha era amigo do chefe do Partido Conservador na província, Augusto Olímpio Gomes de Castro, um senhor de engenho que fez ampla carreira política com base nos meandros do “mandonismo local” e da gestão patrimonial do poder assegurada por meio de uma política de compromissos incluindo, entre outros arranjos, o casamento, tal como fez ao se casar com uma das filhas da rica família Viveiros, proprietária de fazendas de algodão em Alcântara. Como chefe político de partido possuía inúmeros “apoios” no âmbito de famílias proprietárias da província. Entre esses, cita-se, João Cândido de Moraes Rego Junior, Celso de Magalhães, Themístocles da Silva Aranha, Ribeiro da Cunha e Oliveira Azedo, os quais, entre outros correligionários, viviam em São Luís e no interior, ocupando cargos judiciais, em virtude da política de favores.⁴⁷

A partir de 1878, a publicação do jornal passou a ser diária, guardando-se os domingos e os dias santos.⁴⁸ Porém, numa sociedade escravista decadente, com um mercado consumidor e um público leitor restrito, era difícil a possibilidade de sobrevivência de uma empresa no setor de comunicação. Em vista de tais circunstâncias e pelas dificuldades que se agravavam dia a dia, em 1884, Themístocles Aranha suspendeu a publicação do jornal, pois como bem disse: “*há muito tempo lutava “O Paiz” com grandes dificuldades para manter-se desde que sua publicação, de três vezes por semana passou a ser diária, pois duplicou-se-lhe a despesa e pequeno aumento teve a receita*”.⁴⁹ Por fim, teve de vender o jornal.

No período marcado pela decadência da agricultura mercantil de exportação, o novo proprietário diminuiu o valor da assinatura do jornal. Na capital da província, o

⁴⁶ VIVEIROS, Jerônimo de. *O centenário de Themístocles Aranha*. São Luís: Imprensa Oficial, 1937. p. 8.

⁴⁷ MOREIRA, Arthur Q. Collares. Gomes de Castro, Benedito Leite e Urbano Santos. Rio de Janeiro: Typ. O Jornal do Comércio, 1939.

⁴⁸ IGNOTUS, Joaquim Serra, op. cit. 2001. p. 40

⁴⁹ Apud. VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit. p. 17.

valor da assinatura anual passou para dez mil réis, o da semestral para cinco mil réis e o da trimestral para dois mil e quinhentos réis. A mudança na direção do jornal não implicou em alteração de seu perfil ideológico, ainda que o novo proprietário tenha assumido uma postura menos condescendente e passional com as classes dominantes, sobretudo com os proprietários rurais, chamando-os de:

*[...] Lavradores adormecidos, ou antes, cristalizados pela influência corrosiva do trabalho servil consumindo a maior parte de sua vida e da vida nacional em duas tarefas inglórias – fazerem os filhos bacharéis em Direito e fazerem-se a si coronéis da Guarda Nacional.*⁵⁰

Como se destacou, a decadência da agricultura mercantil provocava entre outros resultados, a quebra entre a racionalidade ideológica escravista e a sua base social e política. Assim, o novo proprietário, caudatário da tradição desse periódico foi, também, um dos protagonistas da imagem da crise elaborada como uma estratégia ideológica necessária para resolver o problema da reprodução das relações de dominação na perspectiva das classes dominantes. Com esse propósito divulgou um quadro caótico e alarmante, o qual precisava de soluções urgentes, pois o que se via era:

*[...] Fortunas esbanjadas, fazendas arruinadas ou abandonadas entregues a administradores ou vendidas a vil preços, proprietários sem propriedades, onerados por dívidas ou penhora, sem recursos para sustentar as suas lavouras ou para melhorá-las; sem inteligência, sem coragem nem meios para tentar as reformas indispensáveis ou novo regime de trabalho necessário para suprir a deficiência da falta do trabalho escravo.*⁵¹

Esse estado de crise geral exigia soluções. Nesse sentido, a publicação da referida matéria, cumpria uma dupla função. Por um lado, chamava a atenção de proprietários rurais para a inadequação da permanência do trabalho escravo em face das condições históricas que se estabeleciam. Desse modo, o jornal era apresentado ao público leitor como periódico “sério e preocupado” com o futuro da província. Assim, ocultava-se de desagregação social e econômica das classes dominantes, além de submeter o processo histórico, apesar de sua indeterminação, sob o seu controle, em detrimento dos trabalhadores, fossem escravos ou livres.

⁵⁰ A INICIATIVA dos lavradores. *O Paiz*, São Luís, 09 de março de 1885. Coluna: Revista do interior, p. 3.

⁵¹ Ibid. p. 3

Em 30 de outubro de 1880, veio a público, na cidade de São Luís, o jornal *Pacotilha: hebdomadário crítico e noticioso*. Esse periódico se compunha de quatro páginas divididas em três colunas por entre as quais se distribuíam de modo desordenado: avisos gerais, charadas, piadas, anúncios de serviços e produtos para homens. Mantinha-se por meio de subscrição pública e de anúncios. Na capital, o valor de sua assinatura era de quatro mil réis por semestre e dois mil réis por trimestre. O número avulso custava duzentos réis. Publicado aos domingos, circulou entre o mês de outubro de 1880 e o mês de janeiro de 1881.

A fundação desse periódico ocorreu em pleno contexto do movimento abolicionista. Para o jornalista Vítor Lobato, proprietário do jornal, a imprensa foi a *“melhor invenção que tinha havido e, por isso todas as outras dependiam dela”*. Nessa perspectiva, ele solicitava a colaboração daqueles que quisessem ser *“úteis à humanidade entregando à luz da publicidade o melhor meio de extinguir as saúvas, propagar o verso lírico e o romance realista, a pilheria viva e cintilante – mas sem ofensa dos melindres de ninguém, sem ataque à individualidade”*.⁵² Para tanto, bastava que enviassem as matérias em carta fechada ou em papel almaço à sede do jornal localizada na Rua do Egito, número 05. Com esse procedimento teriam, *“não só o agradecimento dos proprietários da Pacotilha, como o aplauso do Maranhão civilizado”*.

Os editores do jornal destacavam que o mesmo era para o jornalismo o que eram os mascates para o comércio, isto é, negociantes ambulantes que levam no espaço estreito de uma coisa portátil tudo quanto o freguês pudesse exigir: desde a chita até o botão para camisa; desde o chapéu até o carrinho de linha. Por isso, nele se publicava de tudo! Não havia *“programa, nem opinião, nem artigo de fundo – é a imprensa a retalhos, miúda, sortida, variada”*. Desse modo, seus articulistas não iam se esgueirar de madrugada pela fresta da porta de assinantes esperando levantar, o leitor, ávido de ler em jejum as discussões políticas e as denúncias, demandando providências do presidente da província. Os romances longos e complicados, bem como os noticiários de operações cirúrgicas e de listas de passageiros, o obituário e o movimento de entrada e saída de navios do porto não seriam objetos de sua preocupação por ser um jornal:

⁵² PACOTILHA, São Luís, ano I, nº 1, 30 de outubro de 1880. Editorial p.1.

*[...] Que pretendia distrair o espírito sem pretensões a ensinar, sem palmatória de censura, sem especialidade distribuindo, aos pedacinhos, em forma de pílulas, notícias, anedotas, receitas, contos, romances, verso, tudo! Um verdadeiro tabuleiro de Moisés Cohim sem a chapa de zinco do Thesouro provincial, mas com uma chapa gravada de Bordallo Pinheiro.*⁵³

Nessa perspectiva, esse periódico era apresentado como diferente dos demais, ou seja, um jornal independente, sem vinculação partidária e não subordinado a interesses particulares. Em razão disso cumprimentaria, *“à direita e à esquerda, os ilustres membros do jornalismo – sem distinção de cor política e de opiniões – como todos aqueles que tiverem a bondade de assiná-la e de lê-la. E, até mesmo lê-la sem assiná-la”*. O jornal sairia *“a rua debaixo do braço de um distribuidor esperto à hora que as casas estivessem abertas e as ruas cheias à disposição de quem tivesse uns cobres vadios para assiná-lo”*.⁵⁴

Isso, porém, não implicava em uma posição acrítica, uma vez que seus articulistas eram contrários à tradição do jornalismo periódico comprometido com interesses político-partidários e a permanência da escravidão.

No entanto, o modo desordenado e confuso como era feita a diagramação de matérias, não deixa dúvida quanto ao seu perfil de “miscelânea” e, por conseguinte, a curta duração que teria como empresa, naquela conjuntura. Em razão disso, a publicação do jornal foi suspensa por sessenta dias. Para se manter no mercado e disponibilizar um produto de qualidade, o proprietário recorreu a empréstimos e melhorou a impressão e a diagramação do jornal. A partir do dia 10 de abril de 1881, o jornal voltou a circular com o nome de *Pacotilha: jornal da tarde* com a configuração de formato grande. As quatro páginas foram divididas em cinco colunas cada uma, nas quais eram distribuídas as secções: Calendário, Comércio, Anúncios, Correspondências Europeias, Colaboração, Publicações a Pedido e Noticiário.

É interessante levar em conta que a cidade de São Luís era, por ser portuária, o eixo dinâmico da agricultura mercantil de exportação. Por isso, a secção *Calendário* prestava um serviço importante para os comerciantes, mas, sobretudo aos proprietários rurais, pois, as informações a respeito do fluxo das marés contribuíam para a organização das atividades quanto ao tempo de estoque, transporte e exportação de

⁵³ Ibid, p. 1

⁵⁴ Ibid. p. 1

safrá, uma vez que as unidades produtivas ficavam distantes do porto e o escoamento da produção era feito por meio dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Pericumã. Os proprietários rurais ao ficarem a par do fluxo das marés e do movimento de entrada e de saída dos navios poderiam evitar mais prejuízos naquela conjuntura de decadência da agricultura mercantil.

As notícias a respeito da economia eram publicadas na secção *Comércio*. A partir dela se ficava a par da demanda da produção local, por meio do movimento de entradas e saídas de navios no porto de São Luís, bem como do rendimento da alfândega e do tesouro provincial, da cotação da moeda brasileira no mercado financeiro internacional (Londres, Portugal e França) e de informes do movimento financeiro dos Bancos no Maranhão. Na secção de *Anúncios*, fazia-se a propaganda comercial de serviços e de mercadorias (produtos de uso doméstico, pessoal, ferramentas e equipamentos) para o serviço de lavoura. Na secção *Correspondências européias*, publicavam-se matérias relativas a países europeus na clara demonstração de que a Europa era o centro irradiador do movimento da história mundial.

As secções *Colaboração* e *Publicações a Pedido* eram por onde os leitores expressavam as suas opiniões a respeito de vários temas como a escravidão, a prática político-partidária e outros. Na secção *Noticiário*, publicavam-se informações referentes a eventos como festas, óbitos, aniversários, mas também, relativas aos escravos. A esse respeito vale destacar que a posição ideológica de articulistas deste periódico no contexto da decadência da agricultura mercantil se diferenciou em relação a dos jornais *Diário do Maranhão* e de *O Paiz*.

A despeito de diferentes concepções dos articulistas desses periódicos quanto ao sentido da escravidão, pode-se considerar que compartilhavam da visão de mundo que reduzia os escravos à condição de força de trabalho, um bem privado e, por conseguinte, uma mercadoria passível de transações no mercado. Por isso, publicavam nas colunas comerciais desses periódicos inúmeros anúncios de compra, de venda e de aluguel de escravos:

“Na Rua Grande n. 16, se diz quem compra uma escrava, preta ou cafusa, de 16 a 20 anos, própria para o serviço de uma casa de família, e que saiba engomar alguma coisa”.⁵⁵

“Negrinha: Na casa nº 20 à rua das Barrocas precisa-se alugar uma negrinha de 10 a 12 anos”.⁵⁶

“Moleque para alugar: Na rua da Cruz nº 50, tem um em boas condições para copeiro”.⁵⁷

O jornal *Pacotilha* era, em relação aos outros jornais, o que menos publicava anúncios de compra, venda e aluguel de escravos. No entanto, contribuiu na composição de um tipo referencial do futuro ex-escravo, tecendo conceitos a partir da acepção do escravo como uma mercadoria, pois em seus anúncios esses eram apresentados quanto à idade como: negrinhas, moleques, preto moço, preta moça, preto/a e negra/ou de meia idade. Do mesmo modo uma caracterização “étnica”: preta/o, mulata/o, cor cafusa, cor fula, negra. Em relação às habilidades profissionais e o comportamento como boa cozinheira/o, engomadeira, bom carpinteiro e de serviço de lavoura, morigerada/o, de bons costumes.

A respeito do comportamento de escravos, esses periódicos não se distinguiam quanto ao modo de noticiar. Era comum encontrar avisos de fugas de escravos com os títulos: “preto/a fugido”, “escravo/a fugido”. No entanto, vale sublinhar que se diferenciavam na forma de representá-las. Os articulistas dos jornais *Diário do Maranhão* e *O Paiz*, por defenderem o direito de propriedade dos senhores de escravos, reivindicavam junto às autoridades públicas a repressão dos escravos, enquanto que o jornal *Pacotilha*, apenas noticiava a fuga. Estas características demonstram os diferentes valores ideológicos que tinham os seus articulistas acerca da escravidão. Senão, vejamos:

Pretos fugidos: *O cabo Parnahyba, comandante do destacamento do Cutim, aprisionou desde o dia 12 até o dia 17 do corrente, cinco escravos que andavam fugidos por aquele distrito. Mandou-os apresentar ao respectivo delegado. É importante o serviço prestado por aquele cabo que compreende o elevado encargo que lhe foi confiado empregando esforços para tornar o lugar completamente livre dessa gente, própria para toda a sorte dos atentados.*⁵⁸

⁵⁵ DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 01 de fevereiro de 1877. Secção de Anúncios, p. 3

⁵⁶ O PAIZ, São Luís, 28 de abril de 1883. Secção de Anúncios, p. 2.

⁵⁷ PACOTILHA, São Luís, 14 de maio de 1881. Secção Comércio, p. 2

⁵⁸ DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 20 de Junho de 1877. Secção Noticiário, p. 3.

Gratifica-se: *A quem capturar e entregar aos seus senhores, na fábrica do Tamancão, a escrava Martinha, de 28 anos de idade, mulata clara, tem boa dentadura, rosto redondo, cabelos meio carapinha um tanto curtos, fala e anda desembaraçada, é magra e de boa estatura. Fugiu na madrugada de 17 do corrente e desconfia-se que está na cidade. Protesta-se, na forma da lei, contra quem a tiver acoitado.*⁵⁹

Pinheiro: *Para Ss Excs. Srs. presidente da província e chefe de polícia. O importante e florescente termo de Pinheiro é teatro escolhido pelos ladrões de gado, pretos fugidos e quanta sorte de malfeitores há; e as autoridades, nem podem prevenir, nem reprimir os crimes porque não tem á sua disposição uma única praça sequer. As mesmas autoridades, negociantes e outros prestantes cidadãos têm se cotizado para organizar diligências, e quando realizam a prisão de algum malfeitor, nova cota é feita para pagar quem lhes vá fazer guarda; mas isso bem se vê que não pode durar, e d'ahi vem a reprodução dos crimes que nunca foram tão freqüentes na localidade. Agora mesmo um homem de nome Torquato, que se suspeita ser escravo, depois de haver furtado cavalos e praticar outras gentilezas seduziu uma escrava do tenente-coronel Diogo Antonio dos Reis, e seguia com ela para Vianna com destino à comarca de Caxias, quando foram felizmente presos; e pouco depois, com uma navalha que trazia oculta, tentou suicidar-se chegando ainda o ferro a furar-lhe a garganta; e de forma tal que se acha em risco de vida. Sabemos que por vezes tem as autoridades locais pedido praças, porém debalde. Os prejudicados.*⁶⁰

Escrava fugida: *Raimunda, cor cafuza, idade 24 anos, estatura regular veio de São Bento em janeiro deste ano de 1884, remetida por João Manoel Pinheiro Neto aos Srs Leal Balzac e Cia. De quem comprou o abaixo assinado. Seguindo para Vianna em companhia de sua Sra. Dali desapareceu em junho seduzida segundo consta, por alguns parentes da mesma que habitavam entre Vianna e Jabutituba. O abaixo-assinado gratificará a quem descobrir o seu paradeiro, ou a levar a Vianna, bem como procederá contra quem a tiver acoitado de conformidade com o direito que a lei lhe faculta. Maranhão, 30 de Dezembro de 1884.*⁶¹

De acordo com Marx, “a produção de idéias, de representações, da consciência, está, diretamente, entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real”.⁶² Nessa perspectiva, considera-se que esses textos são fragmentos do que se pode chamar de campanha pedagógica cujo sentido era ideológico, uma vez que pretendiam ensinar, sobretudo os proprietários de escravos a conhecer e agir naquele contexto de crise. De acordo com Chauí, ideologia:

[...] Não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico no qual as idéias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A ideologia, [...] é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social,

⁵⁹ O PAIZ, São Luís, 02 de agosto de 1881. Secção Publicações Gerais, p. 2

⁶⁰ Ibid. p. 3

⁶¹ PACOTILHA, São Luís, 20 de dezembro de 1884. Secção Anúncios, p. 2

⁶² Marx, K. op. cit. p. 26

*econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do processo histórico.*⁶³

Assim, a racionalidade contida nesses fragmentos dissimulava os nexos a partir dos quais as relações de dominação, na perspectiva das classes dominantes, mantinham-se e se reproduziam. Portanto, só como formulações ideológicas que é possível compreender as representações dos escravos como “*gente: própria para toda a sorte dos atentados*”, “*pretos fugidos*” e a repressão destes como um “*ato feliz*” de uma autoridade que compreendia as razões do “*elevado encargo que lhe foi confiado*”. Do mesmo modo, os bailes escravos como “*escândalos e grande imoralidade*” e por isso, a qualificação de donos de escravos como “*os prejudicados*”, pois “*esperar que gente rude, entregue a si, se contenha com decência e respeito, é esperar o impossível*”.⁶⁴

Essa configuração ideológica dos escravos foi deslocada para os futuros libertos, ou seja, os “negros” oriundos de uma “raça inferior” com os seus lugares pré-estabelecidos na sociedade do trabalho livre. As mulheres, jovens, adultas ou idosas, “as casas de família” para cozinhar, lavar, engomar e cuidar de crianças e receberem como pagamentos os “agrados” de seus patrões. Os homens, sobretudo, adultos, a mão-de-obra na construção civil ou na roça. Em razão disso, supõe-se que a tríade: “*branca pra casar, mulata pra trabalhar e negra pra f.....*” tenha sido uma crítica feita aos costumes instituídos, também, como estratégia em defesa das classes dominantes em fase da quebra entre a racionalidade ideológica escravista e sua base social e política gerada pela decadência da agricultura mercantil e de exportação.⁶⁵

Mas, quem eram os leitores desses jornais? É necessário esclarecer dois aspectos importantes a respeito do público leitor de periódicos, no Maranhão, na década de 1880. O primeiro deles é o número reduzido de leitores. uma vez que o analfabetismo era um dado estrutural. De acordo com o censo de 1872, dos 359.040 habitantes da província, 290.397 pessoas não sabiam ler e nem escrever. Em outras

⁶³ CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 7^a ed., São Paulo: Cortez, 1997, p. 3.

⁶⁴ DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 22 de setembro de 1875. Secção Noticiário, p. 3.

⁶⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala: formação da família brasileira sob o signo da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

palavras, os 81% da população maranhense, compunha-se de analfabetos. No entanto, convém sublinhar que esta não era uma característica específica da província, pois como é sabido, trata-se de um fenômeno próprio de todo o país, no qual, apenas 1 559.086 habitantes sabia ler e escrever, ou seja, somente 15,1%, de um total de 9 930.478 habitantes do Brasil.⁶⁶

O segundo aspecto se refere à visão de mundo desses leitores. Essa foi constituída com base em valores urdidos e tecidos por uma sociedade fundada na agricultura mercantil de base escravista. Desse modo, os leitores de jornal, eram aqueles interessados no debate em torno do futuro sócio-econômico da província, sobretudo, os ricos comerciantes e os proprietários rurais afetados por aquela situação. Nessas circunstâncias, os articulistas dos jornais, *Diário do Maranhão*, *O Paiz e Pacotilha*, a partir de sua relação com o mundo ocidental e, sobretudo, com a escravidão, por meio de editoriais e artigos debateram acerca desse tema.

4.2. A Decadência da Agricultura Mercantil de Exportação

Não é demais lembrar que a partir da segunda metade do século XVIII, a função histórica da capitania do Maranhão ficou, no contexto do império colonial português, definida a partir da criação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Esta Companhia, por meio de fornecimento de capitais, de equipamentos, de ferramentas e de mão-de-obra escrava para proprietários rurais financiou, a princípio, a exploração econômica da área norte da capitania com a agricultura mercantil de exportação e escravista. A indexação da economia maranhense ao mercado internacional lhe criou instabilidade como característica estrutural, pois os seus produtos exportáveis dependiam da demanda do mercado externo. Por isso, ao longo do século XIX, foi permeada por oscilações de preços e do consumo de seus artigos no mercado.

A base de sustentação material das classes dominantes era a escravidão. Com a desarticulação da Companhia de Comércio, a agricultura mercantil passou a ser financiada por ricos comerciantes, isto é, os donos do “capital-mercantil escravista”.

⁶⁶BRASIL, séries estatísticas retrospectivas, *População presente recenseada, segundo o estado conjugal, religião, nacionalidade e alfabetização – 1872-1970*. Capítulo 5 – “População recenseada e estimada”, IBGE, 1977.

Eles financiavam a agricultura por meio de empréstimos, à prazo, aos proprietários rurais para que comprassem escravos, os equipamentos e as ferramentas necessárias à faina agrícola. Os proprietários rurais hipotecavam, por sua vez, os seus bens: fazendas, engenhos e escravos como garantias para a remuneração desse capital. Essa operação, durante algum tempo, sustentou a agricultura mercantil de exportação. No entanto, vale destacar, o nível da riqueza, sobretudo, de proprietários rurais dependia de condições em que se encontravam os produtos de exportação no mercado internacional, isto é, da lei da oferta e da procura.

Por isso, a partir da década de 1840, um novo produto de exportação se destacou na economia maranhense: o açúcar, dada a concorrência sofrida pelo algodão no mercado internacional. A gestão de Joaquim Franco de Sá foi, na presidência da província, de suma relevância para a lavoura de cana-de-açúcar. Por ser de família de proprietários rurais era convicto de que a riqueza só se realizava por meio da agricultura mercantil de exportação. Nesse propósito, considerando o mercado de açúcar, tomou algumas medidas para estimular a produção de cana-de-açúcar. Entre elas, a criação da rubrica – *Obras Públicas*, na lei orçamentária, para abrir estradas e construir pontes para dinamizar as vias de comunicação necessárias ao incremento da lavoura; a sobretaxa ao açúcar produzido em outras províncias para manter o preço do açúcar maranhense em alta; a distribuição gratuita de cana Caiena para lavradores e o pedido de 30 contos de réis ao Ministério do interior para premiar lavradores que produzissem mais de 1000 arrobas de açúcar.⁶⁷

Os amigos do referido presidente, por sua “consciência de classe” e por entenderem o jornalismo periódico como um canal de debate capaz de influenciar a opinião pública a respeito de temas de seus interesses de classe, fundaram o jornal *O Progresso*.⁶⁸ Por meio dele se reafirmava a “*indústria do açúcar*” como a nova fonte de riqueza e de prosperidade da província em decorrência da “*situação deplorável e mesquinha do comércio do algodão*”, do fato de que “*em parte alguma a cana era tão produtiva como no Maranhão*” e o “*consumo de açúcar ser superior à sua produção*”.

⁶⁷ VIVEIROS, J. de. op. cit. p. 203.

⁶⁸ Esse jornal foi fundado em 1847 e redigido por Fabio Reis, Theófilo de Carvalho, Pedro Leal e Antônio Rego. Era um jornal político, literário e comercial. Foi a primeira folha diária da Província. *Jornais Maranhenses (1821 – 1979)*, São Luís: FUNC/MA, 1981.

Por isso, “*grandes capitais empregados nesse ramo de riqueza traria em resultado grandes interesses*”.⁶⁹

O efeito dessa expectativa foi a instalação de engenhos pelas comarcas de Alcântara, Guimarães, Viana e nos vales dos rios Pindaré, Mearim e Grajaú. A montagem dos engenhos de açúcar exigiu que uns se desfizessem de fazendas de gado e outros recorressem à poupança em ouro amoldado oculto no fundo de velhas arcas.⁷⁰ O símbolo de riqueza dos novos proprietários rurais passou a ser “*chaminés mais altas do que pau d’arco*”. Por volta de 1860, essa região contava com 410 engenhos, dos quais, 284 eram movidos à máquina a vapor e à força hidráulica e 136 de tração animal. Nesse contexto, o vale do Pindaré se destacava com os seus 98 engenhos, seguido por Guimarães, na baixada.⁷¹

O que se verificou foi, apenas, o deslocamento do algodão para o açúcar como o objeto pelo qual se obtinha a riqueza, uma vez que o hábito perdulário de senhores de engenhos em nada se diferenciou em relação aos tempos áureos dos lavradores de algodão.

Os senhores de engenho de açúcar, sustentados por uma larga escravaria, desfrutavam a vida numa vasta e confortável casa-grande de onde, de modo quase onipotente, administravam os trabalhadores: escravos e livres envolvidos no fabrico de açúcar. A riqueza possibilitou aos seus filhos estudarem na Europa e, desse modo, adquirir uma “visão social de mundo” baseada em aspectos da cultura burguesa européia, uma vez que sua educação se processava num contexto de mudanças tecnológicas traduzidas na industrialização, na dinâmica de meios de transportes com os “trilhos do progresso” e na urbanização cuja vitrine era Paris. Assim, alguns deles por compreender que a fortuna gerada pelo açúcar lhes garantiu “civilizarem-se” na Europa, ao voltar à terra natal preferiram o engenho a empregos públicos, tornando-se fazendeiros letrados, exibindo em seus “*velhos armários de sucupira*” autores como Herculano e Camilo, Alexandre Dumas e Balsac, coleções de Escrich, Macedo e Alencar, Jornais da Corte e de São Luís.⁷²

⁶⁹ *O Progresso*, São Luís, 17 de junho de 1847. Apud VIVEIROS, J. de. op. cit. p. 204

⁷⁰ VIVEIROS, J. de. op. cit. p. 205.

⁷¹ Ibid. p. 206.

⁷² Ibid. p. 207.

Entre os proprietários rurais “letrados”, destacaram-se João Antônio Coqueiro, senhor do engenho Castelo, Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Faculdade de Paris e Doutor pela Universidade de Bruxelas; Carlos Fernando Ribeiro (Barão de Grajaú), dono da Fazenda Girijó, Médico, Bacharel em Direito e Agronomia; Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, proprietário do engenho Lincoln, Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra; Joaquim Antônio Viana, proprietário do engenho Pindaíba e formado em Engenharia Hidráulica na Holanda; Eduardo de Araújo Trindade, dono da fazenda Aracanga e que estudou na Suíça; Pedro Nunes Leal, lavrador no Mearim e no Pindaré, Bacharel em Direito na Universidade de Coimbra; José Francisco de Viveiros, proprietário do engenho Tramaúba, bacharelou-se em Direito na escola de Recife; Trajano Galvão e Dias Carneiro, formados em Direito; Jerônimo de Viveiros, proprietários do engenho Kados, e médico formado em Lisboa.

Na conjuntura criada pelo fim do tráfico internacional de escravos, os conceitos de desenvolvimento e progresso foram elaborados de acordo com o que se processava na Europa. No que diz respeito à agricultura não haveria alternativa à província a não ser a sua integração ao ritmo e à cadência das relações de produção capitalista consolidadas, pois “*nem com o imoral tráfego da África podiam contar, o escravo custava caro, e as terras, os transportes, os salários e os alimentos, tudo quadruplicou de preço*”.⁷³ Acreditava-se que por meio da propaganda no jornalismo periódico, a “*revolução agrícola*” completaria o seu curso fazendo desaparecer o facho e o machado ao serem substituídos pelo uso arado e do estrume compensando os sacrifícios feitos pelos lavradores de cana-de-açúcar.⁷⁴

Nos períodos recessivos ou de retração de preço e de consumo dos produtos exportáveis no mercado internacional, a agricultura mercantil de exportação se mantinha em decorrência do capital acumulado por meio da exploração da força de trabalho escrava, uma vez que a reprodução desta não exigia custos financeiros para além do objetivado na compra de escravos. Desse modo, os proprietários rurais podiam pagar as suas dívidas. Até 1850, isso foi possível. Mas, o fim do tráfico internacional de escravos, decorrente do reordenamento do capitalismo, no mundo ocidental, a partir da

⁷³ LEAL, A. Henriques. “Apontamentos estatísticos da Província do Maranhão”. Apud. VIVEIROS, J. de. op. cit. p. 206.

⁷⁴ Ibid. p. 206

Inglaterra, acarretou forte impacto às economias coloniais, ao impor mudanças em seu modo de produzir a riqueza, até então, assentado no trabalho escravo.

Os antigos proprietários rurais, por sua “*consciência afetiva e moral*”, em relação à escravidão, em curto prazo, não se compreendiam, vivendo sem a riqueza e o prestígio social conferido pela mesma. Em outras palavras, a escravidão, experimentada como uma necessidade e um valor, era a linha de horizonte a partir da qual, sobretudo, os antigos proprietários rurais produtores de algodão, liam e compreendiam o seu mundo. Por isso tinham dificuldades em lidar com a perspectiva de sua extinção.

O fim do tráfico internacional de escravos, a concorrência estrangeira e a retração de preços do algodão e do açúcar no mercado externo agravaram a agricultura mercantil maranhense e, na mesma medida, a situação financeira de proprietários rurais. Em tal conjuntura, a noção de uma decadência econômica era o diagnóstico geral. Acrescente-se a esse quadro, as fugas, os quilombos e as insurreições escravas, e as influências do movimento abolicionista desencadeado na Corte.

Em vista disso, a necessidade de compreender e explicar o que estava acontecendo era um imperativo. Desse modo, aquele estado de decadência da agricultura mercantil de exportação foi explicado sob a forma de uma crise geral que promovia a desordem e o caos. Para resolvê-la, era necessário identificar as suas causas. Com esse propósito, a escravidão e o sistema de coivara foram apresentados como os fatores geradores do atraso e da decadência econômica da província. De concreto, o que ocorria era a desagregação das relações de dominação que sustentavam as classes dominantes. Desse modo, deduz-se que a idéia de uma crise geral provocada pela permanência da escravidão foi elaborada como uma estratégia para ocultar esse processo e criar as condições para a restauração da racionalidade dessa dominação. Nesse sentido, compreende-se que os argumentos elaborados a respeito da escravidão eram partes constitutivas de um discurso ideológico articulado sob a forma de um corpo sistemático de representações e de normas, cujo objetivo era ensinar os sujeitos sociais daquela época, a conhecer e a agir sob aquelas condições sócio-históricas. Dessa forma, os elementos de uma nova racionalidade de dominação

de classe eram elaborados e instituídos sem que as classes dominantes fossem deslocadas dessa posição.

Desde a década de 1860, algumas reflexões acerca da técnica de produção eram publicadas em periódicos maranhenses. No jornal *O Paiz*, publicou-se o artigo de “O Matuto”. Para ele, a lavoura estava agonizante sob uma questão de vida e de morte, pois *“as fazendas próximas da capital, e localizadas às margens dos rios apresentavam péssimos resultados e, por isso, reduzidas á medonhas taperas; e, também, não teriam exportado tão crescido número dos únicos braços que tinham para a lavoura”*.⁷⁵ De seu ponto de vista, tal situação se devia a duas causas: o sistema de coivara e o trabalho escravo. O sistema coivara contribuía para a crise, porque implicava na destruição do meio natural na medida em que os proprietários rurais achando matas brutas para cultivar não se esmeravam em aperfeiçoar o método de cultura, devastando novas matas sem atenderem ao futuro, espalhando a população e, assim, atrasando a prosperidade do Brasil ao diminuir-lhe sua força. Desse modo, eles obstavam *“a educação religiosa e civil, barbarizando os costumes pelo isolamento em que ficam das relações sociais, como acontecia com os moradores do sertão das províncias. Uma população muito espalhada não poderia contribuir para a defesa do Estado quando isto era preciso”*.⁷⁶

O autor, com o propósito de chamar atenção de proprietários rurais para os problemas gerados por essa técnica de exploração da terra, sublinhava que as matas não eram inextinguíveis e a destruição da fauna e flora esterilizava o meio ambiente, gerando destruição e fome. Do mesmo modo, realçava que o isolamento da monocultura devido às estradas intransitáveis e aos rios obstruídos submetia os proprietários rurais a constrangimentos. Em face desses problemas, advertia que o proprietário rural precisava criar, plantar horta, pomar para o seu recreio, porque não era na roça distante da casa, de serviço pesado e monótono que o mesmo encontraria entretenimento, mas nas plantações de trabalhos variados em que podia empregar suas próprias mãos. A respeito do trabalho escravo salientava que a influência na crise se devia ao seu limite tecnológico e produtividade, pois, *“um feitor preto com algum*

⁷⁵ O MATUTO, A agricultura e a escola agrícola do Cutim. *O Paiz*, São Luís, 05 de novembro de 1864. Coluna Publicações Gerais, p. 2.

⁷⁶ Ibid. p. 2

cuidado e armado de bom chicote é quanto nos basta". Para solucionar a crise sugeria que os proprietários rurais imitassem os "*povos cultos do mundo*" mais adiantados em agricultura por meio do uso do arado e diversificação da produção de gêneros agrícola, pois o desprezo do arado era apresentarem-se como "*verdadeiros botocudos*".

A partir dos argumentos apresentados por esse "colaborador", o articulista do jornal dado às estreitas relações mantidas com as classes dominantes destacava os limites do método da coivara como técnica de produção, chamando atenção de proprietários rurais para se adequarem às novas tecnologias capazes de promover a recuperação da agricultura, em crise, baseada no método de trabalho sinônimo do atraso e representado no "*facho e no machado*" em oposição ao progresso, ou seja, o arado - "*o gênio empreendedor e a constância britânica*". A publicação da matéria, no contexto da crise econômica procurava esclarecer, sobretudo, os proprietários rurais e os ricos comerciantes acerca de novos métodos de produzir a riqueza sem que a estrutura social sofresse mudanças radicais, colocando em cheque os seus privilégios de classe; pois, em nenhum momento se verificou no referido artigo, qualquer proposição referente ao fim do trabalho escravo e da grande propriedade como base de sustentação da agricultura.

Essa posição foi referendada em outro artigo: "*Escola agrícola do Maranhão e do Pará*" publicado em 17 de novembro de 1864.⁷⁷ Trata-se de uma crítica ao modo de organizar a agricultura baseada na interiorização contínua de novas terras. Argumentava-se que o governo e a província ficavam prejudicados, pois, "*o estrago das matas arrastava consigo a pobreza de madeira como, além disso, a distancia fazia crescer os frutos e alongar-se o tempo das comunicações*". Desse modo, "*comprava-se tudo mais caro e o comércio, assim como, os fazendeiros ficavam privados de muitas comodidades e brevidades transações por causa das delongas de viagem. Este fato é incontestável*". A solução seria, portanto, criar uma escola agrícola de formação de mão-de-obra qualificada para atender às necessidades da agricultura, livrando-a dos prejuízos vigentes. As reflexões centravam a crítica no método de exploração da terra, e, não, nas relações de trabalho assentadas na escravidão, embora estivesse visível o

⁷⁷ FERREIRA, Miguel Vieira. Escola agrícola do Maranhão e do Pará, *O Paiz*, São Luís, 17 de novembro de 1864. Coluna Publicações Gerais, p. 2.

seu desgaste após o fim do tráfico internacional de escravos e início do tráfico interprovincial para o centro sul do país.

Os estudos a respeito da decadência da agricultura mercantil de exportação argumentam que a mesma resultou da conjugação de resultados gerados pela proibição do tráfico internacional de escravos e do caráter dependente da economia às demandas do mercado externo.⁷⁸ Na primeira metade do século XIX, o número de escravos na província passava dos cem mil. Mas, em 1874 do contingente de 336.325 habitantes, 263.080 eram livres e 73. 245 (22%) eram escravos, dos quais 54% se encontravam trabalhando nas lavouras de algodão e cana-de-açúcar. Por isso, para Cabral, a decadência econômica se devia à falta de braços para a lavoura e a brusca queda dos preços dos produtos mercantis maranhenses no mercado internacional. O primeiro fator foi provocado pelo fim do tráfico internacional de escravos em 1850 porque esse rompeu com a corrente de suprimento dessa mão-de-obra. Por sua vez, a retração de preços do algodão e açúcar no mercado internacional promoveu o desequilíbrio entre as despesas da produção e a receita obtida com a venda dos produtos e, por isso, o nível de acumulação de proprietários rurais ficou onerado.⁷⁹

Com o tráfico interprovincial, a população escrava da província continuou diminuindo. Por isso, dada à força da tradição da economia mercantil e escravista, José da Silva Maia, primeiro vice-presidente da província considerava necessário dificultar a saída de escravos, isto é, de capitais que concorriam para a prosperidade da província, enquanto ela não fosse povoada de colonos livres, pois a diminuição de trabalhadores escravos, dado sua exportação para fora da província a faria ficar num estado precário, visto não terem trabalhadores livres que os substituíssem, pois, lavradores de algodão e autoridades públicas constituídas por sua influência, arraigados à mentalidade escravista desqualificavam o trabalhador nacional considerando-o, quase sempre, um vadio, preguiçoso e não adepto ao trabalho. Esse vice-presidente, acreditando ser possível frear o tráfico interno, procurou sensibilizar proprietários de escravos, recorrendo a princípios éticos e humanitários, exaltando que a conservação dos escravos na província impedia a separação entre pais e filhos, mulheres e maridos,

⁷⁸CABRAL, Maria do Socorro C. op. cit. 1984. MESQUITA, Francisco de Assis Leal. op. cit.1987; RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. op. cit. 1989.

⁷⁹CABRAL, Maria do Socorro C. op. cit., p. 83.

enfim de parentes entre si. Mas, considerando-se que o trabalho escravo era a base da produção da riqueza, vale dizer que ele não estava preocupado com a “sorte” dos escravos, mas com a permanência das relações de dominação em que as classes dominantes se sustentavam, do contrário não solicitaria aos deputados a autorização para investir “sobras” da receita provincial na colonização estrangeira, enquanto o governo imperial não auxiliasse a província para esse fim, pois para ele a emancipação gradual, à revelia da sorte dos escravos devia ser apoiada pelo governo por meio do estímulo à colonização estrangeira financiada com *“todas as sobras que fosse havendo das rendas provinciais”*. Portanto, o seu discurso em torno da “humanidade do escravo” não passava de formulações ideológicas para escamotear esse propósito apresentado sob a forma de apoio ao *“espírito da civilização moderna”* que exigia o fim, ainda que gradual, *“do elemento servil por meio da emancipação”*.⁸⁰

A exportação de escravos para lavouras de café na região centro-sul do Brasil foi apenas um modo de proprietários rurais tentarem reorganizar suas finanças, pois, o mercado interno de escravos oferecia essa possibilidade. Afinal, eles ainda estavam fundamentados no princípio de que a acumulação de capital se fazia por meio da circulação de bens no mercado. Entre os anos de 1874 e 1884 foram exportados da província 4.157 trabalhadores escravos numa média de 416 escravos por ano. Em razão disso, um deputado provincial sublinhou:

*[...] A decadência da lavoura da província, não provém tão somente da falta de conhecimento profissionais; ela provém principalmente da exportação de escravos, porquanto, alimentada como é agricultura exclusivamente por braços escravos não é possível que com a constante saída destes para o sul do império, sem substituição imediata de braços livres, deixe a lavoura de definhir e necessariamente também o comércio.*⁸¹

Não é demais lembrar que numa economia periférica e complementar, uma das faces da acumulação era a exploração do setor produtivo exercida pelo “capital escravista-mercantil” ao financiar, a juros, a agricultura. Portanto, dada à insolvência financeira em que proprietários rurais se encontravam, esses viram na comercialização

⁸⁰ RELATÓRIO apresentado pelo Vice-presidente da província José da Silva Maia à Assembléia Legislativa do Maranhão. 01 de junho de 1869. p. 09. Códices: Arquivo Público do Estado do Maranhão, São Luís: MA.

⁸¹ Apud. RIBEIRO, Jalila Ayob Jorge. op. cit. p. 92.

de parte de seus bens, sobretudo escravos, a alternativa para solucionar a crise, pois a cotação do preço estava em alta no mercado. Entre 1875 e 1880 o preço do escravo masculino entre 15 e 20 anos de idade ultrapassou o patamar de dois contos de réis, caindo, a partir daí, até sua extinção em 1885.⁸² O fato é que desde 1850, na província, verificava-se um lento processo de decadência econômica, a qual, em linhas gerais, caracterizava-se pela descapitalização de proprietários rurais e gradual desconcentração fundiária em decorrência da venda e da partilha de terras por processo de herança.

Tabela nº. 02: **ANÚNCIOS DE VENDAS DE FAZENDAS E DE GLEBAS DE TERRAS: 1856 – 1884**

Ano	Local	Tamanho	Benfeitorias
1856	Coroatá	2.112 hec.	
1875	Coroatá	6.461 hec.	45 escravos, gado vacum, utensílios de lavoura e máquina de descarregar algodão.
1879	Coroatá	.600 hec.	Acessórios agrícolas, máquina a vapor.
1856	Codó	1.800 hec.	
1875	Codó	1.600 hec.	Engenhos e prensa de algodão
1875	Codó	1.800 hec.	Casa de vivienda, senzala, serra para algodão, prensa
1864	Itapecuru	1.379 hec.	
1864	Itapecuru	581 hec.	
1884	Itapecuru	1.346 hec.	Animais, casas novas, escravos.
1875	Pirapemas	2.119 hec.	
1865	Rosário	123 hec.	
1866	Rosário	3.600 hec.	Casa de vivienda, fornos, utensílios para o fabrico de algodão.
1878	Alcântara		Casa de moradia, de forno, acessórios para fazer farinha.
1866	Cururupú		Acessórios para lavoura.
1875	Mearim	1.800 hec.	
1876	Mearim	1.800 hec.	Casa de vivenda, acessórios para a lavoura de algodão, fomo e rancho.
1877	Mearim	825 hec.	Casa de vivenda, máquina para algodão, forno, etc
1878	Mearim		Acessórios movidos a vapor.
1857	Alto-mearim	5.400 hec.	Casas, boi de carro, pomar.
1875	Alto Mearim	1.800 hec.	Casa de vivenda, de máquinas, carros, bois de serviços, escravos.
1882	Alto Mearim	9.000 hec.	Gados, capoeiras de algodão, instrumentos para a lavoura.
1876	Pindaré	218 hec.	
1876	Pindaré	7.200 hec.	

Fonte: Mesquita, Francisco de Assis Leal. op. cit. p. 104

Na década de 1870, a fundação do Jornal da Lavoura em 1875, a instituição do Banco Hipotecário e Comercial, em 1877, a criação da Associação Comercial, em 1878,

⁸² Ribeiro, Jalila Ayoub Jorge. op. cit. 1989, p. 90.

a fundação da Companhia Progresso Agrícola, em 1880, de cuja atuação nasceu o Engenho Central da região, são alguns acontecimentos bastante expressivos da “consciência de classe” de ricos comerciantes e de proprietários rurais em meio àquela situação de decadência em que se encontrava a província, do que eventuais sinais de progresso, pois, naquelas circunstâncias um jornal teria a função de divulgar análises acerca da agricultura, àqueles cuja vida material dela dependia. Nesse sentido, não é demais sublinhar, conforme Thompson, que...

[...] A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formais institucionais.⁸³

Sob essa perspectiva, compreende-se a fundação de uma entidade de classe como Associação Comercial como um desdobramento da percepção, por articuladores dos interesses das classes dominantes, da necessidade de agregação de força como pré-condição para a sobrevivência das classes por ela representadas. Do mesmo modo, o Banco, como instituição financeira, teria a finalidade de capitalizar proprietários rurais para que se recuperassem e pagassem suas dívidas. Entre as classes dominantes do Maranhão, os proprietários rurais foram os mais afetados pela decadência da agricultura mercantil, pois, como Mesquita sublinhou:

[...] Se os fazendeiros estavam à beira da falência, os comerciantes, maiores financiadores da lavoura, nos principais centros urbanos não tinham perspectivas onde aplicar seus capitais. Muitos recebiam pedaços de terra como pagamentos dos empréstimos não pagos; alguns poucos chegaram a comprar glebas de terras, para se lançarem no cultivo de subsistência ou de produtos mais rentáveis, ou até mesmo numa perspectiva de reserva de valor.⁸⁴

Naquela conjuntura, alguns até criticaram o tráfico interprovincial, porque desagregava famílias de escravos, como indica o texto do artigo *Scenas de Escravidão*:

Hoje por ocasião de embarcar grande quantidade de pretos para o Rio de Janeiro, no vapor que para aí segue, tivemos ocasião de presenciar uma cena

⁸³ THOMPSON, Edward P. *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 1: A árvore da liberdade. p. 10.

⁸⁴ MESQUITA, Francisco de Assis Leal. op. cit. p. 105.

*das mais edificantes: Entre esses infelizes, via-se uma rapariga que teria quando muito 16 anos, a qual banhada em lágrimas estreitava em seus braços uma pobre velha qual se via, por sua desgraça e sorte, obrigada a apartar-se de sua filha, fruto de suas entranhas! Semelhante cena sensibilizou de tal forma as pessoas ali presentes que em muitos correram lágrimas de dor e compaixão.*⁸⁵

Mas, considerando-se que a decadência da agricultura mercantil promovia a quebra entre a racionalidade escravista e a sua base social e política por desagregar os elementos que urdiam as relações de dominação de classe na perspectiva de ricos comerciantes e de proprietários rurais, infere-se que o uso das palavras “lágrimas”, “dor” e “compaixão” em referências aos que “*presenciaram aquela cena*” foi uma estratégia de persuasão utilizada pelo articulista da matéria com o propósito de sensibilizar os leitores a respeito da necessidade de manter, na província, a força de trabalho escrava. Em outras palavras, fazer os proprietários rurais perceberem que a falta do braço escravo aprofundaria a crise, levando-os à completa bancarrota. Afinal, tratava-se apenas de “infelizes”, de “coisas” sem humanidade, mas importantes para o trabalho na agricultura.

Do ponto de vista de Soares, o sistema agro-exportador tradicional, em suas características de grande lavoura escravista exportadora articulada a um padrão interno de acumulação primitiva de capital mercantil, viveu seu momento de crise final, entre os começos de 1870, quando teve início o fim do ciclo do algodão, e 1888, quando a abolição da escravidão aniquilou o setor açucareiro.⁸⁶

Nesse sentido, considera-se que na década de 1880, a decadência da agricultura mercantil de exportação recrudescceu, exigindo reflexões acerca do melhor modo para resolvê-la, pois o volume de produção de açúcar e algodão diminuía a cada ano na proporção de 50% e 60%, tal como indicam os dados relativos aos anos de 1887 e 1888, como uma extensão do que já vinha ocorrendo nos anos anteriores.

⁸⁵ Scenas de Escravidão. *Diário do Maranhão*, São Luís, 09 de abril de 1875. Coluna Noticiário, p. 3.

⁸⁶ SOARES, Flávio José Silva. *O grande comércio na crise do sistema agro-exportador maranhense: 1870 – 1900*. Fev/1994. Mimeo. Texto cedido pelo autor.

Tabela nº. 03: VOLUME DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO E AÇÚCAR

Mês/Ano	1887		1888	
	Açúcar	Algodão	Açúcar	Algodão
Julho	1.418 sacos	2.469 sacas	1.225 sacos	1. 274 sacas
Agosto	6.529 sacos	1.416 sacas	3.421 sacos	1. 517 sacas
Setembro	19.925 sacos	1.945 sacas	10.393 sacos	764 sacas
Outubro	33. 866 sacos	3.120 sacas	16.071 sacos	2. 228 sacas
Total	61.738 sacos	8.950 sacas	31.110 sacos	5. 228 sacas

Fonte: Mesquita, Francisco de Assis Leal. op. cit. 1987

O jornalista e proprietário do jornal *O Paiz*, o senhor Themístocles Aranha, em seu discurso de abertura da segunda exposição do açúcar e algodão no dia 21 de fevereiro de 1885, considerando que a exportação de açúcar havia melhorado o Maranhão, fez apologia à agricultura, destacando que a lavoura batida por mil contrariedades, ameaçada em seus alicerces, precisava de liberdade de trabalho e tranquilidade no viver, de fortes estímulos que a incitasse a aumentar e melhorar a produção, de vozes amigas que a alentassem e animassem nos justos temores que a trazia em sobressalto; que o governo e os lavradores lhe desse o que deles dependia. Assim procedendo, estaria sendo feita uma obra patriótica, porque “*desgraçado deste país, se a lavoura fosse desorganizada*”.⁸⁷

Do mesmo modo e propósito, mas, focalizando o problema da decadência em seu aspecto financeiro, o *Jornal Diário do Maranhão* publicou o relatório do Banco Comercial, no qual os diretores argumentavam que o estado de decadência decorria da redução da colheita promovida por dois fatores: a falta de capitais para investimentos na agricultura e as influências climáticas. O primeiro fator se devia à emigração do capital comercial que financiava a produção para outras praças em demanda de melhores câmbios deixando a lavoura em sérias dificuldades, até para transações ordinárias. O segundo reduziu a produção dos dois gêneros de exportação: o algodão e açúcar, cujos preços bastante diminuídos não compensavam o trabalho e o custeio desses produtos.

No que se referia ao açúcar, para agravar a situação, havia, ainda a concorrência de outras províncias e o açúcar de beterraba na Europa. Dessas circunstâncias resultou

⁸⁷ ARANHA, Themístocles. Discurso na inauguração da segunda exposição do açúcar e algodão no dia 21 de fevereiro de 1885. *O Paiz*, São Luís, 22 de fevereiro de 1885. Coluna: Noticiário, p. 3.

a perda de crédito para a lavoura por ser deficiente a sua renda e não haver cotações para os bens que foram outrora base de crédito. Por isso, o Banco com endosso do comércio e dos negociantes de títulos cobraram de proprietários rurais o que era devido por eles para evitar o desastre e a ruína de seus representados.⁸⁸ A publicação desse relatório revela o propósito dos articulistas desse periódico de contribuir com proprietários rurais a encontrarem uma solução para a crise da agricultura.

A escravidão foi apresentada como a causa principal daquele estado de decadência. Mas, como já se aludiu, trata-se de uma estratégia ideológica uma vez que estava “em jogo” eram as relações de dominação que sustentavam as classes dominantes no Maranhão.

4.3. As Representações da Escravidão.

Importa não esquecer que os articulistas dos jornais: *Diário do Maranhão*, *O Paiz* e *Pacotilha* a partir de suas relações com as classes sociais do Maranhão e de seu perfil ideológico foram, também, os protagonistas da imagem da crise urdida como estratégia para ocultar o processo de desagregação das relações de dominação em que se sustentavam as classes dominantes. Para tanto, se apresentavam ao público leitor como se estivessem de posse de um “*discurso competente*” revestido de legitimidade científica sob a fórmula de um saber-poder constituído segundo a lógica de que “*não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância*”.⁸⁹ Desse modo, credenciavam-se para tratarem a respeito da escravidão naquele contexto em que se processava a decadência da agricultura mercantil de exportação. A análise comparativa entre os discursos apresentados nesses periódicos indica que não diferiam entre si quanto à proposição de mudanças superficiais nas relações de dominação ainda vigentes, pois nenhum deles sugeria um programa de transformações sociais que incorporasse à abolição do trabalho escravo uma reestruturação fundiária com base na defesa do fim da grande

⁸⁸ RELATÓRIO do Banco Comercial. *Diário do Maranhão*, São Luís, 13 de março de 1885. Coluna Secção Geral, p. 1.

⁸⁹ CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, 7ª ed., São Paulo: Cortez, 1997. p. 07

propriedade, o livre acesso à terra, a apropriação e usufruto da riqueza produzida pelos trabalhadores. Contudo, no geral, eles foram unânimes na crítica à escravidão.

Em consequência do tempo e do contexto, no qual os jornais, *Diário do Maranhão*, *O Paiz* e o *Pacotilha* foram fundados, verifica-se entre os seus articulistas diferenças no que se refere à representação da escravidão. Os dois primeiros foram fundados num contexto onde a agricultura mercantil e escravista principiava sua decadência. Nesse sentido, vale não esquecer que o jornal *Diário do Maranhão* foi fundado em 1855, logo após o fim do tráfico internacional de escravos e que ricos comerciantes e proprietários rurais eram o seu público alvo. Do mesmo modo, que o fundador do jornal *O Paiz*, o jornalista Temístocles Aranha mantinha laços de amizade com pessoas das classes dominantes. Por isso mesmo, a serviço deles colocou o seu jornal. Por isso, limitaram-se a fazer uma crítica moral ao trabalho escravo, defendendo a abolição de acordo com os seus interesses e perspectivas.

Por outro lado, o discurso apresentado no Jornal *Pacotilha*, fundado em 1880, teve uma conotação mais crítica a respeito da escravidão e da ideologia por ela urdida. Os seus articulistas se apresentavam como a vanguarda da “modernidade” do Maranhão por defenderem o trabalho livre, a urbanização e fábricas como pressupostos do progresso. Não é demais lembrar que esse periódico foi fundado numa conjuntura caracterizada pelo movimento abolicionista e pela transição do perfil societário rural para o urbano, ainda que localizado no sudeste do país.⁹⁰

No artigo “A Liberdade”, publicado no jornal *Pacotilha*, o autor criticava o Brasil por ainda se basear no trabalho escravo, pois para ele a escravidão era um “*sono inglório*” e a liberdade um “*tesouro imenso*”.⁹¹ Em outras palavras, significa dizer que a publicação de tais idéias demonstrava que seus articulistas compartilhavam da tese de que a escravidão era o sinônimo do atraso da província e do Brasil. Eles, por se conceberem como os protagonistas da “modernidade maranhense” publicaram o discurso do Promotor Público Benedito Leite, formado na Faculdade de Direito de Recife, proferido por ocasião da entrega de cartas de liberdade a vinte cinco escravos pelo Juiz de órfãos na cidade do Brejo.

⁹⁰ SODRÉ, N. Werneck. *Panorama do Segundo Império*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Grafia Editorial, 2004.

⁹¹ J.J. A Liberdade. *Pacotilha*, São Luís, 11 de junho de 1881. Coluna Publicações a pedido, p.2.

Na concepção do referido magistrado, a escravidão era um problema atrasado que devia ser encarado face ao Direito e a Política. Segundo o Direito, ela se justificava como o resultado de guerras decorrentes de diferenças entre os diversos grupos humanos. O grupo vencido era constituído como escravo por legítimo direito do vencedor. Em relação à política, a escravidão era determinada a partir de interesses econômicos, de conveniências políticas do país. Por isso ele, com base em princípios da economia-política, sublinhava que o trabalho escravo era condenável, pois significava o *“embrutecimento da inteligência, condição necessária da escravidão e causa infalível da ausência da arte, isto é, do progresso do trabalho”*. Além do mais, era prejudicial aos proprietários, porque *“o escravo não trabalhando para si perdia o gosto e a vontade, elementos poderosos da produção, levando-os a poupar-se ao trabalho o mais que pudesse perdendo-se assim parte de sua atividade”*.⁹² Nessa perspectiva, os articulistas desse periódico endossavam o argumento de que a escravidão representava *“o estágio da infância que tanto nos envergonha em face da civilização do século, que tem obstado a que marchemos na conquista do vellocino de ouro da igualdade humana há tantos séculos sonhada pelo homem do calvário”*.⁹³

Como se pode compreender a representação da escravatura como o *“estágio da infância que tanto envergonha em face da civilização do século”*, se o trabalho escravo era a base de produção da riqueza das classes dominantes?

Considerando-se que era a permanência das relações de dominação que estava “em jogo”, infere-se que essa representação só pode ser compreendida como uma das variáveis da imagem da crise elaborada como uma estratégia ideológica para ocultar esse processo, por um lado e por outro, criar as condições necessárias para a sua recomposição em outras bases sociais e econômicas. Com esse propósito, os articulistas elogiaram a abolição do trabalho escravo pelos cearenses porque escreveram:

⁹² LEITE, Benedito Pereira, Discurso na cidade do Brejo, por ocasião da entrega de cartas de liberdade a vinte cinco escravos pelo Juiz de órfãos. *Pacotilha*, São Luís, 09 de junho de 1883. Coluna Publicações a pedido, p. 2.

⁹³ O Ceara Livre. *Pacotilha*, São Luís, 02 de abril de 1884. Editorial, p. 1.

*[...] A página mais luminosa da nossa história, a única por onde os vindouros saberão um dia que por entre o desmoronamento das nossas instituições e dos nossos costumes, surgiu um punhado de homens, grandes como os deuses de Homero, entoando o poema justiça.*⁹⁴

No entanto, se sabe que o trabalho escravo nunca foi relevante como força produtiva na economia cearense.⁹⁵ A partir de 1870, em decorrência de contínuas secas, o Ceará exportou parte de seus habitantes, inclusive, para o Maranhão onde muitos deles foram incorporados à lavoura de cana-de-açúcar.

No jornal *Diário do Maranhão* se lia que a escravidão era uma “*secular instituição que tanto entorpeceu o país*”.⁹⁶ Por isso, era um “*cancro maldito*”.⁹⁷ O jornalista Themístocles Aranha, qualificava-a como “*um funesto erro, uma planta venenosa que cresceu no solo da pátria, e precisava ser estirpada pelas raízes, enfim uma mancha no pavilhão nacional*”.⁹⁸ Mas, por reconhecer a sua influência na tessitura das relações de dominação advertia que, embora sendo um erro de séculos, não poderia ser dissipada com rapidez, pois “*a árvore estendeu raízes profundas por baixo dos alicerces do edifício social, se a arrancassem, violentamente, desabaria o edifício convulsionando o solo da pátria*”. Nesse sentido, sublinhava:

*[...] Essa mancha que conspurca o lábaro da nação brasileira não poderá ser apagada com o emprego de reagentes fortes, porque com ela pode ser destruída a própria bandeira. Pede senhores, esta reforma muita calma, pede duas manifestações de coragem cívica - uma a de dominar e dirigir os sentimentos abolicionistas que trazem agitados tantos espíritos; a outra afirma francamente as nossas convicções, opondo resistência legal aos impulsos valentes desses sentimentos, e também aqueles que quiserem retroceder só assim se servirá patrioticamente ao país na perigosa situação em que se acha. E seja quanto antes tomada uma resolução, porque não pode a lavoura continuar no estado aflitivo em que se vê.*⁹⁹

Desse modo, o referido jornalista se colocava a favor da abolição gradual da escravidão, pois como dizia: “*o mal é crônico e só como a doença crônica devia ser tratada*”. A partir de um prognóstico desfavorável a respeito da abolição imediata do

⁹⁴ Ibid. p.1

⁹⁵ GIRÃO, Raimundo. A abolição no Ceará, 2ª ed., Fortaleza; Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

⁹⁶ O programa do ministério 10 de março, *Diário do Maranhão*, São Luís, 04 de abril de 1888. p. 2.

⁹⁷ Elemento servil, *O Paiz*, São Luís, 20 de fevereiro de 1885. Coluna Publicações Gerais, p. 2

⁹⁸ ARANHA, Themístocles. op. cit. p. 3.

⁹⁹ Ibid. p. 3

trabalho escravo destacava como estratégia, a cautela, pois, do contrário a *“cura não se efetuaría e pagaria o enfermo com a vida a imperícia de quem quis curar”*. Com essas proposições, ele se mostrava como um crítico daqueles que queriam o fim imediato da escravidão chamando atenção para a prudência. Afinal, a sua visão de mundo se articulava na das classes dominantes.

Os articulistas do jornal *Pacotilha*, reivindicando-se como arautos da modernização da província por defenderem a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e a industrialização como o paradigma de progresso, também publicaram o discurso de Temístocles Aranha, com o propósito de destacar o seu conservadorismo e das classes sociais por ele representadas. Com esse propósito, criticavam as novas gerações das classes dominantes por imitarem aos seus pais. Em outras palavras, criticavam a escravidão, mas na mesma medida, as idéias e os valores dela decorrentes. Nessa perspectiva publicaram o artigo: *O mal dos moços*. Nele, o autor criticava a permanência do trabalho escravo no Brasil e as práticas sociais decorrentes dos meandros do processo de constituição das relações de dominação. Ele destacava que todos os anos, as academias, os institutos, os seminários e os liceus do país despejam sobre ele centenas de rapazes com suas borlas à cabeça, seus diplomas em canudos, seus anéis de esmeralda, de rubi, de topázio, de opala e de safira, dizendo-lhes: Prontos! Agora vão trabalhar. Assim, a rapaziada debandava em todas as direções do país como a bicharada da arca, por todos os pontos da terra. Depois de findo o dilúvio:

*[...] Uns iam entortar o Direito na direção de suas algibeiras; outros distribuir a justiça esticando-a ou encolhendo segundo as necessidades; estes vão manipular tisanas e cozinhar drogas; esses endereçá-las aos organismos desconcertados; aqueles semear o divino verbo para depois colher afilhados; alguns vão correr mundos pendurados de embaixadas e legações na qualidade de berloques diplomáticos; outros constroem pontes, perfuram morros, rasgam estradas.*¹⁰⁰

Esses “moços” eram: advogados, magistrados, boticários, médicos, padres, diplomatas e engenheiros. Enfim, os filhos das classes dominantes cuja riqueza era produzida pelo trabalho escravo. Por isso, naquela conjuntura, *“não bastava que cada*

¹⁰⁰ O Mal dos Moços. *Pacotilha*, São Luís, 08 de janeiro de 1883. Coluna Variedades, p. 1

moço se encerrasse estritamente na concha de sua profissão e limitasse sua atividade a arrazoar nos seus clientes, a matar os seus doentes, a despachar os seus papéis etc!” Afinal, “na qualidade de membros de uma nação, têm o dever de servi-la, não só receitando pílulas ou fazendo xaropes, com honradez e limpeza”. Era preciso empurrar com a respectiva força de seus pulsos:

*[...] O carroção do Estado na direção do seu destino social, sobre o trilho da ordem, montando a estrada, dando azeite ao sistema governativo, defendendo o precioso carro da hipérbole com a pena, com a língua ou com a espada contra salteadores noturnos e contra os inimigos famintos.*¹⁰¹

Com essa argumentação se fazia uma crítica à indiferença como comportamento de parte dos jovens maranhenses àquela situação em que a escravidão “era” a vilã da História. Entre outras questões vale perguntar: Qual era o destino social do Estado, a qual ordem se referia, o que era o carro da hipérbole, quem eram os salteadores noturnos e os inimigos famintos? O que significavam, em conjunto, todas essas alegorias naquele contexto?

Considerando-se que o positivismo era o aporte teórico do autor do artigo e que os articulistas desse periódico queriam “colaborar” na superação da “crise geral”, supõe-se que o destino social era a sociedade do trabalho livre. A ordem era a permanência de relações de dominação organizada em outras bases a partir da abolição do trabalho escravo: o carro da hipérbole, o qual devia ser conduzido sob o controle dos protagonistas do progresso, isto é: “os moços”, ao invés de os “salteadores noturnos” e “inimigos famintos”, ou seja, os escravos com as suas formas de lutas: fugas, quilombos e insurreições. No conjunto, essas “alegorias”, eram fios da estratégia de persuasão desenvolvida pelos articulistas do jornal, na perspectiva de contribuir na recomposição das relações de dominação em face da quebra entre a racionalidade ideológica escravista e a sua base social e política. Nessa perspectiva, “os moços” na qualidade de representantes da espécie humana deviam:

[...] Representá-la dignamente, educando, aperfeiçoando quanto possível suas faculdades intelectuais e práticas trabalhando pela forma que lhes convém; precisavam se interessar pelos problemas da vida moderna – a permanência do trabalho escravo no Brasil, em face de outros países onde já imperava o

¹⁰¹ Ibid. p.1

*trabalho livre. Que se envolvessem em todos os conflitos morais e sociais e, finalmente, que, bem ou mal, levassem a nota do seu esforço pessoal à portentosa orquestra dos espíritos que batem neste fim de século nas oficinas da ciência, à grande luz do passado, os instrumentos pacíficos da felicidade futura.*¹⁰²

Essa forma de analisar como as novas gerações deveriam se comportar em relação às condições histórico-sociais “criadas” pela decadência da agricultura mercantil de exportação, reforçava sua condição de protagonistas da imagem da crise elaborada como estratégia ideológica para ocultar a desagregação das classes dominantes. Por isso, incitavam as novas gerações a se envolverem na luta pela abolição do trabalho escravo, uma vez que a mesma poderia ser feita pelos escravos ou aqueles que se sentiam mais “envergonhados” com a sua vigência no país. Na dissimulação de tais objetivos, utilizaram-se dos argumentos das teorias recém chegadas ao Brasil. Entre elas, o positivismo e o evolucionismo.¹⁰³

Vale destacar que, no Brasil, o uso dessas correntes de pensamento tem um sentido ideológico na medida em que foram utilizadas como o referencial científico de análise e proposição de soluções capazes de resolver os problemas sociais. Desse modo, os articulistas do jornal *Pacotilha* se diferenciavam dos demais na crítica à escravidão por apresentarem argumentos “científicos”, portanto, autorizados e válidos. Nesse sentido, inseriram-se no debate, apontando a abolição da escravidão como a “grande luz”, o “destino social” e um dos “instrumentos pacíficos da felicidade futura” sob o trilho da “ordem”. A partir desse procedimento, infere-se que eram, em relação aos outros, mais perspicazes na elaboração de sua “crítica” à escravidão por dissimularem os seus objetivos caricaturando, inclusive, o próprio passado como o sinônimo do atraso na medida em que apontavam para algo absolutamente novo, revolucionário. Por isso:

[...] Os moços, deviam cantar a “Marselhesa” e não os terços; andar sempre para adiante, alegremente, ruidosamente, e não aos recuos, para a traseira do século, de olhos no chão, mudos, tímidos, tremendo; ler Comte e Victor Hugo, os sábios e os poetas, e não o Apóstolo ou as “Horas Marianas”; dar pontapés no erro e na rotina, despir a hipocrisia em praça pública e, depois de nua,

¹⁰² Ibid. p. 1

¹⁰³ SKIDMORE, Thomaz E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

*prender-lhe guizos ao pescoço e entregá-la aos garotos; amar a pátria, a liberdade, o porvir.*¹⁰⁴

Os “moços” não deviam fazer política, pois naquela conjuntura era não fazer nada. Deviam deixá-la para “os velhos achacados ou ociosos, os idosos fúteis, ambiciosos, ingênuos iludidos, ou especuladores”. Os “rapazes de 20 e 23 anos, quase emberbes, cheios de força e de vida, em plena exuberância intelectual naquela quadra em que se alcançam chaminés e em que se juntam sonhos e devaneios” deviam, a exemplo da mocidade francesa “*politicar de acordo com o fogo e o verdor dos anos, logicamente, fazendo panfletos e discursos incendiários, falando em matar o tirano cantando o “Çairá”*”. Note-se que, o que estava sendo proposto, era uma mudança na forma de se fazer política. Antes nos gabinetes por meio de acordos, agora nas ruas com fogo, panfletos e discursos incendiários falando em se matar o tirano. Na perspectiva de persuadir a geração jovem das classes dominantes quanto à necessidade de mudança de mentalidade como o critério para a readaptação às novas condições históricas que se desenhavam, eles se apoiaram na metáfora: “O mocinho de óculos”. O mocinho, filho de um conservador ou liberal eminente, tinha as seguintes características:

*[...] Ar sisudo, barba fina cortada com suíças e pai alcaide. Logo que se matricula na academia filia-se ao clube político, cujas idéias são idênticas às do senhor seu pai; é logo eleito redator da folha do clube - O liberal, chama-o, se o clube é liberal; ou Constitucional ou Conservador, se o clube é conservador.*¹⁰⁵

No Brasil imperial, essas eram algumas das características da trama de constituição da elite política.¹⁰⁶ O autor do artigo dizia que se tratava de uma prática que se assemelhava a uma tênia por ser a história de todos os moços e de todos os velhos do Brasil: aqueles que ainda não a realizaram, sonhavam com ela, por ela viviam e morriam pensando nela. De acordo com ele, o processo de construção da imagem pública do “Mocinho de óculos” era feito assim:

¹⁰⁴ O Mal dos Moços. *Pacotilha*, São Luís, 08 de janeiro de 1883. Coluna Variedades, p. 1.

¹⁰⁵ Ibid. p.1

¹⁰⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981. _____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Luperj, 1987.

*[...] Dos bancos da academia transporta-se o moço a uma cadeira de “salinha” provincial, desta baldeia-se para uma poltrona da câmara, daqui sobe aos conselhos da coroa, d’ahi a uma presidência da província ou a uma tumba de marroquim no Senado. Seu nome anda de boca em boca, faz a volta ao paiz, de jornal em jornal; todos o sabem, todos o aclamam, ele é admirado, é invejado, é temido. A posteridade é sua!.*¹⁰⁷

A sua imortalidade, por sua vez se processa do seguinte modo:

*[...] Ele cerra voluptosamente as pálpebras e lhes parece que vinte milhões de olhos o devoram ansiosos, no êxtase do culto é que a fama o toma nos braços e o transporta da catacumba do senado ou da cadeira da “salinha” para o Pantheon da história e ai o coloca de pé sobre sócco de bronze, numa pose olímpica, ao eterno pasmo das turbas. Coitados!*¹⁰⁸

Por meio dessas críticas, os articulistas do jornal chamavam atenção para o fato de que se não ocorressem mudanças substanciais nos costumes, os “Mocinhos de óculos” não passariam, afinal, de coitados! Não é demais lembrar que os articuladores desse discurso ideológico tinham a sua visão de mundo urdida na dinâmica da própria escravidão. Por isso, era pouco provável que propusessem medidas que implicassem no fim das classes dominantes. Com o propósito de influenciarem no processo de readaptação das classes dominantes às novas condições históricas que se estabeleciam pela pressão dos escravos, do abolicionismo e da expansão do capitalismo industrial, publicaram as reflexões de Lincoln (Pseudônimo) a respeito da escravidão e do escravo na formação econômica do Brasil.

Lincoln, baseando-se na “Sociologia Positiva”, propôs-se explicar porque não era mais necessário continuar com a escravidão por ele considerada “*um elemento de atraso*” que deixava o Brasil com *status* de “*vergonhosa exceção em todo o mundo moderno*”. Para combater os defensores dessa instituição como um direito natural, ele sublinhava que esse princípio que não encontrava aplicação prática, que não se concretizava e não se impunha por força alguma, pois “*a escravidão era uma nefanda instituição servil condenada em última instância pela consciência universal da*

¹⁰⁷ O Mal dos Moços. *Pacotilha*, 08 de janeiro de 1883. Coluna Variedades, p. 1.

¹⁰⁸ Ibid. p.1.

humanidade porque tudo degrada e inutiliza. É o fato mais imoral que a história pode registrar".¹⁰⁹

De seu ponto de vista, no passado, a escravidão foi o único meio que ministrou a natureza de tornar possível a colonização da América, e o africano, na condição de escravo, o seu agricultor dada a impossibilidade de escravizar o índio e à adaptabilidade do africano ao clima quente da América, a qual, para o europeu se constituía num desafio. Com base nesse pensamento, explica que o europeu não tinha condições suficientes para desbravar sozinho o território da América, pois,

*[...] As extensas selvas, ricas de promessas de opulência, tentavam-lhe a cobiça; mas nelas como, na África, tinha que lutar com as dificuldades de aclimação, com os males que um meio, a que se não adaptava facilmente, lhe criava todos os dias. Imponente para auferir as riquezas do solo americano, o europeu achou no negro o braço que lhe era útil empregar, o único homem que podia ser agricultor em países onde organicamente não prosperaria se submetesse a um pesado labor.*¹¹⁰

A escravidão indígena, conforme esse colaborado do jornal, não logrou êxito porque “as hordas americanas”, mesmo levando uma vida seminômade e não tendo aptidões agrícolas, tinham a coragem, como virtude, para não se submeterem como o negro à lei do vencedor. O africano, por sua constituição natural se adaptava ao clima e a temperatura da América por serem comuns aos da África e, também, porque não era estranho à escravidão, uma vez que a mesma era vivida na África e determinada por guerras intertribais. O colonizador, em contato com os africanos, percebeu que naquelas regiões tórridas, cujo clima era o mais das vezes mortal para os europeus, a raça negra se mantinha sem dificuldades refratárias às enfermidades que atacavam e dizimavam a raça branca. Dessa observação, o europeu deduziu que poderia utilizar os africanos para o desbravamento do território da América. Por sua vez, a constituição do tráfico de escravos se deveu ao fato de terem as hordas selvagens africanas, em constantes lutas intestinas, renunciado à antropofagia e passado a vender os prisioneiros feitos na guerra como meio muito mais lucrativo. Assim, em pouco tempo, o

¹⁰⁹ LINCOLN. Os portugueses e o abolicionismo, carta ao Dr. Raymundo Venâncio Rodrigues Capella, cônsul de Portugal nesta província, *Pacotilha*, São Luís, 24 de fevereiro de 1885. Coluna Publicações a pedidos, p. 2.

¹¹⁰ Ibid. 25 de fevereiro de 1885. p. 2

europeu passou a ter escravos para trabalhar para ele com a mais perfeita submissão. Convicto dessa “compreensão científica” Lincoln destacou:

*[...] É, portanto, fora de dúvida que uma legítima razão natural induziu o europeu a utilizar-se do negro na qualidade de agricultor, razão que a experiência científica confirma; mas, também, o que não sofre contestação, é que à sombra deste fato natural puderam abrir livre campo a avidez e a extorsão. Pois, o tráfico de negros se tornou em empresa lucrativa que permitia aos aventureiros saciarem todas as paixões que a cobiça nele ateava, indo aos mercados da África comprar por preço vão e quinquilharias escravos fazendo rápida fortuna. Além do mais, o africano ignorante não se contentava em vender o prisioneiro feito na guerra. Os seus filhos, suas mulheres eram vendidas ao homem branco, às vezes em troca de um pouco de aguardente.*¹¹¹

Os articulistas do jornal *Pacotilha*, embora fossem contrários à permanência da escravidão por ser um “*sistema econômico de produção que espíritos atrasados ainda procuravam conservar*”, por meio dos argumentos de Lincoln compartilhavam da tese de que a introdução de africanos na América foi necessária como a única forma de fazê-la produzir. Por isso, de nada valia afirmar que seria mais útil ter feito do africano o colono livre, porque essa liberdade concedida a um indivíduo que dela não saberia gozar nenhum fruto, não daria em resultado, pois, a submissão do africano foi uma triste imposição da necessidade. Pois, segundo Lincoln

*[...] Embora, moralmente a condenassem e considerassem aviltante para a dignidade da espécie humana não era dado proscrevê-la no passado, porque ela foi o único meio que ministrou a natureza de tornar possível a colonização da América, uma vez que o europeu lutando com as dificuldades de aclimação, com um temperamento propenso a ser vítima das enfermidades que as terras intertropicais geravam, nunca teria conseguido fazê-lo sem o socorro de uma raça inferior a ele nas manifestações intelectuais e morais, mas, infinitamente, superior na fácil adaptação ao meio.*¹¹²

Essa era a verdade que a ciência provava, demonstrava e que o jornalista Victor Lobato acreditava. Nessa perspectiva, não era correto desprezar a lição que os fatos observados ministravam, pois:

*[...] Era argumento por várias vezes repetidos pelos antropologistas a inferioridade da raça negra em relação à branca e mongólica, partindo do princípio de que a história não nos aponta um único caso de civilização criada pelo negro, chega-se à essa conclusão com vislumbres de verdadeira.*¹¹³

¹¹¹ Ibid. p. 2

¹¹² Ibid. p.2

¹¹³ Ibid. p.2

A publicação destes argumentos demonstra que os articulistas do jornal *Pacotilha*, a despeito do cotejo de horrores criados pelo tráfico internacional de escravos e a violência que permeava o trabalho escravo, não foram tão opostos à escravidão. Desse modo, toda a argumentação contrária à sua permanência como relação de trabalho, não tem outro significado a não ser o de proposição ideológica com o objetivo de ensinar, sobretudo, as classes dominantes, a conhecer e a agir naquela conjuntura de decadência da agricultura mercantil, a qual uma vez concluída implicaria em sua desagregação. Nesse sentido, vale salientar que os articulistas do Jornal *Pacotilha* introduziam no debate acerca da escravidão um novo elemento: o discurso racial.

Por meio da divulgação do discurso racial, eles ratificavam a tese de inferioridade do africano em relação ao europeu e, por extensão do negro em relação ao branco. Com base nesse pressuposto, naquela conjuntura de decadência, os articulistas do jornal *Pacotilha* se diferenciavam dos outros por apresentarem os “argumentos científicos” que resolveriam o problema da crise. Em outras palavras, que não havia razões para temores a respeito de futuras conseqüências advindas com a abolição, porque o ex-escravo, por ser “negro” e de uma “raça inferior” teria de se submeter, por uma determinação natural, à dominação da “raça branca”, como explicava a “ciência” à época, pois, a raça negra *“dotada de uma grande vitalidade possuía uma enorme facilidade de assimilar-se às aptidões e indústrias das outras raças”*.¹¹⁴

Desse modo, os articulistas do jornal *Pacotilha*, como protagonistas da imagem da crise e baseados na “ciência”, defendiam a abolição do trabalho escravo e o discurso racial como os pressupostos da reorganização das novas relações de dominação. Portanto, vale dizer que eles construíram uma crítica revolucionária em sua aparência, mas conservadora em suas proposições, pois o discurso que se reivindicava moderno, apontando soluções para a crise no limite, defendia o controle da história pelas classes dominantes, as quais só precisavam mudar de costumes e se adequarem aos novos paradigmas de progresso, isto é: o trabalho livre, a urbanização e as fábricas. Esses, uma vez que se afirmassem e fossem permeados pelos fundamentos do discurso racial, manteriam intactos os interesses das classes dominantes. Nessa

¹¹⁴ Ibid. p. 2

perspectiva, concorda-se com Williams ao dizer que *“a escravidão não nasceu do racismo: ao contrário, o racismo foi uma consequência da escravidão. O trabalho não livre no Novo mundo era moreno, branco, negro e amarelo; católico, protestante e pagão”*.¹¹⁵

De fato, naquele fim de século a escravidão havia perdido o seu “sentido” uma vez que há muito vinha sendo desgastada pela luta dos escravos, mas, também, porque a própria economia baseada na monocultura de produtos primários para exportação como atividade complementar à economia europeia não reunia mais condições para se manter, pois o capital industrial promovia uma revolução no processo de acumulação capitalista. Ainda que essa questão estivesse obscurecida para alguns setores das classes dominantes no Maranhão, havia outros que a compreendiam com bastante clareza e, por isso, criticavam a escravidão e defendiam o trabalho livre e a industrialização como referências de um novo paradigma econômico para a província. Saliente-se, entretanto, que a experiência industrial já vinha sendo tentada desde o início da década de 1880, por meio da fundação de indústrias têxteis nas cidades de Caxias, Codó e depois São Luís.¹¹⁶ A despeito da vontade dos que viviam da exploração do trabalho escravo, em algum momento, ele iria ser suprimido pela contingência do processo histórico.

Se no passado recente o trabalho escravo havia sido a base de produção da riqueza, como se pode compreender a construção de sentidos depreciativos para qualificar a escravidão? Partindo-se do pressuposto que a produção de idéias, de representações, da consciência, está, diretamente, entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real, infere-se que as representações de reprovação moral da escravidão foram formulações ideológicas cujo propósito era ocultar e dissimular a desagregação das relações de dominação em que se sustentavam as classes dominantes do Maranhão. Portanto, em face da quebra da racionalidade ideológica escravista e a sua base social, foi preciso deslocar o problema para a escravidão, a qual, uma vez suprimida na perspectiva das classes dominantes, possibilitaria a recomposição da racionalidade da dominação em

¹¹⁵ WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*, Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975. p. 12

¹¹⁶ CALDEIRA, José de Ribamar. op. cit.

novas bases a partir do que estava sendo sinalizado pela ideologia do progresso. Afinal,

*[...] Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas.*¹¹⁷

4. 4. As Soluções da Crise

A idéia de uma crise geral foi a estratégia ideológica elaborada para dissimular os efeitos sociais da decadência da agricultura mercantil de exportação. Nesse sentido, uma vez que o fator gerador dessa crise era a permanência da escravidão, a única solução viável era substituí-la pelo trabalho livre, acompanhado pela instalação de fábricas e a reorganização da agricultura em bases tecnológicas modernas.

Os articulistas dos jornais: *Diário do Maranhão*, *O Paíz* e *Pacotilha* participaram e intervieram no debate publicando seus artigos, de colaboradores e matérias importadas de periódicos de outras províncias do país. As idéias diferiam entre si quanto ao modo de encaminhar a substituição, pois, os seus propositores concordavam na crítica moral da escravidão.

4.4.1. A abolição: um presente de grego

No Brasil, a abolição do trabalho escravo resultou de um conjunto de fatores estruturais, por um lado das contradições que permeavam as relações entre os senhores de escravos e os escravos, e por outro da posição econômico-financeira do país na geopolítica internacional no final do século XIX. As contradições sociais geraram as lutas dos escravos sob a forma de fugas, de homicídios, de quilombos, insurreições e outras, desgastando as forças produtivas e provocando o medo nas classes dominantes, sobretudo nos proprietários rurais. O Brasil, baseado na grande propriedade monocultura e escravista, produzindo artigos primários para exportação,

¹¹⁷ MARX, Karl. *A ideologia Alemã*, São Paulo: Hucitec, 1985, p. 26

tinha uma posição econômica complementar na dinâmica da economia ocidental e, por isso, era vulnerável à demanda de seus produtos no mercado internacional. Nessas condições, a agricultura mercantil de exportação entraria, em algum momento, em decadência, porque não resistiria às pressões de mudanças que ocorressem nesse processo. Nesse sentido, pode-se afirmar que o fim da escravidão foi, no Brasil, um evento que resultou das lutas dos escravos e da dinâmica do capitalismo no mundo ocidental a partir da Europa, quando a acumulação de capital realizada por meio da exploração direta do trabalho, no interior do sistema produtivo de mercadorias se afirmou e expandiu como o paradigma gerador de riqueza.¹¹⁸

Nesse contexto, as relações de dominação nas quais se sustentavam as classes dominantes não reuniam mais condições para se manterem baseadas na escravatura. Por isso, elas precisavam ser organizadas em outras bases capazes de incorporar as exigências estabelecidas pelas lutas dos escravos e pelo movimento do capital industrial. Com esse propósito, setores das classes dominantes, inclusive os articulistas da imprensa periódica, utilizaram-se da imagem da crise como estratégia ideológica para encaminharem as soluções necessárias à reorganização dessas relações na perspectiva de ricos comerciantes e de proprietários rurais. Nesse sentido, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, a industrialização por meio de fábricas têxteis e a organização da agricultura em outras bases foram apontados como as soluções de curto prazo para a crise.

Na década de 1880, o debate, em curso, a respeito da abolição do trabalho escravo se ampliou com todo vigor, indicando que seus articulistas, baseados em princípios do liberalismo político e econômico, construíram um discurso ideológico de que o trabalho livre produzia mais do que o trabalho escravo. Estimulava o trabalho na família brasileira, não desmoralizava e nem exercia a pressão dissolvente em relação à classe proprietária, tal como o escravo. Não é demais destacar que as matérias publicadas nesses periódicos defendiam os interesses dessas respectivas empresas e os das classes dominantes maranhenses. Mas, vale dizer que o sentido de seu

¹¹⁸ IANNI, Otávio. Capitalismo, escravidão e trabalho livre, In: FERNANDES, Florestan (Org.) *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*, 2ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. pp 375 – 398.

conteúdo variava a partir dos vínculos sociais e ideológicos de seus articulistas com as classes e o mundo ocidental em geral.

Os protagonistas desse discurso se dividiam em emancipacionistas e abolicionistas. Os primeiros eram a favor da abolição gradual e da indenização de proprietários de escravos por serem mais afeitos à tradição rural engendrada pela agricultura escravista. Os segundos eram, ao contrário, aqueles que defendiam a abolição imediata do trabalho escravo sem indenização de proprietários de escravos por estarem embebidos pela ideologia do progresso, a qual se expressava na defesa da urbanização e da industrialização. Contudo, vale sublinhar que todos eram capitalistas! Desse modo, o debate na imprensa em torno do melhor método de se abolir a escravidão foi caracterizado por uma tensão entre abolicionistas e emancipacionistas.

4.4.1.1. A ideologia emancipacionista

Ao discurso caracterizado pela defesa do fim gradual da escravidão e a indenização de proprietários de escravos, chamou-se de ideologia emancipacionista. Nesse sentido, vale dizer que os articulistas dos jornais, *Diário do Maranhão* e *O Paiz*, eram emancipacionistas, uma vez que difundiam por meio desses periódicos, análises e propostas a respeito da escravidão na perspectiva de sua abolição de acordo com a visão de mundo de antigos proprietários rurais. Por isso, eles eram a favor de um processo abolicionista sem traumas e abalos na estrutura social e, por extensão, dos elementos que asseguravam a reprodução das relações de dominação até, então, vigentes. Em outras palavras, que os direitos de proprietários rurais, como a propriedade privada da terra e a indenização do capital imobilizado na escravaria, fossem resguardados.

Nessa perspectiva, os articulistas publicavam seus artigos, de colaboradores e matérias importadas de jornais de outras províncias, defendendo a permanência da agricultura como base de produção da riqueza. Desse modo, criticavam os que eram a favor da abolição imediata da escravidão sem a devida indenização dos donos de escravos e apresentavam argumentos a favor da abolição, mas sem nenhuma crítica às bases da estrutura de poder que asseguravam o prestígio e a visibilidade de ricos

comerciantes e proprietários rurais. Não é demais lembrar que esses jornais foram fundados no âmbito de uma sociedade rural e escravista, embora em processo de decadência e que os seus proprietários tinham uma visão de mundo fundamentada em valores urdidos pela escravidão.

Em fevereiro de 1885, veio a público o discurso do jornalista Themístocles Aranha, proprietário e redator do jornal *O Paiz*.¹¹⁹ Esse discurso foi proferido por ocasião da abertura da segunda mostra de algodão e açúcar, os principais gêneros agrícolas de exportação. Trata-se de uma análise a respeito da economia maranhense onde o autor tece considerações acerca do trabalho escravo e da agricultura. A respeito desta última, ele argumentou que a lavoura ameaçada em seus alicerces precisava, por parte do governo e de particulares, de toda sorte de auxílios, de fortes estímulos para aumentar e melhorar a produção. Tal atitude seria uma obra patriótica, porque em contrário “*desgraçado deste país se a lavoura fosse desorganizada*”. Ele defendia que o fabrico de açúcar solucionaria a crise da agricultura ao contrário do algodão, que se encontrava em baixa no mercado internacional, e porque o comércio de açúcar havia melhorado o Maranhão em 14 meses após a primeira exportação. No que se refere às relações de trabalho, dizia-se a favor de reformas por considerar que escravidão, àquela época, “*era um funesto erro; uma planta venenosa que cresceu no solo da pátria e precisava ser estirpada pelas raízes, uma mancha no pavilhão nacional*”. No entanto, advertia que “*o mal era crônico e só como doenças crônicas devia ser tratado*”.

Com o título de “Festa do Trabalho”, esse evento tinha o objetivo de prestar um serviço à indústria agrícola da província em razão de suas dificuldades. Por isso, vale dizer que foi um evento proposto para reafirmar a agricultura como o paradigma de produção da riqueza. Entre os convidados para a exposição, encontrava-se o Presidente da Província, o senhor José Leandro de Godoy e Vasconcelos, deputados provinciais, funcionários públicos civis, militares e eclesiásticos, comerciantes, donos de fazendas de algodão e de engenhos de açúcar. O local do evento foi decorado de modo a criar nos expectadores, recebidos por duas bandas de música, a impressão mais agradável possível, uma vez que os seus organizadores, entre eles, o proprietário do

¹¹⁹ ARANHA, Themístocles. op. cit. p. 3

jornal “O Paiz” tinha o propósito de reafirmar a agricultura como o paradigma de produção de riqueza.

O ambiente foi estilizado com adereços fabricados com matéria-prima de algodão e de cana-de-açúcar. A mesa da presidência foi ornada com dois jarros de flores feitas com pastas de algodão. O espetáculo de sedução dos espectadores se iniciava a partir de sua chegada ao salão do evento, em cuja parede, ao fundo, havia uma enorme bandeira brasileira ladeada por altos algodoeiros vivos e floridos, e canas. Nos vãos das janelas colocaram em duas pequenas mesas, amostras e sementes de algodão de várias procedências, e de açúcar bruto e purgado, premiado na primeira exposição. As de algodão ocupavam 16 mesas ou armações estreitas dispostas uma após a outra. Do mesmo modo, as 184 amostras de açúcar foram dispostas em 08 extensas armações. No meio delas se reservou um lugar para as do Engenho Central São Pedro e Engenho Castelo.

Para completar esse cenário foram dispostos três quadros rodeados de bandeiras e flores, ao fundo da sala, pintados em cor damasco encarnado para lhes realçar os dísticos. O primeiro quadro se referia à Companhia do Maranhão e Grão-Pará, a primeira exportadora de algodão. O segundo, à Primeira Exposição de 23/Dez/1883. O terceiro era uma Grinalda de folhas de veludo vegetal cercando a legenda: *Honra ao Trabalho*.¹²⁰ Havia ainda quatro troféus com grandes escudos, dois ao lado do algodão e dois ao lado do açúcar. Neles estavam escritos os nomes de Antonio Muniz Barreiros o senador Joaquim Franco de Sá. O primeiro foi que, em 1622, cultivou cana-de-açúcar no Maranhão. O segundo fez, em 1846, reaparecer o cultivo de cana-de-açúcar há muito tempo abandonado. Na parede ao lado da seção do algodão por entre as divisões das janelas estavam dispostos quadros com diplomas recebidos pelos lavradores: os senhores Colares Moreira e Sardinha.

No final de seu discurso Temístocles Aranha na perspectiva de ver realizado os propósitos do evento sublinhou:

¹²⁰ Esses quadros foram pintados pelo fazendeiro Eduardo de Mello Fernandes, a sua senhora a Exma sra. Leopoldina Carolina da Silva Fernandes e a sua cunhada, a Exma. Sra. D. Maria do Carmo Coelho e Silva.

*[...] O benefício que produzir (o evento) será infalível. Hoje em um, amanhã em outro, depois em todos, estes concursos acabarão por influir em todos os produtores, ainda os mais ferrenhos retrógrados, que só usam o lucro imediato, pouco ou nada se incomodando com o futuro da Província.*¹²¹

Ao publicarem o discurso do referido jornalista e descreverem a decoração do prédio onde foi realizado o evento, os articulistas desse periódico indicam o seu engajamento na luta por soluções para o problema da quebra entre a racionalidade ideológica escravista e a sua base social e política uma vez que a decadência da agricultura mercantil de exportação promoveria, ao se concluir, o fim das classes dominantes sustentadas pelo trabalho escravo. Afinal, os ricos que moravam nos casarões de Alcântara, na capital da província e nas vivendas dispostas pelos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré, que enviavam os seus filhos para estudar na Europa e controlavam as instâncias do poder local por meio de uma complexa rede de favores, alianças e amizades, eram os seus consumidores em potencial. Portanto, a intervenção no debate se fazia necessária na perspectiva de apontar eventuais saídas para a crise, a qual, uma vez concretizada significaria a “morte” do estilo de vida fausta e abastada, não só de ricos comerciantes e de proprietários rurais, mas, de todos aqueles segmentos sociais que dependiam da escravidão. Entre eles, os proprietários de jornais. Por essa razão, eles eram a favor que a abolição do trabalho escravo fosse feita por meio da indenização de proprietários rurais. Para exporem a sua compreensão do problema publicaram um artigo, no qual, o autor de pseudônimo “Um conciliador abolicionista”, baseado no texto constitucional sublinhava:

*[...] Toda desapropriação por interesse público importa uma indenização razoável ao proprietário; e, se assim é, nada mais injusto e revoltante do que semelhante esbulho ao proprietário de um direito garantido pelo pacto fundamental”*¹²²

No entanto, se o governo não pudesse satisfazer essa indenização em moeda haja vista a crise financeira que atravessava a província, sugeria o referido articulista que a mesma fosse paga ao proprietário “*em serviço prestado pelo liberto por um tempo de dez anos ou em moeda equivalente a esse serviço por meio de regras fixas que*

¹²¹ ARANHA, Themístocles. op. cit. p. 3

¹²² UM CONCILIADOR ABOLICIONISTA, Ligeiras considerações sobre a questão do elemento servil. O Paiz, São Luís, 25 de fevereiro de 1885. Coluna Publicações Gerais, p. 2.

tornassem efetivas as obrigações dos libertos e estabelecessem direitos e deveres dos usufratários para com os ex-escravos".¹²³ Nessa perspectiva, ele considerava que a abolição não produziria mais que um simples e ligeiro estremecimento, pois a lavoura nada teria de sofrer com sua reforma e regeneração se, com a libertação, o lavrador conservasse suas terras, pois, com o recurso pecuniário da amortização em face da oferta de braços livres seria fácil obtê-los ao preço que lhe conviesse. Esse argumento se baseava na hipótese de que:

*[...] O escravo sabendo que não trabalhava para si ou que não era pago pelo seu trabalho tornava-se remisso, preguiçoso e malandro. Si trabalhava um ou dois dias na semana, passava o resto dela a dormir, aleijando moléstia, para o que não lhe faltavam pretextos recorrendo a dores de cabeça, de dente, de costela e de cadeiras; um simples arranhão era uma ferida grave que os fazia gemer enquanto estavam acordados. Ao passo que o homem livre, mesmo doente e a cair morto ia trabalhar.*¹²⁴

A partir dessas considerações, eles ratificavam a crítica à escravidão ao inventarem, como estratégia ideológica, um passado no qual o trabalhador escravo era improdutivo, e um futuro de progresso, onde o trabalhador livre seria o protagonista. No entanto, como se sabe, a vida do trabalhador escravo na agricultura mercantil de exportação era extenuante devido às longas horas de trabalho e os castigos físicos aos quais eram submetidos para produzirem a riqueza usufruída por seus senhores. Do contrário, a escravidão não teria se prolongado por tanto tempo. Portanto, essa representação desqualificante do trabalho escravo só se justifica como uma estratégia ideológica. Nesse sentido, infere-se que o propósito era chamar atenção das classes dominantes para a necessidade de sua adequação às exigências estabelecidas pelas lutas dos escravos, pelo abolicionismo e o movimento do capital Industrial em sua expansão. Em outras palavras, partindo-se da proposição de que *"não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário o seu ser social é que determina a sua consciência"*, significa dizer que essas representações construídas acerca da escravidão e do trabalho livre tinham por objetivo influenciar os leitores do jornal na perspectiva de obter seu apoio à defesa da abolição do trabalho escravo sem traumas que alterassem as relações de dominação que sustentavam as classes

¹²³ Ibid. p.2

¹²⁴ LEITE, Benedito Pereira. op. cit. p. 2

dominantes, pois, como sublinhava o autor do artigo, “*esse risco que ameaça desmoronar tudo ficará sem razão de ser desde que a lavoura continue debaixo de melhores auspícios*”, ou seja, que os meios de produção e as relações sociais de produção continuassem sob o controle de proprietários rurais. Destarte, a agricultura se sentindo desassombrada, aumentaria sua produção, progressivamente, impondo muito mais confiança, desde que os elementos que pesavam sobre ela mudassem para melhor, restabelecendo-lhe o crédito, ou seja, os capitais.

Nessa perspectiva, os articulistas sublinhavam que o país precisava de uma “*lei providencial simples, clara, precisa à compreensão de todos, não de uma lei confusa, vexatória, cheia de sutilezas, de reticências, de ardis e emboscadas como a que estava em projeto na câmara temporária*”. Para eles, o Projeto Dantas se “*afigurava uma grande tarefa lançada sobre o país para apanhar os cobres desfraldando interesses principalmente da lavoura do que para resolver a importante e delicada questão do elemento servil*”.¹²⁵

Em março de 1885, na coluna editorial do *Jornal Diário do Maranhão* foi publicado um projeto de abolição do trabalho escravo no Brasil.¹²⁶ As propostas se centravam na defesa da abolição sem traumas. O autor sugeria que o processo fosse confiado a uma Companhia Emancipacionista, a qual, com um ganho de 6% de juros sobre o capital utilizado para promover a emancipação escrava teria toda a responsabilidade no que se refere à organização do trabalho nas fazendas agrícolas. A ela caberia suprir os proprietários rurais de mão-de-obra por meio da imigração de europeus para o clima temperado e, asiáticos (Chineses) e africanos para o clima tropical. As despesas com passagens e outras, como pagamento de salários, alimentação, vestuário e seguros, necessárias para pôr em ação e manter completas as turmas de trabalhadores em cada fazenda, seriam, também, de responsabilidade dessa Companhia, bem como, os custos com administração e direção, armazenagem de quotas ou colheitas, o pagamento de dividendos aos acionistas e vendas de cotas no mercado. De acordo com o projeto, os ex-escravos seriam incorporados ao trabalho nas fazendas por meio do sistema de parceria e supridos com alimentos, casas, médicos,

¹²⁵ Ibid. p. 2

¹²⁶ MOLINARI. A reforma do Estado Servil, *Diário do Maranhão*, São Luís, 13 de março de 1885. Editorial, p. 1. Trata-se de uma matéria importada do *Jornal O Paiz*, Rio de Janeiro.

remédios, seguros facultativos, Caixas Econômicas, divertimento e distrações para lhes estimular o seu zelo e assiduidade no trabalho.

Nessa perspectiva, lia-se no *Jornal O Paiz*, a acusação de que os abolicionistas eram pessoas “*intransigentes que de chofre, a todo o transe e sem indenização queriam que se extinguisse a escravidão no país fundamentando a sua opinião no abuso ao pretendido direito de propriedade sobre o homem*”. Por outro lado, os emancipacionistas eram pessoas “*escrupulosas que não deixam de querer também a extinção da escravidão, mas, lentamente e com justa indenização*”. A base dessas considerações era o direito de propriedade. Por isso, não havia nenhuma distinção entre um escravo e outro bem qualquer desde que “*a sociedade admitiu-o no seio, enquanto tal e, o governo o sancionou com seus atos recebendo impostos de escravos, suas sizas por ocasião das vendas ou permutas deles*”. Nesse sentido, o “*Conciliador abolicionista*” sublinhou:

*[...] Se havia o abuso, toda a culpabilidade dele pertencia à sociedade ou ao governo que a representava e zelava por ela, e não aos senhores de escravos, os quais, não os foram buscar escravos onde eles eram livres trazendo-os como especuladores às plagas brasileiras oferecendo-os como mercadoria qualquer. A sociedade ou o governo não fez o menor obstáculo a tais transações, antes consentiu e facilitou e as sancionou recebendo a sua cota no imposto por ele exigido.*¹²⁷

Por meio desses argumentos, construía-se uma imagem idílica de proprietários de escravos, isentando-os em relação à permanência da escravidão até aquele momento. Afinal, eles “*não foram buscar escravos onde eram livres trazendo-os como especuladores às plagas brasileiras oferecendo-os como mercadoria qualquer*”. No entanto, vale não esquecer que estava em jogo a reprodução dos proprietários rurais como classe dominante e a sobrevivência do jornal como uma empresa. Com o propósito de influenciar no processo, apresentaram aos leitores o seguinte projeto:

*“Art. 1º - Fica o governo autorizado a libertar, desde já, todos os escravos residentes no Brasil, mediante uma justa indenização do valor do escravo a seu senhor;
Art. 2º. A indenização será feita em títulos da dívida do Estado, a amortização de 5% ao ano e a prazo de vinte anos que ficará a dívida extinta e o título sem valor;*

¹²⁷. UM CONCILIADOR ABOLICIONISTA, op. cit. p. 2

Art. 3º. A amortização de que trata o artigo anterior será anualmente paga ao possuidor do título;

Art. 4º. A atual caixa de fundo de emancipação será conservada com título de Caixa de amortização da dívida de emancipação;

*Art. 5º. A quantia existente em caixa será aplicada em todos os anos a total amortização dos referidos títulos por meio de sorteios pagando-se a seus donos as quantias que restarem deduzidas as amortizações parciais dos cinco %.*¹²⁸

A análise do projeto não deixa dúvidas a respeito da defesa da tese de que a abolição devia ser feita com base na indenização de proprietários de escravos. Nessa perspectiva, eles reforçavam a abolição como uma estratégia ideológica em favor de proprietários rurais, bem como indica o texto do artigo 4º, sugerindo que fosse transformada a Caixa de Fundo de Emancipação em Caixa de Amortização e o do artigo 5º, ao propor que os valores existentes em caixa fossem aplicados em pagamentos de proprietários de escravos. Nesse sentido, vale dizer que a publicação do projeto foi mais uma tática dos articulistas do jornal em prol da defesa de interesses das classes dominantes do Maranhão. Em contrário, eles não apoiariam o argumento de que abolir o trabalho escravo sem indenização seria *“uma desgraça para o país”*, uma vez que a agricultura *“já estava a balançar-se com os pés postos à borda de um horrendo abismo!”* Essa situação, uma vez concretizada seria:

*[...] Uma desgraça que afetaria a sociedade em peso ainda que os fanáticos dos abolicionistas intransigentes dissessem que o diabo não era feito como se pintava. A lavoura evaporar-se-ia indubitavelmente, pois que endividada como se achava não sabiam se deixaria aos lavradores a roupa do corpo, pois, muitos seriam prejudicados.*¹²⁹

Para eles, sem a indenização ocorreria o descalabro de proprietários rurais e, por extensão, de comerciantes, os quais tinham capitais investidos nas lavouras de algodão e de cana-de-açúcar. Desse modo, a emancipação sem indenização seria um grande mal, porque significaria a depreciação do valor da agricultura, a desobediência, o desrespeito aos senhores, aos administradores, aos feitores por ex-escravos, e geraria a imoralidade, casos trágicos e fatais. Vale destacar ainda, que eles apoiavam o argumento de que as alforrias parciais não eram satisfatórias, porque despertariam o ciúme e o desespero daqueles que continuassem no cativeiro, tornando-se frenéticos,

¹²⁸ Ibid. p.2

¹²⁹ Ibid. p. 2

ousados e insolentes para com todos, requintando a ojeriza que nutriam em relação a seus senhores. Em face dessas possibilidades, concordavam com o autor do projeto de emancipação na advertência de que não se continuasse com a escravidão porque era um mal crescente que o bom senso repelia.

A contra ofensiva ao fim do trabalho escravo sem indenização e às alforrias parciais, justificava-se, porque aceleraria o processo, em curso, de desgaste da escravidão e, portanto, da sobrevivência de proprietários rurais escravocratas. Desse modo, eles procuravam contribuir, sobretudo, com aqueles proprietários rurais, cujas fazendas estavam arruinadas ou abandonadas e entregues nas mãos de administradores, passíveis de serem vendidas por preços vis, uma vez que se encontravam oneradas por dívidas ou penhora.

Com o propósito de esclarecer os demais proprietários rurais quanto ao debate em torno do problema da substituição do trabalho escravo pelo livre, no Brasil, e orientá-los na tomada de decisões acerca da questão no âmbito interno da província, eles publicaram o projeto de lavradores do município de Campos: Rio de Janeiro dirigido à Assembléia Geral do Império. O teor do discurso era o seguinte:

*Augustos e digníssimos senhores srs representantes da nação: agricultores do município de Campos, província do Rio de Janeiro, convencidos de que é dever e direito de todo o cidadão investigar das questões sociais que mais interessam o bem geral da nação; certos de que a transformação do trabalho escravo pelo livre é um reforma necessária, mas que só pode ser efetuada com extrema prudência para que a fortuna pública e particular não sofra, visto como sobre em espécie de trabalho repousam, infelizmente, os interesses mais fundamentais do paiz, pedem vênias Vv.Excias. para lembrarem algumas medidas que lhes parecem não só satisfazer as aspirações do povo brasileiro, mas também, as imperiosas necessidades da lavoura, fonte donde emanam todos os recursos para as despesas gerais da nação. Afim de contribuir também para a resolução de momentoso problema social lembram os abaixo assinados agricultores os seguintes alvitres, que lhes parecem ser bem aceitos pela classe a que têm a honra de pertencer.*¹³⁰

O projeto compunha-se de doze proposições:

- 1ª. Marcar-se um prazo de sete anos para a extinção da escravatura no Brasil;
- 2ª. Aceito o primeiro artigo, acabar-se com o fundo de emancipação e libertação forçada de maneira a garantir ao proprietário de escravos o pleno gozo de seus serviços pelo prazo de sete anos;

¹³⁰ O PAIZ, São Luís, 09 de março de 1885. Coluna: Revista do interior, p. 3. Matéria transcrita do Jornal O Paiz, do Rio de Janeiro.

- 3ª. A criação de uma lei obrigatória para que o escravo cumprisse fielmente os anos de serviços marcados na lei;
- 4ª. A criação de uma lei que obrigasse os libertos e livres ao trabalho reprimindo a ociosidade e a vagabundagem pelos danos causados ao sossego e ao bem público;
- 5ª. A decretação de uma lei criando os tribunais correccionais de maneira a evitar longos processos por delitos de pequena gravidade;
- 6ª. A criação de colônias agrícolas com regulamento penitenciário para a punição dos vagabundos reincidentes;
- 7ª. A organização de um grande Banco de circulação de fundos com base de sua emissão o duplo valor das apólices da dívida publica que depositar com a condição de estabelecer caixas filiais em determinadas províncias do império e obrigação de fazer empréstimos á lavoura e à industria a juros de 6% ao ano, com amortização máxima de 5%;
- 8ª. A reforma da legislação hipotecária de maneira a oferecer sólida garantia aos prestadores de capitais com hipoteca dos imóveis e dos produtos agrícolas;
- 9ª. O aumento das tarifas aduaneiras sobre a importação de milho, feijão, batata, arroz e outros gêneros importados com prejuízo da nossa lavoura que podia produzir esses artigos em abundância se fosse afastada a concorrência dos similares estrangeiros que têm entrada quase franca nas nossas alfândegas;
- 10ª. A criação de uma escola normal de agricultura para preparar professores;
- 11ª. O estabelecimento de Escolas práticas de agricultura e veterinária nas comarcas onde melhor pudesse aproveitar a lavoura à semelhança das que existiam na França, na Bélgica e em outros países;
- 12ª. A designação de uma verba de cinco a seis mil contos anuais para a propaganda da emigração e introdução de colonos europeus ou asiáticos por serem os que podiam melhor preencher o vácuo que deixaria o braço escravo, e por serem atentos aos progressos que levaram à Califórnia e outros Estados da União Americana.¹³¹

A publicação desse projeto esclarece quanto os articulistas dos jornais, *O Paiz* e o *Diário do Maranhão* tomaram por base ideológica o princípio positivista de ordem natural e os princípios do liberalismo político e econômico como a liberdade individual, a propriedade privada e sua inalienabilidade para defenderem o futuro dessas empresas em consonância com os interesses das classes dominantes. O projeto supracitado, além de propor que fosse postergado o fim da escravidão, ainda reivindicava algumas medidas de controle social de ex-escravos, demonstrando que compreendiam a estrutura social como uma ordem natural cuja dinâmica não devia ser alterada em seu funcionamento.

Por isso, esse projeto referendava a agricultura como o fundamento de produção da riqueza e estabelecia que coubesse ao governo a função de desenvolvê-la por meio de um banco que emitisse créditos aos lavradores, que lhe disponibilizasse força de trabalho, estimulando a imigração estrangeira para substituir os trabalhadores escravos

¹³¹ Ibid. p. 3

e reformulasse a lei de hipoteca para impedir que os lavradores perdessem as suas propriedades sob a forma de pagamento de dívidas. Para a manutenção da ordem social, isto é, para o cumprimento de regras contratuais pelos trabalhadores, sem questionamento da concentração fundiária e da acumulação privada da riqueza, o referido projeto recomendava que fossem criadas leis repressivas, tribunais correcionais e penitenciárias agrícolas, para disciplinarem os “vagabundos” e os “subversivos” que pretendessem mudar a ordem social de seu “curso natural”. No entanto, no propósito de evitar que tais comportamentos aflorassem no meio social, fazia-se necessário criar escolas práticas em agricultura e veterinária, as quais, além de oferecerem formação técnica, teriam a função de formar cidadãos, educando-os com base no “zelo” do princípio da liberdade individual e da propriedade privada.

A apresentação dessas propostas para o público leitor desses jornais sugere que os resultados gerados pelas lutas dos escravos por meios de fugas, de quilombos e de insurreições ao estilo da “Balaiada” e da ocorrida em Viana, ainda estavam presentes na memória, sobretudo de proprietários rurais. Por essa razão, eles compartilhavam com esses novos mecanismos de disciplina do corpo esboçados a partir da Europa.¹³²

Entre os meses de janeiro e maio de 1888, o debate acerca da abolição se tornou mais acirrado, levando o parlamento brasileiro a votar e a decretar, em tempo recorde, uma lei para colocar um fim no trabalho escravo no Brasil. Nesse intervalo de tempo, os articulistas dos jornais: *Diário do Maranhão*, *O Paiz* e *Pacotilha*, de modo o menos isento possível, publicavam matérias de acordo com o ponto de vista estabelecido no que se referia ao tema. Desse modo, eram lidos artigos pró-abolição; cartas de fazendeiros de São Paulo a respeito da questão servil; cartas de alforrias doadas, de forma “espontânea”, por senhores a escravos; argumentos de intelectuais como Rui Barbosa quanto à abolição; notícias de passeatas e festas cívicas pela abolição e matérias exaltando a Princesa Isabel e a Lei de 13 de maio de 1888. Mas, também, notícias a respeito de surras em escravos, aplicadas por senhores refratários à abolição e por não reconhecerem a lei.¹³³

¹³² FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão, 10ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

¹³³ PACOTILHA, São Luís, 15 de maio de 1888, Secção de anúncios, p. 2

Nessa conjuntura, os articulistas do jornal *Diário do Maranhão*, defendendo a indenização de proprietários rurais, passaram a apresentar a abolição como uma obra benéfica e generosa. Nesse sentido, publicavam notícias de concessão de liberdade por senhores aos seus escravos por meio de cartas de alforria doadas pelas mais diversas razões, entre outras, a “*louvação a Jesus Cristo*”, as “*motivações pessoais de senhores*”, o “*aniversário*” de escravos. Mas, sobretudo, em razão do “*gabinete 10 de março*”, do qual era membro o maranhense, Vieira da Silva, filho de rica família de fazendeiros de algodão em Rosário, vale do Itapecuru. Nesse periódico, em proporção reduzida em relação às ações “generosas” de proprietários de escravos, publicavam petições de escravos quanto a sua liberdade.

Em Janeiro de 1888 foi publicada a notícia de que, no termo Monção, a Senhora D. Arsênia Augusta Carneiro Belfort, em 25 de dezembro de 1887, havia libertado as escravas Luzia e Hercília em honra e glória do Redentor e jubileu do santo padre.¹³⁴ Do mesmo modo, a fazendeira Sr^a D. Francisca Amália de Oliveira Camargo completou, por motivos pessoais, a libertação incondicional de todos os seus escravos, os quais, por terem ficado satisfeitos com o referido ato, permaneceram na fazenda na condição de colonos. Segundo o jornal, essa deliberação foi também tomada pelo senhor Augusto Oliveira Camargo, filho da referida senhora.¹³⁵ Em fevereiro de 1888, o capitão, Augusto César Aranha Vieira e suas filhas concederam liberdade, sem ônus algum, ao seu escravo Zeferino, de 27 anos de idade. Este, por agradecimento ao seu ex-senhor, escreveu-lhe uma carta publicada no *Diário do Maranhão*:

*Por um ato de verdadeira cortesia cívica dignou-se o philanthrópico e Ilmo sr Capitão Augusto C. ^a Vieira, conceder-me carta de liberdade, título este de resgate que me passou incondicionalmente. Hoje que me acho livre tendo consciência e vontade que graças a uma alma honesta hoje repito, do alto da imprensa venho dar um solene testemunho de minha eterna gratidão pelos reconhecidos merecimentos do respeitável e sr capitão Augusto Aranha. Ao terminar faço votos a Deus que lhe conceda vida longa e felicidade completa. Zeferino Antonio Pereira dos Santos Aranha.*¹³⁶

¹³⁴ DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 18 de janeiro 1888, Secção de anúncios, p. 3.

¹³⁵ Ibid. p. 3

¹³⁶ Ibid, 22 de fevereiro de 1888. p. 3

Trata-se de uma atitude excêntrica. Não do escravo em escrever e publicar a carta em agradecimento a sua alforria. Mas, dos articulistas desse periódico que compreendiam a abolição como um negócio. Desse modo, vale dizer que o ato em si não significava que tinham mudado de opinião, mas de estratégia, uma vez que as notícias da Corte demonstravam que o fim da escravidão estava por um fio. Portanto, sob essas circunstâncias era de bom alvitre melhorar a imagem do periódico perante a opinião pública e, também, estimular outros proprietários a buscarem o apoio de seus trabalhadores escravos, alforriando-os antes que fosse decretada a abolição. No mês de abril, Francisco da Silva Miranda concedeu liberdade aos seus escravos, desejando solenizar o gabinete 10 de março.¹³⁷

O aniversário de escravos foi um outro fator estratégico para concessão de carta de alforria. Assim, Alferes Antonio Jose Eiroza Junior concedeu, sem ônus algum, plena liberdade a Raphael, seu escravo, em regozijo ao dia 06 de maio quando completaria 23 anos de idade. Do mesmo modo procedeu a Exm^a. Sr^a D. Maria Clara Ferreira Guterres, proprietária de engenho de cana-de-açúcar, concedendo a liberdade para a sua escrava Marciana. Enfim, mais um “*ato generoso e digno de todo louvor*”.¹³⁸ Seguindo essa tendência, o proprietário da fazenda “Graça de Deus” localizada no distrito de Guimarães, o senhor José Lopes Carneiro libertou, sem ônus algum, os seus vinte e quatro escravos, dos quais recebeu a maior prova de estima com a declaração de que não sairiam de sua companhia, embora livres. Portanto, na perspectiva dos articulistas desse jornal, tratava-se de um ato a ser seguido por outros lavradores, porque “*revelam a nobreza e sentimentos de seu autor*”.¹³⁹ Em maio de 1888, o referido gabinete foi o motivo de mais um ato de filantropia. Os lavradores do termo Monção, os senhores Gustavo, Eduardo e Joaquim de Araújo Trindade libertaram seus escravos, renunciando o direito aos serviços dos “ingênuos”. Do mesmo modo, assim o fizeram outros lavradores dessa localidade, concedendo plena liberdade, sem ônus ou condição alguma, aos escravos: Nicácio de 50 anos, Manoel de 53 anos, Guilherme de 47 anos e Beatriz de 18 anos, além de declararem que desistiam do direito que a lei lhes concedia sobre os “ingênuos”: Adolpho de 60 anos, Raimunda e os seus filhos

¹³⁷ Ibid, 18 de abril de 1888. p. 2

¹³⁸ Ibid, 05 de maio de 1888. p. 3

¹³⁹ Ibid, 07 de maio de 1888. p.3

pequenos: Gregória, Raymundo e João, para usufruírem dela, onde lhe conviesse, como se de ventre livre tivessem nascidos. O lavrador do Mearim, José Joaquim Seguíns de Oliveira, libertou 140 escravos de sua fazenda, desistindo ainda dos serviços de 52 “ingênuos”.¹⁴⁰ Essas cartas de alforria foram doadas em homenagem ao gabinete João Alfredo, porque dele fazia parte o distinto representante da província, o conselheiro Vieira da Silva, filho de família de fazendeiros de algodão da vila de Rosário, localizada na cabeceira do vale do rio Itapecuru.

Sob essa influência, o capitão João Francisco Gomes Belfort, chefe de secção do Tesouro Público Provincial concedeu plena liberdade, sem ônus algum ao seu único escravo: Benedito, de 23 anos de idade. Um “ato digno de louvor”, de acordo com a interpretação do articulista do jornal.

Considerando-se que os ex-escravos, homens e mulheres, com idade acima de cinquenta anos, cuja força física já havia sido gasta pelos anos de trabalho, e mulheres com filhos pequenos teriam inúmeras dificuldades materiais de sobrevivências por não disporem de recursos, infere-se que esses estímulos à alforria incorporam inúmeros significados, sobretudo para os proprietários de escravos. A alforria em louvor a Jesus Cristo deixa claro que a preocupação não era com o futuro do ex-escravo. Mas, com o futuro pós-morte de donos de escravos, pois, na dúvida se iriam para o paraíso, o purgatório, ou para o inferno, seguindo o receituário do discurso cristão-católico, negociava-se com Deus, por meio de uma “boa ação”, a salvação da alma. Em outras palavras, ao libertarem os seus escravos por força da ideologia cristã, eles idealizavam a sua reabilitação quando, por fim, chegasse o dia do Juízo Final.

As alforrias espontâneas, ao que tudo indica, resultavam de contradições que permeavam as relações escravistas mediadas pela violência física e simbólica praticada, sobretudo em relação aos escravos. Nesse sentido, supõe-se que esse agraciamento do escravo pelo senhor decorria muito mais dos “bons serviços” prestados pelos escravos uma vez que podiam se comportar para além da condição de “mãos e os pés do senhor”, levando medo e pânico aos senhores.

Nessa perspectiva, compreende-se que a doação de cartas de alforrias em “louvor” do Gabinete 10 de Março, devido à participação de um lavrador maranhense,

¹⁴⁰ Ibid, 08 de maio de 1888. p. 2

era uma justificativa aparente, considerando-se que em poucos dias foi decretada a Lei de 13 de maio de 1888. Portanto, infere-se que tal gesto foi, sobretudo, um agradecimento de alguns proprietários ao “ilustre maranhense” por terem sido comunicados a respeito do que estava por vir, possibilitando-lhes se precaver com medidas alternativas, face ao fim inexorável da escravidão. Nesse sentido, essas medidas foram, no limite, muito mais do que gestos filantrópicos, pois o que estava esboçado era o controle social desse contingente, na medida em que os senhores se apresentavam como os protagonistas da liberdade dos escravos.

Quanto ao discurso apresentado nos periódicos emancipacionistas acerca da escravidão não restam dúvidas a respeito do conservadorismo de seus articulistas em relação ao processo de reorganização da sociedade tendo como eixo o trabalho livre. Nela, os ex-escravos seriam incorporados aos mundos do trabalho, apenas, como trabalhadores livres, pois nas propostas de reorganização econômica da província, prevalecia a permanência da agricultura e da grande propriedade rural, embora em bases capitalistas modernas. Desse modo, o antigo empresário agrícola passaria a administrar empreendimentos sustentados à base do trabalho livre. Assim, o discurso construído a respeito da abolição e apresentado com base em expressões do tipo: “*idéias generosas*”, “*prosélitos empenhados pela liberdade contra o cativo*”, e “*ato digno de todo louvor*” foram, apenas, fios da “crise moral” elaborada como estratégia ideológica que propiciava o ocultamento do processo de desagregação das classes dominantes, como um dos resultados da decadência da agricultura mercantil de exportação que promovia uma ruptura entre a racionalidade escravista e a sua base social e política, pois como se sabe, era por meio do trabalho escravo que proprietários rurais e comerciantes auferiam a sua riqueza, o prestígio e o poder. Portanto, para que as relações de dominação fossem reorganizadas em novas bases, a escravidão foi idealizada como sinônimo do atraso e a sua abolição o pressuposto do progresso.

4.4.1.2. A ideologia abolicionista

Ao discurso apresentado em jornais acerca da escravidão e baseado na tese de sua abolição imediata sem indenização de proprietários rurais, chamou-se de ideologia

abolicionista. Nesse sentido, os argumentos apresentados no jornal *Pacotilha* se inserem nessa definição, pois os seus articulistas, também foram protagonistas da imagem de uma “crise geral” associada à permanência da escravidão, embora com uma posição diferenciada em relação aos articulistas dos jornais *Diário do Maranhão* e *O Paiz*. Ao se credenciarem como a vanguarda da modernidade maranhense, eles contribuíram na construção e na difusão da nova racionalidade em que se assentariam as relações de dominação de classe ao se superar o estado de decadência da agricultura mercantil.

Com esse propósito publicaram o artigo “*A Liberdade*”. O autor criticava o Brasil por ainda se basear no trabalho escravo, pois considerava a escravidão um “*sono inglório*” e a liberdade um “*Tesouro imenso*”. Desse modo, apresentava, a Inglaterra, a França e os EUA como as nações que usufruíam as “*delícias da liberdade*”, por isso sugeria que fossem o exemplo a ser seguido pelo Brasil, à época, um “*gigante que dormia indolente ante as mesmas*”. Por isso, solicitava que essas nações acordassem o Brasil e o instruissem a fim de que pudesse um dia “*empenhar o estandarte da liberdade*”. Compartilhando da idéia de se abolir a escravidão, defendia que o imigrante europeu era, em substituição do trabalhador escravo, o “*horizonte da liberdade, que vos esperava*”.¹⁴¹

Como se pode notar, as palavras: escravidão e liberdade evocadas pelo autor e apresentadas pelos articulistas do jornal, são fios da urdidura de uma perspectiva centrada na substituição do trabalho escravo pelo livre como a solução para a crise. Os articulistas desse periódico por se julgarem esclarecidos, defendiam a abolição imediata da escravidão seguida pela industrialização como modelo de desenvolvimento econômico da província, embora não se opusessem à agricultura, desde que ela fosse organizada em novas bases. Com propósito persuasivo, eles publicaram outro artigo, no qual o autor fazia uma análise a respeito da oposição ao projeto Dantas que sugeria abolir o trabalho de escravos com idade acima de sessenta anos. De acordo com Kock, os opositores desse projeto eram pessoas de famílias tradicionais escravocratas, as quais, antes que o projeto fosse proposto viviam:

¹⁴¹ J. J. A Liberdade, *Pacotilha*, São Luís, 11 de junho de 1881. Coluna Publicações a Pedido, p.2.

*[...] Aterrorizadas, com uma polidez cadavérica estampada nas faces, vendo o momento em que eram forçados a perder uma dúzia de pretos velhos – alquebrados de serviços e de maus tratos, mas, sem se importarem ao que dizia respeito ao país. Logo que se tentou tocar de leve nos seus interesses particulares se comportaram sob um pânico terrível como se tivesse surgido o nihilismo - medonho, incendiário, fazendo rebentar as bombas de dinamite, pregando o terror, lançando a anarquia. De um momento para o outro eis que se levantaram iracundos, satânicos fazendo sustentação ruidosa de patriotismo nos circulares que publicavam e diziam, com lágrimas nos olhos, que a – pátria estava à beira do abismo.*¹⁴²

A publicação dessa crítica demonstra, por um lado, que os antigos proprietários rurais não estavam dispostos a abrirem mão do capital imobilizado em seus escravos e, por outro, apresenta os articulistas do jornal *Pacotilha* como a vanguarda do novo ao defenderem a abolição imediata da escravidão, por ser compreendida como uma “*vergonhosa infâmia*” na qual repousava a “*felicidade pátria*” e de onde vinha a fortuna e os cobres com os quais os proprietários rurais amontoavam os capitais para comprarem comendas. Por isso, o Brasil era

*[...] Uma terra onde reinava a maior indolência, uma preguiça de Lazzaroni, onde todos queriam ser bacharéis e oficiais da Guarda Nacional, onde não havia artes, indústrias, enfim – uma terra onde ninguém trabalhava. Desse modo, era justo que os opositores da abolição imediata da escravatura procurassem, por todos os meios, conservar aqueles que eram forçados a trabalhar dia e noite, não como homens e sim como máquinas. Enquanto esses desgraçados gemem debaixo do serviço brutal e do chicote que lhe retalha a carne – a sociedade, esta sociedade que vai as Igrejas ouvir missa e se ajoelha ante um padre para confessar -, vive em pandegas, em regafes, em festanças, rindo e folgando, alegre, satisfeita sem se importar com o dia de amanhã, sem cuidar do futuro, pois tem certeza que lá embaixo, nas senzalas, bestas humanas se aniquilam trabalhando para o engrandecimento dela. Encarando isso como a ordem natural das coisas, não vendo no negro se não um ente que por Deus foi destinado a ser sempre escravo, não admitindo a idéia de que um dia tenham de entrar diretamente na luta pela existência.*¹⁴³

Com a publicação da análise de Kock a respeito das relações escravistas de produção e dos comportamentos sociais decorrentes, os articulistas do jornal *Pacotilha* criticavam a tradição escravocrata das classes dominantes ao sublinharem que defendiam a escravidão porque era a partir dela que tiravam os meios para viverem na abundância, na fartura e gozando de todas as regalias sociais, de todos os privilégios.

¹⁴² KOCK Paulo de (Pseudônimo). Elemento Servil, *Pacotilha*, São Luís, 18 de novembro de 1884. Coluna Colaboração, p. 2

¹⁴³ Ibid. p. 2

Ao concordarem com essa análise, os articulistas do jornal defendiam a abolição do trabalho escravo como uma “*obra de luz e justiça*”. Desse modo, assumiram uma postura contrária à resistência emancipacionista a qual, no Maranhão, personificava-se em Gomes de Castro, o líder político do Partido Conservador. Para este, o projeto Dantas era uma fraude, pois, além de iludir a boa fé de senhores escravocratas, era um meio de angariar votos para a eleição seguinte. É oportuno lembrar que Gomes de Castro era amigo de Themístocles Aranha, o redator-chefe, jornalista e proprietário do jornal *O Paiz*.

No entanto, vale lembrar que Benedito Leite, embora partidário da abolição gradual da escravatura, já havia sublinhado que a abolição era um tema abandonado por literatos e estadistas. Os primeiros, porque estragavam seus talentos em puras banalidades, deixando-se levar pela grandeza dos rios, pela vastidão das florestas, pela extensão do vasto império, por intrigas amorosas mal alinhadas, e por mil outras frivolidades que não recomendavam uma literatura séria. A política, do mesmo modo, também merecia grave censura, porque depois dos esforços de Euzébio de Queiroz, a questão adormeceu no mundo político, e somente veio a despertar em 1871. A escravidão atravessou longos anos com o indiferentismo, porque

[...] Os legisladores e os governos, cercados na capital do Império pelos maiores focos escravocratas deixaram-se dominar e ensurdecer pelas gargalhadas frenéticas da corte, e não ouviam, em torno de si, o estado do chicote; os gritos angustiados de criaturas humanas os tristes lamentos de uma raça escravizada.¹⁴⁴

Este ponto de vista permite pensar que, enquanto a escravidão não dava sinais de que não servia mais para sustentar as classes dominantes, inclusive os “literatos”, ela foi mantida sem questionamentos. Contudo, no final do século XIX, em decorrência das lutas dos escravos, do abolicionismo e do movimento do capital Industrial a partir da Europa, a escravidão não reunia mais condições para se manter. A decadência da agricultura mercantil e da exportação foi o dado mais objetivo desse problema. Ao compreendê-lo, os articulistas do *Jornal Pacotilha* se apresentavam ao público leitor como a vanguarda da modernidade maranhense, referendando a tese de que o Brasil

¹⁴⁴ LEITE, Benedito Pereira, op.cit.. p. 2

escravista era uma “*vergonhosa exceção em todo o mundo moderno*”. Nesse sentido, apoiavam o colaborador Linconl, ao sublinhar a respeito do escravo, que:

*[...] Já era tempo de, ante a moral moderna, recompensá-lo do que fez por nós, chamando-o à vida social lastimando que a inflexibilidade de leis naturais tornassem, no passado, necessária a sua escravidão. É uma dívida de reconhecimento que lhe pagamos – um ato de justiça, compensação do muito que por nós trabalhou como elemento poderoso de civilização. A libertação do negro, no estado presente do Brasil é a substituição do operário que trabalhava forçado para nós, pelo associado que continuará a desenvolver a sua atividade.*¹⁴⁵

Os articulistas deste periódico, ao apoiarem essa perspectiva, defendiam, também que o fim da escravidão deveria ser realizado a partir dos que tinham o interesse de refazer as relações de dominação e, não ao contrário, isto é, pelas resistências diversas de escravos. Lembrando que a abolição nos EUA não implicou em profundas mudanças na vida de proprietários rurais, por meio de Lincoln, destacavam que os fatos “*nos Estados Unidos falavam tão alto que, a ninguém seria lícito desmentirlos, emudecendo os preconceitos, ante a verdade, que os forçava ao silêncio*”. Por isso, não se sustentavam as “*apreensões que os escravocratas afixavam quanto ao futuro do país, o desmentido solene de seus pânicos e temores*”.¹⁴⁶

Comparando-se os articulistas do *Jornal Pacotilha* em relação aos do *Jornal Diário do Maranhão* e do *O Paiz*, sublinha-se que os mesmos apresentavam um discurso tendo por base “princípios científicos modernos” e “com autoridade” em suas formulações. Por isso, eles se auto atribuíam a qualidade de arautos da modernidade maranhense, enquanto os outros seriam protagonistas do conservadorismo escravista que tanto “envergonhava” o país em relação às outras nações daquele fim de século.

Côncios de que a abolição não promoveria nenhum descalabro em relação ao futuro econômico da província, os articulistas do *Jornal Pacotilha* publicaram uma carta do fazendeiro Bento Francisco de Paula Souza, ex-ministro do gabinete Martinho Campos e fazendeiro da província de São Paulo, endereçada a César Zama, deputado pelo 13º distrito da Bahia. Esse ex-ministro era um dos mais decididos adversários do movimento abolicionista, porém havia mudado de opinião e por isso concedeu alforria aos seus escravos, reorganizando o trabalho em sua fazenda sob relações capitalistas

¹⁴⁵ LINCOLN (Pseudônimo), op. cit. 25 de fevereiro de 1885. p. 2.

¹⁴⁶ Ibid. p. 2

de produção. Na carta, o autor discutia a respeito da necessidade de abolir o trabalho escravo. Essa publicação se revestia de um significado político por demonstrar, naquela conjuntura, que em províncias como São Paulo, os mais renhidos escravocratas haviam compreendido o “poder do atraso” representado pela escravidão. O fazendeiro começou anunciando uma notícia que agradaria ao amigo e, em seguida, o informaria acerca do debate a respeito da escravidão. Disse-lhe que desde o dia 1º de janeiro de 1888 não possuía um só escravo, pois libertou a todos e, por meio de um contrato igual ao que havia estabelecido com os colonos estrangeiros, fixou-os na fazenda, porém, advertindo-os quanto aos deveres que a liberdade lhes impunha. A informação era que, muito em breve, os agricultores do norte enfrentariam a emancipação completa e imediata do trabalho escravo como uma necessidade social.

Por isso, aconselhou ao velho amigo:

*[...] Dize aos teus comprovicianos que não se iludam com meia liberdade na esperança de não desorganizar serviços encaminhados. Com a libertação condicional nada obterão dos escravos. Estes querem se sentir livres, e só querem trabalhar sob um regime novo e com plena responsabilidade. Suspeitam e com razão a respeito de alguns, que uma tal liberdade é apenas um logro para demorá-los na escravidão, da qual as circunstâncias os tirarão. Trabalham; mas com indolência e má vontade; funciona o corpo, mas não o espírito.*¹⁴⁷

A respeito dos libertos, ele sublinhava que alguns dariam cabeçadas, mas no final se fixariam aqui ou ali. Em relação à experiência paulista:

*[...] nós aqui em São Paulo temos experiência completa do assunto e conhecimento perfeito de todos os tipos de libertação. Há um tipo único responsável e proveitoso: é a liberdade completa, imediata e incondicional. Os próprios libertos devem tomar a responsabilidade do erro da retirada da casa, de quem foram cativos. Está claro que tem senhores que perderão todos os trabalhadores e o motivo único será porque não merecem tê-los. Mas a grande maioria ficará colocada dentro de um mês.*¹⁴⁸

Nesse texto, percebe-se algumas ambigüidades e ambivalências do discurso abolicionista desse periódico. Entre outras, destaca-se a questão do limite da “liberdade

¹⁴⁷ SOUZA, Bento Francisco de Paula. Trabalho Livre, *Pacotilha*, São Luís, 29 de abril de 1888. Publicações a pedido, p. 2.

¹⁴⁸ Ibid. p.2

completa, imediata e incondicional”, uma vez que a eventual saída do ex-escravo da fazenda onde trabalhara seria “*um erro*” de sua responsabilidade. Nesse sentido, se o objetivo da publicação da carta era demonstrar aos leitores, o conservadorismo dos jornais *Diário do Maranhão* e *O Paiz*, na mesma medida, ela revelava que a modernidade defendida tinha limites, uma vez que isentava os ex-senhores de qualquer responsabilidade no que se referia aos ex-escravos, quando buscassem outro modo de vida a não ser o que lhes ofereciam seus ex-senhores, pois como sublinhou o referido fazendeiro:

*[...] tenho em minha família exemplos completos. Meu irmão libertou todos que possuía. Alguns destes saíram e foram procurar serviço – longe. Oito dias depois me procuraram, ou a meu próprio irmão, e acomodaram-se conosco, trazendo impressões desfavoráveis da vida de vagabundos, que levaram durante esses oito dias.*¹⁴⁹

O que estava proposto era que os proprietários rurais deviam se antecipar aos escravos promovendo a abolição. Nessa perspectiva, a diretoria da *Associação Comercial do Maranhão* interveio no debate por meio da promoção de um concurso público de monografias sobre a “*Substituição do trabalho escravo pelo livre*”, este abrangendo ex-escravos ou trabalhadores livres nacionais. O otimismo e o pessimismo animavam os modos de pensar os caminhos da abolição. Ambas eram manifestações ideológicas das classes dominantes. Nesse sentido, as ênfases acabavam apresentando uma falsa polêmica:

*[...] Uma sonhava mais que o bem, a outra idealizava mais do que o mal. Ambas, porém se entranham nos labirintos indômitos do erro; ambas aspiram ao absoluto que anda eternamente com as roupagens do impossível e encontram menos o relativo. Aquela se inebriou depressa entre as flores desfolhadas aos sons dos hinos redentores; esta respirou demais sobre o pântano em que acabava de expirar a escravidão.*¹⁵⁰

¹⁴⁹ Ibid. p.2

¹⁵⁰ ABRANCHES, João Dunschee de, Transformação do trabalho. *Pacotilha*, São Luís, 02 de junho de 1888. Coluna Publicações a pedido, p. 2.

4.4.2. O trabalho livre e os mundos do trabalho

“O trabalhador é a manifestação subjetiva do fato de que o capital é o homem absolutamente perdido para si mesmo, assim como o capital é a manifestação objetiva do fato de que o trabalho é o homem integralmente perdido para si próprio”.

Karl Marx.¹⁵¹

No primeiro semestre de 1888, a Associação Comercial do Maranhão propôs um concurso público de monografias com a perspectiva de que algumas medidas fossem apresentadas para a substituição do trabalho escravo com o aproveitamento da mão-de-obra local. Os trabalhos deveriam ser publicados na imprensa. Para evitar possíveis constrangimentos aos autores dos trabalhos concorrentes, alguns preferiram se identificar por meio de pseudônimos. Foram apresentados 21 trabalhos à diretoria da Associação Comercial. Esses, após serem lidos pela comissão julgadora foram apresentados ao público, no dia 30 de junho de 1888, no salão nobre da Associação. Porém, não houve vencedor. Cabe perguntar, qual era a razão do concurso? Não é demais sublinhar que na economia baseada na agricultura de exportação de produtos primários, os vínculos entre o setor produtivo e o comercial eram, sem dúvida, profundos. Em razão disso, a Associação Comercial do Maranhão, como fórum de discussão e defesa de interesses de comerciantes e proprietários rurais, preocupada com o futuro econômico dessas classes por ela representadas, promoveu o referido concurso. Os textos das monografias foram publicados nos periódicos cujo discurso se aproximava da visão de mundo dos autores no se referia ao tema/problema proposto para o concurso.

Muitos dos inscritos eram proprietários rurais, por isso a permanência da grande propriedade agrícola como base de produção da riqueza foi a proposta dominante. Entretanto, houve divergências quanto às relações de trabalho a serem implantadas, uma vez que uns defendiam a exploração da terra por meio do arrendamento, do aforamento ou do sistema de parceria, utilizando-se da mão-de-obra imigrante, enquanto outros salientavam a utilização do trabalhador livre e pobre, ou de ex-

¹⁵¹ MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*, Tradução Alex Marins, Coleção a obra-prima de cada autor, Vol. 68, São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004. p. 123.

escravos. Outros ainda eram a favor da manutenção da grande propriedade agrícola tal como existia e que o trabalho fosse feito por trabalhadores livres recebendo salários. Para outros, a industrialização com mão-de-obra assalariada era o paradigma a ser seguido, pois a fábrica era o símbolo de progresso. Contudo, o conjunto dessas propostas se assentava em princípios capitalistas de produção, pois concebiam o trabalho com a finalidade de produzir lucros, por isso a liberdade jurídica do trabalhador e a produtividade eram as idéias chaves do conceito de trabalho livre, em linhas gerais, compreendido como o “*único elemento de vida das nações modernas*”.¹⁵²

Um dos concorrentes criticou o modo como foi processada a independência do Brasil, em 1822, ao sublinhar que, “*organizar uma nação com população livre e escrava é fazer uma obra defeituosa contendo em si um elemento desorganizador, uma instituição imoral*”. Por essa razão de seu ponto de vista:

[...] O Brasil não podia, portanto, permanecer no estado lamentável em que apareceu entre as outras nações; era necessário que libertassem todos os seus habitantes. Era necessário que a civilização e a liberdade não fossem uma ficção.¹⁵³

Nessa acepção, a substituição do trabalho servil pelo livre, traria a província uma nova era que lhe assegurava um futuro feliz, porque o trabalho livre “*era muito mais produtivo do que o servil*”.¹⁵⁴ Em termos concretos, tratava-se de formulações ideológicas, uma vez que o trabalho livre era o pressuposto para a reprodução do capital, porque sendo uma mercadoria, está sujeito à exploração porque, no processo de produção de outras mercadorias, gera a mais-valia apropriada pelo capitalista. De acordo com Marx,

[...] O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho.

¹⁵² KOCK, Paulo de. Elemento Servil, **Pacotilha**, São Luís, 18 de novembro de 1884. Coluna Colaboração, p. 2

¹⁵³ STOLON, Licínio, Transformação do trabalho, *Diário do Maranhão*, São Luís, Secção Geral, p. 1.

¹⁵⁴ CINCINNATUS L. Quintinus, A substituição do trabalho, *Diário do Maranhão*, São Luís, 30 de maio de 1888, Secção Geral, p. 1.

*Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho.*¹⁵⁵

Colocado o problema da liberdade do trabalhador escravo, nesses termos se infere que as críticas à escravidão, no contexto da decadência da agricultura mercantil de exportação, ocultavam o processo de desagregação das classes dominantes. Do contrário, os proponentes da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, além de defenderem o fim da escravidão poderiam ter proposto o livre acesso dos trabalhadores à terra e a outras medidas na perspectiva de organizar uma sociedade na qual a exploração do trabalho não fosse o fundamento das relações de produção. No entanto, o que se verificava eram propostas com o objetivo de manter a propriedade privada da terra, a exploração econômica dos trabalhadores e a exclusão sócio-econômica de ex-escravos ao se referirem à imigração européia como a solução do problema da falta de braços para a lavoura, pois para alguns o “*colono europeu era o horizonte e a liberdade que vos esperava*”.¹⁵⁶

Desde a década de 1860, lia-se na imprensa periódica, reflexões que apontavam para a eficácia do trabalho livre. No *Jornal Diário do Maranhão*, apresentava-se a experiência de um proprietário rural da Bahia, que por meio do uso do trabalho livre, transformou, em sete anos, sua fazenda que era mata, numa habitação cômoda, agradável, povoada de trabalhadores com fé no homem que os sustentava.¹⁵⁷ Com esta publicação, os articulistas do referido periódico, naquele contexto de decadência, referendavam a tradição agrícola como base de produção da riqueza, chamando a atenção dos proprietários rurais maranhenses para as possibilidades do trabalho livre, pois as fazendas iam ficando sem os trabalhadores escravos devido às fugas e ao tráfico interprovincial para o centro-sul do Brasil. Quanto a reorganização da economia, defendia-se a permanência da grande propriedade agrícola acompanhada de melhoramentos das vias de comunicação entre os centros produtores e os mercados de

¹⁵⁵ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política, o processo de produção do capital*, Livro I, Vol. I, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pp. 209-210.

¹⁵⁶ J. J. A Liberdade, *Pacotilha*, São Luís, 11 de junho de 1881. Coluna Publicações a Pedido, p.2.

¹⁵⁷ SANTOS, Garcez dos. Trabalho Livre, *O Paiz*, São Luís, 17 de novembro de 1864, Coluna Transcrição, p. Este artigo foi transcrito do *Jornal Diário da Bahia*.

consumo, do uso de “trabalhadores morigerados”, com os quais “a lavoura poderia transpor os abismos que a ameaçavam”.¹⁵⁸ O governo devia proteger os proprietários rurais (lavradores), por meio de leis repressivas contra a “vagabundagem” e a “ociosidade”.¹⁵⁹ Ao ser decretado o fim da escravidão, os antigos senhores deveriam comunicar aos escravos sua nova condição de vida e os deveres que, em geral, teriam de cumprir na sociedade. Em seguida, convidá-los para que, reunidos como antes, trabalhassem em comum no seu estabelecimento.¹⁶⁰

Para que a agricultura se mantivesse, apontavam a necessidade de mudanças nos mecanismos de financiamento da produção agrícola. Em outras palavras, as relações entre os comerciantes e os proprietários rurais. Segundo CERES, para que os primeiros não acumulassem fazendas em suas mãos, piorando suas dificuldades e aumentando seu prejuízo, era importante que liquidassem contas antigas, recebendo os engenhos em pagamento para revendê-los aos seus proprietários antigos, quando de confiança e probidade, formando uma nova dívida. A vantagem desse método era:

*[...] Animar os bons lavradores, de tornar-lhes os espíritos calmos e desacobrunhados pelo alívio de dívidas perante a nova face agrícola, na qual depositariam todo o seu esforço. Os lavradores de algodão e de cana-de-açúcar perdiam a sua qualidade agrícola para tornarem-se verdadeiros industriais, possuidores de pequenas usinas centrais para o preparo da farinha, do algodão e do açúcar com capitais e conhecimentos agrônômicos.*¹⁶¹

Trata-se de uma proposição na perspectiva de ricos comerciantes, os quais estavam com a sua condição de classe ameaçada, pois não tinham a segurança do retorno do capital investido na agricultura.

A respeito da força de trabalho que seria usada em substituição ao trabalho escravo, além da proposta de imigrantes, também havia os que defendiam o uso de trabalhadores ex-escravos e de livres pobres. Importa não esquecer que esses últimos, devido sua pobreza material, eram uma força de trabalho barata e suscetível à baixa

¹⁵⁸ EU. Meritíssimos senhores diretores da Associação Comercial, *Diário do Maranhão*, São Luís, 28 de maio de 1888. Secção Geral, p. 1.

¹⁵⁹ A SUBSTITUIÇÃO do braço escravo, *Diário do Maranhão*, São Luís, 14 de maio de 1888, Secção Geral, p. 1.

¹⁶⁰ CERES, A substituição do trabalho servil pelo trabalho livre. **Pacotilha**, São Luís, 10 de maio de 1888. Coluna Publicações a pedido, p. 2.

¹⁶¹ AGRÍCOLA. Reorganização do trabalho agrícola na província, *Diário do Maranhão*, São Luís. Secção Geral, p. 1.

remuneração. Por isso, foram propostos como solução para os proprietários rurais descapitalizados. Os proponentes, tendo por base as experiências de outras províncias e algumas existentes no Maranhão, sugeriam para a organização das relações sociais de produção, o pagamento de salário, o arrendamento, o aforamento de terras e o sistema de parceria.

Acerca do pagamento de salário, defendia-se que os proprietários rurais, por meio de um módico salário contratassem, por um determinado prazo, libertos e homens livres para os trabalhos de sua lavoura com a garantia de pagamento pontual. Ao governo cumpria obrigá-los a respeitar os contratos.¹⁶² Para compensar o baixo valor do salário, o trabalhador deveria ser incentivado, despertando-lhe a idéia de um “futuro promissor”, oferecendo, além do salário estabelecido, uma porcentagem relativa ao lucro obtido em comum, conhecido ao fim de cada ano. O custeio do estabelecimento, o sustento de trabalhadores e os concertos indispensáveis na propriedade deveriam ser feitos pelos proprietários rurais. Para CERES, a eficácia dessa nova forma de organização do trabalho dependeria da mudança de hábitos de proprietários rurais e de seus filhos, os quais deviam evitar o absenteísmo em relação à propriedade. Nesse novo contexto, a Associação Comercial criaria um *Guia Comercial e Industrial* para prestar esclarecimentos a respeito do comércio da província, de outras praças do país e do estrangeiro, bem como lhes indicar os preços e métodos de produção dos gêneros que mais convinha investir.¹⁶³

Em face da descapitalização dos proprietários rurais, sobretudo os de algodão, e às diferenças no modo de se produzir o algodão e a cana-de-açúcar, era sugerido, em caráter provisório, que o pagamento de salário e o sistema de parceria seriam mais adequados à cultura de cana. O primeiro devia ser usado na colheita ainda pendente, a qual deveria ocorrer nos meses de junho, julho e agosto de 1888, uma vez que os preparos de campo e moagem estavam feitos, e o segundo, utilizado no processo de fabricação de açúcar, pois as despesas deveriam se restringir ao combustível e aos reparos na casa da fábrica (o engenho).¹⁶⁴

¹⁶² STOLON, L. Transformação do trabalho, *Pacotilha*, São Luís, 14 de maio de 1888. Secção Geral, p. 1

¹⁶³ CERES, op. cit, p.2

¹⁶⁴ AGRÍCOLA, op. cit, p.1

Segundo Abranches, o salário deveria variar conforme “os cargos e as aptidões dos trabalhadores por ser uma medida moralizadora e excitante para os ociosos e indolentes”.¹⁶⁵ A estipulação de um salário diminuto seria um bom meio, desde que o lavrador organizasse os trabalhadores por turmas sob uma direção comum. No entanto, o melhor salário seria o estabelecido de forma proporcional às colheitas, variando para um determinado acréscimo se o rendimento crescesse. Nesse sentido, a quantia não poderia ser fixada, uma vez que variaria segundo a condição de cada fazendeiro, o gênero da cultura e a função do trabalhador. De seu ponto de vista, nos estabelecimentos rurais comprometidos pela falta de capitais, o salário, nos primeiros tempos, deveria ser muito pequeno, para que a despesa não excedesse a receita e, portanto, não quebrasse a empresa agrícola. Nessa perspectiva, advertia que, na lavoura de algodão, o salário teria de ser menor do que na lavoura de açúcar, pois, naquela, um trabalhador tratava, folgadoamente, de três hectares, (segundo um cálculo aproximado podia ter cada um cerca de quatro mil pés), ao passo que na cultura de açúcar, um trabalhador talvez não pudesse cuidar de dois hectares sem um esforço muito grande.

Em relação ao arrendamento, a proposta era que proprietários rurais, por um preço razoável, distribuíssem os lotes de terras àqueles que quisessem neles se estabelecer. Contudo, caberia ao governo promulgar leis que regulassem o trabalho, aproveitando o “sábio” conceito da legislação de Sólon, em Atenas – que obrigava todo cidadão a justificar perante as autoridades quais os seus meios de subsistência, sob pena de prisão, para aqueles que fossem considerados vadios.¹⁶⁶ Segundo Stolon, os ex-escravos seriam os arrendatários, embora alguns pessimistas dissessem que os escravos depois de libertos se entregariam a uma vida ociosa por não terem nenhuma aspiração na sociedade em que vivia, ou trabalhariam apenas para a alimentação diária, servindo-se dos inesgotáveis recursos da pesca e da caça em que abundavam os rios, lagos e florestas da “*ubérrima província*”. Justificava o seu argumento se autoconferindo a qualidade de compreender as implicações “psicológicas” da força da

¹⁶⁵ ABRANCHES, João Dunshee de op. cit, p. 2

¹⁶⁶ STOLON, Licínio. op. cit , p.1

tradição agrícola e escravista, pois uma vez extinta a escravidão, “o liberto acostumado ao trabalho voltaria em breve a se ocupar de seu antigo modo de vida”. Além do mais,

[...] O homem livre trabalhava mais do que o escravo, apesar de ser obrigado, pois o excedente de sua produção seria em seu proveito e de sua família, si a tivesse, em contrário do escravo que não podia ter ambição, visto que trabalhava para o seu senhor e não auferia o resultado de seu labor”.¹⁶⁷

Nessa perspectiva, Stolon salientava que o trabalho livre trazia vantagens para o comércio, porque aumentava o mercado de consumidores, os quais trocariam os gêneros de sua colheita pelas manufaturas e os objetos necessários para o seu uso. No entanto, não deixava de advertir a importância da promulgação de leis contra a vadiagem e a premiação de proprietários rurais que apresentassem os melhores produtos agrícolas. O resultado seria o estímulo dos mesmos e, por conseguinte, a oferta de bons gêneros nos mercados da província. A criação de Bancos Rurais seria muito importante para a lavoura ao conceder, por hipotecas e a prazos longos, quantias que os proprietários rurais precisassem. A Associação Comercial deveria, por sua vez, representá-los junto aos poderes públicos, solicitando a isenção de impostos de exportação aos gêneros nacionais na perspectiva do desenvolvimento da lavoura. Para tanto, ela teria de:

[...] Promover a exposição de produtos agrícolas; fundar um jornal, no qual fossem discutidos os temas de interesse da lavoura; distribuir sementes para a cultura agrícola, fazer propaganda para que os lavradores (proprietários rurais) não se limitassem, apenas, ao plantio de algodão e de cana-de-açúcar, mas, de todos os gêneros que a província pudesse produzir, e que, solicitasse ao governo a garantia de juros para empresas que quisessem construir e explorar os serviços de estradas de ferro na província, e fundasse centros coloniais com escolas para que os trabalhadores pudessem receber educação, instrução literária e agrícola.¹⁶⁸

Com essas propostas Stolon acreditava que a província se desenvolveria e seria merecedora de um futuro brilhante e próspero. Em outras palavras, as classes sociais dominantes, isto é, os ricos comerciantes e os proprietários rurais.

¹⁶⁷ Ibid. p. 1

¹⁶⁸ Ibid. p. 1

Ao contrário de outros proponentes, o AGRÍCOLA, sugeria o aforamento para a cultura do algodão e o pagamento de salário e a parceria para a cultura de cana-de-açúcar tendo por princípio que:

*[...] Tão peculiares e diversas são as circunstâncias de cada uma, tão especial é o meio em que se desenvolvem e firmam sua existência e produtividade, que ambas não podem ser reguladas por padrões idênticos, no sistema de exploração e nas relações entre os proprietários e os trabalhadores.*¹⁶⁹

Nessa perspectiva, advertia que a política tributária do governo onerava os proprietários rurais com altos impostos. Além do mais, com o sistema de coivara, o trabalhador das lavouras de algodão, sobretudo, não produzia, em média, mais de 300 quilogramas em pluma, ou cerca de 120\$000 réis, os quais, somados ao valor dos cereais plantados em consórcio elevariam, na melhor das hipóteses, o resultado do esforço de um trabalhador para 200\$000 réis. Sob essas condições, qualquer sistema de exploração que não fosse o aforamento, que um proprietário rural quisesse experimentar e pôr em prática seria insuficiente. Em outras palavras, significava dizer que ao fazendeiro de algodão, o pagamento de salário não convinha, porque ele fecharia sua conta de lucros e perdas com déficit certo. Por sua vez, ao trabalhador o sistema de parceria não convinha por ter facilidade em encontrar terras baratas por aforamento nas zonas algodoeiras, retirando para si o produto de seus esforços. Portanto, em face da ineficiência dessas duas modalidades de relação de trabalho, na perspectiva da acumulação por parte do proprietário rural, o autor sugeria o aforamento, embora o fizesse com base no argumento de que com o fim da escravidão muitos proprietários ficariam empobrecidos.

De seu ponto de vista, o fazendeiro que possuísse uma boa área de terra e tivesse sua fazenda montada com maquinismo para preparo, forno e roda para a farinha, carros e gados como meios de transporte, deveria se esforçar para reter os seus ex-escravos, convidar todos os trabalhadores de campo que pudesse encontrar para se estabelecerem em suas terras mediante um pequeníssimo foro, o qual significaria o reconhecimento da propriedade para o dono e a garantia de estabilidade

¹⁶⁹ AGRÍCOLA, op.cit. p.1.

para os trabalhadores, que na condição de colonos, eram obrigados a entregar ao proprietário da terra o algodão para o preparo mediante o preço convencionado. No caso de quererem vendê-lo em caroço, em igualdade de preço, a preferência seria dos proprietários. Do mesmo modo, a moerem suas mandiocas nos maquinismos das fazendas, por uma porcentagem. Nessas condições, segundo esse proponente, se o aforamento não implicasse num grande resultado, em todo caso, corresponderia a um juro razoável, numa “natural” amortização do capital empregado, o qual poderia ser aumentado se os proprietários adiciassem pequenas vendas aos estabelecimentos agrícolas, o que seria acrescido da vantagem de manter os trabalhadores em casa.

Quanto à força de trabalho a ser empregada nas empresas agrícolas, ele era favorável ao uso do ex-escravo, porque este estava habituado ao manejo do ferro e à vida do campo, ou seja, ao *“trabalho com a terra que lhes bebeu os primeiros suores”*. Por isso, *“a ela pediria de novo a alimentação e a vida, sobretudo, quando estivessem sob os costumes e a moralidade da família, a qual o cativoiro lhe vedara”*. Vale sublinhar que essa proposta só faz sentido ao relacioná-la com a situação de precariedade financeira de proprietários rurais e ao fato de que o trabalhador ex-escravo, acostumado àquele trabalho e desprovido de renda, estava suscetível às imposições exigidas por proprietários rurais na procura de obtenção de lucros. Por isso, esse proponente entendia que naquelas circunstâncias não seria possível a utilização de imigrantes estrangeiros.

No entanto, para outros, essa proposta de arrendamento de fazendas aos libertos era um erro, pois o liberto, antes acostumado a ser dirigido, vendo-se senhor de terrenos começaria a fazer as culturas que bem entendesse com prejuízo da lavoura e, sobretudo, do comércio. Então, o proprietário rural, em face desses “perigos” deveria dividir sua fazenda em lotes, se o gênero de lavoura permitisse, e distribuir os trabalhadores por turma, cada uma, sob uma direção comum.¹⁷⁰

O sistema de parceria foi cogitado por alguns proponentes. Segundo Cincinnatus, a parceria seria conveniente ao proprietário rural, porque o mesmo só despenderia dinheiro no fim da colheita, salvo algum adiantamento aos trabalhadores, os quais ficariam no estabelecimento para os trabalhos necessários às novas

¹⁷⁰ ABRANCHES, João Dunshee de, op. cit, p. 2.

plantações. Aos trabalhadores esse sistema era o que mais convinha, porque poderiam auferir lucro de seu trabalho por saber que o produto dele seria para si e sua família.¹⁷¹ No entanto, segundo Abranches esse método, embora aceitável, não era adequado àquelas circunstâncias, pois de acordo com sua visão de mundo baseada em princípios do positivismo, o fundamento de toda sociedade é a ordem assentada no equilíbrio constante entre as diversas classes que a compõem. Por isso, advertia: no momento em que as posições entre o proprietário rural e o parceiro se iguallassem, tornar-se-ia impossível mantê-la. Desse modo, sublinhava que a gradação era, sempre, um elemento indispensável para a ordem social, pois:

*[...] Numa oficina havia o diretor, o mestre, oficial, o praticante e o aprendiz, uma cadeia enfim de posições que ia do máximo para o mínimo e vice –versa, e crescia ou diminuía na razão direta das dificuldades do trabalho. Assim, também, o era numa casa comercial, numa fábrica, num estabelecimento qualquer, mesmo numa família, havia sempre diferenças de classes necessárias.*¹⁷²

Baseado nesse princípio questionava - como querer, que o proprietário rural desse o nome de sócio com todas as regalias a um simples proletário que ainda não estava habilitado e nem havia passado pelos diversos cargos em que se devia dividir o trabalho agrícola? Respondendo ao problema disse que haveria, em tal caso, um desequilíbrio e a morte da lavoura.

O teor dessas propostas em face do processo de desagregação das relações de dominação de classe, leva-nos a inferir que os argumentos apresentados nas monografias são discursos ideológicos. Entre os proponentes, João Dunshee de Abranches foi incisivo quanto aos objetivos daquele concurso, elaborando os fundamentos da nova racionalidade ideológica, a partir da qual se sustentariam as classes dominantes maranhenses na sociedade do trabalho livre. Ele refez a idéia de crise como estratégia ideológica na medida em que, por meio das noções de “ordem” e “hierarquia social”, dissimulava a permanência das relações de dominação no processo de adaptação de ricos comerciantes e proprietários rurais às novas condições históricas impostas pelo movimento do capital industrial no ocidente. Não é demais lembrar que o

¹⁷¹ CINCINNATUS, L. Quintinus, op. cit. p. 1

¹⁷² ABRANCHES, João Dunshee de, op. cit, p. 2

eventual “sócio” do grande proprietário rural seria o ex-escravo. Desse modo, a crítica formulada por Abranches não se referia ao sistema, mas ao objeto dele, isto é, o ex-escravo. Em outras palavras, o negro, o qual segundo o uso corrente do discurso racial pertencia a uma raça inferior. Portanto, o problema não residia na igualdade entre os sócios estabelecida pelo sistema de parceria. Esse sistema não funcionaria por ser impossível uma igualdade entre os mesmos de acordo com o princípio de hierarquia que existia entre as raças – branca e negra. Não é demais sublinhar que essas formulações foram recortadas de sistemas classificatórios idealizados em fins do século XVIII. No que se refere ao gênero humano, o marco foi o livro *Systema naturae*, de Charles Linné. Nele o *Homo sapiens* foi, 1778, classificado em cinco variedades:

- a) *Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.*
- b) *Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.*
- c) *Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis.*
- d) *Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos negros; olhos escuros, severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.*
- e) *Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos, engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho.*¹⁷³

Abranches, baseado nessa perspectiva e convicto dos fundamentos da “ciência positiva”, bem como do fim da escravidão como pressuposto do progresso, sugeria uma nova organização do trabalho caracterizada pela eliminação da distância que ia do escravo ao feitor e deste ao fazendeiro ao se criarem as funções de chefes, de subchefes e de simples trabalhadores.

O chefe, ou antes, o diretor geral dos trabalhos, seria o proprietário rural ou, em sua impossibilidade, um homem conhecedor da ciência agrônômica e conhecimentos de grau superior para saber dirigir. Além do mais deveria estar a par de grandes processos agrícolas e conhecer a rotação de colheitas, a natureza de terrenos para evitar riscos, saber em que camadas se nutririam os vegetais que formavam as

¹⁷³ BURKE, John G. The wild man's pedigree. In: DUDLEY, Edward e NOVAK, Maximilian. The wild man within. Pettesburgh: Pettsburgh U.P., 1972, pp. 266-7. *Apud* PRATT, Mary, Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru/São Paulo: Edusc, 1999, p.68.

plantações para aproveitar os espaços e alternar gêneros diversos de cultura. Para tanto, ele estudaria a multiplicidade de pequenos melhoramentos que todos os dias apareciam trazendo aperfeiçoamentos à arte agrícola.

Os subchefes deveriam ser escolhidos, conforme as circunstâncias, entre os libertos mais habilitados e práticos. A esses competia a direção de diversas turmas de trabalhadores.

Com base em princípios da “economia clássica”, ele considerava o trabalho como uma das partes essenciais do contrato entre o proprietário e produtor. Por isso, a sua distribuição devia ser bem discriminada, estabelecida com base em certos fundamentos e os trabalhadores aproveitados conforme a sua intensidade para que o lucro fosse proporcional aos esforços gastos. Nessa perspectiva, sublinhava que a determinação de certa quantidade de trabalho durante um número de horas, também determinado, seria uma medida indispensável, pois o trabalhador poderia empregar as horas que lhe restasse na continuação do mesmo trabalho, o que traria maior adiantamento para a lavoura. Esse serviço, porém, pago à parte, seria para ele uma grande vantagem. Além dos dias de trabalho, o proprietário rural instituiria o sétimo dia para descanso. Desse modo, o trabalhador poderia se entregar aos divertimentos usuais nas fazendas, o que era uma necessidade em todos os tempos e em todos os meios. Assim, seriam compensados todos os desejos: o proprietário rural veria suas terras mais cultivadas e o trabalhador o crescimento de seu ordenado e mais lucros para o futuro. Baseado nesses pressupostos destacou que *“assim constituída a lavoura, a ordem social continuaria estabelecida, perfeitamente, ao mesmo tempo em que o interesse de subir daria mais forças aos proletários, que só o conseguiriam pelo comportamento e pelo serviço”*.¹⁷⁴

Abranches considerava inconveniente que os proprietários rurais alimentassem os trabalhadores, porque geraria murmúrios de desagravo contra a natureza dos alimentos e prejudicaria o prestígio moral da direção. O mais que deveria fazer era se tornar o fornecedor, comprando tudo por atacado para o custeio do estabelecimento, o que traria a baixa nos preços dos gêneros consumidos. No que se referia à ética e à

¹⁷⁴ ABRANCHES, João Dunshee. op. cit. de p. 2

moral que deviam permear as relações sociais no âmbito das empresas agrícolas, ele exaltava o uso de princípios cristãos, pois:

[...] Infelizmente, o proletariado brasileiro achava-se neste ponto corrompido pela escravidão. De um lado era a mancebia com todos os seus prejuízos, de outro a prostituição com todo o seu cortejo de desregramentos adicionais. Era este estado de coisas não só um elemento de desordem para o trabalho, como também uma vergonha para a nação. Os livros das paróquias estão enegrecidos por páginas e páginas cobertas de registros de nascimentos ilegítimos, mais da metade talvez dos batizados”.¹⁷⁵

A partir dessas proposições, pode-se considerar que os ex-escravos integrados na sociedade do trabalho livre estariam submetidos a um rígido controle social, pois as suas práticas religiosas como o “Tambor de Mina” ou a “Macumba” não seriam toleradas. As uniões espontâneas seriam concebidas como desvios de comportamentos socialmente aceitos. Em razão disso, supõe-se que princípios morais cristãos foram incorporados por parte da população negra como estratégia de inserção social na sociedade do trabalho livre. Portanto, o discurso elaborado a respeito da substituição do trabalho escravo pelo livre tem o duplo sentido de arma e armadilha, uma vez que os escravos ao ficarem juridicamente livres não teriam o pleno controle de si mesmo. Por isso, a abolição foi a arma ideológica usada pelas classes dominantes para reorganizarem as relações de dominação ameaçadas pela decadência da agricultura mercantil. Por outro lado foi, a liberdade jurídica, uma armadilha, a qual os escravos foram submetidos, pois não significaria que pudessem organizar a vida segundo as suas perspectivas. Afinal, a terra continuaria concentrada em mãos de poucos e, em termos econômicos, organizada como empresas capitalistas sustentadas pelo trabalho livre, com a função de produzir lucros, isto é, mais-valia para o seu proprietário.

Nesse novo contexto, a “*família cristã*” se constituiria num instrumento de controle social, embora fosse apresentada como “*um meio de reabilitação para a pátria*”, “*um corretivo enérgico para a concupiscência de alguns subchefes que quisessem fazer dos centros agrícolas haréns orientais*”. No limite, na perspectiva das classes dominantes, significaria que os libertos esquecessem de seus laços de

¹⁷⁵ Ibid.p. 2

solidariedade que muito contribuíram para as diversas formas de resistência dos escravos no tempo de senzala. Com esse propósito, Abranches destacou:

*[...] A sociedade brasileira, desse modo, constituída, os esforços se multiplicariam e as reformas não se fariam esperar e cedo viria o dia em que ela realizaria, em si, a trindade sublime: O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim.*¹⁷⁶

A respeito do trabalhador que substituiria o escravo não havia consenso entre os idealizadores do trabalho livre, pois divergiam entre o uso de imigrantes europeus, de trabalhadores ex-escravos e dos livres pobres. Os dois últimos foram os mais sugeridos. Sendo que o tema da imigração estrangeira não foi desconsiderado por alguns autores de monografias do concurso proposto pela Associação Comercial.

Stolon, baseado em princípios do discurso racial, não descartava a possibilidade de se usar a mão-de-obra de imigrantes estrangeiros no Maranhão, embora reconhecesse ser um tanto difícil em vista das más condições financeiras da província e do clima ser muito quente e desfavorável para a *raça européia*, a única que lhe convinha. De seu ponto de vista, o governo provincial deveria empregar todos os meios para atrair uma corrente migratória. Entre eles, a concessão de terras aos imigrantes interessados em se estabelecer na província; a criação de núcleos coloniais, por meio da distribuição gratuita de lotes de terras; a abertura de estradas para facilitar as comunicações e o transporte dos gêneros da lavoura; a limpeza e desobstrução de rios da província para facilitar a navegação fluvial; a garantia plena de liberdade religiosa; e o estabelecimento de prêmios a quem apresentasse melhores produtos agrícolas.¹⁷⁷ Um outro proponente sublinhou que “*a emigração estrangeira seria muito conveniente se a província estivesse em melhores condições de riqueza porque, atualmente, ela é muito dispendiosa*”.¹⁷⁸

Cumprе destacar que no contexto da história social brasileira das últimas décadas do século XIX, a imigração foi idealizada para resolver o problema demográfico da falta de braços para lavoura, mas, sobretudo, a questão da segurança das classes dominantes, na medida em que os imigrantes substituiriam o seu inimigo

¹⁷⁶ Ibid. p. 2

¹⁷⁷ STOLON, Licínio, op. cit. p. 1

¹⁷⁸ CINCINNATUS, L. Quintinus, op. cit. p.1

interno, isto é, os escravos, com as suas diferentes formas de lutas como os homicídios, as fugas, os quilombos e as insurreições.

Nessa perspectiva, compreende-se que no Maranhão, a defesa da mão-de-obra imigrante no contexto da decadência da agricultura mercantil, foi uma estratégia ideológica cujo propósito era ocultar o processo de desagregação em que se encontravam as classes dominantes e contribuir na recomposição das relações de dominação em que se sustentavam. Por isso, os seus idealizadores recorreram a outros discursos, não menos ideológicos. Entre eles o racial.¹⁷⁹ A partir dele, explicava-se a superioridade do imigrante branco, apresentado por meio da imprensa como o *“penhor fecundo e base sólida do engrandecimento, da força e riqueza das novas nações que dominavam a vasta extensão territorial deste hemisfério”* (A América), pessoas oriundas de *“famílias moralizadas e trabalhadoras de vários estados da Europa”*. Além do mais:

[...] A riqueza, a prosperidade, a força e o engrandecimento nacional dependia, em países apenas constituídos como estes do Novo Mundo, do aumento da população e da exploração conseqüente das riquezas naturais, a exemplo dos EUA e a Argentina com a imigração espontânea e livre, independente sem coação.¹⁸⁰

Desse modo, devia-se *“preparar a casa para receber o hóspede”*. Entre outras medidas, era necessário fazer planos topográficos, dividir a terra em lotes, designar as terras mais apropriadas para culturas definidas em relação aos mercados e portos; descrever a propriedade da terra, o clima e a espécie de cultura possível; o preço de artigos; e organizar oficinas centrais para receber os imigrantes. Além dessas precauções, ainda era importante assegurar aos imigrantes a liberdade de culto e oferecer conhecimentos e indicações que atendessem suas necessidades quanto ao ponto de seu destino, tal como já faziam na Europa. O alcance desse objetivo só era possível por meio da propaganda da imigração por ser ela a *“base natural da liberdade e a colonização a base sólida da propriedade”*.¹⁸¹

¹⁷⁹ SKIDMORE, Thomas E., op. cit. SCHWARCZ, Lília, op. cit. 1987._____. op. cit 2005. AZEVEDO, Célia M. Marinho. op. cit. 1987.

¹⁸⁰ Carta ao Exmo. Sr. JLV, Cansansão de Sinimbú, Presidente do Conselho, ministro e secretário de Estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas do Império. **O Paiz**, São Luís, 13 de janeiro de 1880, Publicações gerais, p. 2. Trata-se de uma matéria transcrita do *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro.

¹⁸¹ Ibid. p. 2

Com essa perspectiva, foi transcrito e publicado no jornal *O Paiz*, o relatório de viagem do Sr. H. A Gruber relativo às colônias D. Izabel, Conde d'Eu e São João do Montenegro, localizadas no Rio Grande do Sul. Os articulistas desse periódico consideravam que a matéria poderia inspirar aos interessados no povoamento do território maranhense por meio do imigrante, por ser ele compreendido como um *“homem industrioso e ativo”*.¹⁸²

A colônia D. Izabel era povoada por italianos engajados nas culturas de trigo, milho, uva e feijão e na produção de vinho e aveia. A colônia Conde d'Eu era, por sua vez, composta por italianos, alemães e franceses, trabalhando, também, nas culturas de milho, de arroz, de feijão, e na produção de aveia e vinho. Segundo o autor do relatório era, *“encantador ver léguas e léguas de terras cultivadas com tanto esmero que pareciam jardins”*.

Naquela conjuntura, a publicação da matéria foi uma estratégia de persuasão, na medida em que as colônias de imigrantes eram apresentadas como um “paraíso terrestre” tecido pelas mãos mágicas do imigrante. Os idealizadores dessa representação pelos motivos já apresentados, “valorizavam”, a mão-de-obra imigrante em detrimento dos ex-escravos e dos livres pobres. Por isso, sugeria que as classes dominantes incorporassem a imigração como solução do problema da falta de braços.

Por sua vez, a defesa do uso de ex-escravos como força de trabalho nas atividades da agricultura reorganizada, devia-se a clareza de que o fim da escravidão não significaria, para os trabalhadores escravos, mudanças substanciais em suas condições de vida e que os “novos cidadãos” precisariam trabalhar para sobreviver. Afinal, o movimento abolicionista articulado por pessoas das classes dominantes não transcendia a dimensão de crítica moral à escravidão. Por isso, eles foram categóricos na “defesa” da utilização de ex-escravos nas atividades produtivas. Afinal, o ex-escravo era uma mão-de-obra barata e, por isso, adequada às condições financeiras de proprietários rurais.

Ao idealizar uma “psicologia social de ex-escravos” Ceres formulou o seguinte problema: A sua condição (de livres) em todo o ponto decente, mais nobre, não lhes

¹⁸²GRUBER, H. A. op. cit. p. 3

inibiria a escolha de uma vida humilhante e os incitaria a uma outra airoso e honesta que lhes despertassem a ambição? Com base nessa premissa, ele era convicto de que o braço livre surgiria do seio do próprio trabalho escravo, pois:

*[...] O braço escravo passado ao estado livre será o continuador sustentáculo da lavoura da província, pelo menos, por alguns anos, enquanto não se opere sensível modificação no método de execução de sua indústria agrícola, já por excelência própria, já pelos vantajosos alcançados em virtude de suas novas condições, em tudo muito superiores às atuais.*¹⁸³

Por isso, ele se opunha à idéia de que os ex-escravos abandonariam os antigos senhores e que ninguém lhes obrigaria ao trabalho. Para reforçar o seu argumento apresentou a tese de obediência à lei da natureza de onde procedia a da fome, ou seja, que o trabalho era o único meio pelo qual poderiam os ex-escravos se suprirem de bens necessários à sua sobrevivência, pois:

*[...] Si eles obedeciam a uma lei formulada pelo homem, a uma lei puramente convencional, que lhes determinava o trabalho passarão a obedecer a uma outra mais respeitável, mais poderosa de esfera superior: a da natureza, donde procede a da fome.*¹⁸⁴

Esses argumentos são esclarecedores do fato de que o fim da escravidão, tal como era imaginado por setores das classes dominantes, não implicaria em mudanças substanciais na vida dos ex-escravos. Esses, de qualquer maneira ficariam submetidos ao que quisessem deles os seus ex-senhores. Pois: “*para onde iriam os ex-escravos que pudessem evitar a fome*”?

Em apoio a essa perspectiva, Abranches destacou que a adstrição do ex-trabalhador escravo ao solo deveria ser regulamentada por meio de contratos de trabalho, pois não seria difícil nem tão pouco impossível que muitos libertos abandonassem os seus antigos proprietários. No entanto, isso não era um fato para desanimar, porque a maior parte deles ficaria nas fazendas e os que saíssem de umas iriam buscar em outras o trabalho que lhes faltasse. Afinal, de seu ponto de vista, o africano tinha:

¹⁸³ CERES, op. cit. p. 2.

¹⁸⁴ Ibid. p. 2

*[...] Um amor acrisolado a terra em que vivia, amor que subia à altura de seu ainda não esquecido fetichismo com toda a expansão de uma alma, onde a arte está oculta como uma brasa nas entranhas das cinzas". É nele que se manifesta mais abertamente o apego e a veneração, e em que temos observado os mais belos casos de nostalgia. A poesia popular é uma das provas mais frisantes do que acabamos de afirmar. Raros são aqueles que na sua rude inspiração não confundem sempre as notas de seus queixumes com as saudades dos sertões em que nasceram e onde viram ceifar o milho na época das colheitas.*¹⁸⁵

Nessa perspectiva, sublinhou:

*[...] É certo que muito temos que esperar da raça negra que é a raça afetiva, e que nos trás um poderoso contingente para a futura moralidade das nossas instituições. Mas por outro lado o defeito primordial da educação e os vestígios indelévels de um jugo degradante trarão um elemento poderoso para a desordem social. Isto, porém não perturba a marcha progressiva do país. São escolhas que aparecem constantemente nas transições sociais. Uma montanha que desaba não turva senão por momentos as águas do oceano.*¹⁸⁶

Em razão dos motivos acima apontados, os libertos, por si, não abandonariam as fazendas em que viviam, embora alguns reconhecessem a dificuldade em conservá-las. Para alcançar esse fim, muitos meios foram sugeridos: uns acreditavam que os ex-senhores deveriam deslumbrá-los com a proposta de uma sociedade ou parceria; outros, que lhes estipulassem um salário diminuto; ou ainda que os deixassem ficar no mesmo estado, dando-lhes somente abrigo.

Os homens livres eram aquelas pessoas que, no contexto da sociedade escravista, não tinham relevância como força de trabalho. Por isso mesmo, viviam como agregados em fazendas e engenhos, desempenhando atividades subsidiárias e complementares à agricultura mercantil de exportação. No Maranhão, desde a década de 1870, o seu contingente foi aumentado com a imigração de cearenses que fugiam da seca.

No contexto da decadência da agricultura mercantil, do ponto de vista de alguns, os homens livres ao serem empregados nos serviços da lavoura poderiam prestar um grande auxílio para o desenvolvimento e prosperidade da agricultura.¹⁸⁷ Segundo o proponente "Eu", em substituição aos escravos, eles deveriam ser usados, porque eram

¹⁸⁵ ABRANCHES, João Dunshee de. op. cit, p. 2

¹⁸⁶ Ibid. p. 2

¹⁸⁷ STOLON, Licínio, op. cit. p. 1

dotados de boa índole. Faltava-lhes, somente, educar e chamá-los ao trabalho. Por isso, era de melhor alvitre aproveitá-los que recorrer à emigração estrangeira.¹⁸⁸ Contudo, vale destacar que o estado de pobreza do homem livre era algo importante para os proprietários rurais, pois poderiam “remunerá-lo” a baixo preço em face da descapitalização em que se encontravam. Por isso, uma vez resolvido o problema de sua “educação”, esse trabalhador era a melhor saída, em termos financeiros, como força de trabalho a ser utilizada na lavoura.

A respeito do problema da ociosidade, segundo esse proponente, o governo poderia resolvê-lo por meio de algumas medidas como a tributação de pais que não mandassem os filhos à escola e a criação de colônias penitenciárias municipais conforme a população de cada município. O imposto da tributação deveria ser aplicado na criação de novas escolas com dois cursos: o ensino primário e o ensino agrícola. Nas penitenciárias municipais seriam recolhidos todos que não fossem rendeiros, empregados de estabelecimentos agrícolas e não tivessem ofício que lhes permitissem viver de modo honesto. Com essas medidas a província se desenvolveria, porquanto:

*[...] A obrigatoriedade do ensino e as penitenciárias agrícolas, ou outra qualquer instituição que tenha por fim educar o povo e impeli-lo para o trabalho, caberá no futuro engrandecimento deste país o lugar de honra como iniciadoras da reforma social que é indispensável operar-se entre nós. Diante destes benéficos agentes desmoronar-se-á a enervante ociosidade e o trabalho erguerá a frente espalhando o bem estar e abundância entre o povo e formando a riqueza pública”.*¹⁸⁹

Em face da decadência da agricultura mercantil de exportação e escravista, um proponente de pseudônimo Proudhon, tendo o associativismo como um dos princípios do “socialismo utópico, sugeria que fosse fundada uma sociedade de lavradores com o objetivo de deter a emigração de braços maranhenses.¹⁹⁰ Para tanto, precisava-se constituir um mercado de terras para a venda de lotes em pequenas porções e a módicos preços a quem se propusesse cultivar algodão e açúcar ou os gêneros designados pela sociedade de lavradores. Cada núcleo criado seria o centro futuro de vilas e cidades, nas quais seriam fundadas escolas, capelas e uma casa de negócios

¹⁸⁸ EU, op.cit. p. 1.

¹⁸⁹ Ibid. p. 1

¹⁹⁰ PROUDHON, op.cit. p. 1.

capaz de comprar, a dinheiro, os produtos dos lavradores. Nessa perspectiva, a criação de uma feira semanal onde cada qual vendia e comprava o que tivesse necessidade seria importante. Entre as vantagens desse método, ele destacava a valorização das terras, a disponibilidade de trabalhadores: “pessoal idôneo” para auxiliá-los nos tempos em que o serviço superabundasse; o comércio teria maior número de consumidores e a província poderia encarar com tranqüilidade a evolução periódica ou rápida do problema servil. Desse modo, ver-se-ia na província uma nova população cheia de energia e fé no trabalho, apta para todos os nobres cometimentos. Na seqüência do tempo, a indústria seria chamada em auxílio da agricultura e, assim, a província estaria salva.

A respeito da força de trabalho a ser utilizada, o proponente defendia o uso de trabalhadores nacionais e estrangeiros. Essa proposta, em sua aparência, parecia ser eficaz, pois a província do Maranhão possuía terras férteis e devolutas passíveis de constituírem um mercado de terras. No entanto, vale destacar que apesar de seu perfil socialista, essa proposta foi idealizada na perspectiva de resolver a insolvência financeira de proprietários rurais, por serem eles os que iriam compor os quadros da Associação de Lavradores e, não os ex-escravos, uma vez que estes não tinham os recursos necessários para comprar nada, inclusive terras, ainda que a preços módicos.

O proponente de pseudônimo Philorgonagri sugeriu que a grande propriedade agrícola fosse substituída por fazendas ou fábricas agrícolas e engenhos centrais. Estes deveriam ser fundados por proprietários rurais, associações ou companhias de capitalistas e montadas com maquinismo e acessórios indispensáveis aos gêneros de lavoura que pretendiam explorar, levando em conta a disposição e a natureza do terreno. A força de trabalho a ser usada nesses estabelecimentos seria os ex-escravos e aqueles que quisessem viver de lavoura. De seu ponto de vista, as relações de trabalho, o financiamento de moradia e da terra deveriam ser regulamentados por meio de contratos de trabalho, na perspectiva de os trabalhadores virem a ser proprietários, no futuro, das casas e dos terrenos onde moravam, pois:

[...] Esses homens que, por pecado dos nossos antepassados eram nossos escravos, vendo-se desoprimido do jugo da escravidão, sem destino, sem abrigo, baldos de todos os recursos, em geral, nascidos e criados na lavoura, não deixaram sem dúvida perder-se uma ocasião tão oportuna a seguir a

*mesma vida e profissão, sendo os que mais engrossaram a lista dos trabalhadores desses estabelecimentos.*¹⁹¹

No entanto, ele temia que com o fim da escravidão ocorresse o *pilatismo* das autoridades, isto é, que as mesmas, lavando as mãos, deixassem os ex-escravos em pleno gozo da vagabundagem, sem providências aos abusos que pudessem cometer, ao invés de procurarem uma ocupação útil e honesta, deixando-se contrair por vícios e se habituando à barba longa e à custa alheia, tal como muitos eram vistos em passeios com uma arma ao ombro a guisa de quem andava a caçar, ou armazenando em suas casas o produto de roças alheias. Para evitar esses problemas, ele sugeria que o governo criasse leis repressivas contra a vagabundagem e efetivasse as existentes, que instaurasse processos sumários aos que praticassem crimes contra a lavoura, e que criasse a função de juízes lavradores para julgar, em primeira instância, as questões agrícolas, não obrigando os pobres lavradores (os ex-senhores de escravos) a recorrerem às autoridades da capital, ou de cidades e vilas. Com base nessas premissas, sublinhou:

*[...] Faça-se isto que afiançamos à digna comissão da nossa praça termos um terreno desbravado, franco e apto não só para a empresa que tem em vista (algodão e cana-de-açúcar), como para outras muitas que quiserem vir em auxílio da lavoura. Resguardado, respeitado e garantido que seja o direito de propriedade, a segurança industrial.*¹⁹²

A partir desse conjunto de medidas, ele compreendia que a província poderia atrair um livre fluxo de imigrantes europeus para se empregar na lavoura e promovê-la por ela se encontrar num estado mais aperfeiçoado em relação ao sistema rotineiro do “facho e o machado”.

Em suma, vale sublinhar que essa proposta de reorganização da grande propriedade rural, sob a forma de fábricas agrícolas em bases capitalistas, referenda o argumento de que as críticas à escravidão e à defesa de sua abolição tal como apresentadas no jornalismo periódico e nas monografias do concurso proposto pela Associação Comercial, foram, em última instância, estratégias ideológicas elaboradas com o propósito de dissimular a desagregação das classes dominantes já em curso, por

¹⁹¹ PHILORGONAGRI, op.cit. p.1.

¹⁹² Ibid. p. 1

conta da decadência da agricultura mercantil e, por isso mesmo, sugerir os meios necessários para a recomposição das relações de dominação de classe em outras bases. Do contrário, não seriam recorrentes as propostas de criação de leis repressivas, de penitenciárias agrícolas e de tribunais correccionais para que se corrigissem aqueles comportamentos considerados como “vagabundagem”, “ociosidade”, “vícios” e “abusos”.

Como é sabido, a partir da revolução industrial inglesa, o sistema fabril se afirmou no mundo ocidental, e como paradigma de desenvolvimento se impôs para por outros países.¹⁹³ Nessa perspectiva, em face da decadência da agricultura mercantil, alguns comerciantes e proprietários rurais somaram os seus capitais e investiram na instalação de fábricas têxteis no Maranhão. Nas últimas décadas do século XIX, 27 fábricas estavam instaladas na província. Dezessete delas pertenciam a sociedades anônimas e dez a particulares. Essas fábricas estavam divididas nos seguintes ramos de atividades: 10 de fiação e tecidos de algodão, 01 de fiar algodão, 01 de tecido de cânhamo, 01 de tecido de lã, 01 de meias, 01 de fósforo, 01 de chumbo e pregos, 01 de calçados, 01 de produtos cerâmicos, 04 de pilar arroz, 02 de pilar arroz e fazer sabão, 01 de sabão e 02 de açúcar e aguardente.¹⁹⁴

Essa iniciativa foi chamada de modo irônico de “*vertigem das fábricas*” e de “*loucura industrial*”.¹⁹⁵ Apesar da experiência não ter logrado o êxito esperado, a mesma foi concebida e defendida como paradigma para a recuperação econômica da província, haja vista, as fábricas na Europa e nos EUA serem a expressão do progresso.

Os articulistas do Jornal *Pacotilha* eram os mais críticos à tradição agrícola escravista. Por isso, nesse periódico eram apresentadas inúmeras matérias fazendo apologia à industrialização por valorizar as experiências existentes e reivindicando que mais fábricas fossem instaladas na província. Com esse propósito, publicaram o artigo “Indústria”. Nele, o autor criticava a tese de vocação agrícola do Maranhão. Em outras palavras, a racionalidade ideológica de setores das classes dominantes que se

¹⁹³ HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. _____. *A era do Capital*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed., 1997. _____. *A era dos impérios*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁹⁴ VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit. 1992.

¹⁹⁵ _____. op. cit. 1992. pp. 558-559.

enriqueceram baseados na agricultura por meio da exploração do trabalho escravo. Nesse sentido, ele sublinhava:

*[...] Ninguém dirá que nas circunstâncias em que se acha a nossa lavoura podemos ser um povo agrícola e sermos felizes. Para sermos felizes há necessidade de sermos também industriais e não nos vejamos obrigados a exportar em estado bruto uma grande parte dos nossos produtos.*¹⁹⁶

Na defesa da industrialização da província, ele se manifestou criticando a inexistência de fabrica têxteis na cidade de São Luís, quando em Caxias, “*cidade menos importante*”, os capitais se associaram para compor a quantia calculada e necessária para a execução da empresa fabril, esse “*grande melhoramento*”. Em razão disso, ele se admirava com o fato de na capital da província não se sentirem com coragem para semelhante empreendimento. Por isso, exaltava:

*[...] Compenetrem-se, imitem o exemplo do patriotismo dos briosos e distintos caxienses. Venha a fábrica de fiação, venha a fábrica de papel e venham outras indústrias de produtos estrangeiros, daqueles que mais consumimos, cuja matéria prima de fabricação temos nós uma abundância. Mas qual, si nos falta ânimo para uma quanto mais para tantas”.*¹⁹⁷

Para tanto, o autor sugeria que o governo, sobretudo o central, fizesse um empréstimo por meio da emissão de apólices, ao invés de criar novos Bancos de emissão e descontos, pois com eles, verificar-se-ia a especulação financeira por meio de compra de apólices, títulos da dívida pública e ações. Ao contrário, esses capitais deveriam se associar aos lucros e perdas nas explorações industriais, traduzir-se em fábricas de fiar e tear algodão, em fábricas de papel, de óleo de rícino e caroço de algodão que veriam nelas empregadas e delas vivendo, uma grande parte da população desvalida: homens, meninos e meninas, tortos e aleijados. Nessa perspectiva, a industrialização era a solução para a decadência econômica da província, pois a mesma faria com que a província deixasse de ser importadora de manufaturas estrangeiras. Dessa forma, a grande soma de capitais que saía pela barra afora para pagar o avultado consumo de fazendas de algodão e o papel que vinha do estrangeiro, representava os capitais que teriam de girar na província, melhorando os estabelecimentos existentes e despertando o aparecimento de novas indústrias.

¹⁹⁶ VIEIRA, S.. Indústria. *Pacotilha*, São Luís, 07 de maio de 1884. Coluna publicações a pedido, p. 1.

¹⁹⁷ Ibid. p. 1

Essa formulação, naquela conjuntura, apontava para mudanças mais profundas do que apenas a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Tratava-se de substituir as importações a partir da implantação de indústrias nacionais, pois como Vieira destacava, para funcionar uma e outra fábrica não se precisava importar do estrangeiro mais que o maquinismo, alguns aparelhos e produtos químicos, uma vez que havia matéria-prima em abundância. Em outras palavras, não faltava algodão da melhor qualidade, palhas de milho abandonadas nas roças, embiras, bagaço de cana, madeiras e muitas outras substâncias vegetais, as quais, sendo estudadas e experimentadas podiam prestar ao fabrico de papel de superior qualidade.

Nessa perspectiva, a instalação de indústrias têxteis e de fábricas de papel resolveria a crise econômica. Por um lado, as têxteis, o problema do elevado custo com despesas para beneficiamento de algodão, ou seja, os empréstimos a juros elevados e a manutenção de escravos numa conjuntura de baixa de preço do produto no mercado internacional. Em face dessa contradição, ele advertia que o algodão vendido a baixo preço ao estrangeiro se sobrecarregado de um sem número de despesas, até que voltasse sob a forma de fazendas a um preço exorbitante, aqui, poderia se converter em fazendas de algodão que poderiam ser compradas a baixo preço pelo povo empregado nos serviços das casas, nos engenhos de açúcar e no condicionamento de muitos dos gêneros de produção. Em relação ao preço do papel consumido na província, ele sublinhava que desde o papel de embrulho até ao fino de escritório era enorme e avultada a quantia que por ele se pagava ao estrangeiro.¹⁹⁸

Naquele contexto de decadência econômica, a publicação desse artigo não foi algo sem propósito, pois, bem como já se salientou, o referido periódico foi fundado na conjuntura de expansão do movimento abolicionista e transição do perfil rural para o urbano da sociedade brasileira verificado em províncias do centro sul do país. Nessas circunstâncias, e por elas influenciados, os articulistas do jornal *Pacotilha* assumiram, em relação aos do jornal *Diário do Maranhão* e do *Paíz*, uma postura diferenciada no que diz respeito à solução da crise da agricultura.

Para eles, a reorganização econômica devia ser por meio da industrialização, o novo paradigma de desenvolvimento e de progresso de nações modernas. Ao

¹⁹⁸ Ibid. p. 1

criticarem os setores tradicionais da economia maranhense, sobretudo fazendeiros de algodão e comerciantes do setor de importação e exportação, apresentavam-se como vanguarda dos que se modernizavam quanto à forma de gestão da riqueza, ou seja, proprietários de engenhos de açúcar e os que haviam investido na experiência industrial com a instalação de fábricas têxteis na província. Por fim, vale sublinhar que a tiragem de 1500 exemplares diários de um jornal numa sociedade onde o analfabetismo era crônico, faria com que seus articulistas acreditassem que influenciariam os leitores com as suas formulações ideológicas. Neste caso, acerca da instalação de fábricas para solucionar a crise da agricultura e, em última instância, contribuir para recomposição das relações de dominação das classes dominantes, na medida em que fossem adaptadas às novas condições históricas estabelecidas pelo movimento do capital industrial pelo mundo ocidental. Afinal, eram as classes dominantes que possuíam o capital. Apenas precisavam se “adequar” ao que era apresentado como progresso.

Essa perspectiva foi ratificada com a publicação do artigo “*Ir a Roma e não ver o Papa*”, em cujo discurso o autor, o jornalista Casemiro Júnior, sublinhava a necessidade e as vantagens da industrialização da província. Como estratégia de persuasão dos leitores, ele descreve, a partir da observação feita ao longo de sua viagem à Caxias para participar da festa de inauguração da fábrica de fiação de tecidos da Companhia Industrial Caxiense, a sua interpretação a respeito dos aspectos físico, social e econômico do vale do rio Itapecuru, onde começou, na província, a agricultura mercantil de exportação.

Em linhas gerais, ele construiu um cenário sombrio em que se misturavam o fausto e a decadência do vale do rio Itapecuru e circunvizinhanças.¹⁹⁹ Vale lembrar que esse e os rios Mearim, Pindaré e Pericumã articulavam, por meio de suas margens, toda a área norte da província do Maranhão assentada na agricultura mercantil de exportação. A síntese de seus argumentos era que a fábrica de fiação e tecidos era o indício do progresso e a retomada do desenvolvimento econômico da província a partir

¹⁹⁹ IR a Roma e não ver o Papa, Pacotilha, São Luís, 11 de Janeiro de 1888. Coluna Publicações a pedido, p. 1.

do interior, uma vez que as antigas fazendas de algodão, sustentadas à base do trabalho escravo, eram a expressão do atraso e da decadência.

O fausto e a decadência são as variáveis de sua estratégia de persuasão do público leitor. Desse modo, vale dizer que a sua leitura era influenciada por aquele estado de decadência econômica pelo qual passava a província e, também, pelo debate em torno de proposições para superá-lo. Portanto, que a sua interpretação da “realidade” observada durante os dias de viagem ao longo do vale do rio Itapecuru foi construída de acordo com as variáveis desse debate, tal como sugere os termos de sua descrição do navio e dos passageiros a bordo no dia do embarque. Com euforia e entusiasmo disse:

*[...] Tivemos a felicidade e ao mesmo tempo a desventura de embarcar a bordo do vapor Mearim, que suspendeu do nosso porto (São Luís) as onze e meia do dia 28 de dezembro, vistosamente embandeirado, muito limpo, pintado de novo com uns ares festivos, galharda proa e os mais seguros indícios de que estava disposto a chegar em paz e salvamento ao fim da viagem. Ia a bordo um reboiço todo festivo: amigos que se davam os parabéns por si verem ali reunidos; riso, apertos de mãos, ligeiras confidências trocadas rápidas, um volver d’olhos significativo; os mais comodistas, já de chinelas e roupas leves se rete-telavam embevecidos a contemplar a mesa que principiavam a preparar para o lunch: hóstias de fiambre e de queijo talhadas com esmero e servidas pelo gorduncho e simpático Lopes.*²⁰⁰

Ao longo da viagem “observou” a aparência das cidades e das vilas que margeavam o rio Itapecuru. A respeito da cidade de *Itapecuru-Mirim*, onde permaneceram por três horas para reabastecer o vapor de mantimentos, eles, “*sob uma densa escuridão*”, perceberam que a cidade se limitava a uma rampa, um sobradete arruinado no cimo, algumas casas de boa aparência, umas ruas cheias de areia, uma igreja tendo à frente um largo arborizado com alguma simetria e, o seu porto com um seco de modestas pretensões que se satisfazia em agarrar o vapor por uma a duas horas quando a maré estava baixa. Note-se, a viagem ainda não havia chegado à metade, mas o viajante já procurava “instruir” os leitores a respeito das condições da área de abrangência do rio Itapecuru, o qual era “*de uma monotonia capaz de desesperar a um santo*”.²⁰¹ A respeito de pessoas que se encontravam à margem do

²⁰⁰ Ibid. p.1

²⁰¹ Ibid. p.1

rio ou às janelas e portas de suas casas e que observavam o vapor a passar, ele sublinhou:

*[...] Ao passar o vapor, todos ficavam muito admirados sem corresponder ao cumprimento, como surpreendidos de que ainda haja gente com ânimo de folgar e rir nesta época de misérias e de desgraças em que se cuida de acabar de vez com os pretinhos, esses ricos negros que com o seu suor e sangue amassaram as fortunas que deram nome ao Vale do Itapecuru.*²⁰²

Neste trecho de seu discurso, realça que se tratava de uma “*época de misérias e de desgraças*”. Mas, no futuro de progresso, uma vez que se cuidava de “*acabar de vez com os pretinhos*” (os escravos). Com qual propósito representava os escravos como “*ricos negros que com o seu suor e sangue amassaram as fortunas que deram nome ao Vale do Itapecuru*” e, porque usou os verbos: amassar e dar no pretérito perfeito?

Naquela conjuntura, a configuração negativa do rio se devia ao desejo de referendar que o algodão não significava mais a fonte de poder e da riqueza. Os escravos, como ricos negros, por serem a mão-de-obra que viria a ser utilizada em novos empreendimentos econômicos. Já o uso dos verbos no pretérito, dava-se porque, para ele, a industrialização e não a agricultura mercantil era o paradigma de riqueza, poder e progresso. Em conjunto, essas representações eram partes de um discurso ideológico elaborado na perspectiva de oferecer alternativas capazes de contribuir para o processo de recomposição das relações de dominação afetadas pela decadência da agricultura mercantil. Esse tom permeou toda a descrição dessa área onde floresceu a agricultura mercantil de exportação baseada no trabalho escravo. Desse modo, ao chegarem à cidade de *Coroatá*, considerou que a mesma se achava em forte decadência, limitando-se, apenas, a uma rua em que se notava algum movimento. Depois, chegaram a Codó: “*o empório da lavoura do algodão*”. Afinal:

[...] A despeito da geral decadência que se observa em toda a ribeira do Itapecuru, nota-se na Villa do Codó alguma vida e animação. Há movimento comercial, de continuo vêm das fazendas do centro carros carregados de algodão; comboios e peões cruzam as ruas, param as portas dos estabelecimentos comerciais e fazem a permuta dos gêneros que transportam. Na Villa há duas máquinas de descaroçar o algodão, uma movida a vapor, outra a força animal. Tem algumas ruas largas e extensas, bons prédios, uma população ativa e trabalhadora. Predomina ali como em mais parte alguma o espírito escravagista – não concedem uma linha a favor da reforma de que

²⁰² Ibid. p.1

*tanto carecemos para podermos erguer a frente entre os povos civilizados e cuidar de um futuro mais próspero e menos vergonhoso.*²⁰³

Em suas considerações a respeito da vila de Codó, ele reforçou a crítica à escravidão, naquela conjuntura, idealizada como sinônimo de atraso moral, ao salientar que os “esclavagistas” não concediam uma linha a favor da reforma de que tanto se carecia para se erguer à frente entre os povos civilizados e cuidar de um futuro mais próspero e menos vergonhoso. De concreto, o que estava posto era que, dada a “consciência afetiva e moral” daqueles que historicamente viviam da exploração do trabalho escravo, não conseguiam se imaginar sem ele, pois ao mesmo tempo, o escravo incorporava um duplo significado. Por um lado era o trabalho vivo, e por outro, o capital simbólico, isto é, o pré-requisito de prestígio e visibilidade na sociedade escravista.

Nesse sentido, faz-se necessário reafirmar que a crítica moral à escravidão, concebida como sinônimo de atraso e causa da decadência econômica da província, era uma variável do discurso ideológico construído para instruir, educar e orientar as pessoas no processo de reorganização das relações de dominação de classe por meio da configuração de novas relações sociais de produção.

Por fim, o viajante chegou na cidade de Caxias, situada à margem direita do rio Itapecuru, em um chapadão desabrigado e agreste, dominado ao fundo pelo morro do Alecrim, às duas horas da madrugada do dia 02 de janeiro de 1888. A seu respeito escreveu:

*[...] A não ser a majestosa ponte que a ligava à freguesia da Trizidella, a primeira vista que oferece a quem chega ali pelo rio é triste e pobre. Mas, porém, logo que se sobe a barreira do porto e se chega à Rua Grande expande-se a vista pela extensa via um pouco tortuosa, a qual conduz ao largo da matriz em que se encontra o mercado, limpo, bem tratado e animado. A Praça Gonçalves Dias é pequena, mas simétrica e galante. Várias construções modernas e elegantes atraem o olhar e o desviam satisfeito do grande número de casas baixas e acaçapadas que orlam as ruas.*²⁰⁴

Com as expressões – “*construções modernas e elegantes por oposição a casas baixas e acaçapadas*” o viajante, mais uma vez, retoma o discurso do moderno e do

²⁰³ Ibid. p. 1

²⁰⁴ Ibid. p. 1

arcaico, procurando atrair o leitor para a perspectiva de que o modelo sócio-econômico até então baseado na agricultura escravista, não deveria mais ser tolerado, pois, desse modo, estariam todos fadados à miséria. Por isso, supõe-se que a frase “*desviar o olhar da realidade*” significava criticá-la por estar baseada na escravidão e, ao mesmo tempo, defender outras referências de relações sociais e econômicas, ou seja, a abolição do trabalho escravo, a fábrica têxtil e o trabalho livre. Nessa perspectiva, descreveu a fábrica como uma realidade fantástica, ao sublinhar:

*[...] Quando enfrentamos com o importante edifício da fábrica situado a um quilometro da cidade do lado oposto do rio sentimos um grande entusiasmo a encher-nos o coração. Aquele casarão erguido ali, no meio daquela chapada agreste e seca como os desertos d'África, parecia uma visão mágica, uma miragem que o mais tênue sopro de vento faria desaparecer como um sonho. A sensação que experimentamos ao penetrar na fábrica foi de uma grande comoção que nos fez vir as lágrimas aos olhos.*²⁰⁵

O grande entusiasmo que encheu o seu coração ao se defrontar com o edifício da fábrica, “uma visão mágica”, sugere que a industrialização era muito mais que um empreendimento econômico organizado por capitalistas com o propósito de extraírem “mais-valia” por meio da exploração da força de trabalho de operários, mas a única possibilidade de salvação de todos que pecaram por terem se enriquecido por meio da escravidão. Nesse firme propósito de persuadir os leitores, afirma:

*[...] O espetáculo daquelas meninas, daquelas crianças, daqueles rapazes a seguir o movimento dos aparelhos de fiação e preparo da fibra têxtil; o atrito das máquinas; o vai e vem dos tirantes; o reflexo brilhante das peças polidas em rotação; o chiar de o vapor comprimir-se pelas válvulas; o desabrochar daquele pequeno mundo em uma atividade pouco comum nos nossos hábitos de povo indolente e preguiçoso impressiona o espírito de quem se achasse naquele templo augusto do trabalho. Quer exterior, quer interior o edifício da Fábrica de fiação e tecidos da Companhia Industrial Caxiense torna-se digno da atenção de quem o visita.*²⁰⁶

Era pouco provável que esse viajante desconhecesse as duras condições de vida a que estavam submetidos os operários na Europa, sobretudo na Inglaterra. Sob a fumaça de chaminés de fábricas, as inúmeras famílias operárias viviam em precárias condições materiais de vida em decorrência da exploração da força de trabalho de

²⁰⁵ Ibid. p. 1

²⁰⁶ Ibid. p. 1

homens, mulheres e crianças.²⁰⁷ Nesse sentido, a exaltação que faz do trabalho infantil na fábrica era um eufemismo elaborado para escamotear o futuro de miséria dos eventuais operários constituídos com o fim da escravidão e a expansão de fábricas têxteis pelo Maranhão, pois destacava que a diretoria da Companhia devia se considerar ufana pelo êxito de seus esforços, e a cidade de Caxias orgulhosa por haver dado à capital o exemplo da iniciação de um estabelecimento industrial tão importante. Por isso, ao finalizar o seu “relatório de viagem”, enfatizando o seu regozijo em prol da sociedade do trabalho livre sublinhou:

*[...] Quando se forem os negrinhos, a princesa do sertão (a cidade de Caxias) em vez de chorar amargamente a sua perda, se regozizará por ver que o trabalho livre que tanto nobilita e engrandece o homem, aumenta a sua fortuna e lhe garante um futuro de prosperidade. Si em Caxias se trabalha com o mesmo gosto e ardor com que se dança dentro de pouco ela será a mais próspera e povoada de todas as cidades do norte do Brasil.*²⁰⁸

Por fim, faz-se necessário acrescentar que os articulistas do Jornal *Pacotilha*, ao decidirem pela publicação dessa matéria e de outras com o mesmo discurso ideológico, foram os protagonistas de uma nova racionalidade ideológica para assegurar a reprodução das relações de dominação na perspectiva das classes dominantes. Por isso, eles foram os críticos mais contundentes à permanência da escravidão por meio do discurso da decadência repleto de expressões como “*tempo de miséria e desgraça*” relativo à agricultura mercantil e escravista e, na mesma medida, do discurso do progresso presente nas palavras: abolição, trabalho livre e fábricas. Em outros termos, não se tratava apenas de uma crítica moral à escravidão e à agricultura, mas de um esforço de apresentar outras formas de produção da riqueza e da dominação em face da perda de sentido desses elementos como a base de sustentação das classes dominantes. Com esse propósito referendavam a idéia de que:

*[...] A abolição da instituição escrava no Brasil marcaria uma data memorável ante os sentimentos nobilíssimos e também o dia em que o deu ele um passo gigantesco em frente de seus adiantamentos intelectuais e materiais de sua riqueza e do seu bem estar.*²⁰⁹

²⁰⁷ ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Rio de Janeiro: Global, 1986.

²⁰⁸ IR a Roma e não ver o Papa, *Pacotilha*, São Luís, 11 de Janeiro de 1888, Coluna Publicações a pedido, p. 1.

²⁰⁹ CERES, op.cit. p. 2

Na aparência, essa proposição, tem um aspecto humanista e benevolente para com os ex-escravos; mas historicamente, considerando as contradições que permeiam as relações de produção da sociedade do trabalho livre, a liberdade jurídica dos escravos não lhes traria benefícios, a não ser um novo estatuto jurídico: o de homens livres. Mas, nessa condição, ao serem explicados por princípios recortados no discurso racial, os libertos tiveram de encetar uma nova luta contra o preconceito e a discriminação racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na estrutura social escravista brasileira, além de força de trabalho, os escravos representavam bens simbólicos que conferiam prestígio e poder aos seus possuidores. No entanto, cumpre não esquecer que os escravos, também, significavam medo e pânico, pois a eles eram associadas formas de homicídio, fugas, quilombos e insurreições. Por isso, foram criados inúmeros mecanismos de controle social de escravos como o Código Criminal, Tribunais, Leis, cadeias e capitães do mato entre outras medidas. A partir de todo esse aparato repressivo, no Brasil, o fim da escravidão foi postergado até o final do século XIX quando não foi mais possível se manter o equilíbrio entre a racionalidade ideológica escravista e a sua base social e política.

Neste trabalho procurou-se compreender o seguinte problema. Qual era a função desempenhada pelas idéias e os valores apresentados na imprensa jornalística maranhense acerca da escravidão, em um contexto histórico, no qual as classes dominantes se encontravam em processo de decadência, uma vez que o declínio da agricultura mercantil de exportação promovia a quebra entre a racionalidade ideológica escravista e a sua base social e política?

Da análise do material recortado para a investigação por meio do método dialético, responde-se o seguinte: para que as relações de dominação em que se sustentavam as classes dominantes maranhenses não fossem destruídas por completo devido à decadência da agricultura mercantil de exportação, foi necessário construir uma outra racionalidade ideológica com novos elementos que lhe sustentasse. Nessa perspectiva, como estratégia ideológica de ocultamento da desagregação social de proprietários rurais e de ricos comerciantes, recorreu-se a um discurso constituído por representações que apontava a escravidão como o aspecto necessário e suficiente gerador de uma crise geral. Desse modo, a escravidão, passou a ser representada como: *“funesto erro; uma planta venenosa que cresce no solo da pátria e precisava ser estirpada pelas raízes; uma mancha no pavilhão nacional”*; *“o mal crônico e só como doenças crônicas devia ser tratado”*; um *“cancro social”*. Enfim, um *“sono inglório”*. Por outro lado, a abolição do trabalho escravo era apresentada como um ato de generosidade e progresso, embora permeado pela cautela para se evitar *“solavancos no tecido social”*.

Nesse contexto histórico, a imprensa periódica, como circuito de interatividade desempenhou uma função pedagógica importante na medida em que seus articulistas e colaboradores discutiram o tema, além de publicar matérias de jornais de outras províncias como do Rio de Janeiro e de São Paulo. Importa não esquecer que discurso escrito é parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.

A década de 1880 foi o tempo de maior efervescência do debate. Os jornais, *Diário do Maranhão*, *O Paiz* e *o Pacotilha* foram os periódicos por meio dos quais a província acompanhou a discussão. O perfil do discurso por eles apresentados foi urdido a partir dos vínculos sociais e ideológicos de seus articulistas com ricos comerciantes, proprietários rurais e os escravos, e com a dinâmica do capitalismo no mundo ocidental. Os articulistas desses periódicos concordavam na reprovação moral da escravidão, porém divergiam no que se referia ao processo de sua abolição. Desse modo, vale sublinhar que os articulistas dos jornais *Diário do Maranhão* e *o Paiz*, mais afeitos à visão de mundo de antigos proprietários rurais, defendiam que o fim da escravidão devia ser feita de forma lenta, segura e sem traumas, e acompanhado da indenização dos proprietários rurais. Por sua vez, os articulistas do jornal *Pacotilha*, por se reivindicarem os críticos da tradição escravista e arautos da “modernidade maranhense”, defendiam o fim imediato da escravidão, sem a indenização de proprietários rurais e a industrialização como o novo paradigma de desenvolvimento social e econômico da província.

Desse modo, os jornais se dividiam em duas correntes ideológicas: uma emancipacionista e outra abolicionista. Mas convergiam para um único fim: evitar o completo descalabro social das classes dominantes maranhenses ao apresentarem uma nova racionalidade capaz de recompor as relações de dominação em que se sustentavam os proprietários rurais e os ricos comerciantes. Em outras palavras, significa dizer que as diferenças existentes no discurso apresentado nesses periódicos eram, apenas, de concepção e forma no que se referia ao encaminhamento do fim da escravidão, pois nas entrelinhas do discurso “modernizante” das relações sociais, não se verificou nenhuma proposta para a integração social de ex-escravos como sujeitos autônomos, mas, sobretudo como trabalhadores livres a serem incorporados por empreendimentos agrícolas ou fabris.

As formulações acerca da economia agrícola convergiam para a concentração fundiária com base na permanência da grande propriedade rural reestruturada como uma empresa capitalista sustentada pela exploração da força de trabalho por meio do pagamento de salários, do sistema de parceria, do arrendamento ou de aforamento.

A industrialização, por sua vez, não implicaria em mudanças substanciais na vida dos trabalhadores, pois como se sabe, a relação entre o capital e o trabalho na produção capitalista é permeada pela exploração desse último como uma exigência para a geração de mais-valia, que é apropriada pelo dono do capital. Portanto, o futuro dos trabalhadores “livres” seria, indubitavelmente, uma vida baseada na precariedade.

Nesse sentido, reitera-se que as representações acerca da escravidão foram formulações de cunho ideológico com o tácito propósito de ocultar o processo de desagregação social e econômica das classes dominantes e de contribuir na recomposição das relações de dominação apresentando uma nova racionalidade ideológica. Nessa perspectiva, necessário se faz sublinhar que as representações construídas no âmbito da decadência da agricultura mercantil maranhense, apoiadas e difundidas pelos periódicos, não significavam um falseamento da realidade, uma vez que esse discurso foi proposto para ensinar os sujeitos sociais a conhecer e agir segundo os interesses das classes dominantes, isto é, proprietários rurais e ricos comerciantes. Por isso, por um lado foi necessário representar a escravidão como um “*cancro social*”, “*uma nódoa do pavilhão nacional*”, “*um sono inglório*” e, por outro, defender a sua abolição como uma “*grande obra civilizadora*”, mas a ser realizada “*sem violência*”, “*sem revolução*”, “*sem abalos e sofrimentos*”.

Em outras palavras, a crítica moral da escravidão decorria da necessidade das classes dominantes reestruturarem a sua dominação em face de novas condições históricas estabelecidas pela luta dos escravos e pelo movimento do capital industrial no Ocidente a partir da Europa. Afinal, os propositores do trabalho livre estavam cômicos de que ele seria a nova modalidade a partir da qual a riqueza seria produzida, pois, sendo o trabalho uma mercadoria, ele ficaria submetido à exploração do capital no processo de produção de outras mercadorias.

Se esse problema não estivesse claro, os propositores do trabalho livre não se ocupariam em sugerir um conjunto de medidas repressivas como: penitenciárias agrícolas, juizes lavradores para a proteção das classes dominantes contra o que

eles chamavam de vagabundagem e ócio. Do mesmo modo, a construção de Escolas Agrícolas como um meio eficaz de garantir o “controle social” dos trabalhadores na sociedade do trabalho livre. Também o concurso de monografias para se discutir a respeito da substituição do trabalho escravo pelo livre não teria sido proposto.

Por isso, vale dizer no que se referia, em particular, à vida dos ex-escravos, que a mesma já estava definida para além da vontade dos mesmos, pois, embora livres, a pobreza e a discriminação racial passaram a explicar as suas condições materiais de existência. Enfim, aos homens negros, restou se reorganizarem para uma nova luta contra o preconceito e a discriminação racial de que foram e são objetos até hoje.

Portanto, no processo de construção e de difusão de princípios político-ideológicos que organizaram as relações sociais nos mundos do trabalho livre, a imprensa periódica foi de suma importância, pois quando os articulistas dos jornais não foram os efetivos protagonistas do discurso constitutivo da nova racionalidade ideológica das relações de dominação em que se assentariam as classes dominantes da sociedade do trabalho livre, foram seus difusores mais competentes.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS GERAIS

ALENCASTRO, Luis Felipe. Vida privada e ordem privada no Império IN: *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. Coord. F. Novaes, (Org.) Luiz F. Alencastro, vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*, Petrópolis: Vozes, 1988.

ANDREWS, George R. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru/SP: EDUSC, 1998.

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites paulistas, século XIX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares de. “A voz do dono” – Tribuna da Imprensa: análise da ideologia de um discurso de oposição (1953/1955), IN: *Revista Brasileira de História: Cultura & Linguagens*, v. 7, nº 13, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 86/fev. 87, pp 63-76.

BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*, Coleção Clássicos do jornalismo brasileiro, São Paulo: com-arte/Edusp, 1990.

BAKTHIN, Mikhail M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Cultura negra e dominação*, São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002.

BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*, São Paulo: Editora Perspectivas S. A. 1999.

BASTIDE, R & Fernandes, F. *Brancos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1971.

BASTIDE, Roger. Estudos afro-brasileiros. *Ciências Sociais*, n. 18. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BENJAMIM, Walter. O conceito de História IN: *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. *Obras Escolhidas*, vol.1, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOXER, Charles. *O Império marítimo português (1415 – 1825)*, Tradução Anna Olga de Barros Barreto, São Paulo: Companhia das Letras, 2002

BRASIL, séries estatísticas retrospectivas, *População presente recenseada, segundo o estado conjugal, religião, nacionalidade e alfabetização – 1872-1970*. Capítulo 5 – “População recenseada e estimada”, IBGE, 1977.

BURKE, Peter (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas*, São Paulo: UNESP, 1992.

BUTLER, Kim D. *Freedoms given, Freedoms Won: afro-brasilians in post-abolition*, São Paulo e Salvador. New Brunswick, New Jersey. And London: Rutgers University Press, 2000.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida, *Documento e História*, In: Memória, Ano II, nº 4, São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo – Jul/Ago/Set. de 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim *Os intérpretes da luz: liberalismo e imprensa paulista: 1920 – 1945*, São Paulo: USP, tese de doutorado, mimeo, 1986.

_____. *Imprensa e História do Brasil*, São Paulo: Ed. Contexto/Edusp, 1988.

_____. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945), IN: *Revista Brasileira de História: Política & Cultura*, v. 12, nº 23/24, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, setembro de 1991/agosto de 1992, pp. 55-75.

CARONE, Edgar. *A trajetória do partido Comunista no Brasil*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CENTRE for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham. *Da ideologia*, Trad. Rita Lima, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: Nora, P. & Le Goff, J.. *História, Novos problemas*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. pp. 17 – 48.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução Ephraim F. Alves, 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes. 1996.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos, n. 13, São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, 7ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

CHAUÍ, Marilena & Franco, Maria S. Carvalho, *Ideologia e mobilização popular*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Côroa de Glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*, 1 ed. São Paulo: Grizalbo, 1977.

DEWEY, John. *Liberalismo, liberdade e cultura*, São Paulo: Ed. Nacional/Edusp, 1970.

DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. IN: Lê Goff, J. & Nora, Pierr. *História: Novos Problemas*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. *et alli. História e Nova História*. Tradução de Carlos da Veiga Ferreira, 2ª ed. Lisboa: Teorema, Lda., 1989.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*, Tradução. Luís C. Borges, Silvana Vieira, São Paulo: Boitempo/UNESP, 1997.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Global, 1986.

FERNANDES, Florestan, *A integração do negro na sociedade de classes*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Significado do protesto negro*, São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FERREIRA, Hollanda, Aurélio B. de. *O Novo Aurélio: dicionário da Língua Portuguesa, Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 1686.

FILHO, Domingos Vieira, *Breve histórico das ruas de São Luís*. Maranhão, 1962

FIORIN, José Luiz. (Org.) *Introdução à lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

FOHLEN, Claude. *O trabalho no século XIX*, Trad. Maria de Lurdes Almeida Melo. Portugal: Editorial Estúdios Cor, S.A.R.L, 1974.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

_____. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*, Trad. De Ligia M. Ponde Vassalo, 10ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. de Roberto Machado, 18ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FRANCO, Mª Silvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed., São Paulo: Káiros, 1983

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala: formação da família brasileira sob o signo da economia patriarcal*. 30 ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FREITAS, Marcos C. de (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo: USF/Contexto, 1998.

GALLINO, Luciano (Diretor). *Dicionário de Sociologia*, Traduzido por José Maria de Almeida, São Paulo: Paulus, 2005.

GENOVESE, E. D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GINZBURG, Carlo, *Mitos, emblemas e sinais*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIRÃO, Raimundo. *A abolição no Ceará*, 2ª ed., Fortaleza; Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. *Os filhos da terra do sol: formação do Estado Nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus/Selo Negro. 2002.

_____. *A África na sala de aula: visita à História contemporânea*, São paulo: Selo Negro, 2005.

HOBBSBAWM, Eric, J. *A era do capital (1848 – 1875)*. 5ª ed., Rio de janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

_____. Capitalismo, escravidão e trabalho livre, In: FERNANDES, Florestan (Org.) *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*, 2ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. pp 375 – 398.

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, Rio de Janeiro, RJ: paz e Terra, 2ª ed. 1994.

LACERDA, Carlos. *A missão da imprensa*, Coleção Clássicos do jornalismo brasileiro, São Paulo: com-arte/Edusp, 1990.

LÊ GOFF, J. & Nora, P. (Orgs.) *História: novos objetos, novos problemas, novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LÊNIN. *Imperialismo a fase superior do capitalismo*, São Paulo: Alfa Omega, 1986.

LOPES, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon Fon e Seleta, 1970.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*, 2ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 1986.

MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: movimentos sociais nas décadas da abolição*. São Paulo: UFRJ/EDUSP, 1994.

MAIO, Marcos C. & Santos, Ricardo V. (Orgs.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*, 2ªed., Rio de Janeiro: Zahar editores, 1960.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*, Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1994.

MARX, Karl. *A ideologia Alemã*, São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*, Tradução Alex Marins, Coleção a obra-prima de cada autor, Vol. 68, São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.

_____. *O Capital: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital*, vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. *El Capital: Crítica de la Economía Política*. México-Bueno Aires: Fondo de Cultura Económica, 1965.

MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1961.

MELO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Global, 2000.

MELO, José Marques de. *A Sociologia da imprensa brasileira: a implantação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: senhores e escravos no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MERQUIOR, José Guilherme. *O véu e a máscara: ensaios sobre cultura e ideologia*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Mídia, poder e subjetividade, In: (Org.) Ghilardi, M. Inês & Barzotto, Valdir H., *Nas telas da mídia*, Campinas, SP: Alínea, 2000. pp. 7- 22.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, lingüística. In: Fiorin, José Luiz (Org.) *Introdução à Lingüística. Livro I: objetos teóricos*, São Paulo: Contexto, 3ª ed., 2004.

PIRES, Julio Manuel & Costa, Iraci Del Nero da, O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação, In: *Estudos Avançados: Liberalismo e escravidão: desafios I*, Vol. 14, nº 38, São Paulo: IEA/USP, 2000. pp. 87 – 120.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____. *A formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1942.

PRATT, Mary Louise. *Olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

REIS, J.J & Gomes, Flávio dos S. (Org.) *Liberdade por um fio: história dos quilombolas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, J.J. (Org.) *Escravidão & invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. & Silva, E. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira, IN: *Revista Brasileira de História: Dossiê Brasil*, Brasis. São Paulo, v. 20, nº 39, 2000. pp. 43 -79.

RODRIGUES, José Albertino (Org.) Émile Durkheim, *Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais. 9ª ed., 7ª imp. São Paulo: Ática, 2004.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves S. A., 1977.

SALES, Vicente. *O negro no Pará*. UFPA, 1970.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ; Rio de Janeiro: PALLAS, 2002.

SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SHALOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Panorama do Segundo Império*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chavravorty. Can the subaltern speak?, IN: NELSON, Cary e GROSSBERG, Lawrence (orgs.), *Marxism and the interpretation the culture*. Houndmills: Macmillan Education, 1988, pp 271-313.

SPIX e Martius. *Viagem pelo Brasil*, vol. I, Trad. Lucia F. Lahmeyer, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

SKIDMORE, Thomaz E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, IN: *Coleção os Pensadores*, 1ª ed., São Paulo: Abril Cultural, 1974.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planfatório de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

_____. *Formação da classe operária inglesa*. 3. v. Volume I: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*, Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia & escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

VERÓN, Eliseo (Org.). *El proceso ideológico*. Argentina, Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporâneo. 1971.

HISTÓRIA

ARAÚJO, Mundinha. *A insurreição escrava em Viana: 1867*. São Luís: SIOGE, 1988.

_____. (Org.) *A invasão do quilombo Limoeiro, 1878*. São Luís: APEM/SIOGE, 1992.

ASSUNÇÃO, Mathias R. História de balaio: historiografia, memória oral e as origens da Balaiada, In: *ANAIIS do IV Encontro Nacional de História Oral*. Recife, 11 a 14 de Novembro de 1997.

BRANDÃO Jr. *A escravatura no Brasil: precedida de um artigo sobre agricultura e colonização no Maranhão*, Bruxellas: Typ. H. THARY-VAN BUGGENHOUDT, 1865.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Política e Educação no Maranhão (1834 – 1889)*, São Luís: SIOGE, 1984.

_____. *Os caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*, São Luís: SIOGE, 1992.

CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio monopolista Portugal-África na segunda metade do século XVIII*, vol. 1: documentos, São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CORRÊA, Rossini, *Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*, São Luís: SECMA, 1993.

_____. *Atenas brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional*, Brasília: Tesouro; Corrêa & Corrêa, 2001.

COUTINHO, Milson. *Apontamentos para a história judiciária do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1979.

DIAS, M. Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Pará: UFPA, 1970.

FARIA, Regina Helena Martins de. *A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações*. Recife: Pernambuco, 2001. 228 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

FERNANDES, Cláudia E. Guimarães. *A flor e a lei do ventre livre no Maranhão*, São Luís: 2005. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Maranhão.

FRIAS, J. M. C. de. *Memória sobre a Tipografia Maranhense*. 2ª edição, São Luís: SIOGE/FUNC, 1978.

GAYOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Paris: Officina de P. N. Pogeron, 1818.

IGNOTUS (Joaquim Serra). *Sessenta anos de jornalismo: A imprensa no Maranhão (1820 – 1880)*, 3ª edição, São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

IRISBELA M. *Escravidão urbana em São Luís*. São Luís: UFMA, 1996. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Maranhão.

JORGE, Sebastião. *Política movida a paixão: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes*, São Luís: Departamento de Comunicação Social da UFMA, 2000.

_____. *A Linguagem dos Pasquins*, São Luís: Lithograf, 1998.

JORGE, Sebastião Barros. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão (1821 – 1841)*. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A educação na Baixada Maranhense: 1828/1889*, São Luís: SECMA, 1982.

LISBOA, João Francisco, *Crônica Maranhense: artigos de João Francisco Lisboa, estudos e documentos* (2ª parte). Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

LOPES, Antônio. *História da Imprensa no Maranhão (1821 – 1925)*. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

LUZ, Joaquim Vieira da. *Fran Paxeco e as figuras maranhenses*, Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1957. p. 239.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão: desde 1839 até 1840*. 6ª ed., São Paulo: Siciliano, 2001.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico do Maranhão*, Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Com e Seleta, 1970.

MATTOS, Belarmino de. *Almanack administrativo, mercantil e industrial*. São Luiz: Typografia do Progresso, 1868.

MESQUITA, Francisco de Assis Leal, *Vida e morte da economia algodoeira no Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão (1850 – 1890)*. São Luís: Editora da UFMA, 1987,

MOREIRA, Arthur Q. Collares. *Gomes de Castro, Benedito Leite e Urbano Santos*. Rio de Janeiro: Typ. O Jornal do Comércio, 1939.

ORBIGNY, A. d'. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Ed. Itatiaia. Trad. David Landim. 1976

PEREIRA, Josenildo de J. *Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista*. São Paulo: PUC, 2001. 136 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2001.

_____. Na fronteira do cárcere e do paraíso: escravidão, cotidiano e resistência escrava no Maranhão oitocentista, In: *Meandros da História: trabalho e Poder no Grão-pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. (Org). COELHO, Mauro C. et al. Belém: UNAMAZ, 2005. pp. 176-190.

REIS, Fabio Alexandrino de Carvalho. *Cartas a um velho amigo: ligeiro estudo sobre o estado econômico e industrial do Maranhão*, Rio de Janeiro: Tipografia de Domingos Luiz dos Santos, 1877.

REGO, Fabio Hostílio de Moraes. *Breve notícia sobre a província do Maranhão: exposição nacional*, Rio de Janeiro: Typografia da Reforma, 1975.

RIBEIRO, Francisco de Paula. *Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão. 1849*. IN: *Revista do IHGB*, 1849.

SANTOS, Maria J. V. *A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática. 1983.

SILVA, Luís Antonio Vieira da. *História da Independência da província do Maranhão: 1822 – 1828*. Rio de Janeiro: Americana, 1972.

SOARES, Flávio José Silva. *O grande comércio na crise do sistema agro-exportador maranhense: 1870 – 1900*. Fev/1994. Mimeo.

SOUSA, Irisbela M. *Escravidão urbana em São Luís*. São Luís, 1996. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Maranhão.

VIVEIROS, Jerônimo de. *O centenário de Themístocles Aranha*. São Luís: Imprensa Oficial, 1937.

_____. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*, 2º Vol., São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992.

DOCUMENTOS DE ARQUIVOS

1. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

ABAIXO-ASSINADO de lavradores do Pericumã ao presidente da província Joaquim Vieira de Souza e ao Juiz de Paz de Santa Helena, Faustino Mariano Lopes. Alcântara, 16 de junho de 1832. APEM. Secção de documentos avulsos. São Luís: MA.

INQUÉRITO policial do escravo Euzébio praiano. Delegacia de Icatú, 07 de junho de 1874. APEM. Secção de documentos avulsos. São Luís: MA.

LIVRO de Fatos Notáveis. Livro I, São Luís: 1866. p. 228. APEM. Secção de Códices. São Luís: MA.

_____. Livro II, 15 de agosto de 1873. p. 13. APEM. Secção de Códices. São Luís: MA.

_____. Livro II, 24 de fevereiro de 1874. p. 47. APEM. Secção de Códices. São Luís: MA.

_____. Livro II, 25 de outubro de 1875. p. 149. APEM. Secção de Códices. São Luís: MA.

MARANHÃO, Edital à Câmara Municipal referente às posturas aprovadas pelo Conselho Geral da Província. São Luís: Tipografia da Temperança, 1842.

_____. Coleção de Leis, decretos e resoluções do Maranhão. Volume (1865 – 1866), São Luís: Tipografia do Frias. 1866.

OFÍCIO de subdelegado de polícia ao chefe de polícia da província. São Luís, 03 de novembro de 1844. Secção de documentos avulsos. São Luís: MA.

OFÍCIO de subdelegado suplente ao chefe de Polícia da província. São Luís, 28 de novembro de 1851. Secção de documentos avulsos: São Luís: MA.

PUBLICADOR MARANHENSE. São Luis, 06 de janeiro de 1844. p. 03. Repartição de Polícia. Biblioteca. São Luís: MA

_____. São Luís, 20 de janeiro de 1844. Repartição de Polícia. p. 03. Biblioteca. São Luís: MA

_____. São Luís, 03 de fevereiro de 1844. p. 03. Repartição de Polícia Biblioteca. São Luís: MA

_____. São Luís, 09 de janeiro de 1863. p. 03. Repartição de polícia. Biblioteca. São Luís: MA

RELATÓRIO *do Presidente de Província* Francisco Xavier Paes Barreto, 13 de abril de 1858. p. 13. APEM. Secção de Códices. São Luís: MA.

RELATÓRIO apresentado pelo Vice-presidente da província José da Silva Maia à Assembléia Legislativa do Maranhão. 01 de junho de 1869. p. 09. APEM. Secção de Códices. São Luís: MA.

2. ARQUIVO DO PROJETO VIDA DE NEGRO

CARTA do conselheiro do governo ao senhor Lafayette Rodrigues Pereira, ministro e secretário de Estado dos Negócios da

AUTOS *de perguntas do inquérito policial da escrava Pulcheria*. Secretaria de Polícia do Maranhão, São Luís, 24 de setembro de 1867. PVN/SMDDH. São Luís: MA.

AUTOS CRIMES *de execução e cumprimento de sentença dos escravos Lourenço, Gonzaga. Viana*, 1868. Arquivo do PVN/SMDDH, São Luís: MA.

3. BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE

ARANHA, Themístocles. Discurso na inauguração da segunda exposição do açúcar e algodão no dia 21 de fevereiro de 1885. *O Paiz*, São Luís, 22 de fevereiro de 1885. Coluna: Noticiário, p. 3.

AGRÍCOLA. Reorganização do trabalho agrícola na província. *Diário do Maranhão*, São Luís, 29 de maio de 1888. Secção Geral, p. 1.

ABRANCHES, João Dunshee de. Transformação do trabalho. *Pacotilha*, São Luís, 02 de Junho de 1888. Coluna Publicações a Pedido, p. 2.

A INICIATIVA dos lavradores. *O Paiz*, São Luís, 09 de março de 1885. Coluna: Revista do interior, p. 3.

A SUBSTITUIÇÃO do braço escravo. *Diário do Maranhão*, São Luís, 14 de maio de 1888. Editorial, p. 1.

CERES. A substituição do trabalho servil pelo livre. *Pacotilha*, São Luís, 10 de maio de 1888. Coluna Publicações a pedido, p. 2.

CINCINNATUS, L. Quintinus, A substituição do trabalho. *Diário do Maranhão*, São Luís, 30 de maio de 1888, Secção Geral, p.1.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 05 de setembro de 1875. Editorial, p. 01.

_____. São Luís, 22 de setembro de 1875. Secção Noticiário, p. 3

_____. São Luís, 01 de fevereiro de 1877. Secção de Anúncios, p. 3

_____. São Luis, 20 de Junho de 1877. Secção Noticiário, p. 3.

_____. São Luís, 01 de janeiro de 1880. Editorial. p. 01.

_____. São Luís, 18 de janeiro 1888, Secção de anúncios, p. 3.

_____. São Luís, 22 de fevereiro de 1888. Secção de anúncios, p. 2

_____. São Luís, 07 de maio de 1888. p.3

_____. São Luís, 05 de maio de 1888. p. 3

_____. São Luís, 18 de abril de 1888. p. 2

_____. São Luís, 08 de maio de 1888. p. 2

ELEMENTO Servil, *O Paiz*, São Luís, 20 de fevereiro de 1885. Coluna Publicações Gerais, p. 2

EU. Meritíssimos senhores diretores da Associação Comercial. *Diário do Maranhão*, São Luís, 28 de maio de 1888. Secção Geral, p. 1.

FERREIRA, Miguel Vieira. Escola agrícola do Maranhão e do Pará. *O Paiz*, São Luís, 17 de novembro de 1864. Coluna Publicações Gerais, p. 2.

GRUBER, H. A. Relatório de viagem ás colônias D. Izabel, Conde D'Eu e São João do Montenegro no Rio Grande do Sul. *O Paiz*, São Luís, 31 de março de 1885. Coluna Revista do Interior, p. 3.

IR a Roma e não ver o Papa. *Pacotilha*, São Luís, 11 de janeiro de 1888. Coluna Publicações a pedido, p. 2.

J. J. A Liberdade. *Pacotilha*, São Luís, 11 de junho de 1881. Coluna Publicações a pedido, p. 2.

KOCK, Paulo de. Elemento servil. *Pacotilha*, São Luís, 18 de novembro de 1884. Coluna Colaboração. p. 2.

LEITE, Benedito. Discurso na cidade do Brejo por ocasião da entrega de cartas de liberdade a vinte cinco escravos pelo Juiz de órfãos. *Pacotilha*, São Luís, 09 de junho de 1883. Coluna: Publicações a Pedido, p. 2.

MOLINARI. A reforma do Estado Servil, *Diário do Maranhão*, São Luís, 13 de março de 1885. Editorial, p. 1.

LINCOLN, Os portugueses e o abolicionismo. *Pacotilha*, São Luís, 24-25 de fevereiro de 1885. Coluna: Publicações a Pedido, p. 2.

O CEARA Livre. *Pacotilha*, São Luís, 02 de abril de 1884. Editorial, p. 1.

O CONCILIADOR ABOLICIONISTA. Novas considerações sobre o elemento Servil. *O Paiz*, 20 de fevereiro de 1885. Coluna Publicações Gerais, p. 2.

O MAL dos Moços. *Pacotilha*, São Luís, 08 de janeiro de 1883. Coluna Variedades, p. 01.

O MATUTO, A agricultura e a escola agrícola do Cutim. *O Paiz*, São Luís, 05 de novembro de 1864. Coluna Publicações Gerais, p. 2.

O PAIZ, São Luís, 02 de agosto de 1881. Secção Publicações Gerais, p. 2

_____. São Luís, 28 de abril de 1883. Secção de Anúncios, p. 2.

_____. São Luís, 09 de março de 1885. Coluna: Revista do Interior, p. 3

O PROGRAMA do ministério 10 de março, *Diário do Maranhão*, São Luís, 04 de abril de 1888. p. 2.

PACOTILHA, São Luís, ano I, nº 1, 30 de outubro de 1880. Editorial p.1.

_____. São Luís, 20 de dezembro de 1884. Secção Anúncios, p. 2

_____. São Luís, 14 de maio de 1881. Secção Commércio. p. 2

_____. São Luís, 15 de maio de 1888, Secção de anúncios, p. 2

PHILORGONAGRI. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre. *Diário do Maranhão*, São Luís, 21 de maio de 1888. Secção Geral, p. 1.

PROUDHON. À Associação Comercial. *Diário do Maranhão*, São Luís, 19 de maio de 1888. Secção Geral, p. 1.

RELATÓRIO do Banco Comercial. *Diário do Maranhão*, São Luís, 13 de março de 1885. Coluna Secção Geral, p. 1.

ROHAN, Henrique Beaurapaire, Elemento Servil. *O Paiz*, São Luís, 05 de junho de 1879, Coluna Noticiário, p. 3

SANTOS, Garcez dos. Trabalho Livre, *Diário da Bahia*, in: *O Paiz*, São Luis, 17 de novembro de 1864. Coluna: Transcrição, p. 03.

Scenas de Escravidão. *Diário do Maranhão*, São Luís, 09 de abril de 1875. Coluna Noticiário, p. 3.

STOLON, Licínio, Transformação do trabalho, *Diário do Maranhão*, São Luís, 06 de junho 1888. Secção Geral, p. 1.

SOUZA, Bento Francisco de Paula, Trabalho livre. *Pacotilha*, São Luís, 29 de abril de 1888. Coluna: Tópicos do dia, p. 2.

VIEIRA, Sérgio. Indústria. *Pacotilha*, São Luís, 07 de maio de 1884. Coluna Publicações a Pedido, p. 2.